

IDÉIAS

Ano 4(7) – Dossier

2013

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

**Metodologias das Ciências Sociais:
questões e reflexões atuais**



UNICAMP

A CONSTRUÇÃO DO DEBATE SOCIOLÓGICO NO BRASIL¹

*Elide Rugai Bastos**

Quando entre cientistas sociais nos referimos ao termo *construção* imediatamente inferimos que se trata de um processo que se estende ao longo de um tempo ou período e num definido espaço, mobilizando diferentes atores ou agentes. Mais ainda, entendemos que esse processo compreende diferentes dimensões e tratamos de mobilizar algumas delas, entre as quais destacamos a econômica, a social, a política e a cultural.

É a partir dessa perspectiva que retomo aqui a problemática da formação da disciplina Sociologia no Brasil, buscando não estabelecer um salto entre a produção dos autores anteriores a 1930, usualmente denominados “intérpretes do país” lembrando que esse decênio constitui-se em momento privilegiado no processo de sistematização e institucionalização dessa área. Refiro-me, assim, a dois aspectos desse processo de construção – de um lado a sistematização do pensamento sociológico e de outro a institucionalização da sociologia – aspectos que se desenvolvem de forma articulada.

Primeiramente lembro os caminhos da sistematização. Antonio Cândido no livro “Formação da literatura brasileira” (1981) mostra que os diversos passos que levam à sistematização de

¹ Aula Inaugural Programa de Pós-graduação em Sociologia Unicamp, proferida em 13 de março de 2013 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

* Professora do departamento de Sociologia da Unicamp.

nossa literatura se estendem por longo período, compreendendo o que chamou de manifestações literárias até chegar à sistematização dessa literatura: a presença de temas comuns aos autores, de uma língua brasileira e de um público leitor. O argumento central do texto é o estabelecimento de uma linha de *constituição*, onde os elementos *autor-obra-público* em interação dinâmica operam como um triângulo explicativo do processo de sistematização da literatura brasileira, processo esse que explicita a continuidade de uma tradição de pensamento. Isto é, embora haja uma separação estética entre as diferentes escolas a vocação histórica as aproxima, o que cimenta a unidade sistemática entre essas diferentes expressões. Assim, a ideia de *formação* ganha centralidade como *método* que articula os aspectos estético e histórico.

Esse instrumento permite que o autor mostre como existe um *interesse básico* na literatura brasileira referido aos períodos que analisa; isto é, trata-se de uma literatura voltada para a construção de uma cultura válida no país, uma cultura nacional. “Quem escreve, contribui e se inscreve num processo histórico de elaboração nacional.” (Candido, 1981, p.18) É certo que essa produção literária está perpassada pela questão das influências estrangeiras e ainda da dialética entre o cosmopolitismo e o localismo, questões que estão fortemente articuladas à proposta original.

Coloco aqui a questão: Esse método pode ser estendido para a análise do pensamento social brasileiro em geral? Ou para a sociologia brasileira, em particular? Creio que sim, o que já foi feito em vários trabalhos.

Como, pois pensar esse processo de constituição da sociologia brasileira? Ou mais amplamente do debate sociológico? Começamos pela temática: *existe um tema privilegiado nas análises sobre o social no Brasil que atravessa os diferentes períodos?*

Creio que simplificando a resposta podemos dizer que a grande indagação presente nos vários momentos de desenvolvimento do pensamento social brasileiro diz respeito à questão do atraso. Porque uso a palavra atraso? Não só porque esse termo aparece explicitamente em muitas das abordagens

dos autores, como porque está implícito em quase a totalidade dos textos, mesmo com outra denominação. As temáticas da modernização, os debates sobre o subdesenvolvimento, mas também as mais gerais como a pobreza, o analfabetismo, as diferenças regionais, ilustram bem a questão.

Para refletir sobre esses problemas, diferentemente das sociedades metropolitanas, centrais, as sociedades periféricas como o Brasil acabam, a maior parte das vezes, por refletir as ideias produzidas fora delas e aplicá-las a uma realidade que nem sempre as comporta plenamente. Ou seja, as explicações são transferidas para uma sociedade onde, se não são ausentes, pelo menos são exíguos os portadores sociais para as mesmas, o que dificulta sua legitimação. Essa adaptação e esse deslocamento alteram tanto a função das ideias como o papel dos intelectuais. As ideias operam como forças sociais e os intelectuais, nessas sociedades assumem um grande protagonismo político o que torna necessário explicá-lo. Assim, as características da sociedade brasileira nos obrigam a pensar num mesmo movimento a estrutura da sociedade, os problemas que a atravessam e as ideias que interpretam tanto a sociedade como esses problemas, pois estas servem de suporte à institucionalização das medidas que visam o funcionamento político e social. Não é sem sentido que entre nós coube às Ciências Sociais a produção de uma narrativa e uma interpretação do país que ao mesmo tempo ancora discursos, medidas institucionais, comportamentos políticos e o senso comum que fundam a cultura política. É por isso que o estudo sobre os intelectuais e sua interpretação do país é elemento constitutivo da reflexão sociológica brasileira. Mais, o diálogo entre as diferentes interpretações é componente fundamental da busca das explicações sobre o país.

Inúmeros autores, desde o século XIX são desafiados a pensar sobre esses problemas. Qual ou quais os traços que nos afastam das sociedades ditas “adiantadas”? Essa questão foi respondida através de diagnósticos diferentes, mas que em geral indicavam pontos comuns: a escravidão, os resquícios coloniais, a questão agrária, etc. Para exemplificar lembro um questionário enviado pelo regente D. João, em 1807, portanto antes da transferência da

Corte para o Brasil. São perguntas endereçadas aos agricultores, isto é, àqueles proprietários dos empreendimentos agrícolas sobre sua opinião a respeito dos obstáculos que impediam a modernização da economia e da sociedade brasileira. Alguns desses depoimentos são notáveis. Pelo que conheço é um dos primeiros trabalhos de interpretação do país. Destaco a resposta de Rodrigues de Brito que entre outros problemas aponta a situação subordinada da mulher na sociedade, que segundo ele se transformava em impedimento a que esse setor da população pudesse constituir-se em mão-de-obra produtiva à economia da colônia. (Brito, 2004)

Mas se temas e dilemas convergem, esses autores contam com um reduzido instrumental analítico para a abordagem das questões sociais. Em outros termos, não existe um discurso específico que permita a convergência dos diálogos e mesmo o contraponto com outras sociedades e seus analistas.

Essa situação se altera partir dos anos 1920, com a crise do pacto oligárquico que impele os intelectuais ao diálogo sobre as razões da crise. Assim, discutem-se problemas da adequação das instituições vigentes ao perfil da sociedade brasileira, o transplante de ideias, costumes, comportamentos, etc. Nesse quadro vários movimentos, com características muitas vezes diversas, emergem: falo da mobilização católica em torno do Centro D.Vital, da revista "A Ordem", da semana de Arte Moderna e outros movimentos modernistas em vários pontos do país, do debate comemorativo dos 100 anos da independência entre intelectuais e políticos que faz um balanço sobre os rumos da República - que podemos acompanhar através do livro de Vicente Licínio Cardoso "À Margem da História da República"-, do movimento regionalista do Nordeste liderado por Gilberto Freyre, entre outros. Lembro ainda do projeto não completado de Oliveira Vianna de um estudo regionalista, cujos primeiros resultados aparecem em "Populações Meridionais do Brasil".

Mas será no decênio de 1930 que o processo de sistematização do pensamento sociológico avança, pois as explicações fundadas na sociobiologia e no determinismo geográfico, que servem de suporte para as explicações anteriores, serão questionadas. Nesse

movimento a figura de Gilberto Freyre será fundamental; em “Casa-grande & senzala” argumentará na direção de demonstrar a anticientificidade das afirmações sobre a inferioridade ou superioridade racial, e da restrição à consideração das formas sociais e culturais desenvolvidas nos trópicos como civilizadas. É possível afirmar-se que o movimento de constituição do discurso sociológico na bibliografia brasileira tem seu momento privilegiado nesse período. *Trata-se da linguagem, um dos elementos apontados por Antonio Candido como constitutivo do processo de sistematização.*

O terceiro ponto apontado pelo autor “*um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive*” no caso da sociologia se define mais claramente após 1930, e coincide, em alguns pontos com a institucionalização dessa disciplina.

Passo rapidamente ao processo de institucionalização das ciências sociais que compreende, naturalmente, o da sociologia. Quero enfatizar que não existe uma ruptura de fato na consideração da importância das análises anteriores, nas o contexto de transformação do caminho trilhado está associado às transformações políticas e institucionais desencadeadas pela denominada Revolução de 30. Nesse cenário a Sociologia vai tornar-se disciplina acadêmica, absorvendo as mudanças impostas por esse estatuto. Entre estas lembro a centralização da política educacional, a ênfase na formação dos professores para o curso primário, o surgimento de novas editoras, o lançamento de algumas coleções de livros de interpretação do país.

Sabemos que a institucionalização dos cursos de Ciências Sociais no país se dá, primeiramente na década de 1930, com a criação dos da Escola de Sociologia e Política, em 1933, da Universidade de São Paulo, em 1934, ambos na cidade de São Paulo e o da Universidade do Distrito Federal, em 1935, no Rio de Janeiro. Este último foi fechado com a extinção da UDF no início do Estado Novo, ressurgiu, inicialmente com outras características, na Universidade do Brasil, em 1939.

Também, é conhecido o fato desses cursos terem sido formados a partir da contratação de muitos professores

estrangeiros – por exemplo, a denominada missão francesa na USP, os professores americanos de Antropologia e Sociologia, na ESP.

Embora se possa falar de pesquisas importantes e publicações nos primeiros anos de atuação desses cursos – por exemplo, a revista “Sociologia”, publicada pela Escola de Sociologia e Política é de 1939 – os primeiros alunos que passam a atuar como professores na área se consolida como conjunto na segunda metade da década de 1940.

Não por acaso é esse o momento imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial. Trata-se, sem dúvida, de um período marcado pela crise – ou pelas crises – uma vez que não só é necessária a reconstrução material dos elementos que compõem as esferas econômica, política, social e cultural, como se configura uma tarefa áspera: Fazer um balanço das causas que levaram à barbárie, barbárie relacionada à própria questão do humanismo e, ainda, refletir sobre as formas de evitar-se uma nova queda. Naturalmente, trata-se de uma avaliação sobre a crise nos seus vários momentos, anteriores e posteriores.

Hannah Arendt, afirma que uma crise nos obriga a voltar às “velhas” questões e fazer dela mesma uma experiência e oportunidade de reflexão. Exige respostas novas ou velhas, mas, de qualquer modo, julgamentos diretos. Trata-se de um momento de grande importância na circunscrição e na ampliação do papel do intelectual, quando se coloca o perigo representado pela naturalização do conflito social e a consequente indiferença em relação ao sofrimento humano. Se isso ocorrer perde-se o senso crítico e essa perda traz um esvaziamento da substância constitutiva da atividade intelectual. Ilustram bem o período pós Segunda Guerra Mundial Jean-Paul Sartre editando a revista “Temps Modernes” e Elio Vittorini, com a publicação de “Il Politécnico”. Essas propostas se pautam por grande amplitude, pois não pressupõe apenas atuar na direção de mudanças nas condições materiais, mas de operar uma espécie de reforma moral referida à emancipação do homem. Pode-se dizer que se trata de um programa dos intelectuais europeus do pós-guerra que busca

resgatar os princípios iluministas esquecidos durante o período nazi-fascista. Poderia dar mais exemplos da retomada da questão sobre o compromisso do intelectual, mas creio que estes exemplos já são suficientes para continuar desenvolvendo a temática que proponho. As preocupações dos intelectuais europeus que viveram a guerra e em muitos casos, lutaram contra o nazismo e o fascismo como “partisans”, traziam para todos a necessidade de pensar o mundo, de sair da torre de marfim, de olhar além das suas limitadas fronteiras pessoais, comunitárias ou nacionais. (Bastos e Rêgo, 1999, pp. 7-41)

Nos anos 1950, essas questões levam à fundação de organizações internacionais, reunindo intelectuais e políticos, que abrigaram aqueles objetivos e que passaram a se preocupar com a miséria no mundo. Um dos mais fortes exemplos é o da atuação da UNESCO, agência da Organização das Nações Unidas - ONU. A área do conhecimento que ganhou força no sentido de denunciar, diagnosticar, analisar as causas da miséria e da fome, foi a área das Ciências Sociais, na qual a Sociologia assume destaque.

Assim, o grande tema da sociologia, tanto no plano mundial como no nacional é o da *mudança social*, assunto que alcançou importância dentro e fora dos meios acadêmicos. Nos anos 1950 a Sociologia se tornou linguagem privilegiada para a percepção das transformações ocorridas. Nesse momento, no Brasil três sociólogos, pertencentes a diferentes tradições teóricas, lideravam grupos dedicados ao debate não só dessa temática, mas sobre o papel do sociólogo no processo de *mudança provocada*. No Rio de Janeiro Luiz Aguiar Costa Pinto e Guerreiro Ramos; em São Paulo, Florestan Fernandes. (Villas Boas, 2006) No I Congresso Brasileiro de Sociologia, promovido pela Sociedade Brasileira de Sociologia em 1953, as posições diferentes, principalmente entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes aparecem explicitadas. A oposição entre ambos refere-se basicamente à denúncia de Florestan Fernandes ao processo uniforme de desenvolvimento que se aplica ao Brasil, desconhecendo-se que estamos diante de uma sociedade ou um sistema interligado entre partes, resultando que a absorção das medidas aplicadas se dá de forma desigual e combinada. Para

Guerreiro Ramos, membro do ISEB, a combinação da política – que entende basicamente como a ação do Estado – e da ciência garantiria um processo de desenvolvimento homogêneo, benéfico a toda a população.

Costa Pinto, dirigindo então o Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais, realiza em 1959 um seminário sobre resistências e obstáculos à mudança, colocando em debate ideias de intelectuais de vários países, apresentando interpretações em oposição. O diagnóstico de Costa Pinto, por exemplo, enfatiza os conflitos decorrentes da coexistência de duas ordens sociais – a “antiga” e a “nova” (Villas Boas, 2006, p. 76). Florestan Fernandes, embora salientando a importância do debate, não concorda com essa tese, explicitada na afirmação de Jacques Lambert sobre a existência de dois Brasis. Nas várias versões do livro “Mudanças Sociais no Brasil”, primeiramente publicado em 1960, refundido em 1974, revisto em 1979, lembra como a modernização se dá e se alimenta a partir da permanência do “tradicional”; as novas formas se nutrem das antigas. (Fernandes, 1974).

Assim, os debates da sociologia, nessa fase, desde 1958 até meados dos anos 60 estão associados a um movimento mais amplo que abarca preocupações comuns aos intelectuais dos países latino-americanos, bem como a iniciativas de diversos organismos internacionais que propiciam o debate comum dos problemas. Ilustram esse caminho e mostram o resultado dessas reflexões várias revistas lançadas nesse período: América Latina, no Rio de Janeiro, 1958; Revista Brasileira de Ciências Sociais, em Belo Horizonte, 1961; Ciencias Sociales: notas y informaciones, da Unión Panamericana, Washington, 1950; Revista de ciencias sociales, da Universidad Rio Pedras, em Porto Rico, 1957; Revista de ciencias sociales, na Costa Rica, 1956; Tiers monde, do Institut d'études du développement économique et social de l'Université de Paris, 1960; Latin American Research Review, da Latin American Studies Association, em Austin, 1965; Estudos Sociais, no Rio de

Janeiro, 1958². Isso sem esquecer os livros, relatórios e anais de encontros editados no período.

A Sociologia, nesse debate, ganha um lugar especial por várias razões. O estabelecimento do âmbito e das tarefas da Sociologia procura responder à formulação, presente nas sociedades latino-americanas, sobre a necessidade de planejamento do desenvolvimento. Comentando em 1967 o livro de Celso Furtado “Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina”, Simon Schwartzman (Schwartzman, 1967) lembra que as reflexões do autor – apresentando a tese de que o desenvolvimento espontâneo, depois da fase de substituição das importações não é mais possível e colocando como central a necessidade do planejamento –, são antes devedoras à sociologia política do que à economia.

Sendo o planejamento visto como tarefa não apenas técnica, mas política, envolvendo mudanças sociais, configura-se a tarefa de refletir sobre as articulações entre o Estado e a Sociedade, aquele encaminhando as necessidades, aspirações e reivindicações desta. Naturalmente, a noção supõe a participação ativa dos intelectuais no processo, pois o que estaria em questão seriam os movimentos políticos capazes de alterar as bases das estruturas de poder. Ora, o passo seguinte para a definição desse objetivo é o diagnóstico dos fatores estruturais que impedem o desenvolvimento. Aponta para um movimento de especialização da Sociologia e da Ciência Política, que possibilitaria o aprofundamento das pesquisas, indicando que o problema reside na quase ausência de comunicação entre essas especialidades. Assim, essas disciplinas poderiam assumir a investigação voltada ao diagnóstico, aprofundando “o estudo do que está ocorrendo no continente, sem chegar necessariamente a conclusões, mas pelo menos equacionando os problemas existentes. (...) Estamos em um momento em que é necessário mudar os

² Refiro-me a periódicos cuja publicação foi iniciada nesse período. Várias outras revistas haviam se firmado como importantes nas décadas anteriores, por exemplo: *Sociologia* (São Paulo, 1939); *Revista Mexicana de Sociologia* (México, 1939); *Boletín del Instituto Sociología* (Buenos Aires, 1942); a coleção *Cuadernos de Sociología* (México, 1947).

supostos, discutir o ‘evidente’, e estabelecer a comunicação e o diálogo entre as especialidades.” (idem: 6)

Se o período ditatorial fez calar por momentos certo debate intelectual, voltou-se pouco a pouco a certos temas. Naturalmente falar sobre os temas desenvolvidos nas Ciências Sociais nos anos 1970 e 80 é tarefa muito ampla. Lembrarei como, de modo geral, eles foram se alternando no desenrolar dos anos.

Nos anos 1970 encontramos uma grande produção sobre a questão agrária, pois diante da censura política o tema apresentava-se como uma das formas de denuncia das assimetrias presentes na sociedade. Em outras palavras, as políticas do governo militar voltadas à modernização e à ocupação territorial, ambas não descoladas das medidas de segurança adotadas, remetem diretamente às temáticas rural e agrária. Um dos eixos importantes da discussão, em grande parte acionado por um documento da CEPAL de 1966³ é o das *populações marginais*. Sem entrar agora no debate que o próprio termo *marginalidade* provocou, sendo posteriormente substituído por *exclusão* ou pela formulação mais ampla sobre o *processo de excludência*, lembro que a discussão sobre “arcaico” e “moderno”, tão presente nas reflexões anteriores decorre dessa definição.

É nesse quadro que, por exemplo, se encaixou a visão do “rural como atrasado”, como “obstáculo ao desenvolvimento”, que conduz várias pesquisas e justifica vários artigos. A grande pesquisa do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola – CIDA –, sobre *Posse e uso da terra e desenvolvimento socioeconômico do setor agrícola*, publicada em 1966, tem ampla divulgação na América Latina.

Nos anos 1970 e início dos 80 essa questão ganha outra dimensão. Passa-se a discutir a importância desses atores sociais e dos movimentos sociais que ocorrem no setor agrário como

³ O documento da CEPAL, muito debatido no período propõe a definição de marginalidade em três níveis: marginalidade radical, marginalidade por desajustamento e marginalidade em geral. Vide Luiz Pereira, 1971, pp. 159-178.

fundamentais para uma nova discussão sobre a política. O encontro das disciplinas – Antropologia, Sociologia, Política e História – redefinem o modo pelo qual se analisa a situação social, tanto no campo como na cidade.

Alguns passos da nova definição dos problemas urbanos já haviam sido dados na década de 1960. Exemplifico com os artigos de Richard Morse, *Cidades Latino-Americanas: aspectos da função e estrutura* e de Milton Santos, *As grandes cidades Latino-Americanas*, ambos na revista *América Latina*⁴. Esses dois autores continuaram suas reflexões no período posterior, enfocando novos aspectos da questão.

É importante lembrar as discussões sobre o papel do Estado, sobre os novos atores dos movimentos sociais, entre os quais se mostrava o peso da classe média urbana, debate que fazia parte das denúncias às restrições democráticas durante o período ditatorial.

Pós-abertura política, a partir de meados dos anos 1980, ganha força, também graças a um movimento internacional em torno da questão dos direitos, a reflexão sobre a questão democrática, não mais centrada apenas na questão da desigualdade, mas compreendendo, também a questão da diversidade. Volta-se ao estudo da vida privada, da identidade. Constata-se, naturalmente, o perigo de uma visão fragmentada da sociedade se os dois elementos não forem colocados em discussão de modo simultâneo. Nesse processo se redefine a questão nacional – resumindo, a discussão da necessidade/possibilidade de superposição das fronteiras da sociedade e do Estado. Em outros termos, a sociologia retoma sob outra ótica a questão da representação de todos os setores da população.

Temas culturais e políticos ganham espaço: diferenças culturais, respeito pelos direitos compreendidos nas fronteiras da cultura versus direitos universais, políticas sociais e políticas culturais, inclusão social, transformações do trabalho, questão de gênero, como atenuar os resultados negativos da exclusão histórica de vastos setores da sociedade.

⁴ Respectivamente: Ano V, nº 3, 1962, pp. 35-64 e Ano 6, nº3, pp. 85-90.

O mundo abre para as Ciências Sociais novos temas. Porém, outra vez, nos países onde a questão democrática chega com atraso – por exemplo o Brasil, países latino-americanos, países africanos – por vários motivos – colonialismo, escravidão e independência e abolição tardias – os desafios à reflexão são maiores. Por isso as tarefas da nova geração de cientistas sociais que agora está se formando é ampla, importante, necessariamente criativa e deve ter por base o conhecimento, a competência e principalmente o compromisso social e político. Ser cientista social hoje, como sempre, requer um incorformismo face às injustiças do mundo e o empenho com sua superação.

Bibliografia

- BASTOS. E.R e RÊGO. W.D.L. *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho D'água, 1999.
- _____. "A Sociologia e a circulação de idéias". In: *Linhagens do pensamento político-social no Brasil, Projeto Temático, 1º relatório*. São Paulo: FAPESP/CEDEC, 2009, pp. 300-314.
- CANDIDO. A. *Formação da literatura brasileira*. 6ª Ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- CHARTTERJEE. P. *The Nations and its Fragments*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- COSTA PINTO. L.A. "Panorama geral". In: COSTA PINTO. L.A e CARNEIRO. E. *As Ciências Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: CAPES, Série Estudos e Ensaio – 6 – 1955, pp.7-72.
- _____. "Introdução". In: *Anais do Seminário Internacional Resistências às Mudanças - fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1960, publicação nº 10, pp. 5-11.

- FERNANDES. F. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.
- _____. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vazes, 1977.
- _____. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *A Sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Nacional, 2ª ed., 1976.
- IANNI. O. *Sociologia da Sociologia*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Sociologia da Sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- LIEDKE. E. F. "Sociologia brasileira: tendências institucionais e epistemológico-teóricas contemporâneas". *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 9, jan./jun. 2003, pp. 216-245.
- LIPPI OLIVEIRA. L. "Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina". *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul./dez. 2005. Scielo.
- MAIO, M. C., VILLAS BÔAS, G. (orgs.). *Idéias de modernidade e Sociologia no Brasil*. Ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.
- NOBRE. M. "Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica". In: Axel HONNETH. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003, pp.7-19
- PEREIRA. L. *Ensaios de Sociologia do Desenvolvimento*. São Paulo: Pioneira, 1970.
- _____. *Ensaios sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Pioneira, 1971.
- RODRIGUES DE BRITO. J. *Cartas econômico-políticas sobre a agricultura e comércio da Bahia*. [1807]. Série FIEB – Documentos Históricos. Salvador: FIEB, 2004.

SCHWARTZMAN. S. “Subdesenvolvimento, revolução e Ideologia”. *Originalmente em Revista Latinoamericana de Sociologia*. nº 1, 1967. (site schwartzman)

VILLASBOAS. G. *Mudança Provocada. Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

ENTREVISTA AO PROF. DR. FRANCISCO DE OLIVEIRA: ENTRE CONTROVÉRSIAS E CONTRADIÇÕES DA SOCIEDADE BRASILEIRA

*Lidiane M. Maciel**

*Sara Freitas ***

- A figura simpática e polêmica do Prof. Francisco de Oliveira, comumente referenciado apenas “Chico de Oliveira” não passa despercebida no âmbito da academia brasileira. Formado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (1956), com especialização em Desenvolvimento Econômico pelo Banco do Nordeste do Brasil (1956), e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1992), o Professor Francisco de Oliveira dispensa apresentações devido sua importância no cenário do pensamento social brasileiro. Dificilmente um aluno de Ciências Sociais, pelo menos uma vez durante seus estudos não tenha tido contato com uma ou outra obra do autor. Alguns textos do mesmo, como “*A crítica a razão dualista*” publicado em 1973 pelo então, recém-fundado, Cebrap é considerado um clássico no debate sobre desenvolvimentismo no Brasil. Destaca-se também em seu currículo a importância que teve na atuação e implantação da SUDENE juntamente com o economista Celso Furtado, e na criação do Cenedic – Centro de Estudos dos direitos da Cidadania na Universidade de São Paulo.

* Mestre em sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, e doutorada pela mesma Universidade.

** Mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo e doutorada pela Universidade de Campinas.

Numa manhã, fria e cinzenta de setembro, em São Paulo, o Prof. Chico de Oliveira nos recebeu em seu apartamento e simpaticamente nos concedeu a entrevista aqui publicada, nela o Professor explora questões de cunho conjunturais e históricas da formação da sociedade brasileira, também nos apresenta o nordeste dos tempos atuais, e rememora sua trajetória intelectual dentro do Cenedic, por fim, também se posiciona em relação à política brasileira nos tempos atuais, assunto que tem sido um de seus preferidos nos últimos tempos. A *Idéias* – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – agradece ao Prof. Chico de Oliveira pela disposição em nos receber, e convida nossos leitores a apreciação da entrevista que segue.

Revistas Idéias: *Professor como visto em outras entrevistas¹, o senhor tende a conceber o nordeste não mais como uma região, então, o que seria o nordeste hoje? Considerando sua experiência de atuação na SUDENE², pensando também que o nordeste não é mais o grande problema do Brasil, visto que as periferias de São Paulo ou Rio Janeiro são tão problemáticas e pobres quanto a Região, haveria ainda disputas internas na “Região”, por exemplo, entre os Estados mais ricos Bahia, Pernambuco e Ceará, podemos ainda pensarmos em uma política de desenvolvimento e integração?*

Chico de Oliveira: Não é mais política de desenvolvimento, agora você repare que as disputas recaem sobre as empresas, a integração já houve, o que não quer dizer que há uma homogeneização do espaço econômico nacional. Em nenhuma parte do mundo esse processo é visto, salve alguns países da Europa, que tem havido um desenvolvimento que homogeneizou toda a região, mesmo assim se você verificar vai encontrar muitas diferenças que são interessantes, a França é um país que parece muito homogêneo, mas há diferenças que compõem as regiões, a Alemanha também, mas aquela parte que foi a República Democrática, menos desenvolvida, os Estados Unidos é a mesma coisa, não há homogeneização completa. O Brasil não é exceção houve integração, no sentido de que os ciclos econômicos obedecem à mesma lógica, uma empresa não vai para o nordeste mais pensando que vai dominar aquele mercado e o subdesenvolvimento sendo sua defesa, então você pode citar casos de empresas e isso encontra uma política de governadores que tenta manter os incentivos “puxando a brasa para sua sardinha”, mas com um enorme esforço e gastando os recursos de seu Estado, aí você pode citar empresas, e isso é sinal de integração.

¹ Como em: RIDENTI, M, S. e MENDES, S, F. Do dualismo ao ornitorrinco: entrevista com Francisco de Oliveira. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 25, 66, p. 601-622, Set./Dez. 2012.

² Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada em 1959.

Revista Idéias: *Considerando essa política empresarial da qual o senhor fala, qual é o impacto para os trabalhadores? Quando as empresas saem do sudeste e vão para o Nordeste, por exemplo...*

Chico de Oliveira: Esse é um dos pontos que as empresas aproveitam, a organização dos trabalhadores é mais precária do que no sudeste, e eles não tem o grau de organização que se tem no sudeste, isso ainda atua como um benefício para as empresas que vão para lá, mas também não muito, não é mais como no passado, em que o esforço de integração davam certo, não podemos esquecer que em alguns Estados com em Pernambuco, na área metropolitana do Recife, os trabalhadores tinham uma tradição de organização política, que era mais alta do que em outras regiões do Brasil, mas isso também não ocorre mais, a própria queda dos partidos de esquerda faz com que eles não tenham mais instrumentos políticos, eles não vão brigar com as próprias mãos.

Revista Idéias: *E sobre a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PcB), o que o senhor fala?*

Chico de Oliveira: O partidão era muito forte no Recife e influenciou a esquerda, possibilitou, por exemplo, que Miguel Arraes se elegeisse três vezes no Estado de Pernambuco, a última eleição dele ainda estava baseada na memória, já que em décadas anteriores ele dava de “lavada” na oposição, e qual era a diferença em relação aos outros candidatos? Era a base social, formada majoritariamente por trabalhadores, olhando comparativamente com o Brasil, eles eram radicalmente à esquerda.

Revista Idéias: *E na Bahia, havia também tamanha organização?*

Chico de Oliveira: Não, na Bahia era menos, e em outros estados do Brasil, então, salve o Rio que ainda tinha uma organização política mais consistente, Rio Grande do Sul, com o *gauchismo*, não havia outros, já São Paulo era relevante por conta da organização dos trabalhadores, a região que nós conhecemos hoje como ABC

paulista era uma região “vermelha”, todos esses municípios operários eram vermelhos, mas o próprio desenvolvimento operário foi desgastando essas identidades políticas, e hoje se você der um berro perguntando quem aí é do Partido Comunista em São Bernardo você é preso, não pela questão política, mas porque está perturbando a paz pública, as pessoas querem dormir...

Revista Idéias: Podemos falar em uma cultura do individualismo?

Chico de Oliveira: Não chega ser uma cultura do individualismo. O individualismo no Brasil é pouco fincado em bases sociais, é mais calcado no consumo, não temos uma cultura propriamente individualista no Brasil, ao contrário dos países liberais, o êxito está no ter um emprego.

Revista Idéias: O senhor poderia dizer que há pequenos mecanismos que são gestados no cerne da sociedade geram esse conformismo e amortecem assim o conflito social?

Chico de Oliveira: Há conflitos, mas são de outra natureza hoje, não é mais o político diretamente que está em jogo. O conflito social dificilmente se transforma em conflito político, deixa rastros, bastante tênues, mas, é de outra natureza, não forma mais consciência política da forma com fez no passado, o fato de São Paulo ter elegido conservadores e reacionários, nos últimos tempos, nos mostra que houve uma mudança na percepção das classes, que continuam sendo classe sociais, em relação à política.

Revista Idéias: Em uma das entrevistas³ o senhor disse que o Brasil estava sendo dominado por “gangues” que monopolizam o Estado, que não necessariamente constitui uma classe. Aí, então, teríamos disputas bem definidas dentro do próprio Estado: do empresariado, dos movimentos sociais, dos segmentos que se formam dentro dos partidos, como o senhor vê esse processo?

³ Roda Viva – Tv Cultura 12 de julho de 2012.

Chico de Oliveira: O termo gangues eu usei para provocar, mas eles se comportam como verdadeiras gangues e não como partidos políticos, nós temos pedaços do Estado sendo apropriados dentro dos partidos. Agora mesmo um partido como dos Tucanos, a disputa que há entre eles, mostra que a raízes do partido se deram pela à apropriação diferenciada de setores importantes da economia, fazendo, assim, uma política de favores pouco republicana, agora é mais visível, mas é uma coisa que todo mundo já sabia. Eu tive o privilégio de trabalhar no setor de planejamento, que tentava vender seu serviço às empresas, a gente sempre sabia quem dominava as grandes licitações, o jogo de cartas marcadas, é isso que eu digo quando me refiro a comportamento de gangues, no PT também tem.

Revista Idéias: O PT, PSDB, enfim, todos os partidos querem tirar sua fatia de bolo, e isso é um reflexo da sociedade em que vivemos? Como pensá-la hoje? Podemos então considerar que vivemos em uma sociedade autoritária, que guarda muitos resquícios da ditadura? Como poderíamos então questionar o tempo em que vivemos? Como o senhor viu as manifestações de junho de 2013? Há possibilidade de mudança se despontando?

Chico de Oliveira: Eu tendo ser cético, não acho que isso se transformará em movimento político consistente que possa lutar por transformações, foi importante, ninguém suspeitava daquilo, não há nenhum sociólogo que previu que algo como aquilo pudesse ocorrer, mas há um elemento de imediatismo que não transforma o próprio protesto em outra coisa, para isso é preciso termos base social e o que se sabe é que a base social majoritária nessas manifestações não era operaria.

Revista Idéias: Foi dito que os participantes das manifestações eram filhos do que hoje se chama de “Classe média”, que acessou a universidade, e bens de consumo, mas que ainda não obtiveram tudo o que lhe fora prometido nos anos recentes pelos governantes...

Chico de Oliveira: Alguma coisa aconteceu, isso não tenho dúvida, mas acreditar que isso se transforme em um movimento que coloque em cheque algumas estruturas de poder e dominação é um passo largo, eu não acredito que seja uma transformação imediata. Mas também pode ser, pois o que a sociedade tem de interessante é que ela é imprevisível, por mais que nossas ciências tentem acompanhar e prever, o momento da ruptura é imprevisível, não houve nenhum intelectual que previsse as manifestações de junho de 2013, depois das grandes revoluções a gente mitifica a capacidade dos grandes revolucionários de prevêê, mas em parte isso é falso. Na revolução russa, uma das últimas grandes revoluções que é nitidamente de classe em abril de 1917, por exemplo, Lênin era reformista, vivia na clandestinidade, se você ler as teses de abril, o último documento dos reformistas, você vê o que aquilo previa constituinte, etc... É a revolução que faz os revolucionários.

Revista Idéias: E a nossa Revolução burguesa?

Chico de Oliveira: Já se realizou.

Revista Idéias: Pela ditadura?

Chico de Oliveira: A ditadura foi o golpe final, o que completou, pois em uma revolução nem tudo é uma maravilha, tem sempre seu período violento, no Brasil o período violento dividiu-se em duas partes de 1930 até 37 em que Getúlio Vargas, marcou um período de instabilidade, porém, ele consegue domar as forças revolucionárias tanto de direita quanto de esquerda, aí nós atravessamos um largo período até 1964, quando de novo a sociedade é posta a prova, e há outro período violento que completou a “burguesização” do Brasil, a partir daí você tem a formação de partidos diferenciados por essa áurea revolucionária, o PT, por exemplo, mas na verdade esse nunca foi revolucionário. Os tucanos nem se fale, então nossa sociedade hoje é muito parecida com a de trinta, extremamente modificada pelo desenvolvimento

econômico, cujo aburguesamento foi completado pela ditadura de 1964, portanto esse período fez o trabalho de parto necessário, então temos uma criança tirada pela metade, ela veio e completou-se todas as instituições e estilo de vida atuais são derivadas da fusão de 1930 com 1964.

Revista Idéias: Sobre o esse estilo de vida, quais são os valores que move essa sociedade?

Chico de Oliveira: São valores burgueses, a gente não dá esse nome porque na história real e na história das ideias falar dessa história burguesa é forte, embora a gente tenha. É difícil falar dessa maneira, mas são os valores burgueses que hoje constituem a grande sociedade, o Brasil demorou a ser burguês completamente, mas esses valores burgueses, como eu disse anteriormente, foram completados por 1964.

Revista Idéias: E esses valores o senhor vê que pairam por todas as classes?

Chico de Oliveira: Sim, pairam sob todas as classes.

Revista Idéias: Então, como pensar os “pobres” hoje?

Chico de Oliveira: Os valores dos pobres, por mais contraditório que seja são burgueses, os jovens, por exemplo, buscam o emprego fixo, o que não será mais possível visto a maneira como o capitalismo está se estruturando, estão todos em busca das regalias que todas e quaisquer sociedade burguesa dá a seus membros.

Revista Idéias: Ainda há busca por direito?

Chico de Oliveira: Alguns direitos não são pensados com direitos, se você fizer algumas entrevistas com essa população dificilmente você encontrará como primeira afirmação à busca por

direitos, assim os direitos também serão pensados com direitos burgueses, e como vocês sabem, direito não é uma coisa natural, eles são uma invenção histórica e social, se vocês fizerem essa pesquisa verão que os direitos aparecerão de uma forma muito enviesada.

Revista Idéias: Não há um reconhecimento da cidadania entre eles?

Chico de Oliveira: Bom, eu não considero nessa postura aí que você fala, essa postura é nossa (sociólogos), eu penso que eles – “os pobres” – podem exercer bem mais que nós, por exemplo, eles podem ser membros do sindicato, do partido, nós da chamada classe média não participamos dessas questões. Mas a questão dos direitos não virá de maneira definida. A questão da cidadania aparece em torno do emprego, sempre o emprego, ele é a via na qual a classe trabalhadora brasileira ascende à cidadania burguesa, e, sobretudo, o que está ficando cada vez mais difícil, eles até acessam a carteira de trabalho, mas os direitos trabalhistas foram destruídos. Tudo gira em torno do registro. A concepção dos direitos começa com a aquisição de uma carteira de trabalho.

Revista Idéias: Sobre essa questão dos direitos, nos fale um pouco da experiência no CENEDIC – Centro de Estudos dos direitos da Cidadania, FFLCH, USP, – a parceria do senhor com o grupo de pesquisa da Profa. Dra. Maria Celia Paoli e a da Profa. Dra. Vera Telles, cujos debates sobre os movimentos sociais foram importantes para as Ciências Sociais brasileiras, e sobre a fase atual do Centro com a saída dessas pesquisadoras e a entrada do Prof. Dr. Rui Braga, e do próprio Prof. Dr. André Singer, também gostaríamos que o senhor falasse mais da política nessa Era de Administração, esses novos pesquisadores acreditam em outras formas da política, o André Singer, por exemplo, acredita nas políticas desenvolvidas pelo Governo Lula, há alguma possibilidade de virada intelectual no Cenedic?

Chico de Oliveira: Não há de fato uma virada, pois a pessoa que está mais a direita no Núcleo é o André Singer, ele não é de direita, mas é o que está no Cenedic mais a direita, no sentido que ele acha que os mecanismos mais liberais são suficientes para fazer política, mas isso é compensado com a entrada do Rui, ele é decididamente de esquerda, pertence, por exemplo, ao PSTU. O Cenedic hoje é um sujeito a procura de um nome, ele não é mais o que foi com Maria Celia, os debates não tem mais aquela marca, que era muito diferenciada dentro da própria FFLCH (Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas), esse debate chegava a ultrapassar as própria barreiras da FFLCH, hoje não tem mais, hoje é muito mais composição não há uma marca tão marcante, a Maria Celia se afastou, o Laymert também saiu, eu diria que a entrada do André e do Rui, configura de outra maneira o ser do Cenedic, sem que se possa dizer de uma maneira taxativa que o núcleo é direita ou esquerda, não era também porque Maria Célia e Vera estavam mais interessadas nos movimentos sociais e não perceberam que havia uma partidarização dos movimentos sociais, então nós somos hoje um personagem em busca de ator.

Revista Idéias: O que o senhor proporia algo a esse ator?

Chico de Oliveira: Eu não proporia nada, eu acho que está ótimo. O André foi uma excelente aquisição, pois ele é muito bom e leva a política muito a sério e tem um tratamento pessoal que pouco de nós temos, o Ruy tem militância, então ficou ótimo.

Revista Idéias: A partir dos anos 1990 temos uma forte “onguização” da vida pública, e também a entrada do empresariado no jogo. Vejo que quando a sociologia aborda a sociedade civil são os movimentos o grande tema, as ONGs, e o orçamento participativo são abordados parcialmente, porém o empresariado nunca está presente nesse bolo. O empresariado, por exemplo, é sempre lembrado em relação à luta de classe e elite, mas não podemos esquecer que ele hoje através de institutos e associações estão presentes na vida pública, quando não financiando

ONGs e Movimentos Sociais. No campo da cultura, por exemplo, eu não vou citar aqui o nome...

Chico de Oliveira: Pode citar....

Revista Idéias: O Itaú, por exemplo, tem 26 anos de existência, e se fomos discutir cultura hoje, nós temos do Governo Lula para cá, leis como a Rouanet, não sendo usadas de maneira complementar, mas como a própria política de cultura. E cada vez mais o setor privado vem ocupando o espaço da produção da cultura. Parece-me que o próprio setor empresarial está nessa captura, numa batalha pela construção de uma hegemonia, como o senhor avalia isso? Esse financiamento empresarial na cultura, por exemplo...

Chico de Oliveira: Isso aí decorre do fato de que os partidos políticos não conseguiram fazer essa ponte, digamos que classicamente eles seriam as instituições que apanhariam esses movimentos da sociedade e o transformaria esse movimento em política, os partidos políticos não dão conta disso, então o empresariado percebeu que aí há um buraco enorme e então direcionaram seus esforços, é tudo uma questão de falência das instituições da política, eles não há o que representar e os partidos não conseguem fazer essa representação. Veja o caso do DEM, que junto com o PT são os mais velhos, da nova safra de partidos, o DEM acabou-se, como é possível pensar que tenha se acabado um partido com bases e programa tão diferenciados do PT? Então acabou-se, ele não é mais nada, meio que jogou um pouco sua herança para os tucanos. E os tucanos que não eram propriamente um partido de direita foram, pela ausência do DEM, empurrados para o centro – não é possível dizer em sua consciência que Fernando Henrique, Zé Serra eram de direita, eles não eram – e o PT mais a esquerda foi sendo também empurrado para o centro, nesse momento nós temos dois partidos de centro, nenhum de esquerda e nenhum de direita.

Revista Idéias: E o PSOL?

Chico de Oliveira: O PSOL nasceu para fazer a crítica ao PT, mas os movimentos sociais que pode lhe dar base já estavam engajados no PT anteriormente, então o PSOL é também um personagem em busca de ator, ele não tem a capacidade agregativa que o PT teve nos seis primeiros anos, ele ficou como um partido que faz a crítica pela esquerda e só.

Revista Idéias: *Então, dessa maneira, o senhor acha tem segmentos privados assaltando o Estado? Qual o papel dele nessa nesse cenário?*

Chico de Oliveira: O papel do Estado ainda é redistribuir, porém ele muitas vezes não cumpre esse papel. Nesse intermédio, ele, digamos não se apropriou dos instrumentos necessários para fazer uma nova política cultural. A cultura é só um exemplo, né? O Estado não criou uma nova forma de atuar, embora seja uma ilusão de ótica, pois na verdade os recursos captados são todos estatais e apropriado pelo setor privado para fazer política cultural, mas o Estado mesmo não desenvolveu novos mecanismos, novas percepções, de como deve fazer cultura para a grande massa. O resumo da ópera é que o Estado e os partidos não têm a capacidade, numa sociedade de massa que é a Brasileira, pobre, dirigi-la como uma sociedade de massas, e também não se pode dirigir a ela em termos elitistas, a sociedade é incrível, porque quando você se dirige a ela em termos elitistas ela se transforma em massas, as mais recentes manifestações eram todas de multidão.

Revista Idéias: *E, Professor, as manifestações de junho te remeteram então a massas?*

Chico de Oliveira: Sim, lembra massa.

Revista Idéias: *Nessa ocasião, por exemplo, nós assistimos uma grande recusa a partidos políticos.*

Chico de Oliveira: Mas, mesma a coisa da cultura, o que houve com as grandes multidões? Consumo em massa!

Revista Idéias: *Essa recusa das manifestações aos partidos é uma recusa à política?*

Chico de Oliveira: É uma recusa à política que configura um paradoxo visto que estavam fazendo política, quando a recusavam. O prefeito de São Paulo na época se mexeu para dar aquilo que parecia ser uma reivindicação do movimento, e na verdade não era, na falta de uma bandeira específica o movimento congregava todo mundo, pois aquele movimento que saiu às ruas não era só por conta desses vintes centavos, isso não me toca.

Revista Idéias: *E o argumento sobre a violência policial que teria reforçado a movimentação em um primeiro momento?*

Chico de Oliveira: Não foi isso. Eu repito que isso não me toca, é pouco! A sociedade tem sido como um *Rei Midas*,⁴ tudo que ela toca vira massa, não há jeito e nem pode, isso não é um sociedade elitista, a gente acusa muito ela de ser elitista, mas não é verdade, a gente é tudo menos elitista, temos alguns setores muito rarefeitos que se apresentam como elitista, mas a nossa sociedade é de massas, e você pode verificar que tudo que tem êxito no Brasil é de massa, senão não cola, não cola e nem aparece. Alguns movimentos são claramente elitistas, por exemplo, a Sala São Paulo⁵, mas te pergunto: Ela é popular? Não, ali realmente é uma coisa de elite.

Revista Idéias: *É interessante o espaço onde a Sala São Paulo esta localizada, não é? Pois, a região da Praça Júlio Preste é tomada por uma enorme crackolândia, e então temos uma enorme segregação entre*

⁴ Personagem da mitologia grega.

⁵ Sede da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo – OSEP.

a população que circula ali a noite, principalmente nos finais de semana, ou seja, o público da Sala São Paulo e os moradores da Praça não se tocam.

Chico de Oliveira: Não se tocam, eu mesmo vou de sábado à tarde, e como as outras pessoas eu não quero me misturar com o Crack, aquele espaço é nitidamente elitista. Desconsiderando esse espaço, os outros movimentos na área da cultura não são tocados pelo Rei Midas, não se tornam movimento de massa, o êxito de qualquer movimento no Brasil urbano só se dá se for de massa, se não nem arranha a superfície.

Revista Idéias: E Professor, qual é a pior consequência da formação de uma sociedade de massa no Brasil?

Chico de Oliveira: A pior consequência é que mesmo tendo nos transformados em uma sociedade de massa, mantivemos como base todos os estigmas da desigualdade, ela não dissolveu nenhuma das grandes desigualdades, às vezes nós tendemos a pensar pelo lado do consumo, todo mundo hoje consome todas as coisas que a indústria é capaz de produzir, mas isso é superficial, decisivo é identificar aqueles pontos que não se transformaram ainda em mercado, é isso faz a diferença, qualquer política de Estado que ajude a dissolver os estigmas da longa formação histórica brasileira tem que tocar nas formas que ainda não são necessariamente mercadorias.

Revista Idéias: E questão redistribuir de renda, que hoje se fala, a partir de nossas riquezas naturais, por exemplo, dos Royalties do Pré-Sal que iriam para educação?

Chico de Oliveira: Isso é uma enorme questão e piedosa, você acha mesmo que Petrobras vai distribuir riqueza? Não, ela vai usar isso para se fortalecer no conjunto internacional, e não está interessada em distribuir riqueza. Nós temos uma sociedade que enquanto crescia radicalizou a desigualdade, o capitalismo não tem interesse de reduzir desigualdades, isso já foi, se você lê

o *Manifesto do Partido Comunista*⁶, você se surpreenderá que Marx tenha notado um vigoroso processo civilizatório com o capital nos países centrais ao libertar o servo da gleba, processo que nos países da periferia não pode se desenvolver. Quem matou a charada, depois dos grandes clássicos brasileiros foi Florestan Fernandes, ele disse: “Esse país não pode ser democrático porque ele chegou na rabeira do progresso técnico do capitalismo, ele não cria progresso, mas o que é impossível de não fazer, ele cria seu opositor que é o operário”, porém, o capitalismo brasileiro não é revolucionário, então como ele trata do proletariado? Ele trata *a pau*, ou seja, pela violência, ele só pode tratar *a pau*, pois se não essa criatura vai tomar o lugar dele, isso é Florestan em *A revolução Burguesa no Brasil*⁷, essa é uma chave explicativa magnífica que nos ajuda entender os esforços interpretativos de Caio Prado e Gilberto Freyre, ele matou a charada ali, então a periferia não pode ser revolucionária.

Revista Idéias: *Mas essa periferia da qual o senhor fala convive com o moderno?*

Chico de Oliveira: Sim, mas ser moderno não é necessariamente ser revolucionário, ele convive com o revolucionário porque é obrigado.

Revista Idéias: *E na visão do senhor como são produzidas as justificativas para essa desigualdade? Pois é, elas são necessárias, não?*

Chico de Oliveira: Não, ninguém está preocupado em justificar a desigualdade, isso aí é papo de intelectual.

Revista Idéias: *Isso é coisa de sociólogo?*

⁶ MARX, K. & ENGLES, F. O manifesto do Partido Comunista. São Paulo. Boitempo editorial. 2011 (1848).

⁷ FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

Chico de Oliveira: Sim, imagina que Eike Batista está minimamente preocupado com a desigualdade? Ele vive dela, porque vai se preocupar.

Revista Idéias: *Mas eu ainda posso dizer que é esse esquema de repressão que mantém a classe trabalhadora paralisada como nos trabalhos dos anos 1980 do Prof. Lúcio Kowarick?*

Chico de Oliveira: Não, não precisa de repressão.

Revista Idéias: *Essa repressão está internalizada?*

Chico de Oliveira: Isso! Há um internalização dos valores burgueses, e isso que conta. A gente faz sociologia assim do cotidiano, eu tinha uma moça que trabalhava aqui comigo, a conversa dela era comprar um carro, eu entrei com meu papo de sociólogo da USP e disse fulana, você sabe o que é comprar um carro? O que ele vai envolver de tua renda? De seu marido? E ela olhou para mim e deu uma resposta que matou a minha argumentação, ela disse: “o senhor não pode ter? Porque que eu não posso?” Ai ela matou, a partir dali eu não disse mais nada, o que ela estava expressando é que ela também é burguesa. Ela não me disse isso com todas as palavras porque ela não era da USP.

Revista Idéias: *Mas os valores estão ali.*

Chico de Oliveira: Isso, os valores são burgueses.

Revista Idéias: *O Professor apresenta algumas reflexões, em suas entrevistas recentes, bastante baseadas em Norbert Elias⁸, no entendimento da sociogênese e a psicogênese como chave explicativa para*

⁸ ELIAS, N.O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., Volume 1. 1994.

a sociedade atual, há uma ciências sociais ou sociologia hoje no Brasil preocupada em traçar esse tipo de explicação para os processo sociais?

Chico de Oliveira: Muitos fazem, mas vão fazendo aos pedaços. O Laymert, por exemplo, enfim, mas o que ele faz é unir cultura e tecnologia. Mesmo para nós aquilo que ele produz é quase grego, é preciso ouvir com muita atenção para entender o que ele está dizendo. Isso é a sociedade atual está permeada por um tipo de conhecimento derivado do capital, ela se reproduz assim, por isso Eike Batista não irá pensar em desigualdade, pois ele vive dela.

Revista Idéias: *Então, se para o senhor para entender a sociedade como ela está posta é necessário entender sua sociogênese, quais os desafios teóricos metodológicos a serem enfrentados pelos sociólogos?*

Chico de Oliveira: Você tem que estabelecer os parâmetros iniciais, o fato de lidarmos com uma sociedade periférica é decisivo, esse é o ponto de partida, e nem sempre foi assim, pois o Brasil entrou na Divisão Internacional do Trabalho, na vanguarda e não na retaguarda, ser produtor de açúcar no século XVII era estar na vanguarda da indústria. Nós fomos os principais produtores de açúcar e isso gerou uma sociedade desigual. De modo que é preciso remontar esses processos para entender a fonte e a origem da desigualdade no Brasil, hoje, entender a origem de nossa condição periférica é o ponto decisivo, estávamos na vanguarda do processo de produção no século XVII, mas não éramos nós que produzíamos o processo técnico capaz de fazer da cana a açúcar.

Revista Idéias: *Em relação aos países do BRINCS⁹ ou os países que compõem o Mercosul¹⁰, o senhor visualiza uma perspectiva de integração sul-sul provoca-nos a pensar em uma periferia mais integrada?*

⁹ Grupo de países considerados emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China, e à África do Sul.

¹⁰ Formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Chico de Oliveira: Você acredita nisso? Qual é o grau de integração do Brasil com a Argentina? Qual é o grau com a África do sul? Isso é conversa para boi dormir, ao contrário, o que temos hoje é uma força de trabalho que se tornou móvel devido, e cadê os movimentos contestatórios dos trabalhadores?

Revista Idéias: Em sua visão a mobilidade da força de trabalho ajuda desmobilizar a organização da classe trabalhadora?

Chico de Oliveira: Sim.

Revista Idéias: Porque ora temos esses trabalhadores aqui em São Paulo? Ora na construção da hidrelétrica de Giral, por exemplo?

Chico de Oliveira: Pois é, e isso não cria identidade, essa grande mobilidade desmobiliza os trabalhadores enquanto classe. Nós aqui ficamos aqui esperando que o antigo operariado se manifeste... Bom o antigo operariado é Lula, foi inteiramente absorvido e têm os mesmos valores, esse é o grande aburguesamento que te digo. Se você vasculhar vão encontrar Lula dizendo que é famoso e pobre, gostaria de ser anônimo e rico, ele pertence às categorias que mandam no Brasil hoje, isso não quer dizer que classe dele subiu...

Revista Idéias: Essa classe operária da onde surgiu Lula ainda existe, algum tempo atrás eu vi uma palestra do Prof. José de Souza Martins e ele dizia do desaparecimento dessa classe operaria que gerou o Lula, não sei, se enquanto organização ou mobilização.

Chico de Oliveira: Não... Não existe, porque o desenvolvimento do capitalismo liquida com ela, não é porque foram para outro lugar, não, ela foi liquidada de fato, em outras palavras esse desenvolvimento aburguesa classe operaria, não tem com o que se surpreender... Existe algum grande movimento de contestação nos EUA desde o século passado? Não, esse é um processo de aburguesamento, faz uma extensão apática, então

aqui... Esse operariado se dissolveu entre o emprego fixo bem remunerado em comparação com a grande massa de trabalhadores, bom, dissolveu entre um carro e uma casa, esse são valores.

Revista Idéias: Minha casa minha vida?

Chico de Oliveira: Que nada, Minha casa minha vida é para os pobres, ele não querem saber em se meter em confusão para salvar o planeta terra, de jeito nenhum.

Revista Idéias: Dado esse programa, alguns analista dizem que os construtores aumentarão o valor do metro quadrado, pois assim alavancariam seus lucros.

Chico de Oliveira: Claro.

Revista Idéias: Sem contar que a população também vai sendo empurrada cada vez mais para longe do centro, do seu trabalho, vão bem mais para a periferia.

Chico de Oliveira: É como o governador de minha terra diria: “De Maracagalha para lá... E bem para lá”. Você vai liquidando com os elementos de solidariedade, pois classe social não é apenas um lugar na produção, sem ela a produção não existe de fato, mas só com ela se firma, você tem que ter o lugar da produção e o projeto de classe, projeto de classe não precisa pedir assessoria de sociólogo, projeto de classe é ter um objetivo dentro das condições de dominação vividas.

Revista Idéias: A classe burguesa no Brasil ainda tem algum projeto?

Chico de Oliveira: A burguesia não tinha um projeto diferenciado, a questão dela era conseguir a dominação, e a dominação você vai fazendo nas condições que são dadas nesse estatuto periférico, esse estatuto retira a áurea civilizatória, você

não domina exatamente o capitalismo, você é também dominado, isso é o estigma da sorte, não é só porque tivemos escravos. Os EUA também tiveram, não é atoa a parte pior dos Estados Unidos estava no sul exatamente onde o escravismo vigorou ao ponto de ter fazenda de criação de escravo, o que é uma coisa que nem dá para pensar. Apesar disso os Estados Unidos conseguiram tornar-se uma sociedade menos desigual, não é mais desigual, mas é menos desigual, a Guerra civil americana foi importante para isso, nós não tivemos guerras desse gênero, mas o fato de que éramos os principais comerciantes de reservas de força de trabalho fez com que tenhamos o que você vê hoje, você não precisa, por exemplo, colocar anúncio nos jornais a procura de uma empregada doméstica (risos) basta as pessoas saberem que eu estou precisando de uma empregada e aqui a fila será enorme, agora depois de muita luta é que chamado que os direitos trabalhista começam ser aplicado as empregada, por exemplo, essa é a nossa sociedade capitalista e desigual.

DA ESSÊNCIA DA CULTURA (1908) GEORG SIMMEL

*Traduzido por Henrique Buonani Pasti**

Abril de 1908

O conceito de natureza cerca-se de uma confusão, por meio da qual é possível falar, na época da empiria exata e do ideal de conhecimento matemático da “natureza”, de uma força uniforme que “produz” os fenômenos isolados, que seria “incondicionalmente verdadeira” e cujas leis “obrigam” o seu próprio cumprimento. O conceito de natureza integra frequentemente o papel místico-mitológico do conceito antigo de Deus. Essa inadequação parece-me fundamentar-se no fato de que a natureza vale como uma entidade (*Wesen*) absoluta, ao invés de uma *categoria* sob a qual os conteúdos do ser (*Sein*) são considerados e ordenados; assim como esses conteúdos formam um domínio da natureza, eles formam também um domínio da arte, da religião, da sistemática conceitual. Partindo dos conceitos dominantes, alcança-se certos aspectos dos fenômenos, certas possibilidades de ordená-los em uma série unívoca, e o conceito de natureza — composto de elementos de causalidade, substâncias, energias e formas de tempo e espaço — é apenas um desses conceitos; ele deve assim ser compreendido em sua essência unívoca (*einheitlichen Wesen*) apenas pela oposição ou pela relação com outros conceitos que formam, da mesma matéria, aqueles outros complexos, de cuja totalidade a circunscrição de nossa vida se apropria mas vivencia efetivamente apenas partes

* Doutorando em Sociologia pelo IFCH – Unicamp.

fragmentadas e variáveis. Agora, o fato de que cada um de tais complexos seja apenas uma abordagem e arranjo dos conteúdos M, ou um recorte desses conteúdos, mas não uma existência (*Dasein*) absoluta que os monopoliza para si, é recíproco ao fato de que cada um encontra seu sentido específico e seus limites legais só na relação com um outro, isto é, só quando se supõe o mesmo conteúdo de uma ou de outra categoria, o significado desse mesmo conteúdo ilumina-se inequivocamente. Desse modo, demonstra-se a pluralidade de conceitos que o conceito da natureza cobre. Se uma religião fala da natureza como obra do demônio e lugar da impureza por confrontar, aqui, a ideia de um reino divino, essa natureza é algo completamente diferente do que a natureza que um artista moderno celebra como a epítome de seu valor, porque ele opõe a ela algumas formas artísticas dependentes de ideias arbitrariamente preconcebidas. A natureza que Kant designou como nosso mundo de representação, como o produto de nossa mente e nosso entendimento é algo totalmente diferente da natureza que a ética estabelece quer como aquilo que deve ser superado em nós ou como o ideal que deve prover as linhas mestras de nossa ação. E uma nova função dela revela-se quando se lhe opõe a categoria de cultura, cujo significado também por sua vez só se desdobra nessa oposição.

Toda série de eventos que emerge da atividade humana pode ser considerada como natureza, isto é, como um determinado desenvolvimento causal em que cada estágio atual deve ser compreensível a partir da combinação e das forças em tensão da situação precedente. Neste sentido também não é preciso fazer qualquer distinção entre natureza e história em vista de que aquilo que denominamos história, considerada puramente enquanto sequência de eventos, aparece na combinação natural dos eventos mundiais e seu reconhecimento causal. Mas tão logo qualquer dos conteúdos dessas séries recai sob o conceito de cultura, desloca-se o conceito de natureza para um significado mais fechado e, por assim dizer, local. Pois o desenvolvimento “natural” da série vai só até certo ponto, em que ele é descolado do cultural. A pereira silvestre dá frutos duros e azedos. Com isso o desenvolvimento ao

qual ela pode chegar em seu crescimento selvagem chega ao fim. Neste ponto intervém a vontade e o intelecto humanos e a árvore é levada por todo tipo de influências a produzir a pera comestível, isto é, ela é “cultivada”. De forma semelhante imaginamos que o desenvolvimento da espécie humana, por meio da organização físico-psíquica, da hereditariedade e da adaptação, alcançou determinadas formas e conteúdos de existência aos quais se ligam então apenas processos teleológicos para guiar as energias previamente encontradas a um nível negado a princípio às suas possibilidades de desenvolvimento até o momento. O ponto em que se encontra esse descolamento das forças de desenvolvimento marca o limite entre o estado de natureza e o de cultura. Mas, como também este último é derivado causalmente de suas precondições “naturais”, em primeiro lugar, vem à tona que natureza e cultura são apenas duas abordagens distintas do mesmo fenômeno; em segundo lugar, que a natureza aparece aqui em dois sentidos distintos: primeiro como o complexo universal de fenômenos relacionados em sucessividade causal; e também como uma fase do desenvolvimento de um sujeito — nomeadamente aquela na qual se desdobram impulsos subjacentes em si mesmo e que termina assim que uma vontade inteligente dispondo de meios assimila essas forças e, com elas, guia o sujeito a estados que ele, por si só, não poderia alcançar.

Se no entanto o conceito de cultura parece coincidir em geral com o de atividade teleológica humana, faz-se necessária, aqui, uma restrição que apresente apenas sua essência específica. Se um aluno passa a perna num outro para derrubá-lo e fazer aos colegas rirem, essa certamente é uma ação eminentemente teleológica, um aproveitamento de eventos naturais através do intelecto e da vontade. Mas isso não recairá sob o ponto de vista da cultura. Assim, sua aplicação reside ainda numa série de condições — se for o caso: inconscientemente efetivas —, que só resultam de uma análise não inteiramente evidente.

Cultivo (*Kultivierung*) pressupõe que algo exista, antes de sua ocorrência, em um estado não-cultivado — daí, em estado “de natureza”. Pressupõe ainda que a subsequente modificação

desse sujeito esteja latente *em suas relações estruturais ou impulsos*, mesmo que ele não as possa realizar por si mesmo, mas apenas por meio da cultura. O cultivo guia seu objeto à perfeição que lhe é predeterminada nas tendências próprias e profundamente enraizadas de sua essência (*Wesens*). Parece-nos que a pereira cultiva a si mesma porque o trabalho do jardineiro desenvolve, por fim, apenas as possibilidades dormentes na forma natural da planta orgânica, trazendo-a à plena evolução de sua própria natureza. Se, ao invés disso, um tronco é elaborado em um mastro, também este é certamente um trabalho cultural, mas não um “cultivo” do tronco, pois a forma que lhe é designada pelo trabalho do construtor naval não reside em suas próprias tendências essenciais (*Wesenstendenz*), mas lhe é adicionada puramente do exterior por um sistema de finalidades que é estranho à própria planta. Assim, todo cultivo é, se nos atermos ao sentido remanescente da palavra, não apenas o desenvolvimento de uma essência (*Wesen*) além do nível formal atingível por processos meramente naturais, mas também desenvolvimento na direção de um núcleo originário, perfeição dessa essência (*Wesen*) como que segundo a norma de seu próprio sentido, de seus mais profundos impulsos; mas essa perfeição não é alcançável no estado que denominamos natural e que consiste no desdobramento puramente causal das energias inerentes à essência (*Wesen*); pelo contrário, ela surge através de sua interação com as novas intervenções teleológicas, as quais, contudo, ocorrem em todas as direções potenciais da própria essência (*Wesen*) e são chamadas, nesse sentido, *sua* cultura. Segue que, estritamente falando, só o homem é o verdadeiro objeto da cultura, pois ele é a única essência (*Wesen*) conhecida por nós na qual reside desde o princípio uma demanda por perfeição; suas “possibilidades” não são apenas o simples estado de forças de tensão latentes ou as reflexões e os acréscimos ideais de um espectador — como as “possibilidades” da pereira de jardim são enunciadas na pereira silvestre —, mas elas possuem já como que uma linguagem. Aquilo para o que a alma pode evoluir, em geral já reside nela, nos respectivos estágios, como algo urgente, como linhas invisíveis nela desenhadas; e já é uma tendência positiva

mesmo se seus conteúdos se realizam frequentemente de forma indistinta e fragmentaria. O dever e o poder de toda a evolução são indissociavelmente vinculados ao ser (*Sein*) da alma humana. Só ela contém as possibilidades de evolução cujos objetivos residem exclusivamente na teleologia de sua própria essência (*Wesen*) — só que ela também não pode atingir esses objetivos através do mero crescimento que lhe é interior, o qual assinalamos como o natural, mas a partir de certo ponto é necessária uma técnica, um método volitivo. Por isso, ao falarmos do “cultivo” de organismos inferiores, plantas e animais — o uso linguístico desse conceito não permite sua aplicação a seres (*Wesen*) não-orgânicos —, essa é evidentemente apenas uma transferência de acordo com a analogia que, de algum modo, existe entre o homem e os outros organismos; pois mesmo se o estado ao qual a cultura guia esses seres (*Wesen*) está disposto em sua própria organização e é conduzido unicamente por meio de suas próprias forças, ele não é [cultivado] no sentido específico da existência delas, não é determinado em seu estágio natural como um tipo de atividade, assim como a perfeição que a alma humana pode alcançar.

Agora, entretanto, faz-se necessário um novo estreitamento do conceito. Se a cultura é uma perfeição do homem, de forma alguma toda perfeição dele já é cultura. Ao contrário, há desenvolvimentos que a alma executa puramente de dentro para fora, como uma relação com forças transcendentais ou em relacionamentos imediatamente éticos, eróticos ou sugestivos com outras pessoas, e que escapam ao escopo do conceito de cultura. A exaltação religiosa, a autodedicação ética, a estrita preservação da personalidade para um *seu* único modo de existência e tarefa — todos são valores que a alma obtém através dos instintos de uma genialidade ou do trabalho sobre si mesma. Eles podem perfeitamente satisfazer aquele conceito: mas só se com isso as predisposições da pessoa desenvolverem-se do estado, por assim dizer, natural até um pico que segue na direção mais específica da pessoa e sua ideia, para o qual só a intervenção das mais elevadas forças espirituais pode guiar. Acrescente-se a isso, ainda, que o homem em tal desenvolvimento pressupõe *algo que lhe é externo*.

Certamente, refinamento (*Kultiviertheit*) é um estado da alma; contudo, é um tal estado que só pode ser alcançado pelo uso apropriado de *objetos* formados. Essa exterioridade e objetividade precisam ser entendidas não só num sentido espacial. As formas de conduta — tais como a delicadeza do gosto que se revela em julgamentos, a formação do tato moral que faz do indivíduo um membro aceitável da sociedade — são formações culturais que levam a perfeição do indivíduo para áreas reais e ideais além de si mesmo; aqui não se trata de um processo puramente imanente, mas de um processo que ocorre numa adaptação única e num entrelaçamento teleológico entre sujeito e objeto. Onde não ocorre o envolvimento de uma formação objetiva no processo evolutivo da alma subjetiva, onde ela não retorna a si mesma como uma tal formação objetiva enquanto meio e estágio de sua perfeição, ela pode realizar em si mesma ou fora de si valores os mais elevados, mas não é o caminho da cultura naquele sentido específico que ela percorre. Com isso também entendemos o fato de naturezas muitos introvertidas, às quais é abominável todo desvio da alma ao seu exterior em busca de sua própria perfeição, poderem ter um ódio contra a cultura.

Essa necessária dualidade dos elementos do conceito de cultura também aparece do lado do objeto. Estamos acostumados a considerar as grandes séries de produção artística ou moral, social ou econômica, prontamente como valores culturais. Pode ser que elas o sejam permanentemente; mas de modo algum elas o são em seu sentido puramente objetivo, autóctone, por assim dizer, e de modo algum o significado cultural do produto singular é exatamente correspondente ao que assume em sua própria série interior, determinada por seu conceito e ideal objetivos. Uma obra de arte sujeita-se a atribuições e normas completamente diferentes quando considerada como uma categoria ou dentro da esfera da história da arte ou da estética do que quando seu valor cultural é colocado em questão. Se por um lado todas aquelas grandes séries podem valer como fins últimos, de modo que todo produto singular nelas constitui um valor provado através de sua fruição imediata e autoafirmação, por outro elas também podem ser

incluídas na série cultural, quer dizer, ser consideradas em seu significado para o desenvolvimento total do indivíduo singular e sua soma. Em seu próprio fundamento, todos esses valores resistem à acomodação na série cultural: a obra de arte reclama somente pela sua perfeição na medida das demandas puramente artísticas; a pesquisa científica, apenas pela validade de seus resultados; o produto comercial, apenas pela produção mais adequada e sua valorização mais lucrativa. Contudo, formações interiores e exteriores são levadas para além da medida de seu desenvolvimento “natural” a um desenvolvimento teleológico e, com isso, ganham a possibilidade de funcionar como valores de cultura. Consideradas em sua objetividade autônoma, contudo, elas ainda não o *são*, mas são subordinadas a ideais e normas tomadas apenas de seu conteúdo objetivo e não das demandas daquele ponto central, singular da personalidade. O que elas realizam pelo desenvolvimento desta última, isto é, o que realizam como valores culturais, é uma outra questão, e a altura que elas alcançam sob o pressuposto desta última não coincide de modo algum com aquelas demandas pelo específico, apenas com os interesses relativos ao lado objetivamente determinado de nossa essência (*Wesens*). Mesmo que elas possam servir perfeitamente aos nossos fins individuais, seu retorno para nossa existência total, para o disputado ponto de partida do desenvolvimento de nosso eu, pode ser, em geral, muito pequeno. E, ao contrário, do ponto de vista de sua província de existência (*Wesensprovinz*) específica, elas podem ser imperfeitas e pouco significativas, objetiva e tecnicamente, mas prover exatamente aquilo que nosso ser (*Sein*) precisa para a harmonia de seus elementos, para sua misteriosa unidade além de todas as suas necessidades e forças específicas. Pois como “unidade”, sobretudo para nós, apresenta-se somente enquanto interação e entrelaçamento dinâmico, vínculo, equilíbrio de uma multiplicidade, assim é expressado explicitamente aquele ponto de unidade em nós, cujo significado e força interiores completa-se no processo de cultura através da inclusão de objetos desenvolvidos e aperfeiçoados: que os nossos aspectos essenciais específicos estão em interação estreita, cada um dando suporte ao outro e sendo

por ele suportado, harmoniosamente equilibrando e trocando sua vitalidade. Por isso, não somos ainda cultivados porque podemos ou sabemos isto ou aquilo; por isso a especialização, por mais que possa engendrar conteúdos objetivos elevados, não é ainda cultura — esta surge apenas quando aquelas perfeições unilaterais ordenam-se na totalidade da alma, quando elas compensam desacordos entre seus elementos, elevando-os todos a um nível superior, em poucas palavras: quando elas ajudam a aperfeiçoar o todo como unidade. O critério que determina a posição de todas as nossas realizações ou receptividades sob as categorias de sua série especial, objetiva, não deve ser confundido com o outro, que pode julgar os mesmos conteúdos sob a categoria de cultura, isto é, como desenvolvimento de nossa *totalidade* interior.

Em vista dessa separação, fica claro o fato paradoxal de precisamente as mais elevadas realizações em diferentes campos — especialmente aqueles de tipo mais pessoal: na arte, na religião, na especulação —, retrocederem relativamente do ponto de vista de seu valor *cultural*. As obras e pensamentos mais impressionantes detêm-nos tão fortemente naquilo que eles são em e para si, em seu próprio interior e na medida da escala imediata de seus conteúdos, que seu significado cultural é sobreposto pelo fato de eles recusarem entrar em qualquer cooperação com outros na direção de nossa essência geral (*allgemeinen Wesens*); eles são demasiado Senhores no interior de suas províncias para submeterem-se à categoria de serviço, sob a qual deveriam ser tratados como fatores da cultura, como meios para a formação de uma totalidade da alma. Isso é mais resolutamente evidente perante aqueles produtos da cultura dos quais uma vida pessoal fala imediatamente a um receptor. Quanto mais isolado da espiritualidade subjetiva de seu criador estiver um produto, quanto mais ele está numa ordenação objetiva, existente para si mesma, tanto mais específico será seu significado *cultural*, tanto mais adequado, enquanto um meio geral a ser envolvido na formação de muitas almas individuais, ele será. É assim também com o “estilo” de uma obra de arte.

À grande obra de arte, em que uma alma soberana encontrou uma expressão própria apenas sua, dificilmente cuidamos de

questionar o estilo, pois ele é uma maneira de expressão geral comum a muitas exteriorizações, uma forma idealmente separável de seu conteúdo específico; mas na mais elevada obra de arte, o fundamento geral e a configuração específicos são uma revelação unívoca, na qual aquilo que ela compartilha com outras recua completamente à impressão, ela [a obra de arte] reclama ser considerada como um ser completamente para si, não como o exemplo de uma lei geral de estilo a ser adotada. Do mesmo modo, o totalmente grande (*das ganz Große*) e totalmente pessoal (*ganz Persönliche*) em geral, tão considerável possa também ser o seu efeito cultural, não encontra seu lugar mais significativo e mais capaz de acentuar o seu valor sob essa categoria; antes, este [lugar] se oferece, segundo suas essências (*Wesen*) internas, a desempenhos gerais e impessoais que são objetivados a uma grande distância do sujeito e que se prestam até certo ponto mais “altruisticamente” a estágios dos desenvolvimentos da alma.

Uma vez que a cultura, de uma maneira única, põe os conteúdos da vida em um franzido ponto de intersecção entre sujeito e objeto, tem-se o direito a dois significados de seu conceito. Como cultura objetiva pode-se designar as coisas em sua elaboração, melhoramento, perfeição, com a qual elas levam a alma à sua própria perfeição ou representam o trajeto que o singular ou a totalidade percorrem no caminho para a sua existência mais elevada. Como cultura subjetiva, entendo o grau de desenvolvimento atingido pela pessoa — de modo que cultura objetiva e subjetiva são conceitos coordenados apenas em um sentido metafórico do primeiro: isto é, quando que se dota as coisas de um impulso autônomo rumo a uma perfeição, de uma ideia de dever elevar-se a um desenvolvimento para além do seu meramente natural; caso em que a força humana que as engendra se apresenta como se fosse um meio para tal fim.. Falando em aperfeiçoamento (*Kultiviertheit*) das coisas, dos conteúdos objetivos da vida, invertamos a ordem do verdadeiro processo de cultura, que se passa nos homens. Fazemos disso uma alegoria ao separar o desenvolvimento das coisas em um estágio natural e um cultivado, como se fosse um evento teleológico, e permitir ao último, como

um [estágio] auto-suficiente e definitivo, passar pela intervenção do agir humano, como um portador ou um trajeto desta ascensão.

Em sentido mais preciso, as duas aplicações do conceito de cultura não são análogas entre si, mas a cultura subjetiva é a finalidade dominante e sua medida é a medida do tomar parte do processo vital da alma em todos os bens ou perfeições objetivas. Evidentemente, não há cultura subjetiva sem objetiva, pois um desenvolvimento ou um estado do sujeito só é cultura propriamente se abarca objetos trabalhados em seu trajeto. Em contrapartida, a cultura objetiva pode ganhar autonomia relativamente considerável, embora certamente incompleta, perante a subjetiva, posto que é “cultivada”, isto é, segundo seu sentido, são criados objetos cultivantes cujo significado nessa direção é aproveitado apenas incompletamente pelo sujeito. Especialmente em épocas muito desenvolvidas e com um ampla divisão do trabalho, as realizações da cultura se desenvolvem para e se juntam a um reino como que existente para si — as coisas tornam-se mais perfeitas, mais espirituais, em certa medida sempre obedientes a uma lógica de finalidade imanente —, sem que o cultivo definitivo dos sujeitos se intensifique nessa mesma medida ou ainda, em vista da enorme expansão daquela esfera objetiva das coisas, dividida entre vários trabalhadores, possa se intensificar. Pelo menos, o desenvolvimento histórico tende a diferenciar cada vez mais a realização cultural objetivamente criativa do estado cultural completo do indivíduo. A dissonância da vida moderna — particularmente a intensificação da técnica em todas as esferas e a profunda insatisfação que se apresenta para com ela — surge, em grande medida, do fato de que as coisas tornam-se sempre mais cultivadas, mas só em menor grau os homens são capazes de conquistar uma completude da vida subjetiva a partir da perfeição dos objetos.

Sobre a tradução

O ensaio “Da essência da cultura” (*Vom Wesen der Kultur*) foi publicado em abril de 1908, no periódico cultural vienense *Österreichische Rundschau* (Simmel, 1908). Dada a natureza da publicação — e em vista da extensão do artigo —, talvez não seja exagero supor que o interesse de Simmel com sua impressão fosse a de divulgar uma teoria da cultura que ele mesmo, provavelmente, ainda não desse por acabada: o artigo aparece quase que em paralelo a um curso proferido na Universidade de Berlim no semestre de inverno dos anos de 1907 e 1908, intitulado “Filosofia da cultura, especialmente da social e da estética” (“*Philosophie der Kultur, besonders der sozialen und der ästhetischen*”, mencionado em Gassen; Landmann, 1958, p. 347 apud Cavalli; Krech, 1993, p. 438), de modo que o ensaio provavelmente resulta do material por ele elaborado para o referido curso.

Pode-se considerá-lo um momento transitório de um processo de aprofundamento do vitalismo em seu pensamento que chega à sua expressão mais acabada, sobretudo no tocante à teoria da cultura, em “O conceito e a tragédia da cultura” (*Der Begriff und die Tragödie der Kultur*, de 1911 — Cf. Simmel, 2001; originalmente publicado em Simmel, 1911–1912; e do qual consta uma tradução brasileira em Simmel, 1998), posteriormente incluído no livro *Cultura Filosófica* (*Philosophische Kultur: gesammelte Essays*, do mesmo ano).¹

O que o presente texto traz de particularmente interessante em relação ao ensaio de 1911 (que é, ademais, mais extenso e profundo) é toda uma discussão inicial acerca da relação entre

¹ Discuti o desenvolvimento dessa teoria simmeliana da cultura (apenas em relação aos textos de 1889–1911) em Pasti, 2012, onde figura uma versão preliminar da presente tradução.

cultura e natureza, trecho completamente omitido das traduções inglesa (Simmel, 2000) e espanhola (Simmel, 2008).

A tradução baseou-se na edição das obras completas de Simmel, levada a cabo pela editora Suhrkamp, de Frankfurt am Main.

Referências Bibliográficas

- CAVALLI, A.; KRECH, V. 1993. Editorischer Bericht. In: CAVALLI, A.; KRECH, V. (eds.) *Georg Simmel Gesamtausgabe*. Vol. 8: *Aufsätze und Abhandlungen 1901 bis 1908. Band II*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, pp. 433–439.
- GASSEN, K.; LANDMANN, M. (eds.). 1958. *Buch des Dankes an Georg Simmel. Briefe, Erinnerungen, Bibliographien: Zu seinen 100. Geburtstag am 1. März 1958*. Berlin: Duncker & Humblot.
- PASTI, H. B. 2012. *As teorias da cultura em Georg Simmel: Textos de 1889–1911*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP), Campinas.
- SIMMEL, G. 1908. Vom Wesen der Kultur. *Österreichische Rundschau*. 15 Jg., v. 1. Ed. por Alfred Frhr. von Berger et al., pp. 36–42, 1 de abr. de 1908.
- _____. 1911–1912. Der Begriff und die Tragödie der Kultur. In: LOGOS. *Internationale Zeitschrift für Philosophie der Kultur* v. 2, n. 1, pp. 1–25, jun. de 1911/1912.
- _____. 1998. O conceito e a tragédia da cultura. In: SOUZA, J.; ÖELZE, B. (eds.) *Simmel e a modernidade*. Ed. Universidade de Brasília, pp. 79–108.
- _____. 2000. On the Essence of Culture. In: FRISBY, D.; FEATHERSTONE, M. (Eds.). *Simmel on Culture Selected*

writings. Trad. D. E. Jenkinson. London and Nottingham: SAGE and Theory, Culture & Society, p. 40–45.

_____. 2001. Der Begriff und die Tragödie der Kultur. In: KRAMME, R.; RAMMSTEDT, A. (eds.) *Georg Simmel Gesamtausgabe*. Vol. 12: *Aufsätze und Abhandlungen 1909–1918. Band I*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, pp. 194–223.

_____. 2008. De la esencia de la cultura. In: SIMMEL, Georg. *De la esencia de la cultura*. Buenos Aires: Prometeo Libros, pp. 205–212.

**JUDT, TONY. O MAL RONDA A TERRA: UM
TRATADO SOBRE AS INSATISFAÇÕES DO
PRESENTE. RIO DE JANEIRO: OBJETIVA, 2011.**

*Deolindo de Barros**

- Tony Judt (1948-2010), nascido na Inglaterra e radicado nos Estados Unidos aonde viera falecer em 2010 com sessenta e dois anos, fez uma carreira brilhante e deixou trabalhos de grande envergadura e reconhecimento. Autor/editor de pelo menos 12 (doze) livros, entre eles “Um tratado sobre os nossos atuais descontentamentos”, “Reflexões sobre um século esquecido: 1901-2000”, “Passado imperfeito”, “Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945” etc., lecionou em diversas e destacadas universidades (Cambridge, Oxford, Berkeley e New York University), e em 1995 criou o Remarque Institute (destinado ao estudo da Europa), onde também foi professor e diretor. Igualmente contribuiu amiúde para jornais e revistas (New York Times, New Republic, New York Review of Books e Times Literary Supplement). Ganhou prêmio (Hannah Arendt, em 2007) e o seu livro (Pós-Guerra) também foi distinguido (prêmio de livros Arthur Ross, do Council on Foreign Relations).

“O mal ronda a terra” figura entre as magníficas obras políticas de todos os tempos, haja vista ser um texto cativante, ponderado e marcado pelo espírito de humanidade. Judt tece sabiamente a sua análise à luz de doutrinas e ensinamentos de

* Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

diversos clássicos consagrados no campo da análise da teoria e filosofia política, história socioeconômica e filosofia moral, renomados literatos etc., entre eles: Adam Smith, John Maynard Keynes, John Stuart Mill, Karl Marx, Alexis de Tocqueville, Oliver Goldsmith, George Orwell, Liev Tolstói, Karl Mannheim, Stefan Zweig, John Betjeman, Friedrich Hayek, Raymond Aron, Isaiah Berlin, Péricles, Edmund Burke, Ralf Dahrendorf, Karl Popper, Daniel Bell etc.

Ele recorre à última das onze teses de Marx sobre Feuerbach para nos lembrar de que os filósofos interpretaram o mundo de diferentes maneiras, porém do que se trata doravante é mudá-lo. Eu complementaria com Goethe (escritor alemão), em que este exímio literato nos lembra de que o saber não basta, temos de o aplicar. A vontade não basta, temos de atuar. Atuar mirando o futuro, mas sem abandonar as heranças e os legados do passado.

Sob a forma de comentário e ensaio político, no texto ora em análise o autor contesta a forma como vivemos atualmente. Durante as últimas três décadas foi visto como uma virtude a procura pelo conforto material enfatizando a própria vantagem. Poucos refletem a respeito do valor das coisas, apenas sabemos o seu preço. Da mesma forma, uma ação legislativa ou uma deliberação judicial não nos causam mais perplexidade: é certo? É justo? Está em conformidade? Satisfaz a opinião pública? A sociedade/o mundo florescerá com isso? A despeito de suas difíceis respostas, geralmente eram essas as questões políticas. Recolocá-las deve ser a nossa nova tarefa.

Os flagelos e mazelas sociais que afligem a coletividade encontram-se condensados nesse texto daquele que é considerado um dos mais interessantes pensadores e historiadores da contemporaneidade. O instrumento para contestar tanto o antigo socialismo degenerado/corrompido bem como o individualismo exacerbado da direita radical, e também como tratar as carências coletivas, pode ser encontrado em “O mal ronda a terra”. O horizonte analítico de Judt é o passado recente, ou seja, os derradeiros 30 anos, período que abarca não só a queda do Muro de Berlim/dissolução da União Soviética (fim do comunismo) e o

predomínio da única superpotência mundial (capitalismo liberal), como também de maiores impactos econômicos, políticos, sociais, culturais, humanitários, ambientais e estéticos do fenômeno da globalização, em que ele sugeriria não priorizar a simples eficiência em detrimento do respeito à igualdade de direitos. Caso negligenciarmos considerações éticas e todas as referências a metas sociais mais amplas, e limitarmos às questões de eficiência e produtividade econômicas, corremos o risco de reduzir a expectativa de inverter seu curso.

(...) A eficiência não deve ser invocada para justificar a profunda desigualdade; tampouco pode ser usada para suprimir a divergência, em nome da justiça social. É melhor ser livre do que viver num Estado eficiente, de qualquer matiz ideológico, caso a liberdade seja o preço para a eficiência (Judt, 2011: 183).

Deveríamos combater os flagelos sociais e preparar um mundo melhor (para as gerações vindouras) em vez de continuarmos a enfatizar unicamente as forças do mercado/o capital.

A desigualdade é corrosiva. Faz com que as sociedades apodreçam por dentro. O impacto das diferenças materiais exige algum tempo para se manifestar, mas aos poucos a competição por status e bens aumenta; as pessoas desenvolvem uma sensação de superioridade (ou inferioridade) baseada em seu patrimônio; cresce o preconceito contra os que ocupam os patamares inferiores da pirâmide social; o crime se agrava e as patologias ligadas à desigualdade social se destacam ainda mais. O legado da acumulação desregulada da riqueza sem dúvida é amargo (Judt, 2011, p. 30).

Ao observar os trabalhos de Judt, tanto o texto ora em análise, bem como outros cujos títulos por si sós já demonstram ser bastante sugestivos, conclui-se facilmente o quanto o autor é um inconformado e insatisfeito com as inquietações da nossa era,

e a vontade que ele nutre de não deixar inconteste as verdades estabelecidas. Ele constata que o sangue vital a uma sociedade aberta é a disposição de discordar, rejeitar e dissentir (ainda que no limite isso gere muita exasperação). Virtuoso é aquele que se opõe ao pensamento consagrado. Uma democracia do consentimento imutável não perdura como democracia.

Judt (2011) argumenta que não é própria da condição humana o caráter materialista e autocentrado da vida contemporânea. É da década de 1980 muitas das coisas que atualmente aparentam como sendo “naturais”, notadamente a distância cada vez maior entre pobres e ricos, o desejo mórbido de se enriquecer, a devoção à privatização e ao setor privado. E, sobretudo, o discurso que “embasa” tais conceitos – o mito do crescimento contínuo, a subestimação do setor público e o culto dos mercados livres de restrições. A respeito desse último, nada mais ilusório e contraditório. Com acuidade, Judt nos mostra como o austríaco Karl Popper declara ser paradoxal a noção de mercado livre, na medida em que caso não haja a intervenção do Estado, outras organizações semipolíticas, naturalmente trustes, sindicatos, monopólios etc., entrariam em campo, limitando a ideia de liberdade de mercado a uma mera imaginação.

O nosso problema é como abordar o que precisa ser feito, e não o que fazer. Antes de desejar resolver um problema, devemos ser capazes de nomeá-lo. Sobram motivos para se estar insatisfeitos: oportunidades e riqueza sempre em crescentes iniquidades; injustiça de classes e castas; conflitos étnicos e genocídios; extermínios de grupos raciais ou religiosamente minoritários; expropriação econômica interna e internacional; prerrogativas, dinheiro e corrupção aniquilando a democracia etc. Enfim, vivemos um tempo devastado por toda sorte de inseguranças: econômica, física, política, social, humanitária, alimentícia, climática etc. E são justamente essas inseguranças que fomentam o medo do qual uma vez mais somos vítimas (medo da decadência, da perda do emprego e/ou trabalho, da transformação, dos estranhos e de um mundo que não conhecemos). Deste modo, a confiança e a interdependência,

dois pilares sobre as quais assentam as sociedades civis, estão cada vez mais minadas.

Diversos foram os temas que mereceram a atenção do autor nesse texto, e que decerto são do interesse do grande público, entre eles sobressaem a política internacional (1989), cultura política, mudança social, problemas sociais (países em desenvolvimento), democracia, socialismo, história moderna (século XX), história econômica (1990), civilização moderna (século XXI) etc., todos eles analisados com lucidez e perspicácia pelo autor, e, como já observado, no quadro das mudanças ocorridas nos últimos três decênios.

Para além da introdução (Um guia para os perplexos) e da conclusão (O que vive e o que morreu na social-democracia?), a obra é composta por seis capítulos, em que o autor tenta orientar particularmente os mais jovens e iniciantes no seu engajamento e contestação a nosso atual estilo de vida e forma de estar na sociedade e no mundo, e não só. Já que gozamos de liberdade por fazer parte de uma sociedade não sujeita a grilhões da opressão, indignar-se contra o mal-estar do nosso mundo deveria ser a nossa missão. O autor nos instiga a lutar contra tudo o que estamos certo de que está errado.

“O modo como vivemos hoje” é o primeiro capítulo do ensaio, nele o autor aborda assuntos como a abundância privada e a miséria pública, sentimentos corrompidos, peculiaridades americanas, economicismo e seus descontentamentos. Já o segundo capítulo, “O mundo que perdemos”, por sua vez focaliza questões em torno de consenso keynesiano, mercado regulamentado, comunidade, confiança e objetivo comum, grandes sociedades etc.

No terceiro capítulo intitulado “A insuportável leveza da política”, temas como o sarcástico legado dos anos 1960, a vingança dos austríacos, o culto do privado e o déficit democrático ganham destaque na análise do autor. O ano de 1989 e a derrocada da esquerda, as ironias do pós-comunismo e indagações a respeito do que aprendemos com esses eventos finais da Guerra Fria são centrais no quarto capítulo – “Adeus a tudo isso?”.

“O que deve ser feito?” é o principal questionamento do quinto capítulo, em que Judt trata de temáticas como o porquê da discordância, o restabelecimento do debate público, a reabertura da questão social e indaga sobre uma nova narrativa moral bem como o que desejamos. Por último, o sexto capítulo – “A história do futuro” – o autor explana sobre globalização, Estado, a política do medo etc.

Na conclusão da obra Judt nos apresenta uma observação interessante a respeito do passado que cabe aqui destacar. Ele recorre-se ao filósofo político Edmund Burke (1729-1797), ilustrando como o passado pode nos ensinar. Burke, ao criticar duramente a Revolução Francesa, chamou atenção para o perigo da tendência dos jovens olharem somente em direção ao futuro negligenciando o passado. A sociedade, observou Burke, (...) “é uma parceria não só entre quem está vivo, mas entre os vivos, os mortos e os que estão por nascer” (apud Judt, 2011, 209).

Do mesmo modo, a primeira tarefa é nos lembrarmos das conquistas do século XX, bem como das prováveis consequências da pressa irresponsável em desativá-las. Isso pode soar menos excitante do que planejar aventuras radicais grandiosas para o futuro, e talvez seja mesmo. Mas, como o teórico político britânico John Dunn observou com sabedoria, o passado é um pouco mais iluminado que o futuro: nós o vemos com mais clareza (Judt, 2011: 200).

PESQUISA QUALITATIVA: A TENSÃO ENTRE A ARTE E O MÉTODO?

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução Joice Elias Costa – 3ª ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

Igor Cavallini Johansen*

Fomos brindados recentemente com a terceira edição do livro cuja leitura já se tornou obrigatória entre os estudantes de Ciências Sociais e das ciências humanas de maneira geral: “Introdução à Pesquisa Qualitativa”, de Uwe Flick. Apesar do título modesto, que sugere ser esta uma pequena introdução, o livro tem mais de 400 páginas e passa ao largo de uma revisão superficial. O autor é psicólogo e sociólogo, professor titular de pesquisa qualitativa na Alice Salomon University, em Berlim, Alemanha. Flick também é professor auxiliar na Free University of Berlin na área de métodos qualitativos e avaliação e é ainda professor adjunto e chefe do Departamento de Sociologia Médica da Hannover Medical School. Tem como principais interesses de pesquisa os métodos qualitativos, as representações sociais nas áreas da saúde individual e pública e a mudança tecnológica na vida cotidiana.

A abordagem do livro tem em vista dois públicos distintos, apesar de interligados. Um deles compreende os novatos à pesquisa qualitativa e até mesmo à pesquisa social de maneira geral. Para estes, que possivelmente compreendem em sua grande maioria

* Sociólogo pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-UNICAMP). Aluno de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Demografia – IFCH-UNICAMP, igorcavallini@gmail.com.

estudantes de graduação ou pós-graduação, o livro apresenta uma introdução aos princípios e práticas da pesquisa qualitativa. O outro grupo de leitores em potencial abarca os pesquisadores no campo, que podem lançar mão deste livro enquanto aglutinador de ferramentas para fazer frente às questões práticas do cotidiano da pesquisa qualitativa.

O autor deixa claro desde seu capítulo introdutório que a preocupação central do livro é realizar uma apresentação das diferentes etapas no processo da pesquisa qualitativa, o que é feito a partir de uma estruturação lógica das suas partes e capítulos, que visam o desdobramento do processo da pesquisa qualitativa em seus principais estágios. Assim, a estrutura da obra se divide em sete partes.

A Parte I apresenta a estrutura de procedimento da pesquisa qualitativa. O capítulo 1 tem a finalidade de orientar o leitor do começo ao final do livro, descrevendo de forma sumarizada sua organização. O capítulo 2 contextualiza a história e a fundamentação da pesquisa qualitativa, discutindo tendências, as características e a diversidade das perspectivas de pesquisa. O capítulo 3, por sua vez, coloca em evidência a relação entre pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa apresentando, para além de uma perspectiva reducionista e dicotômica, a importância da complementaridade entre essas duas abordagens de acordo com cada tipo de pesquisa. Já o capítulo 4 enfatiza a importância da ética na pesquisa qualitativa tendo por base a noção de que o pesquisador estará muito próximo de questões da vida particular e cotidiana dos participantes. Põe-se em evidência que ponderação e sensibilidade à problemática da privacidade individual são essenciais antes de se dar início ao trabalho qualitativo. Esta, pois, é uma preocupação que não pode ser deixada em segundo plano na realização de uma pesquisa qualitativa.

Em seguida à delimitação da pesquisa qualitativa, tem-se a dedicação à compreensão do processo de um estudo qualitativo. A Parte II pretende evidenciar exatamente este ponto. Busca-se aí estabelecer a base epistemológica e teórica para as seções mais teóricas do livro, nas quais o leitor aprenderá

mais sobre como realizar a pesquisa qualitativa. Nesse sentido, o capítulo 5 discute os modos de utilização das teorias na pesquisa qualitativa, buscando afastar o preconceito segundo o qual é melhor que os pesquisadores se mantenham afastados do contato com a literatura disponível relativa à pesquisa, à metodologia e às teorias sobre objetos de pesquisa.

Em seguida, e em complementaridade com o capítulo 5, o capítulo 6 chama atenção para a importância de se conhecer e descrever sucintamente as principais teorias de embasamento da pesquisa qualitativa, possibilitando reconhecer as características comuns e distintivas destas teorias. O capítulo 7 aborda com maior profundidade dois pressupostos epistemológicos fundamentais: o positivismo e o construtivismo. Nesse ponto, põe-se em evidência o pano de fundo epistemológico do uso de textos, que constitui aspecto comum da pesquisa qualitativa e se impõe nas diferentes posturas teóricas, apresentando também os processos básicos de construção e da compreensão de textos.

A Parte III versa sobre diversos aspectos do processo de pesquisa, tendo como foco o planejamento e elaboração de um plano de investigação. Compreende principalmente os estágios do processo de pesquisa anteriores à coleta e análise dos dados. Assim, ao longo do capítulo 8 comparam-se os diferentes modelos de processo de pesquisa aplicados na pesquisa quantitativa e qualitativa. Pretende-se evidenciar que o processo de pesquisa na pesquisa qualitativa é, usualmente, diferente do processo de etapas claramente definidas da pesquisa quantitativa. Em seguida, abordam-se no capítulo 9 a relevância e os problemas práticos da formação de um bom projeto de pesquisa, explicando a importância da formulação e da focalização nos cuidados da questão de pesquisa.

O capítulo 10 apresenta um título muito propício: “Entrando no campo”. Nele discute-se que entrar no campo de pesquisa não compreende apenas um problema técnico para o qual existem soluções simples. Este capítulo pretende deixar claro que nós, enquanto pesquisadores, precisaremos situarmo-nos no campo de discussões já consolidadas sobre nosso objeto de pesquisa.

O capítulo 11, por sua vez, vem para indicar que, na pesquisa qualitativa, a amostragem é distinta das práticas consagradas na pesquisa quantitativa. Discutem-se aí os modelos e as armadilhas desse tipo de pesquisa. O capítulo 12, para fechar a Parte III, é uma preparação para a etapa seguinte, buscando fornecer algumas dicas de como planejar e construir os planos na pesquisa qualitativa, possibilitando conhecer melhor os componentes básicos que influenciam na construção de um plano de pesquisa.

A Parte IV é o centro da obra – não apenas em sentido concreto, por ser mais ou menos a metade do livro, como também pela sua centralidade de importância no contexto da pesquisa qualitativa. Nesta parte apresenta-se a variedade de métodos utilizados na coleta de dados, com foco principal sobre a palavra falada. Três estratégias básicas são abordadas aqui. A primeira é desenvolvida no capítulo 13, que descreve como usar entrevistas baseadas em perguntas e nas respostas delas extraídas. A estratégia de fazer com que os entrevistados contem suas histórias de vida é desenvolvida no capítulo 14. Já a terceira estratégia é abordada no capítulo 15, que não se refere à realização de entrevistas individuais, mas sim à coleta de dados a partir de grupos. Desenvolvem-se questões acerca de grupos de discussão e a abordagem mais moderna dos grupos focais. O capítulo 16, para encerrar a Parte IV, dedica-se a resumir e comparar as três abordagens para a coleta de dados verbais.

A Parte V, já caminhando para o final, tem foco nos dados multifocais. Essa parte se volta a ampliar o conhecimento do leitor sobre outro tipo de informação, aquele que permite ir além do que dizem os participantes do estudo. Nesse âmbito, a observação, participante e não participante, apresentam longa tradição na pesquisa qualitativa, principalmente no âmbito da etnografia. Assim, o capítulo 17 objetiva esclarecer sobre a variedade de métodos possíveis e de dados coletados desde o processo de observação e de entrevistas até mesmo documentos e demais indícios de interações e de práticas.

O capítulo 18 é diretamente complementar ao anterior, apresentando como filmes, fotografias e vídeos podem se tornar

formatos ricos de informações para a geração de dados e de questões de pesquisa nos estudos qualitativos. Em seguida, o capítulo 19 apresenta estratégias de utilização de documentos enquanto fontes de informação para a pesquisa, ao passo que estes podem ser analisados como traços de experiências pessoais ou de interações institucionais. O capítulo 20 indica as promessas e ciladas das novas tecnologias de informação, como o e-mail, a internet, os chats e grupos de notícia ou de discussão. Vários avanços advêm daí, mas também é preciso atentar aos limites e possíveis armadilhas que essas estratégias de análise trazem à pesquisa qualitativa. O capítulo 21, enfim, resume e compara as diversas abordagens tangentes à coleta de dados multifocais.

A Parte VI propõe um outro estágio da pesquisa, o de, com os dados em mãos, voltar-nos para sua análise, o que implica diversas etapas. A princípio, é necessário que o pesquisador documente aquilo que observou ou o que lhe foi dito para ter uma boa base de análise. O capítulo 22 trata da documentação, apresentando o uso das notas de campo na observação e transcrição após o processo de entrevista. Em seguida, o capítulo 23 coloca em evidência várias técnicas de codificação e de categorização de dados. O capítulo 24, em complementaridade com o anterior, volta-se aos procedimentos de análise de conversação e do discurso, pretendendo colocar em evidência como as questões são construídas a partir da forma como as pessoas discutem ou como os discursos são produzidos, assim como as representações dos meios de comunicação.

O capítulo 25, por sua vez, aborda os procedimentos hermenêuticos e a análise de narrativa da questão e seu significado. Já o capítulo 26 versa sobre o potencial e limitações dos programas de computador para análise de dados qualitativos. Enfim, o capítulo 27 trata de apresentar uma visão geral das diversas abordagens e técnicas analíticas dos dados coletados em campo durante a pesquisa qualitativa.

A última seção do livro, a Parte VII, aborda o embasamento e a redação da pesquisa qualitativa. O capítulo 28 apresenta uma visão geral dos vários critérios de como avaliar a pesquisa qualitativa e das discussões a eles associadas. Já o capítulo 29 aponta para

as estratégias voltadas para o processo de controle de qualidade na pesquisa possibilitando, inclusive, distinguir os problemas e as formas de generalização na pesquisa qualitativa. O capítulo 30, por seu turno, trata do tema de como apresentar a pesquisa, ou o problema da redação, que se torna também uma questão de legitimidade. Argumenta-se que os problemas associados a essa questão podem levar a pesquisa qualitativa de volta à tensão entre uma arte sofisticada e um método epistemologicamente acurado.

Nesta obra, como se pode perceber, conta-se com uma análise geral do processo de construção da pesquisa qualitativa, desde suas bases teórico-metodológicas até a análise dos dados provenientes desse procedimento metodológico e as formas de redação dos dados, de modo a assegurar sua legitimidade. O autor coloca em evidência que a pesquisa qualitativa construída de forma rigorosa, bem direcionada e consciente dos seus pressupostos teóricos, assim como de seus alcances e limites é e continuará sendo uma ferramenta essencial para a ampliação do conhecimento nas ciências sociais e nas ciências humanas de maneira mais ampla.

Ao longo dessa leitura, leve e ao mesmo tempo rica em detalhes, garantida pelo rigor e didatismo de Uwe Flick, vê-se a importância de trazer à baila esta metodologia que é tão cara aos estudos das sociedades humanas, reconhecendo seu poder de alcance e sua legitimidade a partir da vigilância epistemológica e da construção teórica, que são marcas historicamente constituídas na nossa forma específica de construir conhecimento.

Este livro surge no contexto da necessidade de romper com a falsa problemática que envolve a pesquisa qualitativa, colocada em uma corda-bamba entre a arte e o método. Também fazemos arte. Trata-se da arte da inventividade, da criação, da inovação, da engenhosidade. Mas diante de toda a exposição da complexidade inerente à aplicação da pesquisa qualitativa; dos desafios de garantir o rigor dos procedimentos e a confiabilidade dos seus resultados; assim como da importância de vigiar para que se expresse esse conhecimento da maneira mais clarividente possível, respeitando o limite das técnicas que utilizamos, podemos dizer, sem medo de ser felizes, que fazemos arte. Arte com método!

OS RELATOS DE LUIZ ANTÔNIO DE OLIVEIRA MENDES SOBRE A SAÚDE DA POPULAÇÃO ESCRAVA: DO TRAFICO NA ÁFRICA AO CATIVEIRO NO BRASIL (1793)

*Alisson Eugênio**

Resumo: Neste artigo serão analisadas as considerações de um intelectual luso-brasileiro, de origem baiana, Luiz Antônio de Oliveira Mendes, a respeito das condições de saúde dos escravos, desde o tráfico até o cativeiro no Brasil, e suas propostas para melhorar tais condições, com o objetivo de saber como ele fundamentou suas críticas e qual estratégia utilizou para convencer os agentes da escravidão da necessidade de mudar a maneira como eles tratavam os indivíduos a ela submetidos. A análise é feita a partir do Artigo “Memórias sobre os escravos e tráfico de escravatura entre a costa da África e o Brasil” de 1793, publicado somente em 1813.

Palavras-chave: Escravidão, Tráfico de Escravos, Saúde.

Abstract: This paper examines the considerations of a Luzo-Brazilian intellectual, from Bahia, Luiz Antônio de Oliveira Mendes, about the health condition of the slaves, and from trafficking to the captivity in Brazil, and proposals to improve such conditions, in order to know how he based his criticism and what strategy used to convince the agents of slavery from the need to change the way they treated individuals subjected to it.

Keywords: Slavery, Slave trade, Health.

* Professor Adjunto de História na Universidade Federal de Alfenas. E-mail: alissoneugenio@yahoo.com.br

Introdução

O texto “Memórias sobre os escravos e tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil” de 1793, publicado somente em 1813 de Luis de Antônio de Oliveira apresenta uma dura crítica à maneira como os escravos eram tratados desde o tráfico até o cativeiro, durante o império português. Segundo, Mendes (1991), um tropel de desgraças abateu-se sobre milhões de africanos, arrastados pelo tráfico de escravos para a América, desde a sua captura em solo materno, até seus últimos dias no cativeiro. Como consequência disso, para o autor tamanho foi o infortúnio dos indivíduos submetidos a esse trágico processo de deslocamento humano, que os sobreviventes dele “se podiam chamar homens de ferro ou de pedra” (Mendes, pp. 41-2). Com essas considerações, Mendes (1991) expressa o pasmo de uma geração de letrados, sintonizados com o ideário crítico do Iluminismo, diante das calamidades geradas pela escravidão. Quando Mendes desenvolveu essas ideias, essa forma de organização da produção e a sua fonte abastecedora de mão-de-obra, o tráfico transatlântico, estavam sendo questionadas desde pelo menos a publicação da clássica obra do Barão de Montesquieu: *Do espírito das leis* (1749). O período se remete ao auge da Era das Luzes. O movimento ilustrado que o gerou desenvolveu uma nova sensibilidade, diante dos dramas da existência humana, sustentado no conceito de humanidade e no sentimento de compaixão embutidos no adjetivo humanitário dela derivado. Não se quer afirmar que as críticas de Mendes ilustrado luso-brasileiro, natural da Bahia (1748-1817), que estudou direito, filosofia e medicina na Universidade de Coimbra entre os anos de 1770 e 1780, tenham sido motivadas por tal sentimento. Mas seu texto expressa bem uma forma padrão de narrativa surgida na esteira do Iluminismo, cujos temas estão relacionados com os infortúnios da vida cotidiana; narrativa humanitária, conforme a definiu Thomas Laqueur: abordagem extraordinariamente minuciosa dos sofrimentos e da morte de pessoas comuns (1992, p. 240).

Havia decorrido quase três séculos de migração forçada de parte considerável da população negra africana para o Novo Mundo, quando Mendes elaborou na sua *Memória* uma narrativa humanitária comovente sobre as etapas de conversão do negro à escravidão. No entanto, seu texto não é um testemunho fiel da realidade (Silva, 202, p. 255), embora seus argumentos estejam fundados nela, pois seu objetivo expresso era o de contribuir para transformá-la. Assim, pode ser interpretado como um longo panfleto contra os males do cativo. Por isso, há quem defenda que o autor foi antiescravista, ao desejar a extinção “para sempre da escravidão dos pretos a todos odiosa”, em uma das passagens polêmicas da versão original de sua *Memória*, suprimidas ou alteradas na versão impressa (Oda, 2007, p. 359).

Seja como for, aqui seu escrito será interpretado como um recurso literário, destinado a sensibilizar os negociantes do tráfico, os senhores dos escravos e o Estado para melhorar as condições de vida do que ele considerou “a porção mais desgraçada da espécie humana” (Mendes, 1991, p. 1). Para isso, elaborou uma narrativa marcada por frases de efeito, por abundância de adjetivos macabros e por histórias trágicas. Assim, construiu uma imagem perversa da escravidão e dos seus agentes, como forma de cobrar destes uma nova postura em relação ao tratamento dos cativos, condizente com os ideais humanitários então em voga.

Adentrando as “memórias”

Ao todo o texto de Mendes (1991) tem seis capítulos. O primeiro dedicado à geografia do tráfico e aos costumes da África negra. O segundo tem como foco as modalidades legais e ilegais da conversão de africanos à escravidão. O terceiro descreve o processo de condução deles desde a África até a América. O quarto e o quinto, respectivamente, abordam as suas doenças agudas e as suas doenças crônicas, e o último apresenta meios preventivos e curativos para evitar os altos índices de mortalidade que elas provocavam.

A impressão que Mendes (1991) passa sobre as regiões de onde se arrastavam a maioria dos africanos para os portos americanos é de uma África selvagem, de clima ardente e doentio, recortada por diversos rios, por sertões secos e mesmo assim habitados pelas mais variadas comunidades, que viviam sustentadas pela caça, pela pecuária e agricultura de subsistência, por um artesanato de consumo local e, dependendo do lugar, de um comércio mais intenso com regiões vizinhas, ou às vezes até com regiões distantes, e mineração. Essa mesma África, descrita etnocentricamente com o olhar de um ilustrado europeu que, se muito, conheceu o seu litoral, era habitada, segundo ele, por povos na maioria das vezes bárbaros, de costumes gentílicos, como o da poligamia, que andavam quase nus, viviam em palhoças precárias, muito mal mobiliadas, em cujo centro havia uma fogueira destinada ao preparo das refeições compostas principalmente de feijão, legumes e carne, acrescida de algumas frutas e farinha. Esses povos mesmo vivendo em um clima tão adverso e de forma precária, são considerados na *Memória* robustos, saudáveis e felizes, pois, viviam livres, ocupados com suas tarefas cotidianas, e quando não estavam a elas entregues, tomavam suas bebidas, como a aluá (um fermentado de cereal), com suas danças, seus instrumentos musicais, suas cantigas e religiões (Mendes, 1991, p. 9 -17).

Assim pulsava a vida no imenso e complexo mosaico social africano, conforme a narrativa de Mendes, quando os portugueses, e posteriormente outras nações europeias, romperam a faixa mediterrânea, contornando a costa oeste do continente, desde o cabo Bojador (alcançado em 1434) até o cabo da Boa Esperança (contornado em 1497). Depois disso, o dia a dia de grande parte das populações da África negra mudaria sensivelmente. A chegada dos europeus interferiu em diversos campos das relações humanas. Uma delas é a escravidão.

Essa forma de organização das relações sociais de produção já existia em numerosas sociedades africanas desde a Antiguidade. Mas, salvo exceções, ela não existiu como fator estrutural da economia local. Em outras palavras, na maior parte

das aldeias seu funcionamento era complementar ao trabalho de natureza geralmente familiar. Os escravos pertenciam a famílias e não a indivíduos. Tinham personalidade étnica normalmente conservada e não legava sua condição jurídica servil para os seus descendentes.

Segundo descrição de Mendes, a escravidão era admitida como punição a crimes, como forma de saldar dívidas e como destino dos derrotados em guerra. Nessas duas primeiras modalidades, havia um juiz, Soba, responsável pelo julgamento dos réis, e somente após sua sentença (podia ser a morte, no caso dos assassinos) se submetiam ao cativo. Na última modalidade, a sorte é que decidia quem iria perder a vida ou a liberdade (Mendes, 1991, p. 18-9). Nesse caso podiam mesmo ser entregues aos mercadores de escravos que, desde pelo menos os tempos de Roma, comboiavam cativos pelo Mediterrâneo e pelo Índico.

Na Idade Moderna, a colonização mercantil da América acabou gerando grande demanda de mão de obra que, em algumas partes, após esgotadas as possibilidades de aproveitar os nativos para o trabalho em grande escala, foi satisfeita com escravos africanos até aproximadamente meados do século XIX. Os portugueses foram os primeiros a se servirem deles, levando-os para o seu reino como serviçais. Posteriormente os usaram nas suas primeiras experiências com a fabricação de açúcar em ilhas conquistadas próximas ao litoral africano ainda no século XV. Por fim, quando introduziram a cultura do mesmo produto no Brasil e, principalmente, quando descobriram ouro, diamantes e outras pedras preciosas no seu interior, os levaram em grande massa para o outro lado do Atlântico. Nesse último momento, o deslocamento humano forçado alcançou tamanha proporção, que sua viabilidade e eficiência somente poderiam ser garantidas com a montagem de um empreendimento empresarial intercontinental enorme e complexo conhecido como tráfico negreiro.

O sucesso desse empreendimento dependeu de uma rede de agentes de uma ponta a outra do oceano (Florentino, 1997). Dos comboieiros, que conduziam negros do mais remoto interior da África, aos leiloeiros, que vendiam os lotes de africanos nos

mercados dos portos americanos, havia uma longa jornada a ser seguida pelos que tiveram a infelicidade de ser arrancados da liberdade. Mendes (1991) descreve essa jornada com traços agudos de dramaticidade, para formar a opinião de que os negros eram cruelmente tratados, desde o início do trajeto, no coração da África, até o seu destino final nos cativeiros da América, e que isso aumentava demasiadamente o número de mortos durante esse longo deslocamento, provocando prejuízos tanto econômicos quanto morais para todos que estavam envolvidos com a escravidão.

O tráfico para as colônias do Novo Mundo começou a ser organizado no século XVI. Até meados do século XIX, quando foi extinto, ele conduziu mais de 10 milhões de almas para diversos pontos do novo continente. Somente para o Brasil foram aproximadamente 4 milhões.¹ Toda essa população não foi produto apenas de justiça dos sobas, nem do equilíbrio instável da geopolítica interna da África e muito menos das calamidades climáticas responsáveis, em alguns lugares, por prolongadas secas que impunham desastrosas epidemias de fome, ao ponto de famílias inteiras se entregarem aos comerciantes de escravos. Ela foi, na maior parte, vítima de raptos organizados por grupos de indivíduos bem armados e apoiados por autoridades locais, sobretudo dos reinos, impérios e confederações tribais, que tiveram no comércio negreiro grande fonte de riqueza, o que cada vez mais incentivou comunidades a entrarem em guerra umas com as outras, não mais pelas suas divergências, mas para simples captura de vidas destinadas a alimentar a escravidão na América (Florentino, 1997 e Karash, 2000).

Periodicamente, à medida que levadas de indivíduos iam sendo acumuladas nos centros de confinamento espalhados por várias regiões africanas, uma caravana liderada por um comboieiro passava para recolhê-los, sob a forma de escambo,

¹ Há muitas divergências sobre o número de africanos transportados para o Brasil, conforme argumenta diversos autores. Entre eles Hebert Klein (2004, p.155).

e levá-los ao centro de distribuição, como Luanda, capital da Angola, geralmente grandes armazéns no litoral, onde eram revendidos para os agentes incumbidos de atravessá-los pelo oceano. Essa primeira etapa do tráfico negreiro durava meses, pois se levava muito tempo para os comboios serem formados na quantidade mais lucrativa possível. Nesse momento, os escravos eram presos pelo pescoço em uma grande e grossa corrente, chamada libambo. Marchavam horas a fio, carregando os suprimentos para sua manutenção e artigos negociáveis pelo caminho. Essa manobra era perigosa, pois, além de longa, comia-se pouco (por questão de redução de custo) e dormia-se ao relento. Dessa forma, muitos não resistiam e acabavam adoecendo e até morrendo. A esse respeito, Mendes relata:

Ainda que na jornada diga o escravo, que está doente, que não pode prosseguir nela, ele é tido por mentiroso; Em vez de se tratar do curativo da doença, que ele tenha, é espancado, para o fazerem marchar: de sorte, que metidos os escravos em o libambo, ou eles devem prosseguir na jornada, e destino, quer possam, quer não possam; ou devem perecer no libambo, como várias vezes sucede (Mendes, 1991, p. 22).

Os que sobreviviam a essa primeira parte eram negociados no litoral, onde ficavam armazenados por até três meses à espera dos negociantes de além-mar. Ali o tratamento por eles recebido continuava muito a desejar, pois a comida permanecia escassa e pouco nutritiva e as roupas não eram renovadas. Os efeitos trágicos dessa etapa, somadas aos da primeira, eram as inúmeras mortes até o embarque. Klein estima que até 30% da mortalidade dos escravos ocorria antes mesmo deles serem embarcados (2004, p. 157). Mendes (1991) fornece sobre isso um relato com dados alarmantes. Segundo ele, era tão grande a quantidade de mortes na escravaria durante a espera dos compradores encarregados de conduzi-la ao seu destino, que saindo de Luanda em cada ano de dez a doze mil escravos, muitas vezes sucederia a situação de

somente transportarem “de seis a sete mil para o Brasil” (Mendes, 1991, p. 23).

O próximo passo dessa diáspora era o confinamento dos africanos nos navios negreiros. Essas embarcações atravessavam o oceano durante aproximadamente três séculos com os seus porões abarrotados de carne humana, que a América aguardava sedenta para devorar. Eram conduzidos por uma tripulação chefiada por um capitão responsável pelo escambo com os agentes do tráfico posicionados na costa africana. Em troca dos negros entregavam armas, pólvora, tecidos e artefatos diversos (ferramentas, espelhos, etc.) se viessem da Europa. Se viessem do Brasil, a permuta se fazia com junco, aguardente, açúcar e farinha de mandioca.

Feita a transação, era hora de partir. A viagem demorava de quarenta dias a três meses. Dependia da origem da partida e do ponto final do desembarque, da tonelagem da embarcação, da sua tecnologia de navegação e da sua necessidade de escalas para abastecimento. Enquanto ela durava, as mercadorias vivas ficavam amontoadas nos porões, onde a ventilação era mínima, tornando o ar insalubre, com quase nenhum espaço para mobilidade, com água e comida insuficientes e, às vezes, de má qualidade, e com os mesmos farrapos com os quais estavam “embrulhadas” quando foram entregues às caravanas dos comboieiros na primeira parte do tráfico.

Mendes (1991) relata que “essa porção da humanidade desgraçada”, após tantas privações da jornada inicial, do armazenamento anterior à travessia oceânica, “que se vai apurando de mão em mão, com resistência a tantos contratempos, de que vai escapando pela força da robustez”, depois de ser “entregue aos capitães dos navios (...), é metida e fechada debaixo da escotilha” (Mendes, 1991, p. 23). Nesse local ficava até o fim do percurso, sendo escoltada de vez em quando para a superfície a fim de tomar um pouco de sol e ar fresco.

Como todo negociante, os atravessadores de escravos também procuraram reduzir os custos da sua mercadoria. Com esse objetivo, seguiam três regras básicas: “1a) o de permutar, e de fazer a sua escravaria pelo mais barato que possa ser; 2a)

o de meter e o de transportar em um navio quanto lhes seja possível a maior porção dela; 3a) que com ela se despenda o menos que possa ser no seu transporte.” (Mendes, 1991, p. 24). O resultado disso não poderia ser lisonjeiro. A mortalidade havia de ser muito alta, principalmente nas primeiras décadas do tráfico, quando a taxa de óbitos girava em torno de 20% em média por navio. Posteriormente, esse percentual foi caindo até atingir aproximadamente 6%, a partir das décadas iniciais do século XIX. Essa redução, embora expressiva, ainda não foi suficiente para que o índice de mortalidade ficasse dentro do padrão aceitável na época; algo em torno de 2%. No entanto, contribuiu para que mais negros chegassem vivos à América. Para isso, leis foram criadas, desde as primeiras leis portuguesas como a de 1664 até as leis inglesas do final do século XVIII, arbitrando a quantidade de indivíduos relativa ao peso e tamanho das embarcações.

Os mortos durante a travessia tinham o mar como sepultura. Nele se atiravam os corpos sem cerimônia ou ritual de deferência às almas que eles abrigaram. Por mais resistentes que os escravos fossem as doenças muitas vezes os venciam dadas as condições de acomodação nos “tumbeiros”, conforme Conrad (1985) adjetivou os navios negreiros. A propósito, não é por acaso que o imaginário popular é marcado por uma visão dantesca dessas embarcações. Os autores empenhados em combater o tráfico, ou ao menos melhorar as suas condições, como Mendes, junto com os abolicionistas de diversas extirpes, acabaram por produzir relatos horrendos desse abominável negócio para convencer o Estado a extingui-lo. Um dos relatos mais apaixonantes a esse respeito foi feito pelo Cirurgião Naval Thomas Nelson. Em seu diário, publicado em 1846, ele relata a situação da escravaria do navio *Dois de Fevereiro*:

Amontoados no convés, e obstruindo as passagens em ambos os lados, agachados, ou melhor curvados, trezentos e sessenta e dois negros, com doença, deficiência e miséria estampadas com intensidade e de tal forma dolorosa que excedia qualquer poder de descrição. A um canto... um grupo de miseráveis estirados, muitos nos últimos estágios da exaustão e

todos cobertos com as pústulas da varíola. Observei que muitos deles tinham rastejado até o lugar em que a água havia sido servida, na esperança de conseguir um gole do líquido precioso; mas incapazes de retornarem a seus lugares, jaziam prostrados ao redor da tina. Aqui e ali, em meio ao aglomerado, havia casos isolados da mesma doença repugnante em sua forma confluyente ou pior, e casos de extrema emaciação e exaustão, alguns em estado de completo estupor, outros olhando penosamente ao redor, apontando com dedos para suas bocas crestadas. ... Em todos os lados, rostos esquálidos e encovados tornados ainda mais hediondos pelas pálpebras intumescidas e pela ejeção pluriforme de uma violenta oftalmia, da qual parecia sofrer a maioria; além disso havia figuras reduzidas a pele e osso, curvadas numa postura que originalmente foram forçados a adotar pela falta de espaço, e que a debilidade e rigidez das juntas forçaram-nos a manter (Apud Conrad, 1985, p. 56).

Segundo os estudiosos do assunto, essa imagem deprimente não pode ser generalizada para todas as embarcações. Em muitas delas, realmente, o quadro foi mesmo trágico, principalmente se a travessia tivesse durado além demais do previsto, se os embarcados já estivessem mais frágeis do que normalmente estavam ao serem retirados dos depósitos de negros no litoral africano e se as calamidades no navio tivessem extrapolado os limites do suportável. Afinal, cada escravo, por mais barato que custasse ao traficante, se não chegasse vivo e em condições de ser negociado nos mercados americanos, lhe renderia prejuízo de aproximadamente 0,67% da carga total (Klein, 2004, p. 132). Por essa razão, tinham de esmerar-se para reduzir suas perdas, que eram elevadas devido aos efeitos do impacto de toda a cadeia de deslocamento até os navios e dos cálculos para a redução dos custos de seu transporte marítimo. Em outras palavras, embora a travessia fosse brutal e, em muitos casos, sanguinária, seria incoerente na racionalidade econômica dos empresários do tráfico

que sua mercadoria ficasse entregue a tantos sofrimentos sem intervenção nenhuma por parte deles.

Quando os navios chegavam ao seu destino, começava a terceira e última etapa do tráfico: a exposição dos africanos nos mercados de escravos. O desembarque era feito em pequenos barcos a remo, logo após a permissão das autoridades. Ao desembarcarem, eles passavam por uma contagem pelo pessoal da alfândega, por razões tributárias e, em seguida, eram postos à venda. Em diversas ocasiões ela ocorria rapidamente, pois vários compradores já estavam à espera para escolher os negros mais robustos. Não raramente, lotes inteiros se arrematavam em leilões diretamente pelos grandes proprietários locais ou seus prepostos, quando a demanda exigisse. Os que sobravam a esse primeiro impulso mercantil eram depositados em locais onde pudessem ser preparados para uma nova exposição.

Por uma questão novamente de custo, nessa etapa o tratamento dos escravos continuava precário. Pois, “por se querer liquidar a negociação pela menor despesa, a escravatura se conserva sem novo vestuário, e encontra economia de escassas rações”, que denuncia Mendes o autor da *Memória*, elas “são feitas daqueles mantimentos que o capitão fez durar por providência para maior tempo de viagem” (Mendes, 1991, p. 25).

Um dos mercados de africanos mais frequentados na América foi o do Valongo, que funcionou entre 1758 e 1831, em uma das maiores cidades receptoras do tráfico negreiro desde o auge da extração de pedras preciosas em Minas Gerais em meados do século XVIII: O Rio de Janeiro. Diversos viajantes retratam esse local. Uma das mais lúgubres descrições dele foi elaborada pelo naturalista alemão George Wilhelm Freireyss em 1814.

As doenças eram inúmeras e pareciam relacionadas à fadiga, às misérias e aos mau tratos que sofreram na viagem e de que são consequências. Muitos morrem de febres infecciosas, disenteria, escorbuto, nostalgia, etc., antes de chegarem ao novo senhor, mas também muitas vezes logo depois. A varíola vitima também anualmente uma grande porção dos infelizes, não

obstante, porém, podem ser vacinados gratuitamente, para o que o governo mantém postos vacínicos em muitos lugares. A indiferença, porém dos traficantes pela vida dos escravos é tão grande que não se utilizam destes postos úteis, e até aqueles que conduzem escravos para o interior saem da capital sem terem vacinado um só preto. Não se pode negar, todavia, que a maior parte sucumbe de falta de cuidados e bons médicos (1992, p. 130).

A falta de cuidados médicos aludidos no depoimento de Freireyss (1992) é devido à carência de profissionais da medicina e dos preços por eles cobrados. Isso encarecia o custo da escravaria, o que os mercadores procuravam evitar. Assim, os escravos doentes geralmente recebiam atendimento dos barbeiros sangradores, os quais na maioria das vezes submetiam os pacientes a sangrias (extração de sangue para eliminar a corrupção que, de acordo com uma das teorias médicas em voga, provocava uma série de enfermidades), o que os debilitava ainda mais.

Naquele mercado, a espera por compradores era muito desconfortável. O chão se fazia de cama, a comida, como sempre, aquém das necessidades nutricionais e o que sobrava das vestes, depois do longo deslocamento, mal dava para cobrir as partes íntimas. Tudo isso tornava os negros mais propensos às doenças, que os levavam aos montes para os braços da morte antes de serem vendidos. Tanto que, com o enorme aumento do desembarque negreiro nos anos 1720, motivado pela expansão do extrativismo aurífero nas vilas mineiras, foi construído um novo cemitério, nas proximidades do Valongo. Da sua inauguração até seu fechamento (1722-1830) milhares de africanos foram enterrados nele. Somente no ano de 1828 foram 2019 indivíduos que, depois da travessia, ali encontraram seu leito derradeiro. Em termos percentuais, estima-se que 4% dos desembarcados tinha como destino tal cemitério, conhecido como dos pretos novos (Pereira, 2007, p. 112).

No entanto, a mortandade foi bem maior, pois muito dos filhos da África, falecidos antes de se completar o ciclo do tráfico, foram sepultados clandestinamente. No Rio de Janeiro,

por exemplo, em 1815 o intendente de polícia, Paulo Fernandes Vianna, pediu providências ao juiz criminal contra os abusos a esse respeito cometidos pelos agentes do comércio negreiro num local próximo ao mercado dos pretos novos. Diz ele:

Nos fundos da rua nova de São Joaquim e fundos das casas novamente edificadas nos cajueiros era um pântano que, além de nocivo à saúde pública, ainda de mais a mais é cemitério de cadáveres de negros novos, pela ambição dos homens do valongo que para ali os lançavam a fim de se furtarem da despesa de pagar cemitério (Apud Honorato, 2007, p. 134).

A imensa travessia, para grande parte dos escravos, terminava nas cidades portuárias e suas adjacências. Mas outros tantos ainda deveriam percorrer enormes distâncias até chegarem ao cativeiro. Para o vasto interior do país eram conduzidos outra vez em libambos. Os destinados às montanhas de Minas Gerais precisavam subi-las durante dias e não poucos ficavam pelo caminho, às vezes expostos como banquetes aos abutres.

Ao terminar as gigantescas jornadas percorridas, do seio da África às entranhas da América, quando finalmente os negros encontravam os grilhões do trabalho escravo, o que eles poderiam esperar? Eis a resposta de Mendes:

Desembarcada esta grande porção de escravatura na América, é conduzida para casa de comum senhor, que também o é do navio, e de toda a negociação. Ali para ser vista de todos, são os escravos postos, e mandados assentar em lotes, e com separação dos grandes aos pequenos, das pretas maiores e menores, na rua pela frente da propriedade do senhor; e quando à noite se faz preciso ser recolhida a escravatura, repousa em um grande armazém térreo, que fica por baixo da propriedade senhorial. Quando esta porção de escravatura chega ao Brasil, consigo pensa, e bem, que entrando na terra prometida da abundância, e da fartura, nada deve lhe faltar; porém o contrário lhe sucede, porque por se querer liquidar a negociação

pela menor despesa, a mesma escravatura se conserva sem novo vestuário; e encontra a economia de umas escassas rações, que de ordinário são feitas daqueles mantimentos, que o capitão fez durar por providência para maior tempo da viagem (Mendes, 1991, p. 25-26).

O que lhes aguardava eram duras tarefas cotidianas, cumpridas do alvorecer ao crepúsculo, mau tratamento (alimentação inadequada e insuficiente, vestimenta precária, senzalas insalubres e mal equipadas, reduzido tempo de descanso e castigos ocasionais ou mesmo recorrentes se as ordens não fossem satisfatoriamente cumpridas ou se alguma falta mais grave fosse cometida). A consequência disso não poderia ser outra: tornavam-se presas fáceis para as doenças, ficando, se afetados por elas, sob a espreita da morte.

Na condição de desterrados, forçadamente arrancados de suas raízes, o universo da escravidão era um mundo repleto de incertezas. Quase tudo era diferente de sua vida anterior: a religiosidade, a alimentação, as formas de trabalho, as relações de parentesco, entre outros aspectos da vida cotidiana; tudo isso exigiu, lenta, dolorosa e difícil adaptação que transformou a vida em “contínuo martírio”, como caracterizou o autor da *Memória* (Mendes, 1991, p. 26). Conforme ele investigou, “os povos africanos em os países de sua habitação e natalício são muito menos atacados” por doenças, o que “se deve ao ar a que estão acostumados (...), aos seus constantes e certos alimentos, às águas de que usam e a que são habituados.” Porém, “eles em mudança, em que encontram novos ares, desacostumadas comidas e outras águas, já são mais acometidos” (Mendes, 1991, p. 28).

As enfermidades descritas por Mendes que acometiam a população escrava

Entre tantas enfermidades que vitimavam a população cativa, várias se destacam pela sua recorrência e morbidade.

O autor em questão elenca alguma delas, as classificando em dois grupos: agudas e crônicas.

No primeiro grupo estão todas as enfermidades “que ordinariamente acometem aos pretos escravos, e que são adquiridas nas mudanças dos seus alongados transportes, aonde tudo de mau e contrário à conservação da saúde os persegue” (Mendes, 1991, p. 27). São elas: febres malignas (febre amarela), hemorragias, ou fluxo hemorrágico anal (disenteria), corrupção do bicho (maculo), tosses e constipações, sezões (malária), opilação (ancilostomíase), bexigas (varíola), doença do bicho e carbúnculos (edemas cutâneos).

A primeira delas, a “mais prejudicial das moléstias agudas, que sofrem os pretos escravos”, tanto “nos reinos africanos, como quando descem dos seus sertões, na estada dos portos marítimos, no seu transporte, e mesmo no Brasil”, são “umas grandes e repentinas febres, bem semelhantes às perniciosas, as quais (...) em poucos dias os matam”. Os indivíduos afetados por esta “terrível e destruidora enfermidade”, causada por picada de insetos transmissores de um vírus originário de certas espécies de macacos, apresentam “sonolência que, crescendo por efeitos (...) da ardentíssima febre, prostram o enfermo de um tal modo, e este tão veemente, que o entregam a um letárgico, do qual no seu auge se passa para a outra vida”. A segunda, o fluxo hemorrágico, “que muito acometem a escravatura, sendo estas as que levam à sepultura grande parte” dela, é a todos conhecida como “mal de Luanda”. Essa doença, derivada da contaminação da alimentação, e da água em situações sanitárias insatisfatórias, provoca uma “evacuação contínua, e por efeito dela o intestino reto se dilata, e o ânus se circula com lábios esponjosos, que nascem do interior da via”. Em seguida “vem o que se chama do bicho”. Trata-se do que na medicina da época se definia como maculo ou corrupção do bicho: uma inflamação entre as porções mais baixas do aparelho digestivo e o ânus, extremamente incômoda, dolorosa e mortífera. “Na ordem das mesmas moléstias agudas, em quarto lugar devem ser postas as infindas constipações e as frequentíssimas e veementes tosses”. Estas encontravam terreno fértil para causar os seus

estragos na estação do frio, ou nos horários em que a temperatura cai bruscamente, e, principalmente, no “mau trato e falta do vestuário preciso, o que consome e destrói muita escravatura”. A próxima é composta pelas “infinitas sezões, que, começando em terças e quartãs, com o aumento de horas vindo a acompanhar umas e outras, fazem com que muita escravatura faleça”. Todavia, se “os escravos chegam a escapar” delas, neles ainda ficam as opilações que, “dentro de poucos tempos estragando-os, os levam à sepultura, são postas no sexto lugar das enfermidades agudas” (Mendes, 1991, p. 28-29).

A quinta moléstia acima denominada como sezões é a malária. Muito comum nas regiões de densas florestas tropicais, ela tornou-se endêmica no Brasil e foi um dos maiores males da população como um todo. Causada por um protozoário da espécie plasmodium, facilmente encontrado ao sul do Equador, transmitido pela fêmea do mosquito anófeles, provoca grande cansaço, perda de apetite, dor de cabeça e muscular. A isso se acrescentam ataques cíclicos de tremura, febre alta, frio intenso, náusea e vômito. A sexta moléstia acima denominada opilação, também endêmica no nosso país, é muito comum em populações pobres facilmente atacadas por verminoses, devido às condições sanitárias em que vivem. Depois de longos debates, os médicos tropicalistas descobriram tratar-se da ancilostomíase, originada de um nematóide hematófago (ancilóstomo) que ataca a mucosa intestinal para saciar seu voraz apetite por sangue, causando anemia aos seus hospedeiros. A sétima das doenças agudas “vem a ser as bexigas” (nome popular da varíola) “e o sarampo, que os experientes dos países africanos têm visto repetir diversas vezes, já em seus sertões, já nos presídios, já em portos marítimos, já no embarque e ainda mesmo no Brasil”. Por serem altamente contagiosas, “começando em um só escravo se comunicam a todo o lote da escravatura”, provocam inúmeras perdas de vida. No caso da varíola, com a descoberta de um preventivo, a vacina, no final do século XVIII, houve considerável redução de mortes à medida que foi sendo generalizada, quando as autoridades públicas

passaram a ofertá-las gratuitamente.² A oitava enfermidade aguda, muito “frequente na Costa da Mina e no Brasil, vem a ser a doença do bicho de outra qualidade”. Diferente da anterior, que ataca o intestino reto e o ânus, “este bicho se cria nos corpos dos pretos (...) e de ordinário se acha nos braços e nas pernas. Dada a gravidade dos seus efeitos (inchaço, dor e até gangrena) ele deve ser cuidadosamente extraído com agulha ou alfinete; caso contrário, a vítima ou morre ou fica inutilizada para o trabalho”. As últimas são “os carbúnculos ou antrazes, frequentes nos países de nascimento dos escravos, como em portos marítimos, e no Brasil.” Essa moléstia, assim denominada por apresentar uma mancha escura nas partes afetadas, é um tipo de edema cutâneo que se manifesta sob a forma de uma grande e incômoda pústula, a qual se curava com aguardente e cauterização (Mendes, 1991, p. 29-31).

O segundo grupo de doenças, classificadas por Mendes como crônicas, é formado por oito males: banzo, sarna, boubas, escorbuto, bicho do pé, lombrigas, hidropsia e ressecção dos bofes (ressecamento de órgãos do sistema digestivo). A primeira delas, ele define da seguinte maneira:

O banzo é um ressentimento estranhado por qualquer princípio, como por exemplo; a saudade dos seus, e da sua pátria; o amor devido a alguém; a ingratidão, e aleivosia, que outro lhe fizera; a cogitação profunda sobre a perda de liberdade; a meditação continuada da aspereza, com que os tratam; o mesmo mau trato, que suportam; e tudo aquilo, que pode melancolizar. É uma paixão de alma, a que se entregam, que só é extinta com a morte (Mendes, 1991, p. 31).

Como exemplo da manifestação da doença depressiva em sua *Memória* há um relato comovente, obtido de Raimundo Jalama, administrador do contrato das companhias do Pará e Pernambuco

² Sobre a vacinação contra a varíola, particularmente na população escrava, há pelo menos dois trabalhos: Chalhoub, 1999, pp. 110-13 e Honorato, 2007, pp.120-26.

(criadas por Marquês de Pombal entre 1755 e 1759) por dez anos na cidade de São Paulo de Luanda. Segundo ele entre tantas cargas de africanos remetidos para o Brasil estava uma escrava, com uma filha de aproximadamente 7 anos, “que se entregava a um tal fastio, por efeitos do banzo, que nada queria comer”. Ao observar esse comportamento, resolveu investigá-lo e, após insistidas perguntas, veio a saber que “seu marido, a quem tanto amava, a havia dado com ingratidão à dura escravidão, juntamente com sua tão estimada filha”. Tendo tomado consciência disso, tentou animá-la com alguns agrados e até promessa de liberdade. Mas nada a tirava daquele melancólico estado, que arrancava das almas mais sensíveis lágrimas de compaixão ao vê-la entregue a tão profunda agonia. “Seus olhos eram como dois rios e de contínuo tinha a cabeça sobre os joelhos”. E assim ficou até falecer, deixando sua filha à mercê das incertezas de um mundo injusto e sombrio; o mundo do cativo. Sabe-se que ela sobreviveu e foi estimada como “heroína do amor”, tendo recebido batismo com simbólico nome de Lucrécia (dama romana raptada por um nobre etrusco que optou pela morte a ser escravizada); uma clara homenagem à sua mãe.³ Essa é uma história dramática, das tantas engendradas pela escravidão, que na *Memória* emerge como uma adaga no coração de quem, por força do cristianismo ou da Ilustração, se sensibilizava com a miséria da existência humana.

A segunda enfermidade crônica, “e de sumo perigo, vem a ser a sarna”. De caráter altamente contagioso, ela se propaga facilmente, sobretudo quando as circunstâncias a favorecem, como nas etapas do tráfico nas quais inúmeros negros são reunidos sem as mínimas condições de higiene por tanto tempo. Essa enfermidade distingue-se em duas: a sarna mansa e a brava. Essa última “ocupa o terceiro lugar das doenças crônicas” e “é igualmente epidêmica”, mas de outra natureza em relação à anterior por se “tratar de efeito de mal venéreo”. Ela, a que “chamam de boubas”,

³ Mendes, 1991, p. 31-2. A informação sobre o nome de batismo da filha da escrava falecida encontra-se na versão original de Mendes (Cf: Oda, 2007 p. 356).

se apresenta sob forma de chagas em diversas partes do corpo. A próxima espécie de doenças crônicas, que muito “acomete a escravatura, vem a ser o escorbuto”. Essa enfermidade é provocada pela carência de vitamina C. Durante o enorme percurso entre a África e o Brasil, principalmente na etapa da travessia atlântica, a alimentação ficava muito a desejar. Nessa etapa, os alimentos frescos não resistiam muito tempo e o reabastecimento não se fazia rapidamente, e quando ele ocorria, as fontes de vitamina C (frutas cítricas e algumas verduras) não estavam sempre disponíveis. Consequentemente, muitas embarcações chegavam aos portos com grande número de escorbúticos, os quais se conhecia pela pele escamosa, febre, hemorragia e dentes enegrecidos. “Outra espécie de doenças crônicas que muito acometem a escravatura, e vem ocupar o quinto lugar, são os bichos que nascem nas mãos, corpos e com maior força nos pés”. Os escravos andavam descalços, por motivo de economia e como marca de sua condição servil. Assim, ficavam expostos ao verme responsável por comichão e, se não fosse expulso, por uma inflamação que poderia causar grandes danos, como a perda de mobilidade, febre, ínguas e fortes dores. Na sequência das doenças crônicas, “que costumam levar grande número da escravatura insensivelmente à sepultura, vem a ser as lombrigas”. O diagnóstico feito na época acabou revelando-se equivocado (“relaxação do estômago proveniente do “clima ardente” e das comidas de inferior qualidade que são as que de ordinário têm os escravos”), pois se entendia a formação dessa verminose como resultado de geração espontânea dessas duas combinações, clima quente e má alimentação. Entretanto sua enorme incidência nos cativos é resultado das precárias condições de higiene às quais estavam submetidos. As hidropisias, “por cuja porta vão ter à morte muitos mil escravos” são a sétima das moléstias crônicas. Ela provoca enorme inchaço no ventre e um amarelão nos olhos com grande incômodo para o enfermo, que por isso apresenta movimentos lentos e uma quase letargia. Isso é normalmente resultante da redução ou paralisação das atividades do fígado por má alimentação, ou verminoses (esquistossomose), ou vírus (hepatite) ou por excesso de bebida alcoólica (Mendes,

p. 32-3). Quando o consumo exagerado desse tipo de bebida tornava-se diário, Mendes identifica “a última das moléstias crônicas e a mais prejudicial”, qual seja, “a que chamam vulgarmente ressecação dos bofes; doença que provém de muita giribita, ou aguardente, e cachaça do Brasil, que de contínuo bebe toda a escravatura”. Pois, conforme explica:

A esta se entregam com extremo por três princípios: primeiro; porque vivendo em seu país natalício, aonde há falta dela, e sendo apaixonadíssimos desta bebida, ao depois encontrando-a com abundância, se fartam dela: segundo; porque a debilidade, a frouxidão, e a relação do seu estomago assim o pede: terceiro, porque sendo os escravos nascidos em um país muito mais quente que o Brasil, que demais é assistido de muitas virações, andando muito mal vestidos, sentem frio, e na falta de roupa se entregam a esta bebida, persuadidos de que os aquece; o que sendo momentâneo, continuam na mesma bebida, para sustentarem o pretendido calor, com danificação conhecida das suas entranhas. (Mendes, 1991, p. 34).

A parte final da *Memória* é dedicada aos “meios de se acautelarem, e de se curarem tanto das enfermidades agudas, como crônicas, que acometem e matam os pretos escravos”. Nela, o autor apresenta o último, o mais longo e o mais importante capítulo do seu texto. Nele sugere que “os pretos escravos da África, desde o instante de seu infeliz cativoiro, encontrariam a melhora, ou pelo menos a conservação da sua saúde, se também encontrassem outro discernimento” os agentes da escravidão desde o tráfico até o cativoiro (Mendes, 1991, p. 34-5). Tal discernimento refere-se a uma mudança de mentalidade por parte de tais agentes no tocante ao tratamento dos escravos, que era determinado pela lógica predominante no negócio negreiro e no cativoiro em relação ao preço dos escravos. Para os traficantes, quanto menor o gasto feito com eles até a venda, maior seria o lucro. Para os grandes proprietários coloniais, o dispêndio com a manutenção da escravaria deveria ser conformado com o custo do seu empreendimento e com

a expectativa do tempo de exploração da força de trabalho dela e com as próprias circunstâncias do mercado de consumo de seus produtos.

O novo discernimento, que Mendes procurou contribuir para fomentar nos agentes da escravidão, deveria ser pautado em diversas posturas orientadas nos apelos humanísticos da Ilustração e pela racionalidade econômica neo-mercantilista,⁴ em voga no século XVIII, que pregava, entre outras coisas, o fim do desperdício de vidas para se obter maior eficiência e rentabilidade.

Em relação à etapa inicial do tráfico desde o sertão até o armazenamento nos portos, ele propõe cinco regras. A primeira deve ter em conta “que os pretos perdendo a sua liberdade ficam desde o começo apaixonados e entregues a um indizível ressentimento.” Por isso eles têm de ser tratados “com brandura e agrado, para fazer o cativo menos sensível, e desvanecer pouco a pouco o banzo, que não os desacompanha”. A segunda consiste em disponibilizar “no rancho, ou lote de escravos (...), um daqueles seus práticos a que chamam curandeiros”, para “no decurso da viagem observar as enfermidades e aplicar a medicina do seu uso”. Em terceiro vem a prudência de “fazer descansar a escravatura em os sítios mais frescos, e oportunos, onde houverem melhores águas e mantimentos (...), regulando a viagem sempre de tal modo que um dia fosse de marcha e outro de descanso”. Nessa mesma regra também é prudente “transportar em odres a água necessária (...) para se fugir à grande e extraordinária sede, e serem prevenidos as muitas enfermidades a que ela dá origem”. E o mesmo deve-se praticar sobre os mantimentos, para que nas jornadas fossem os escravos mantidos e sustentados, quando não fosse com fartura, pelo menos com o preciso, para se evitarem as grandes fomes, que de contínuo experimentam em tão longas jornadas”. De modo que “os infelizes escravos não venham a um tempo sentir as muitas calamidades provenientes da mudança do clima, das águas, da fadiga da jornada, do sol a que vêm expostos, da

⁴ No caso português, tal racionalidade é discutida, entre outros autores, por Novais, 1995, capítulo IV e Maxwell, 1997, capítulo VII.

fome e sede”. A quarta regra impõe a obrigação de “cortar das fazendas levados para permutação o que fosse preciso, para que com ele o miserável escravo de noite se cobrisse, para deste modo resistir aos efeitos do sereno da noite”. Deve-se também “cortar algum mato em aqueles sertões para camas, o que com a maior facilidade se pode fazer em aqueles países desertos e abundantes de arbustos, cujas folhas secas somente usam para esse fim”, de modo a proporcionar a escravatura melhor descanso e proteção contra a umidade da terra. A quinta e última regra é fazer conduzir ao lado dos libambos “certa porção de escravatura mansa (...) para diariamente ir caçando para o sustento não apenas de si próprio, mas também de toda a caravana” de forma que “chegado ela ao lugar do arraial [onde se faz pouso], venha frequentemente a ter carne fresca” (Mendes, 1991, p. 35-6).

Em relação ao tempo que os comboiados ficavam nos armazéns do litoral africano à espera do embarque para o cativo, Mendes, em tom de denúncia, expressou-se da seguinte maneira:

O que vem a ser mais lastimável é que chegando a tal, e qual porção da escravatura salva aos portos para o embarque, aonde tudo abunda, como por exemplo em S. Paulo de Luanda, devendo-se a tudo isto ocorrer, pelo contrário é a escravatura mantida em a mesma economia, e falta do seu preciso; porque os comerciantes ali estabelecidos, que se entregam à negociação de escravos, insistem em o seu errado sistema, de que quanto mais pouparem no sustento, e tratamento da escravatura, muito mais vêm lucrar em a negociação dela: sem se desenganarem, até pela própria experiência, de que continuando nesta mesquinhez, e economia, tão mal entendida, como mal aplicada, que infinitos escravos sucessivamente lhes morrem vindo neste sentido a ser homicida deles (Mendes, 1991, p. 37).

Aos capitães dos negreiros, várias recomendações são feitas na *Memória*. “Deveriam ter por cautela transportar melhor a escravatura”, ao embarcar menor número dela. “Isso a desafogaria

de tanto aperto nos porões e, ao mesmo tempo, proporcionaria maior espaço para mais mantimentos e água”, sem que continuasse a experimentar novas fomes e sedes por efeito de uma escassa ração e de uma escassa medida de água, que de vinte em vinte e quatro horas se lhes dá. O contrário, “embarcando muitos, muitos também morrem, e abafando uns aos outros enfermam; e ainda aqueles que vêm a ficar salvos, para sempre se conservam enfezados, e doentes, vindo em terra a falecer”. Muito contribuiria igualmente para evitar esse desfecho trágico “a providência de fazer embarcar não só mantimentos bons, mas também estes com abundância”, ao invés de gêneros “avariados, que, seguindo o mais barato, se compram nos Portos da América” para reduzir os custos da “infeliz negociação”, que os levam à África. Desse modo evitariam que “a desgraçada escravidão a um tempo [viria] a sentir dois males: “A fome, dada a escassez de alimentos, e o mal estar provocado pela má qualidade deles”; ambos “danosos à saúde”. A mesma providência devem lhes tomar com a água, que deveria ser servida com abundância, para saciar a sede dos embarcados “aumentadas por muitos e diversos modos”: por causa “de peixe salgado, que lhes cabe em ração, porque vem abotecada em uma coberta, em que está em perene suor e pela ardência do clima, e da estação, em que são transportados. Por fim, conduzi-los em embarcações mais espaçosas, com ventilação apropriada e facilmente penetrada pelos raios do sol e construídas de forma a evitar tanta invasão de água da chuva (Mendes, 1991, p. 39-40).

Uma vez que “os capitães e os senhorios dos navios são teimosos em o seu projeto, aliás errado, de economia, com o sacrifício de vidas de muitos escravos”, o autor da *Memória* faz uma sugestão à coroa:

Seria a última das providências, que os navios, quando fossem despachados para este fim, tanto em os portos da sua saída, como nos da recepção dos escravos, fossem lotados com taxa, e determinação das cabeças, que pelo muito deviam transportar; sem que a mais se desse licença: com um rigoroso exame em os viveres, e na aguada precisa; subsistindo a cominação, de que

trazendo maior número, do que o de sua lotação, seriam além de castigados com penas arbitrárias, condenados a sofrerem o prejuízo de serem manumitidos os últimos escravos, que embarcaram, e que excederam o número prefixo; pois se abusa grandemente da Lei 18 de Março de 1684, inserta na Col. I, n. 3, à *Ordenação*, L. IV, tit. 42 (Mendes, 1991, p. 41).

A lei citada refere-se à determinação de cada embarcação respeitar a capacidade máxima de escravos, carreando de 2,5 a 3,5 indivíduos por tonelada, conforme as características de sua estrutura, bem como a proporção de água e mantimentos que deveriam ser embarcados de acordo com a quantidade de carga e do tamanho da tripulação. Como ela geralmente não era cumprida, os africanos chegavam em condições muito adversas para seguirem rumo ao cativeiro, conforme ele argumenta: “Militando pois todo este tropel de desgraças contra os infelizes escravos; se a tudo eles resistem, e salvam em os países americanos, os que ali aportam, vêm a ser um resto da escravatura, do que homens”. Ao contrário disso, se fosse tratada com as devidas cautelas e providências, ainda adverte: “Dentro de poucos dias seria vista sã e forte” e, assim, “com visível interesse, porque a reputariam por muito melhor preço, e vendendo-a logo”. E para reforçar seus argumentos sobre a maior vantagem econômica, que se poderia obter na relação entre melhor tratamento do escravo posto em oferta e o maior preço de sua venda, expõe duas observações próprias feitas no Brasil, que julga “constantíssimas a todos que lá viveram por alguns anos, e ainda mesmo aos que lá somente passaram”. Na primeira delas, diz: “Observei que comprando qualquer sujeito um escravo (...), tratando-o como coisa sua, com frutas e comidas sadias, e finalmente despendendo com ele todo o bom, dentro de poucos meses aparece um escravo robusto e trabalhador” (Mendes, 1991, p. 42). Na segunda afirma:

Observei mais em aquele país, que homens havia de poucas posses, que se empregavam em comprar o remanescente da escravatura, a que já o comissário

não tinha comprador, e refugada por todos, não a querendo nem fiada os senhores dos engenhos; não sabendo finalmente já o comissário, que saída havia de dar a ela: sendo este refugio por aqueles comprado levando-o para sua casa, medicando-o, e dando-lhe o sustento, e o vestuário preciso, e fazendo-o mudar de ares; convalescendo a mesma escravatura desprezada, dentro de pouco tempo a revendiam como sã, robusta, e forte por um muito bom preço: e que neste tráfico continuavam, entregando-se a um novo gênero de indústria, chegando até para este fim a comprá-la fiada, vindo a pagá-la com o preço da mesma escravatura sarada, e restabelecida (Mendes, 1991, p. 42-3).

A última parte do capítulo final é dedicada aos “meios de acautelar e remediar as enfermidades” dos escravos. Se todas as precauções sugeridas fossem colocadas em prática pelos agentes da escravidão, desde o tráfico até a América, os índices de mortalidade da população escrava seriam diminuídos. Mas para isso uma verdadeira reforma dos costumes deveria ser promovida por todos os que foram tocados pela exortação dos enciclopedistas (no artigo humanidade: “Percorrer o mundo para combater suas desgraças”),⁵ a fim de ao menos abrandar as crueldades de uma já rigorosa escravidão.

Assim, a parte final do capítulo conclusivo é endereçada principalmente ao grande proprietário no Brasil, como forma de oferecer a ele, na administração dos seus escravos, meios para preservar a saúde destes. Trata-se de uma tentativa de reorientar seu comportamento no governo da escravaria, em relação ao tratamento dela, o qual sendo bem conduzido reduziria

⁵ *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et Métiers*. 2a ed., Lucques, Chez Vicent Giuntini. Tomo VIII, 1766, p.285. A definição apresentada no artigo é a seguinte: “Um sentimento de benevolência por todos os homens, que se exalta somente em uma alma grande e sensível. Esse nobre e sublime entusiasmo se atormenta com as penas dos outros, com a necessidade de mitigá-los. Ele quer percorrer o universo para abolir a escravidão, a superstição, o vício e a desgraça”.

a necessidade de gasto com médico, que era quase sempre evitado caso o seu custo não compensasse o benefício.

De todas as considerações médicas apresentadas na *Memória*, a que mais vale a pena abordar, por revelar uma das questões centrais sobre a administração dos escravos, é o banzo; “gravíssima enfermidade, que surda e insensivelmente abrasando e consumindo a escravatura, a vai fielmente entregar a morte.”

O banzo é outra gravíssima enfermidade, que surda, e insensivelmente abrasando e consumindo a escravatura, a vai fielmente entregar à morte. O meio mais pronto, e o mais natural, que quanto pode haver para exterminar esta moléstia de tão péssimas consequências, pois que o seu curativo não pode achar socorros ainda que na melhor medicina, deve ser o excogitar-se tudo quanto possível seja para desterrar-se da infeliz escravatura aquela justa paixão, a que se entrega, na cogitação de que vive combatida dos maiores males. Em a difusão deste justo sentimento deve ter o primeiro lugar um trato que seja capaz de a desimaginar, de que ela não vive, e que não fora trazida, para uma positiva desgraça, na qual se acha sepultada: deve ter o segundo lugar comportarem-se os seus senhores para com ela de um modo benigno, e afável, indicando-lhe que se acham bem servidos, inspirando na escravatura os sentimentos, de que têm eles por acerto, e por fortuna a uns bons escravos; para na recompensa nascerem os outros correlativos sentimentos nos escravos, de que tiveram a dita de encontrar a um bom senhor: deve ter o terceiro lugar o moderarem-se os castigos: deve ter o quarto lugar a permissão de ela se divertir e folgar ao seu modo, e ainda com convocação dos seus patriotas e semelhantes; para lhe influir um justo prazer, e a necessária alegria, o que só é capaz de fazer desterrar o banzo e as moléstias fúnebres a que com facilidade se entregam (Mendes, 1991, p. 48).

Ao concluir a sua exposição sobre os meios preventivos e curativos para melhor preservar a escravaria, para o bem da humanidade, para a grandeza da riqueza do Estado e para a prosperidade dos colonos, Mendes faz a última advertência: “Todas estas enfermidades, que levam escravos à sepultura, seriam evitadas se em tempo fossem tratadas; porém se o mau trato a uma acorda, e as outras promove, (...) vem a servir de aumento aos infinitos males principiaados com a escravidão, e ultimados com a fiel entrega dos ossos à terra” (Mendes, 1991, p. 49-50).

Suas palavras finais são, na versão revisada para a publicação em 1812 (aqui utilizada), uma exortação ao poder da Casa Real para, em nome da humanidade e da maior eficiência e rentabilidade expressa na noção de interesse econômico, cada vez mais em voga na época, combater todos os abusos cometidos pelos agentes da escravidão contra os que para ela foram arrastados. Já na versão original, lida na Academia Real das Ciências de Lisboa em 1793, suas palavras são bem mais contundentes: “O céu, a terra, a humanidade e a mesma Real Coroa, para a resistência destes abusos pede vingança.”⁶

Seria Mendes um antiescravista?

A postura de Mendes relatada no tópico anterior, principalmente em suas palavras finais faz de Mendes ser considerado um antiescravista, como acredita Ana Maria Goldini Raimundo Oda, apoiada em um estudo de Robert Slenes (Oda, 2007, p. 359 e Slenes 2002). Ou podemos interpretar que as suas últimas palavras de Mendes são apenas frases de efeito para provocar inquietação nos seus interlocutores, estimulando um debate sobre tema que se tornava bastante delicado na cultura ocidental? Convém lembrar que em alguns trechos da *Memória*, ele também se revela um conselheiro dos agentes da escravidão,

⁶ A versão de 1812 está em Mendes, 1991, p. 50. A citação da versão de 1798 é fornecida por Oda, 2007, p. 359.

sobretudo no cativo, ao sugerir que os africanos se tornariam bons escravos se fossem bem tratados. Mas isso seria suficiente para considerá-lo apenas um divulgador de “cuidados humanitários e médicos, no âmbito de uma mais vasta terapêutica social”, como afirma o organizador da edição dos textos da Academia Real das Ciências de Lisboa, José Luís Cardoso, ao concluir que, na *Memória*, “a legitimidade da escravidão não é questionada, [pois] em causa está o modo de a tornar efetivamente rentável”⁷.

Seria necessário investigação mais profunda sobre a vida e a obra de Mendes, para se chegar a uma resposta. E isso pode ser iniciado com pistas por ele deixadas no seu texto. Uma delas encontra-se no final da *Memória*, quando afirma somente lhe restarem duas conclusões: a de que a mortandade dos escravos é fruto dos maus tratos dos agentes da escravidão e a de que em nome da humanidade e dos interesses da Coroa isso deveria ser combatido. Depois disso escreveu uma nota (no 29) na qual escreveu o seguinte: “Assim como se omite o que neste discurso poderia dizer-se de considerações morais, mas deve ler-se nos sermões 14o, 20o, 27o do Rosário” (Mendes, 1991, p. 50).

Na nota a referência clara são os *Sermões* do Padre Vieira, compostos de prédicas morais, proferidas na Bahia entre 1633 e 1680. Os acima citados foram destinados aos escravos e seus senhores, e seu tema principal é a escravidão. Neles o jesuíta aborda o tratamento recebido pelos negros no cativo, condenando a falta de espírito cristão por parte dos proprietários dos engenhos baianos. Ao fazer isso, procurou tocar as consciências senhoriais, para melhorar a condição dos cativos, lembrando que a justiça divina é implacável. Por outro lado, empenhou-se para exortar a escravatura a conformar-se com a sua condição servil, como meio de encontrar a salvação eterna.

Ainda não é possível saber qual a leitura Mendes fez das prédicas de Vieira. Mas ao citá-las, apenas pode estar em busca de um reforço de peso para sustentar a imagem perversa das práticas

⁷ O comentário de José Luis Cardoso está na nota b da p. 9 de Mendes (1991).

escravistas vigentes, que tanto se esforçava para ajudar a mudar. Ou, mais do que isto, insinuar que, apesar da riqueza das nações ainda depender do trabalho escravo, já não podia sustentá-la por muito maior tempo, dada a sua cada vez mais clara incompatibilidade com os velhos ideais cristãos de amor ao próximo e com os novos ideais iluministas de civilização, progresso e humanidade.

O certo é que ele, como um ilustrado, membro de uma instituição científica patrocinada pela Coroa (um *savant d'état*,⁸ ou, por que não dizer, um intelectual orgânico?), se fosse claramente partidário do abolicionismo, não ousaria revelar-se como tal em texto para ser lido em sessão solene da Academia Real de Ciências de Lisboa, uma vez que um dos grandes objetivos práticos desta instituição era o de promover o progresso material do império de Portugal, em adiantada crise naqueles tempos (Schwarcz, 2002, p. 65). Por outro lado, se a legitimidade da escravidão não estava explicitamente questionada na sua *Memória*, a sua natureza ao menos estava sendo repugnada, devido à forma como escreveu, usando um novo padrão de escrita (denominada narrativa humanitária), por meio do qual se fazia grande esforço para conquistar o leitor para uma causa, estimulando-lhe o sentimento de compaixão. Desse modo, pode-se considerá-lo um combatente intelectual de uma cruzada moral promovida, a partir do movimento ilustrado da Era das Luzes, por todos os que se sentiram sensibilizados com a brutalidade de uma relação social de produção fundamentada na expropriação violenta da liberdade humana.

⁸ Ou *savant du ancien régime* é uma noção, definida como um intelectual que atuava nas instituições de Estado, aceitando os valores e hierarquias de uma sociedade regida pela presença das honras e dos privilégios como forma de diferenciar os seus indivíduos, formulada por Vincenzo Ferrone, "O homem de ciência". In Vovelle, 1997, p. 159. Em outras palavras, trata-se do clássico conceito gramsciano de "intelectual orgânico" adaptado por Ferrone às sociedades do Antigo Regime.

Referências

- CIDADE, H. *Padre Vieira (Sermões)*. Lisboa, volume III, 1940.
- CHALHOUB, S. *Cidade febril*. São Paulo, Cia das Letras, 1999.
- CONRAD, R. E. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- FERRONE, V. O homem de ciência. In: VOVELLE, Michel, *O homem do Iluminismo*. Lisboa, Editorial Presença, 1997.
- FREIREYSS, G. W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte, ed. Itatiaia, 1992.
- HONORATO, C. de P. *Valongo: o mercado de escravos no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado em história, Universidade Federal Fluminense, 2007.
- KLEIN, H. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto, Funpec, 2004.
- MARQUESE, R. de B. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas*. São Paulo, Cia. das Letras, 2004.
- MAXWEL, K. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- MENDES, L. A. de O. Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil. In: *Memórias Econômicas da Academia Real de Ciência de Lisboa*. Tomo IV. Direção José Luis Cardoso. Lisboa, [1812] 1991.
- NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do sistema colonial*. 6a ed., São Paulo, Hucitec, 1995.
- ODA, A. M. G. R. O banzo e outros males: O páthos dos negros na memória de Oliveira Mendes, *Revista Latino-americana de Psicopatologia fundamental*. v.10, no 2, 2007.
- PEREIRA, J. C. da S. *A flor da terra: o cemitério dos pretos novos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Garamond/IPHAN, 2007.

- SILVA, A. da C. e. Memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos. *Afro-Ásia*, v.28, 2002,
- SLENES, R. African, Lucretias and Men of Sorrows: Allegory and Allusion in the Brazilian Anti-slavery (Lithographis) (1827-1835) of Johann Moritz Rugendas. In: *Slavery and Abolition*, v.23, 2002.
- VOVELLE, M. *O homem do Iluminismo*. Lisboa, Editorial Presença, 1997.

ECONOMIA E POLÍTICA NO DEBATE SOBRE O FENÔMENO DO BONAPARTISMO

*Carlos Prado**

Resumo: O objetivo do presente artigo é discutir o surgimento do Estado bonapartista a partir da leitura d'*O 18 Brumário de Karl Marx*. Essa obra tem suscitado diferentes interpretações e grandes debates sobre conceitos fundamentais. Buscaremos enfatizar que o bonapartismo não é resultado de condições puramente econômicas, mas da história enquanto luta de classes. Dessa forma, evidenciaremos o papel dos aspectos subjetivos, as estratégias e as ações dos homens e das classes na luta política e na transformação histórica.

Palavras-chave: Bonapartismo; História; Luta de classes.

Abstract: The purpose of this article is to discuss the emergence of the Bonapartist state from the reading of *The 18th Brumaire of Karl Marx*. This book has given rise to different interpretations and great debates about fundamental concepts. We'll seek to emphasize that Bonapartism is not the result of purely economic conditions, but of history as class struggle. Thus, will highlight the role of subjective aspects, strategies and actions of men and classes in the political struggle and the historical transformation.

Keywords: Bonapartism. History; Classes Struggles.

*Graduado em História pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Atualmente é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: carlosprado1985@hotmail.com.

Em meados do século XIX, a França carregava peculiaridades históricas que a colocava numa posição privilegiada, pois desde o final do século XVIII, com o advento da revolução francesa, se situava num lugar de destaque no cenário Europeu. Por suas características históricas, Marx considera que a França era o país mais avançado do velho continente no desenvolvimento das contradições sociais e econômicas. Por conseguinte, o proletariado francês era conscientemente mais adiantado e desde Babeuf, passando pelos socialistas utópicos, a sociedade das mercadorias começava a ser posta em questão.¹

A França era o país símbolo da revolução burguesa e parecia caminhar para um novo momento de transformações. A luta de classes se manifestava de forma decisiva, as contradições econômicas do capital encontravam suas representações em reivindicações políticas. Diante da revolução de fevereiro de 1848, quando a burguesia com a ajuda do proletariado, derrubou a monarquia de julho e fundou a segunda república francesa, Marx não teve dúvidas de que se iniciava um novo período revolucionário na história europeia.

Passada a turbulência das lutas políticas, Marx se dedicou a análise dos fatos. Sobre os eventos de 1848, ele publicou uma série de artigos cobrindo especialmente os acontecimentos alemães e franceses. Suas obras mais importantes desse período são *A burguesia e a contrarrevolução*, *As lutas de classes na França* e *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*, o primeiro aborda a revolução burguesa alemã e os outros dois tratam da ascensão bonapartista na França.

¹ No prefácio para a terceira edição Alemã de *O Dezoito Brumário*, Engels afirma: "A França é o país em que, mais do que em qualquer outro lugar, as lutas de classe foram sempre levadas ao seu termo decisivo e onde, por conseguinte, as formas políticas mutáveis nas quais se processam essas lutas e nas quais se condensam seus resultados adquirem contornos nítidos. (...) Esta é a razão pela qual Marx não só estudava a história anterior da França com especial predileção, como também seguia sua história contemporânea em todos os detalhes, reunindo materiais destinados a futura utilização. Por isso, neste terreno nunca se via surpreendido pelos acontecimentos. (*apud* MARX, 2000, p. 12).

Em *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*, Marx analisa atentamente o curso da história durante a segunda república francesa, desde a queda de Louis Philippe, até o golpe de Estado de Louis Bonaparte. Para McLellan (1990, p. 261) essa obra de Marx, é “o seu mais brilhante panfleto político”. Sem dúvida, o principal diferencial desse texto é que nele se desenvolve uma análise de conjuntura. Trata-se de uma análise histórico- política, no qual o objetivo não é a formulação de leis gerais e análises abstratas, mas a compreensão de um evento em específico, de um período determinado.

O objetivo do presente artigo é discutir como a bibliografia pertinente ao tema tem buscado explicar o surgimento do Estado bonapartista a partir da leitura d’*O 18 Brumário*. Para tanto, faremos uma revisão bibliográfica, comentando as principais obras sobre essa temática, expondo as diferentes concepções e discutindo suas polêmicas. Buscaremos evidenciar como essa obra tem suscitado diferentes interpretações e grandes debates sobre pontos fundamentais da obra de Marx. Nossa leitura buscará enfatizar que para Marx, o bonapartismo não é resultado de condições puramente econômicas pré-determinadas, mas da história enquanto luta de classes. Dessa forma, buscaremos enfatizar os aspectos subjetivos evidenciando que a história não é determinada de antemão, mas é resultado das estratégias e das ações dos homens que atuam na luta política.

A teoria economicista de Sader

O Filósofo e Cientista Político Emir Sader foi um dos primeiros estudiosos brasileiros a se dedicar à análise d’*O 18 Brumário*. Sua obra intitulada *O Estado e a Política em Marx*, publicada na década de 1990 foi escrita no final da década de 1960, durante o curso de pós-graduação em Filosofia. No segundo capítulo desse texto, intitulado *O bonapartismo: o Estado na política de Marx*, Sader discorre longamente sobre a queda da segunda república francesa e a ascensão de Louis Bonaparte ao poder. Por muito tempo essa

obra serviu de base para os brasileiros que gostariam de estudar o tema, tornando-se uma referência constante em artigos e teses que abordavam a política em Marx.

Ao analisar o texto de Sader (1998), o que mais chama a atenção é a visão economicista, determinista e evolucionista que transparece nas entrelinhas de sua abordagem. Ele explica alguns dos principais eventos históricos como resultado direto das condições econômicas. É assim que ele aborda a ascensão da monarquia de julho em 1830, a revolução de 1848 e o triunfo do bonapartismo em 1851. Demonstra que os três principais eventos políticos da França pós-napoleônica estão diretamente relacionados às necessidades econômicas de um país que vive um período de desenvolvimento capitalista. Em suas palavras: “Ficou delineado como os fatos históricos dependem, em seu peso, do momento de instauração e desenvolvimento do modo de produção capitalista” (1998, p. 113).

O autor busca explicar o desenvolvimento histórico como resultado apenas das necessidades econômicas. Sua análise dá pouca ênfase ao papel que a política desempenhou, ou seja, ao papel da luta de classes diante dos conflitos sociais que abalavam a França. O papel que a classe operária desempenhou em fevereiro e junho de 1848 é menosprezado pelo autor ao enfatizar que esta ainda não estava consciente de seus interesses. Sader aponta que: “A classe operária estava ainda insuficientemente organizada, e os outros setores sociais se definem pela heteronomia em relação a essas classes, de tal forma que o campo ficou livre para o acesso da burguesia industrial ao Estado.” (1998, p. 65).

Nesse texto, Sader (1998) pouco discute sobre a aliança entre a burguesia e a classe operária no processo de luta contra a monarquia de julho e também não se preocupa em analisar o levante operário de junho e as razões da derrota dessas jornadas. Sua análise parece presa à leitura determinista e economicista ao enfatizar que os eventos políticos são simplesmente uma forma de atualizar a superestrutura às necessidades da infraestrutura. Segundo essa leitura, o bonapartismo aparece como o resultado de uma evolução econômica, pois segundo sua análise: “A revolução

de 1848 representa a cristalização do capitalismo na França, pela hegemonia do capital industrial.” (1998, p. 96). Sader acredita que a queda da monarquia de julho, colocou fim ao domínio exclusivo da burguesia aristocrática e abriu caminho para a ascensão da burguesia industrial, demarcando o triunfo ou a consolidação final do capitalismo em terras francesas. Por conseguinte, sua leitura afirma que o Estado bonapartista aparece como a forma política correspondente a essa nova realidade econômica. Ele observa que: “O Estado precisa corresponder às necessidades de reprodução, das relações de reprodução no capitalismo” (1998, p. 73).

Sader (1998) interpreta *O 18 Brumário* a partir de uma leitura evolucionista da história. Dessa forma, à medida que progride as relações de produção e as forças produtivas, o Estado se adequa e apresenta formas superiores de organização. Por conseguinte, a revolução de 1848 significou o triunfo da burguesia industrial na França, rompendo com o monopólio da burguesia aristocrática, abrindo caminho para o capital industrial se desenvolver de forma plena, consolidando a hegemonia do capitalismo em território francês. Nessa perspectiva, o autor aponta que: “O Estado bonapartista corresponde à fase de hegemonia em que, ao reproduzir de forma multiplicada suas relações de produção, o capital superou o Estado liberal” (1998, p. 97).

Em sua leitura mecanicista, Sader (1998) distingue etapas do desenvolvimento capitalista e observa que para cada uma dessas fases do desenvolvimento econômico existe uma forma estatal correspondente. Segundo sua análise: “Há uma forma tradicional de apropriação do Estado pela burguesia, que é República Parlamentar; ela corresponde à fase de luta da burguesia pela instauração das relações capitalistas de produção”. (1998, p. 97-98). Porém, ele observa que uma vez superada essa etapa, o Estado precisa se desenvolver para uma forma superior, que segundo sua leitura, é historicamente mais avançada, e correspondente à hegemonia capitalista. Sader escreve que: “Marx aponta o Bonapartismo como uma forma historicamente superior de apropriação do Estado pelas classes dominantes” (1998, p.99).

Por fim, ele acrescenta que o golpe de Bonaparte “não é um episódio contingente na história política francesa. (...) O 18 brumário é o fim do desenvolvimento da centralização do poder estatal que teve início ao tempo da monarquia absoluta e do declínio do sistema feudal” (1998, p. 80). O golpe de Estado de Napoleão III é explicado como resultado de um processo progressivo da história, como a continuidade de um movimento de centralização do Estado, em curso desde a ascensão da burguesia em luta contra o antigo regime.

O bonapartismo e a centralização do Estado são interpretados como a forma política correspondente ao capitalismo em seu pleno desenvolvimento. O golpe de Louis Bonaparte não significa um retrocesso ou resultado da contrarrevolução, nem está inserido num processo de repetição histórica, pelo contrário, Sader (1998) encara essa forma de Estado como resultado do progresso econômico, como um avanço, ou seja, como a forma mais avançada do Estado capitalista.

Ao enfatizar que o bonapartismo é a forma estatal correspondente ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, Sader (1998) consolida sua interpretação baseada em uma leitura economicista e determinista. Essa interpretação pode ser questionada não apenas em termos conceituais, abstratos, como também pela própria história do século XIX e XX. Pois se para Sader, o bonapartismo “revela-se como a verdade do Estado burguês” (1998, p. 105), então, ele não é uma exceção histórica, mas uma forma estatal que deve se desenvolver em todos os Estados que alcançam o desenvolvimento do capitalismo industrial, e isso não corresponde à realidade histórica.

A leitura de Sader (1998) concebe o Estado como epifenômeno da economia, ou seja, como resultado necessário e pré-determinado do avanço das relações econômicas. Tal interpretação menospreza qualquer tentativa de sistematização da luta de classes e do poder político, pois todos os níveis sociais seriam condicionados pela infraestrutura econômica.

Em contrapartida, recusar as análises economicistas e deterministas, não significa buscar respostas num quadro teórico

que menospreze totalmente a relação entre economia e política. Não se trata de negar o economicismo e advogar a favor de uma análise que menospreze totalmente os efeitos que a infraestrutura provoca na organização política. Não se trata de promover uma separação absoluta dos níveis político e econômico. É um equívoco conceber a política como o terreno da liberdade absoluta, pois a mesma também sofre limitações que constroem e condicionam a ação dos homens. Essas limitações impostas à luta política são colocadas pela própria esfera econômica, não como um determinismo, mas como um cerceamento das possibilidades.

É certo que os homens atuam sobre uma estrutura social dada, mas isso não transforma a história em um caminho pré-determinado. A estrutura econômica fornece as condições em que se desenvolvem os conflitos, mas não o seu resultado concreto. A história enquanto luta de classes não é projetada teologicamente por determinações estruturais. As condições econômicas não criam uma necessidade intransponível, mas uma necessidade relativa, pois a luta de classes é aberta à ação humana. É nesse momento que o político entra em cena, ou seja, o homem como agente histórico capaz de transformar o curso dos acontecimentos. As estratégias políticas, as ações e as incertezas constituem uma realidade dinâmica e aberta.

Sobre essa questão em debate, Codato (2004) apresenta uma proposta muito interessante:

O “econômico” tem, portanto, de ser tomado, nesse contexto, como o princípio base de organização da vida social que não deve ser contornado nem pode ser negado. Assim, “o econômico” não se confunde com “a economia” (no sentido de atividade econômica vulgar, como prática econômica ou como *acontecimentos econômicos*) e a “primazia do econômico” refere-se ao papel dominante das *estruturas econômicas*, e não a uma relação de causação simples entre razões econômicas estritas (“motivações”) e condutas políticas empiricamente verificáveis (“ações”). (2004, p. 102).

O econômico é o princípio de organização social construído historicamente. É sobre essa base econômica que a sociedade se organiza e estabelece relações de trabalho. Por conseguinte, essa organização social aparece como o alicerce determinando as condições materiais dos agentes históricos e a luta entre as classes. Esse econômico impõe limitações ao político, à medida que determina os interesses gerais postos em confronto. Portanto, ao fornecer o princípio geral de organização da sociedade, o econômico apresenta as condições históricas em que a luta de classes é travada, mas não condiciona o seu resultado. Não se trata de um determinismo econômico, mas apenas da imposição de condições e limites para a atuação política. Esse é o ponto a ser questionado na interpretação de Sader (1998), pois sua leitura não busca compreender o fenômeno do bonapartismo a partir da análise da luta de classes, observando os fatores subjetivos, mas apenas no desenvolvimento econômico objetivo, compreendendo o golpe de Louis Bonaparte como resultado natural e inevitável do crescimento das forças produtivas.

Barsotti e a contrarrevolução burguesa

Outro texto muito interessante para a análise dessa problemática em Marx é a tese de Barsotti (2002), intitulada; *Marx, defensor do estado? O estado, a política e o bonapartismo no pensamento marxiano*. O autor também compreende a ascensão do Estado Bonapartista a partir da passagem em que Marx afirma que as revoluções burguesas tem desenvolvido o Estado, aprimorando a sua centralização. O raciocínio desenvolvido por Barsotti expressa similaridades com a interpretação apresentada por Sader (1998):

(...) todas as revoluções que a burguesia opera, na realidade serão consideradas como revoluções políticas, isto é, de aprimoramento e aperfeiçoamento de seu Estado e de sua dominação. Cada passo desse processo determinava uma forma específica de Estado

correspondente aos interesses materiais das frações burguesas. (2002, p. 281).

Essa passagem deixa evidente que para o autor, o bonapartismo aparece como resultado do desenvolvimento da forma centralizada de Estado que seria determinado pelas condições materiais do capitalismo. Barsotti (2002) se apoia na tese economicista de que cada fase do desenvolvimento econômico capitalista apresenta uma forma específica de Estado, que sempre corresponde às necessidades da base econômica. Essa interpretação aponta para uma história progressista e evolucionista que se manifesta na evolução constante da forma estatal mediante revoluções políticas lideradas pela burguesia em favor dos seus interesses econômicos. Barsotti acrescenta que:

À luz dessa experiência histórica é que Marx extrai as leis de tendência do desenvolvimento do Estado moderno, isto é, de seu aperfeiçoamento burocrático e de seu caráter repressivo e opressivo, o que coloca o bonapartismo como uma forma superior e não, como querem alguns, um acidente histórico ou um momento de descuido e destempero do estado capitalista. (2002, p. 316).

Essa passagem é ainda mais clara ao enfatizar o caráter necessário e evolucionista do Estado bonapartista. Assim como Sader, ele aponta o bonapartismo como forma superior, como um último estágio do desenvolvimento do Estado capitalista, como a manifestação de uma tendência histórica. Barsotti desenvolve essa mesma leitura no artigo intitulado, *O bonapartismo em Marx*, no qual busca comparar o primeiro e o segundo Bonaparte, enfatizando o desenvolvimento progressivo da forma estatal que se tornou cada vez mais centralizada, burocrática e repressiva. Eis mais uma importante passagem: “(...) a farsa não parece ser um acidente histórico, mas sim o ponto máximo da linha de aperfeiçoamento e ampliação da máquina estatal, centralização do

poder no executivo, de autonomia do estado burguês desenhada desde a sua gênese” (Barsotti, 2011, p. 12).

Essas citações são suficientes para percebermos as similaridades entre ambas as interpretações apresentadas. Nas quais o bonapartismo aparece como uma forma superior de Estado, correspondente aos interesses materiais da burguesia. Essa interpretação compreende a formação de um Estado centralizador como um desenvolvimento necessário, como resultado de uma tendência histórica. Não se trata de uma contingência, mas do resultado final de uma evolução progressista da forma burguesa de Estado que é determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Não obstante, as similaridades entre os textos de Sader (1998) e Barsotti (2002) param por aí. Pois para o segundo, a centralização que caracteriza o bonapartismo não é resultado da hegemonia do capital na França, pelo contrário, é resultado do esgotamento da via revolucionária burguesa. Se por um lado, Sader encontra o nexo causal do bonapartismo no avanço hegemônico do capital na França, por outro lado, Barsotti parece identificar uma crise e um declínio do domínio burguês em território francês.

Barsotti (2002) desenvolve sua argumentação se apoiando na passagem em que Marx (2000, p. 47-48) afirma que se em 1789 “A revolução move-se, ao longo de uma linha ascensional. Com a revolução de 1848 acontece o contrário. (...) a revolução move-se em linha descendente”. Marx aponta que se a revolução francesa cumpriu suas tarefas históricas, a revolução de 1848 iniciou um “movimento regressivo”. Partindo dessa análise, o autor afirma que o processo revolucionário burguês se encerra em 1830, data na qual, se instala do domínio efetivo do capital na França, juntamente com a monarquia de julho. Nessa perspectiva, a revolução de 1848 e o golpe de Louis Bonaparte são símbolos não do apogeu do desenvolvimento capitalista, mas do início da sua decadência.

Barsotti (2011) ressalta que durante as jornadas de fevereiro e de junho, a burguesia assistiu a ascensão do movimento operário e a luta por uma república social e foi esse ascender da luta do proletariado que determinou o fim das pretensões revolucionárias

da burguesia, demarcando o seu recuo. Para o autor o nexos causal do bonapartismo não é o desenvolvimento econômico capitalista, mas uma crise de dominação burguesa. Crise essa que aponta para o início de um período contrarrevolucionário. Barsotti afirma que “(...) a burguesia na luta contra a revolução, quanto mais degrada o seu poder parlamentar, mais fortalece o executivo e sua máquina estatal burocrática e repressiva” (2011, p. 13).

Durante as revoluções de 1848, ficou evidente que o proletariado aparecia no cenário político como uma nova classe social. Em fevereiro se estabeleceu uma aliança entre os operários e a burguesia, mas que foi quebrada logo em seguida diante do antagonismo dos interesses. As jornadas de junho evidenciaram justamente a separação entre essas duas classes, quebrando com o espírito fraternal existente e colocando em pauta uma nova luta. As jornadas de junho marcaram a ascensão do espectro do comunismo. A ameaça do perigo vermelho começava a rondar a Europa.

É dentro desse cenário que Barsotti (2002) aponta o bonapartismo no quadro da contrarrevolução. Ele escreve que a burguesia “Vai aperfeiçoando, ampliando e centralizando a máquina estatal até encontrar, no golpe de dezembro de 1851, a forma mais eficaz e capaz de garantir a ordem e tranquilidade necessárias”. (2002, p. 282). A intranquilidade, que tirava o sono da burguesia era justamente a ameaça da revolução social. Dessa forma, o autor afirma que o golpe de Louis Bonaparte representa o triunfo da contrarrevolução burguesa, pois 1848 determina o fim do projeto revolucionário da burguesia que diante da ameaça proletária, só pôde manter o seu poder se apoiando em um governo autoritário, centralizado e despótico.

Nessa leitura, o bonapartismo não é apenas resultado do desenvolvimento econômico, mas é resultado também da luta de classes. A ditadura bonapartista, centralizada e autoritária aparece para a burguesia como o melhor modelo de Estado por que é capaz de apaziguar as massas pela força, impedir o debate político, livrando-a dos constantes conflitos políticos postos pela república parlamentar. Assim, a burguesia deixava de ser refém

das eleições e do debate infrutífero do parlamento. Para manter o seu domínio, a burguesia rompeu com a república e se apoiou no autoritarismo, capaz de proporcionar pela força e repressão a tranquilidade necessária para os seus negócios.

Leitura muito similar a de Sader e Barsotti encontramos na tese de Assunção (2005), intitulada *Pandemônio de infâmias: classes sociais, Estado e política nos estudos de Marx sobre o bonapartismo*. A autora também apoia sua argumentação na ideia de um desenvolvimento progressista da forma estatal em direção à centralização e burocratização. Ao se questionar sobre a origem desse Estado centralizador, ela afirma que ele “Surgiu do – e apressou o – declínio do sistema feudal, ainda na era da monarquia absoluta” (2005, p. 188). Assunção aponta que essa forma estatal teve suas origens no período anterior à revolução burguesa, mas que a tarefa foi concluída passo a passo pelas transformações políticas que se sucederam à queda do antigo regime.

A autora acrescenta que “a Revolução Francesa de 1789 daria andamento à tarefa que a monarquia iniciara: a centralização (...) Napoleão aperfeiçoou este aparelho e as monarquias francesas do século XIX apenas dividiram melhor as tarefas.” Assunção também compreende que a ascensão do bonapartismo não é resultado do acaso ou da contingência histórica, mas representa o desenvolvimento de um Estado burocrático e repressivo, processo que tem início antes mesmo da revolução francesa e que está ancorado na ascensão econômica da burguesia.

E de forma muito similar a Barsotti (2002), a tese de Assunção caracteriza o bonapartismo com o traço da contrarrevolução, expressão política da burguesia em sua luta contra a classe operária. Ela afirma que:

O bonapartismo é a *forma clássica* de supremacia da burguesia em seu período contrarrevolucionário; (...) símbolo da decadência e da mesquinharia em que vivia a burguesia agora contrarrevolucionária, a *única forma de governo possível* numa sociedade na qual a burguesia já estava em decadência, tinha perdido a iniciativa política, e o proletariado ainda não alcançara

a maturidade suficiente para impor sua própria pauta.
(2005, p. 197).

O bonapartismo aparece para Assunção como resultado de uma crise política, num período em que a burguesia e o proletariado se mostram incapazes de assumir as rédeas do Estado de forma direta e dirigi-lo segundo os seus interesses. Essa interpretação se baseia em uma famosa passagem de *A guerra civil na França*, quando Marx (2011, p. 56) observa que o Estado bonapartista “era a única forma de governo possível em um momento em que a burguesia já havia perdido e a classe operária ainda não havia adquirido a capacidade para governar a nação”.

Antunes e a crise da direção proletária

No artigo intitulado *Marx diante da ditadura bonapartista*, Antunes (2009) também compreende o golpe de Louis Bonaparte como resultado de um processo contrarrevolucionário encabeçado pela burguesia. Antunes (2009), assim como Barsotti (2002) e Assunção (2005), aponta que 1848 e a crise que se sucede a partir da instauração da república, revelam o esgotamento das forças revolucionárias da burguesia, abrindo o caminho da decadência e da contrarrevolução diante do perigo da ascensão proletária. Ele observa que: “O bonapartismo seria para Marx a consequência lógica e necessária do fim da modernidade capitalista, do esgotamento de suas energias revolucionárias e da necessidade de salvá-la a qualquer preço de suas contradições” (2009, p. 56).

É interessante notar que Antunes (2009) encontra a origem do bonapartismo na incapacidade demonstrada pela burguesia e pelo proletariado para governarem e organizarem o Estado. O autor afirma que o golpe de Bonaparte que colocou fim a segunda república francesa foi “resultado da incapacidade demonstrada tanto pela burguesia quanto pelo proletariado para controlar o poder do Estado. (...) Em meio ao vazio e a instabilidade de poder que se criaram durante o período de crise política” (2009,

p. 57). Antunes encontra as raízes do golpe de Louis Bonaparte na luta política, na incapacidade das classes se colocarem a frente do poder do Estado.

Tornar-se necessário então investigar a origem dessa crise política e as razões para o fracasso da burguesia e do proletariado e é justamente nesse ponto que encontramos a diferença entre a análise de Antunes (2009) e dos outros autores já citados. Segundo sua argumentação: “A burguesia republicana teria sido deposta do parlamento por Bonaparte por conta de seu próprio cretinismo parlamentar (...) sua incapacidade para tomar verdadeiramente a direção do país e organizá-lo como uma nação burguesa” (2009, p. 59). O autor não encontra as razões da crise burguesa nas condições econômicas, mas na própria incapacidade política, posta pela luta de classes, mais precisamente na luta que se desenvolve entre o poder legislativo e executivo no período que se sucede as jornadas de junho e a vitória eleitoral de Louis Bonaparte.

Antunes também caracteriza a crise do proletariado: “O bonapartismo se funda, em última instância, (...) na crise da direção do proletariado e na sua incapacidade para se constituir como classe verdadeiramente revolucionária”. (2009, p. 63). Essas passagens determinam a ascensão bonapartista a partir de uma crise política conjuntural, o que enfatiza o papel da luta política, da organização das classes em luta na transformação histórica. Ao enfatizar a crise de direção, Antunes enfatiza uma crise posta por fatores subjetivos, postos pela própria organização da luta política pela ausência de um programa revolucionário.

Essa leitura se torna ainda mais interessante quando a confrontamos com as leituras apresentadas por Assunção (2009) e Barsotti (2002), pois ambos também buscam caracterizar essa crise política do proletariado. Afinal, por que o proletariado não tomou o poder político? Por que ele saiu derrotado das jornadas de junho de 1848?

Sobre a incapacidade política apresentada pelo proletariado Assunção (2005, p. 62) afirma que: “No que pertine ao desenvolvimento do proletariado industrial, afirmava Marx, é sempre condicionado pelo da burguesia industrial” e acrescenta

que “Ainda que a indústria francesa fosse avançada em relação ao restante do continente, a burguesia industrial não era a dirigente do processo” (2005, p. 117). Essa leitura aponta que as razões da incapacidade política do proletariado estão vinculadas apenas ao baixo desenvolvimento da indústria francesa, assim, o desenvolvimento da consciência política aparece como que atrelado ao desenvolvimento das condições materiais e, dentro dessa lógica, uma indústria imatura desemboca num proletariado imaturo para desempenhar sua função revolucionária. Assunção (2005, p. 118) conclui de forma clara: “Trata-se, portanto, não de uma debilidade ingênita, mas da imaturidade histórica da classe operária, determinada pela própria situação da indústria que a engendrava”.

Não é difícil perceber as diferenças entre as concepções de Antunes (2009) e Assunção (2005). Enquanto o primeiro autor aponta que a crise se deu por condições políticas, o segundo cai num determinismo econômico, afirmando que a revolução proletária só é possível a partir de um amplo desenvolvimento industrial. Essa mesma interpretação economicista da derrota do proletariado encontramos na leitura de Barsotti. Ele afirma que: “Com uma indústria parcial, (...) o capitalismo francês dependente do comércio mundial, não oferecia um palco que colocasse com toda plenitude o proletariado frente à burguesia industrial e fornecesse o “conteúdo nacional da revolução”” (2002, p. 292). Essa citação deixa claro que o autor também compreende a imaturidade ou incapacidade política do proletariado como reflexo direto de um baixo desenvolvimento industrial. Essa leitura economicista acaba por anular o papel dos homens na história, anula o fator subjetivo, anula o próprio sentido da luta de classes e desemboca numa visão determinista.

Webb e a crítica ao socialismo utópico

Para avançarmos nessa discussão se torna necessário apresentarmos a interpretação de Webb (2002). No artigo intitulado

The eighteenth brumaire as the key to understanding Marx's critique to utopian socialism, ele evidencia que uma das razões da imaturidade política do proletariado estaria na persistência de ideias utopistas em suas fileiras. Webb afirma que:

Para Marx, os sistemas utópicos não tinham mais lugar no cenário político de meados do século XIX. O sistema de construção utópica tinha perdido toda a importância, todo valor prático e toda a justificativa teórica. Por esta razão, esse último recurso do proletariado às experiências doutrinárias é tomado como um indicador chave de sua própria derrota terrível após a insurreição de junho de 1848. (2002, p. 248-249 - Tradução nossa).²

Segundo Webb, *O 18 brumário* é uma obra fundamental para compreendermos a crítica de Marx ao socialismo utópico, pois o processo revolucionário de 1848 colocará em cheque todas as concepções fantasiosas oriundas dos teóricos utopistas. Essa corrente fantasiosa se esgotará nesse período diante do amadurecimento da luta de classes, evidenciando todos os limites desse socialismo doutrinário.

Webb observa que: "Marx lamenta o fato de que o partido do proletariado revolucionário ainda estava envolvido por frases utópicas. E isso não foi uma questão menor, de táticas partidárias mesquinhas. Pelo contrário, foi uma questão de profunda importância teórica e política" (2002, p. 251 - Tradução nossa).³

² "For Marx, utopian systems had no place in the political landscape of the mid-nineteenth century. Utopian system-building had lost all importance, all practical worth and all theoretical justification. For this reason the proletariat's ultimate recourse to 'doctrinaire experiments' is taken as a key indicator of its own terrible defeat following the June insurrection of 1848".

³ "Marx bemoans the fact that the party of the revolutionary proletariat is still engaging in utopian phrasemongery. Nor was this a minor issue of petty party tactics. Rather it was an issue of profound theoretical and political importance".

A posição fraternal do proletariado durante a revolução de fevereiro e a derrota em junho se deve em grande parte ao posicionamento equivocado da luta operária diante da conjuntura que se desenvolvia. Segundo Webb: “(...) os proletários foram fugindo de uma resolução real de conflitos sociais, e foram optando por evocar um inimigo distante através de ineficazes voos fantasiosos” (2002, p. 249 - Tradução nossa).⁴

Para o autor a diferença entre Marx e os utopistas é que o filósofo alemão descobriu as condições materiais para a emancipação do proletariado e que essa revolução é baseada nas condições reais de vida, e é nesse contexto que o pensamento utópico se torna reacionário, pois não se baseia na compreensão do presente, mas na fantasia, em ideias abstratas e distantes das condições materiais. Segundo Webb: “(...) eles estavam enganando as massas (e, muitas vezes eles próprios), ao mesmo tempo em que estavam anunciando-se como profetas” (2002, p. 250 - Tradução nossa).⁵

O texto de Webb (2002) é importante para compreendermos as razões da derrota proletária em junho de 1848, pois evidencia como a presença do utopismo nas fileiras do partido operário corroborou para o seu fracasso. Assim, a ascensão do proletariado como classe dominante não dependia apenas de um amadurecimento econômico, das condições materiais ou do desenvolvimento da indústria francesa, mas sim, da superação de ideias que impunham limitações à luta do partido operário. Aqui, a persistência do socialismo utópico no interior da organização da luta operária desempenha um papel determinante.

⁴ “(...) the proletarians were evading a real resolution to social conflicts, and were opting instead to conjure the enemy away through ineffectual flights of fancy”.

⁵ “(...) they were deceiving the masses (and often themselves) at the same time as they were heralding themselves as prophets”.

A incapacidade política das classes e a autonomia relativa do Estado

Em *As lutas de classes na França*, Marx observa logo na abertura do texto que “todos os parágrafos mais importantes dos anais da revolução de 1848 a 1849 levam a epígrafe: *Derrota da Revolução!*” (1986, p. 49). Essa passagem, assim como todo o texto deixa evidente o sentido contrarrevolucionário da política burguesa que se consagrou vitoriosa derrotando a revolução social. Marx ainda acrescentou um comentário oportuno sobre a tragédia proletária ao afirmar: “Mas o que sucumbia nessas derrotas não era a revolução, eram os tradicionais apêndices pré-revolucionários” (1986, p.49). Os acontecimentos de fevereiro a junho de 1848 serviram para evidenciar que o socialismo doutrinário e utópico só poderia conduzir o proletariado a fracassos. A partir dessas jornadas ficou claro que não haveria emancipação no interior da ordem capitalista burguesa e que se a classe operária almejava libertar-se, seria preciso trilhar um caminho marchando separada da classe burguesa e para além da ordem capitalista.

Em *O 18 Brumário* Marx também faz uma importante crítica a essa atuação equivocada da direção operária na condução da luta política. Ele observa que a classe operária: “Lança-se em parte para experiências doutrinárias, bancos de troca e associações operárias, isto é, para um movimento no qual renuncia a revolucionar o velho mundo (...). (2000, p. 26). O proletariado preso a concepções doutrinárias pensava ser possível emancipar-se junto à burguesia, sem revolucionar a sociedade, ou seja, pensava ser possível conquistar a emancipação dentro da ordem burguesa capitalista. Questionando as ações estratégicas da luta operária, Marx observa que: “o proletariado de Paris ainda não era capaz de sair dos limites da república burguesa, a não ser nas suas *ilusões*, na sua *imaginação*; como agia sempre e por toda parte a serviço da república burguesa” (1986, p.71). Assim, o que a Comissão de Luxemburgo buscava era uma organização para o trabalho, mas o trabalho já havia sido organizado, sua organização era o trabalho livre e assalariado.

Depois do fracasso da *Comissão de Luxemburgo* e da derrota nas jornadas de junho a classe operária só aparecerá na luta política como um apêndice da social democracia. Marx comenta: “Ao deixar-se guiar pelos democratas diante de tal acontecimento e ao trocar o interesse revolucionário de sua classe por um bem-estar momentâneo, os operários renunciaram à honra de se tornarem uma potência conquistadora” (2000, p.78-79). Nessa passagem fica mais uma vez demonstrada à crítica de Marx a direção revolucionária operária, que não possuía um programa autônomo e independente e, nessas circunstâncias, se arrastou atrás da *Montagne*, abandonando a luta por transformações verdadeiras. Essa ausência de um programa próprio da classe operária manifestada numa profunda crise de organização política foi um dos fatores decisivos para a ascensão do bonapartismo.

A burguesia reunida no partido da ordem também cumpriu um importante papel para a ascensão do bonapartismo, ao conduzir a política de forma equivocada. Marx em diversas passagens de *O 18 Brumário* demonstra que o partido burguês fez escolhas erradas, se acovardou e tomou uma série de medidas que acabaram por fortalecer cada vez mais o poder executivo de Louis Bonaparte. Uma leitura atenta da obra de Marx evidencia não apenas os elementos objetivos, mas também abre espaço para o elemento subjetivo, para um terreno propriamente político. Marx mostra momentos de bifurcação histórica, critica a todo o momento a atuação da burguesia parlamentar, deixando claro que o aumento do poder executivo era resultado também da própria crise política da burguesia que se demonstrava incompetente politicamente. Segundo Marx: “(...) o partido da ordem demonstrou que não sabia nem governar, nem servir; nem viver, nem morrer; nem apoiar a república, nem derrubá-la” (2000, p.112).

Desde a derrota da classe operária, a luta política se esboçou pela oposição entre o partido da ordem que compunha a Assembleia Nacional e Louis Bonaparte, eleito presidente em dezembro de 1848. O triunfo do poder executivo em 1851 foi resultado direto dos inúmeros erros e falhas estratégicas da burguesia parlamentar.

Vejamos alguns desses exemplos decisivos em que a incapacidade política burguesa prepara o terreno para o golpe de Bonaparte.

Um dos mais importantes momentos destacados por Marx ocorre em janeiro de 1849 quando a própria burguesia questiona o poder legislativo e, por meio do partido da ordem, dissolve a Assembleia Nacional. A constituição já estava elaborada, mas ainda se discutiam *Leis Orgânicas*. Mas a burguesia cansada de discussões insossas concluiu que para a consolidação do novo governo essas leis poderiam esperar. Segundo observa Marx (2000, p.42): “a dissolução era necessária para a restauração do crédito, para a consolidação da ordem, para por fim aos indefinidos arranjos provisórios e estabelecer uma situação definitiva”.

A queda da Assembleia foi orquestrada pela própria burguesia em busca de estabilidade. O partido da ordem apelou ao povo contra a Assembleia, apelou contra as indefinições e debates sem fim. Segundo Marx (2000, 43): “Levaram, assim, as massas desorganizadas do povo à luta contra a Assembleia Nacional, expressão constitucionalmente organizada do povo.” Além de fragilizar o poder legislativo, os burgueses, acrescenta Marx (2000, p. 43): “Ensinarão Bonaparte a apelar para o povo contra as assembleias parlamentares.” Foram os próprios republicanos representantes da legalidade burguesa que impulsionaram Bonaparte para a trilha da tirania. Marx conclui: “Foi assim que o próprio *partido da ordem*, quando não constituía ainda a Assembleia Nacional, quando apenas era ministério, estigmatizou o *regime parlamentar*” (2000, p. 45).

A história da segunda república francesa tem na incapacidade política burguesa uma de suas principais características. Temendo a ascensão de uma oposição à esquerda, essa burguesia não tolerará a presença de representantes do proletariado, nem de socialdemocratas no parlamento. Não compreendendo a lógica da república e do jogo democrático, essa burguesia se revelará herdeira do antigo regime e amante do poder centralizado e despótico. Em *D'un Napoléon l'autre*, Barot analisa essa desastrosa atuação política e afirma: “Expulsando progressivamente do parlamento suas frações populares, entregando alguns deputados da esquerda,

magistrados, etc. a burguesia e ela mesma, progressivamente colocou em descrédito, enfraqueceu o poder parlamentar” (p. 53-54 – Tradução nossa).⁶ A queda da segunda república é obra da própria burguesia. Trata-se de um processo de autodestruição. Nesse sentido, Barot conclui que: “A burguesia, em três anos, foi coveira de sua própria *política*” (p. 51 – Tradução nossa).⁷

Outro momento decisivo em que Marx destaca a incapacidade política burguesa, colocando seus erros estratégicos como determinantes para o curso dos acontecimentos se deu a partir das eleições parciais de 10 de março de 1850. O resultado das urnas apontou uma vitória massacrante dos candidatos socialdemocratas. Diante da derrota, Bonaparte ficou sem saída e surgia o momento certo para a burguesia orquestrar a sua queda. Marx comenta que depois das eleições, Bonaparte:

(...) desapareceu atrás do partido da ordem. Rendeu-lhe tributo, pediu pusilanimemente perdão, prontificou-se a nomear qualquer ministério que a maioria parlamentar ordenasse, chegou ao ponto de implorar aos dirigentes dos partidos orleanistas e legitimistas, aos Thiers, Berryers, Brogliés, Molés, numa palavra, aos chamados brughaves, que em pessoa assumissem a direção do Estado. (2000, p. 76).

Essa citação expressa claramente que o bonapartismo não era a única saída para a burguesia francesa, mas se tornou a melhor opção justamente pela incompetência dos seus parlamentares, pela sua covardia, pela ausência de um projeto ou um programa capaz de garantir a ordem e a tranquilidade no interior de uma república. Marx conclui afirmando que diante da maravilhosa oportunidade de tomar as rédeas do governo e dirigir o Estado de

⁶ “Expulsant progressivement du Parlement ses fractions populaires, livrant certains députés trop à gauche aux magistrats, etc., la bourgeoisie a d’elle-même progressivement abaissé et décrédibilisé, affaibli le pouvoir parlementaire”.

⁷ La bourgeoisie, em trois ans, fut son propre fossoyeur *politique*”.

acordo seus interesses, “O partido da ordem não soube aproveitar este momento único. Em vez de tomar corajosamente o poder que lhe era oferecido, não obrigou sequer Bonaparte a reintegrar o ministério dissolvido” (2000, p. 76).

Ao enfatizar os aspectos objetivos e subjetivos da luta de classes, Marx compreende que o golpe não era um resultado necessário das condições econômicas. Ele destaca os fatores políticos, salienta os erros e equívocos das estratégias políticas adotadas pelo partido da ordem. Diante desse fracasso, Marx conclui que: “A burguesia industrial aplaude assim, com aplausos abjetos, o golpe de Estado de 2 de dezembro, a aniquilação do parlamento, a queda de sua própria dominação, a ditadura de Bonaparte” (2000, p. 126).

Para avançar um pouco mais nessa questão, tornar-se necessário fazer um breve comentário sobre a interpretação de Poulantzas (1971) sobre o bonapartismo, pois sua leitura nos possibilita compreender melhor a razão pela qual a burguesia abriu mão de sua república e aplaudiu o golpe bonapartista. Em seus estudos sobre o poder político na sociedade capitalista, Poulantzas traz uma interessante contribuição para a análise do conceito de bonapartismo. Em sua investigação sobre a natureza e tipos de Estados, o marxista grego aponta que o bonapartismo é uma forma concreta de Estado capitalista.

Segundo a interpretação de Poulantzas (1971), os estudos de Marx sobre a conjuntura política da segunda república francesa revelam o aspecto mais fundamental do Estado capitalista; a sua autonomia relativa diante das classes sociais. Esse seria para o autor a grande contribuição d’*O 18 Brumário* para a interpretação dos fenômenos políticos e do conceito de Estado na sociedade contemporânea.

Deve-se insistir que, para o autor, essa autonomia relativa do Estado diante das classes sociais não é uma característica singular do bonapartismo, mas de todos os Estados que se desenvolvem sob o modo de produção capitalista. Nesse sentido, qual é a especificidade do bonapartismo segundo Poulantzas? Para ele essa forma de Estado se diferencia dos demais tipos apenas no grau de

autonomia. Por conseguinte, ele conclui que o Estado bonapartista se apresenta como o tipo sob o qual a autonomia relativa alcança uma maior intensidade.

Para Poulantzas (1971), essa autonomia relativa que o Estado capitalista alcança se evidencia na análise da superestrutura político-jurídica. Ao desenvolver a figura abstrata do 'cidadão', essa estrutura jurídica abstraem do homem suas condições históricas. Ele se transforma numa imagem abstrata e genérica, perdendo o seu vínculo de classe. Dessa maneira, os antagonismos entre as classes sociais e as contradições econômicas são encobertas por uma figura jurídica de caráter universal. Tal procedimento cria ideologicamente um efeito de isolamento dos sujeitos sociais que não se reconhecem como pertencentes a uma classe social determinada. Por conseguinte, o próprio Estado perde o seu caráter de classe e se apresenta como neutro e imparcial, como um Estado universal e abstrato representando a unidade política da nação.

Sendo a autonomia relativa uma característica geral dos Estados capitalistas, o bonapartismo apenas se diferencia de outras formas estatais por apresentar uma maior intensidade nessa autonomia, de maneira que o Estado pode acabar por substituir as representações de classes. Poulantzas afirma que:

O Estado pode também *substituir* esses partidos, continuando a funcionar como fator de organização hegemônica dessas classes. Pode também, em certos casos, *tomar inteiramente a seu cargo o interesse político dessas classes*: trata-se do fenômeno histórico do bonapartismo francês. Neste último caso, a autonomia relativa do Estado é tal que as frações dominantes parecerão renunciar ao seu poder político, tal como Marx descreve as suas análises relativas ao segundo Império. (1971, p.126).

Os estudos de Poulantzas (1971) nos ajudam a compreender as razões pelas quais a burguesia foi capaz de renunciar ao poder político; abrindo mão de construir a sua república para buscar refúgio e segurança num Estado autoritário e centralizado. Mesmo

sem a direção da burguesia, o Estado bonapartista continua reproduzindo a lógica capitalista. A autonomia relativa dá ao bonapartismo um caráter de Estado genérico. Na medida em que os representantes da burguesia não detêm em suas mãos o controle da máquina estatal, esse aparece desprovido do seu caráter de classe, numa espécie de “benfeitor patriarcal de todas as classes”. Com um discurso que busca a “defesa da ordem”, esse Estado parece se constituir como um poder independente. Em uma carta de 13 de abril de 1866, Engels escreve sobre a ascensão do bonapartismo na Alemanha:

(...) o bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia contemporânea. Cada vez mais fica claro para mim que a *burguesia é incapaz de governar diretamente*, e por isso ali onde não existe oligarquia que em troca de uma boa remuneração (como se faz aqui na Inglaterra) pode-se encarregar de dirigir o estado e a sociedade no interesse da burguesia, a forma normal é a semi-ditadura bonapartista. Esta *defende os interesses materiais essenciais da burguesia até contra sua própria vontade, mas ao mesmo tempo, não lhe concede acesso ao poder* (político). (Engels, 1976 – grifos nossos).

Essa passagem sintetiza de forma clara o conceito de bonapartismo, pois aponta o caráter burguês dessa forma estatal e revela sua relativa autonomia. A revolução de 1848 evidenciou a ascensão do movimento operário e introduziu a burguesia em seu período contrarrevolucionário. Foi nesse momento que a classe dominante se mostrou incapaz de consolidar a sua república democrática e gerir diretamente os negócios do Estado. A classe burguesa se mostrava incapaz de governar. Foi nesse momento que ela abriu mão do seu poder político para não perder o seu poder social.

Referências

- ANTUNES, J. Marx diante da ditadura Bonapartista. In: *Maisvalia*, nº 6. São Paulo: Týkhe, 2009, p. 54 – 63.
- ASSUNÇÃO, V. N. F. de. *Pandemônio de infâmias: classes sociais, Estado e política nos estudos de Marx sobre o bonapartismo*. 2005. Tese (Doutorado). PUC, São Paulo.
- BAROT, E. D'un Napoléon l'autre: l'intelligibilité d'un étrange présent. In: MARX, Karl. *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*. Paris: Le Livre de Pouche, 2007, p. 29-104.
- BARSOTTI, P. D. *Marx, defensor do estado? O estado, a política e o bonapartismo no pensamento marxiano*. 2002. Tese (Doutorado). USP, São Paulo.
- _____. *O bonapartismo em Marx*. In: Marx e o marxismo 2011: teoria e prática. Niterói, UFF. 2011.
- CODATO, A. N. 18 Brumário, Política e pós-modernismo. In: *Lua Nova*, nº 63. 2004, p. 85 – 116.
- ENGELS, F. Carta de Engels a Marx de 13 de abril de 1866. In: LENIN, Vladimir Ilich. *Acotaciones a la correspondência entre Marx e Engels – 1844/1843*. Montevideo/Barcelona: Pueblos Unidos, 1976.
- MCLELLAN, D. Karl Marx: vida e pensamento. Trad. Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MARX, K. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Global, 1986.
- _____. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. Trad. Silvio Chagas. São Paulo: Centauro, 2000.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. Porto: Portucalense, 1971, 2 v.

|200|

Economia e Política no debate...

SADER, E. *Estado e política em Marx*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

WEBB, D. Here content transcend phrase: the eighteenth brumaire as the key to understanding Marx's critique to utopian socialism. In: COWLING, M.; MARTIN, J. (eds.) *Marx's Eigtheenth Brumaire: (Post) modern Interpretations*, London: Pluto Press, 2002, p. 243 – 257.

ENTRE A FLAUTA E O PIANO: A MÚSICA E A OCUPAÇÃO ESPACIAL NA OBRA O CORUJA, DE ALUÍSIO AZEVEDO

Maria Viana*

Resumo: Na obra *O Coruja*, de Aluísio Azevedo, podemos verificar as complexas relações sociais próprias de um país onde a colonização, baseada na monocultura e no trabalho escravo, favoreceu a existência do homem livre, mas dependente das relações de favoritismo. Este artigo tem como objetivo percorrer essa obra na tentativa de analisar a ocupação dos espaços físicos e simbólicos pelas personagens centrais do romance, mas tendo como ponto de partida as referências musicais que aparecem ao longo da trama.

Palavras-chave: Aluísio Azevedo. *O Coruja*. Favoritismo. Música.

Abstract: When closely analysing *O Coruja*, by Aluísio Azevedo, one can find the complex social relations of a country where the colonization, based on monocultural plantation and slave work promoted the existence of free men, but strongly dependent of favouritism. This article indent to wander this work and determine the symbolic relations of the physical space used by the main characters, always basing our study on the musical references appearing on the plot.

Keywords: Aluísio Azevedo. *O Coruja*. Favouritism. Music.

* É mestre pelo programa de Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, onde defendeu dissertação sobre a obra *O Coruja*, de Aluísio Azevedo, e Bacharel em Letras (Português/Francês) pela FFLCH-USP.

A flauta e o espaço externo e excludente

O romance *O Coruja* tem início com a morte da mãe de André Miranda, já órfão de pai, que a partir de então vai morar com um padre até a idade de 10 anos, quando é enviado para um colégio interno. No internato já mostra sua grande vocação para o trabalho, quer seja ajudando o jardineiro, quer seja organizando os tomos da biblioteca.

Pouco afeito às amizades, nos intervalos entre o almoço e o jantar, André dedicava-se aos estudos, mas à tarde descia à chácara, “onde encontrava o Caixa-d’óculos às voltas com uma pobre flauta, dentro da qual soprava ele o velho repertório das músicas de seu tempo. Foi essa miserável flauta que acordou no coração de André o gosto pela música”. (Azevedo, 1963, p. 27)

Mesmo sem ter significativo conhecimento sobre a matéria, o funcionário do internato se dispõe a ensinar o garoto a tocar e “lá passavam as últimas horas da tarde, a duelarem-se furiosamente com as notas mais temíveis que um instrumento de sopro pode dardejar contra a paciência humana”. (Azevedo, 1963, p. 32)

É no pátio do colégio interno que o protagonista conhece Teobaldo, “menino de doze anos, muito bonito, elegante e criado com mimo. Falava melhor o inglês e o francês do que sua própria língua, porque estivera mais tempo em Londres do que no Brasil. Era detestado pelos colegas do colégio, pois se sentia a uma légua de distância o hábito de mandar e ser obedecido”. (Azevedo, 1963, p. 36)

É justamente essa postura arrogante que desencadeia uma briga entre colegas, durante a qual Teobaldo é defendido por André, chamado pelos outros garotos de Coruja, devido à sua fealdade e seu jeito taciturno. Ambos acabam por ficar de castigo. É, portanto, no “cárcere escolar” que a amizade tem início. Sobretudo porque os privilégios de Teobaldo não foram retirados e, a pedido dele, André pôde levar consigo alguns livros e a flauta que o Caixa-d’óculos lhe emprestara. Além disso, Teobaldo recebe ali uma cesta de iguarias, enviada pela mãe, que são compartilhadas com o novo

amigo. Essa expressão inesperada de afeto por parte de Teobaldo causa em André grande impacto:

Era a primeira vez que se achava assim, em comunicação amistosa com seu semelhante; era a primeira vez que alguém o escolhia para confidente, para íntimo. E sua alma teve com a surpresa desse fato o mesmo gozo de impressões que experimentara ainda há pouco seu paladar com os saborosos doces até aí desconhecidos para ele. E o Coruja, a quem nada parecia impressionar, começou a sentir afeição por aquele rapaz, que era a mais perfeita antítese do seu gênio e da sua pessoa. (Azevedo, 1963, p. 37).

A expressão mais forte dessa amizade foi uma flauta e um tratado de música, que Teobaldo comprou para André, quando fora a passeio à cidade, na companhia do diretor do colégio. Instrumento que o Coruja levará consigo quando for passar as férias na fazenda do pai do amigo.

No entanto, como tocava muito mal, o instrumento, acaba sendo confiscado por D. Geminiana, tia de Teobaldo. Ao ver seu colóquio amoroso com o noivo Hipólito ser interrompido pelas tentativas do aprendiz, ela esconde a flauta, que só será restituída ao término das férias.

Pelo relatado, pode-se observar que os espaços ocupados pela flauta no romance são a chácara, o pátio da escola, o cárcere e o jardim da fazenda. Logo, o instrumento é relegado às áreas externas, já sinalizando que esse também será o lugar de excluído, ocupado por André ao longo da trama, como veremos mais adiante.

O piano e o espaço interno da socialização

Na segunda parte do romance, vamos encontrar os rapazes no Rio de Janeiro, onde se instalam em uma casinha em Mata-cavalos. É durante a arrumação desse lugar, que vemos Teobaldo

preocupado com o espaço que ocupará na sala, entre duas janelas, seu suntuoso piano.

Mobiliada com esmero, a peça impressionou a proprietária e locadora do prédio, dona Ernestina, a ponto de a mulher lhes propor que almoçassem e jantassem com ela, mediante pagamento de determinada mensalidade. E era no piano, em torno do qual Ernestina reunia duas ou três amigas, que Teobaldo tocava e, sem perceber, seduzia e era seduzido pela dona da casa.

Uma vez instalados, é preciso que Teobaldo escolha o que estudar e aí temos um diálogo entre os amigos, durante o qual fica evidente a dificuldade do rapaz em escolher um caminho. O que pode ser resumido na frase dita por ele ao final dessa conversa: "Entendo um pouco de desenho, um pouco de música, de canto, de poesia, de arquitetura, mas sinto-me tão incapaz de apaixonar-me por qualquer dessas artes. Tudo me atrai; nada, porém, me prende!" (Azevedo, 1963, p. 76).

André, que tanto estudara para os exames preparatórios, é reprovado, e torna-se professor particular para sobreviver. Enquanto isso, Teobaldo, que fora preparado pelo amigo para os exames, reconhece que não teve mérito para tanto, mas matricula-se no curso de Medicina.

Duas notícias terríveis chegam ao mesmo tempo a Teobaldo: a morte da mãe e a falência do pai, que terá de hipotecar a fazenda para pagar as dívidas. É quando o jovem decide abandonar os estudos e procurar emprego, do que é dissuadido por André: "O meu caso é muito diverso; sou de poucas aspirações, não desejo ser mais do que um simples professor; tu, porém, tens direito a muito, e aqui em nossa terra a carta de doutor é a chave de todas as portas das boas posições sociais." (Azevedo, 1963, p. 114).

Certo apego à frase sonora e à palavra escrita com excesso de adjetivos e floreios contribuiu para que Teobaldo tivesse alguma expressão nos jornais da Corte. E é nas folhas matutinas que o jovem, que até conseguira ter uma peça teatral encenada, tenta empregar-se, sem conseguir qualquer colocação.

Se a situação de Teobaldo estava ruim, fica ainda pior quando seu pai, Emílio, não conseguindo enfrentar a morte da esposa e a

falência, comete suicídio. Esses infortúnios fazem com que o jovem mergulhe em estado de profunda melancolia. Quando se entregava aos longos passeios e às leituras científicas ou “recorria ao piano e passava duas ou três horas a recordar o clássico repertório que aprendeu em casa da família”. (Azevedo, 1963, p. 107).

No decorrer de toda a trama, a única ligação afetiva significativa de André é para com Teobaldo, por isso, ele não mede esforços para tirar o amigo do estado de desânimo no qual lhe lançaram os últimos acontecimentos. Mas o luto e a mágoa absorvem o filho do barão por quase um ano. E Teobaldo nada mais faz do que comer o pouco dinheiro que o pai falido lhe deixara, perdendo-se na contemplação e no amor.

Portanto, era André quem provia a casa do aluguel aos charutos do amigo, o que o levava a adiar o matrimônio com Inezinha, filha de uma lavadeira, dona Margarida.

Além desse alentado casamento, tinha o rapaz dois outros projetos: montar um colégio reformador, sem castigos corporais e sem terrores, baseado nas ideias de Pestalozzi e Froebel, e “fazer um epitome da história do Brasil, em que se expusessem os fatos pela ordem cronológica.” (Azevedo, 1963, p. 121). No entanto, nenhum de seus projetos se realiza: não se casa com Inezinha, não publica seu livro e tampouco consegue comprar o colégio onde lecionava, mesmo quando uma ótima oportunidade se apresenta.

Ainda que não dependesse há bastante tempo dos favores de Teobaldo e pudesse, com seus próprios recursos, no caso sua força de trabalho e grande capacidade de economia, realizar seus projetos, a lealdade que despendia ao amigo era tal que sequer percebia que, ao socorrer financeiramente o outro, afastava-se cada vez mais de suas próprias conquistas.

A certa altura do romance, Teobaldo reencontra Leonilda, atriz com quem mantivera relações amorosas, que acabara de voltar da Europa. Apaixonada, ela insiste em dedicar-se somente a ele, mas aquele amor que para a loureira seria uma virtude, para Teobaldo era uma depravação moral. E de novo ele pergunta-se porque não se empregar “Fazer-se professor? Isso, porém, era tão precário, tão maçante e tão subalterno... Empregar-se na redação

de um jornal? Mas em qual? E como? A quem devia dirigir-se”? (Azevedo, 1963, p. 131). E cada vez mais ia se convencendo de que “lhe faltava competência para ganhar a vida” (Azevedo, 1963, p. 131).

Leonilda não mede esforços para reconquistar Teobaldo. Chega a alugar uma casinha em Santa Teresa. Nova, modesta, de aspecto encantador, onde lhe espera trajada com um singelo “vestidinho de chita”.

Mas todas as tentativas para reter o amante junto de si são vãs. Ele sabe que, ao unir-se a ela, prejudicaria sua carreira, fosse ela qual fosse. Muito embora não se esforçasse para buscar trabalho, tinha uma vaga confiança no acaso; “um modo preguiçoso de desejar ser feliz”. (Azevedo, 1963, p. 137). E são esses ideários que fazem com que Teobaldo veja no casamento com Branca, a filha do comendador, a saída para seus problemas financeiros.

Entre a flauta e o piano, uma peça de Schubert

A cena armada pelo narrador para a apresentação de Branca tem início com a entrada da preceptora da jovem, Mme. De Nangis, a quem Teobaldo conta que ama apaixonadamente a música e que toca piano. Já tendo conquistado a feição daquela que, ele sabe, tem sobre sua pretendida grande influência, seguem para outra sala, onde “duas rabecas, uma violeta e um violoncelo dispunham-se a executar uma serenata de Schubert.” (Azevedo, 1963, p. 191). Em pouco tempo, sem exageros e frases pretensiosas, mas elegante e distinto, medindo as frases e os gestos, Teobaldo passa a ser o centro das atenções de todas as damas, inclusive de Branca.

Aluísio Azevedo era também dramaturgo e certamente tinha bons conhecimentos sobre a música produzida no seu tempo. Portanto, não foi por acaso que escolheu uma peça do romântico Schubert para servir de fundo musical para o primeiro encontro entre Teobaldo e Branca. “Para os românticos a música se torna sistematicamente a ‘arte de exprimir os sentimentos por meio de sons’. A música para eles é uma confidente, a que confiam

todos os seus ideais.” (Andrade, 1977, p. 135). Bem o disse Mário de Andrade.

Enquanto Teobaldo dançava, ouvia música e conversava na casa do conselheiro; o pobre André tentava em vão conter as crises histéricas de Ernestina, que, depois da morte de seu “protetor”, o Sr. Almeida, reaparece na trama e exige que Teobaldo reassuma a antiga relação com ela. A mulher acaba por matar-se, não sem antes escrever uma carta-testamento, deixando todos os seus bens para o ex-amante.

A despeito do remorso por ter repudiado Ernestina horas antes de ela cometer suicídio, Teobaldo não se furta do direito de lançar mão do pecúlio por ela deixado e, três páginas adiante, vamos encontrá-lo deleitando-se nos lençóis de Leonilda, para, em seguida, cortejar a filha do conselheiro.

Todavia, insuflado por Aguiar, primo de Branca, o pai da jovem é contra o casamento, que só se realizará mediante a fuga do casal. No que contarão com o apoio do Coruja, que abriga os amigos na casa de dona Margarida, além de emprestar dinheiro a Teobaldo para as despesas. Portanto, mais uma vez, para que o filho do barão realize seus projetos, André procrastina os dele.

Os espaços e as ilusões perdidas

A última parte da obra, tem início com a apresentação da casa em Botafogo, onde moram os recém-casados Teobaldo e Branca, a mesma de onde a jovem fugira para casar-se. Mas uma grande transformação se deu naquele espaço depois da morte do pai de Branca, que é combalido por uma congestão cerebral, ao saber de sua fuga.

Já se lhe não viram espetar do alto do frontispício as caducas telhas, negras e esborcinadas, por entre cujas choradas sobre o pano da parede, que nem baba por velha boca desdentada. Agora, sente-se ali a mão de quem entra na vida disposto a viver; desde o portão da chácara vão os olhos descobrindo em que se

regalar; caminhos e estatuetas, globos de mil cores, caramanchões e pequenos bosques artificiais: tudo nos diz que ali reside agora gente feliz e moça. (Azevedo, 1963, p. 230.)

Toda a casa exalava luxo, dos jardins aos salões, mas a herança de Branca estava longe de ser o que supunha o ambicioso noivo, que, além disso, gastava muito mais do que podia. Por insistência de Teobaldo, André vai morar com eles, mas só aceita o convite sob a condição de ocupar o sótão, para onde leva sua pobre mobília de professor. E aqui podemos constatar que, como ocorreu no colégio interno e na casa em Mata-cavalos, André é confinado aos espaços menosprezados da habitação.

Temos nessa altura da narrativa um dos poucos diálogos em que os dois amigos falam abertamente de seus sentimentos. É durante essa conversa que André confessa sua dor por inspirar tanta repulsa nas pessoas:

– Não imaginas meu Teobaldo, quanto me dói cada vez mais esta terrível antipatia que inspiro a toda gente. Ainda há pouco, enquanto me falavas de tua mulher, dizia eu comigo: “Para que me hei de aproximar, para que hei de chegar para ela, se tenho plena certeza de que minha presença lhe é fatalmente penosa, e aborrecida?” (Azevedo, 1963, p. 243).

Ao ouvir essa confissão, Teobaldo aproxima André de Branca, apesar da resistência do amigo. A partir de então, talvez tenham sido aqueles os melhores momentos da sacrificada vida do professor: quando compartilhava algumas horas de sua dura vida de trabalho a ler Camões e Garrett para a esposa de Teobaldo. Era também nessas ocasiões que o Coruja “tomava da flauta e punha-se a tocar para a distrair; quase nunca, porém, o conseguia, porque o desgraçado tocava mal e sem inspiração.” (Azevedo, 1963, p. 243).

Esse é o único momento do romance em que a flauta é tocada em um espaço interno e com um intuito de aproximação social. Todavia, além de denunciar claramente a pouca vocação de

André para a música, o narrador é ainda mais cruel ao declarar que, se para André aqueles momentos eram os mais agradáveis de sua vida, “Entretanto o que Branca sentia por ele era menos estimado que uma certa espécie de condolência, que todo coração feliz e farto costumava votar aos desfalecidos da fortuna.” (Azevedo, 1963, p. 243).

No entanto, a admiração de Branca por Teobaldo começa a ser maculada justamente quando ela observa a forma inescrupulosa como o marido se apropria das notas escritas por André para o seu compêndio da História do Brasil e as publica como sendo de sua autoria em revistas e jornais.

Mais uma vez Teobaldo se vê em dificuldades financeiras, agora perdera dinheiro aplicando no câmbio. Aguiar lhe empresta expressiva quantia, livrando-o da falência. Leonilda, de volta da Europa, e sabendo-o casado e feliz, escreve cartas anônimas, afirmando que Branca o traía com um amigo. Já que não teria o amor de Teobaldo, o intuito da loureira era destruir a vida conjugal do ex-amante.

Enquanto isso, Aguiar que não conseguira seduzir a prima, ameaça processar Teobaldo pela dívida, caso ela não aceite tornar-se sua amante. Não tendo a quem recorrer, Branca conta seus infortúnios a André, que escuta as ameaças de Aguiar por detrás de uma cortina e paga, mais uma vez, as dívidas do amigo. Corroído pelo ciúme, Teobaldo chega em casa bem no momento em que Branca, agradecida, abraça André. O marido saca um revólver e atira no Coruja, acertando-lhe no calcanhar.

Desfeito os mal-entendidos, Teobaldo desculpa-se com o amigo, que mais uma vez perde suas economias e o sonho de comprar o colégio onde lecionava. Ficando ainda com um irremediável aleijão, resultante do tiro que recebera. Como se não bastasse, cansada de esperar por André, Inezinha casa-se com “Picuinha”, um soldado raso alcoólatra, com quem terá dois filhos, antes que o marido, completamente corroído pelo álcool, seja internado em uma clínica.

Teobaldo envolve-se cada vez mais com a política. No entanto, seu sucesso político corresponde à sua decadência moral,

e o leitor acompanha seu envolvimento com a corrupção e os vícios inerentes a algumas relações de poder. Sobretudo porque esse declínio ético e moral contrasta com a virtude de André e as repreensões permanentes da esposa. “Assim, vista sob a perspectiva da ascensão política de Teobaldo, a narrativa perfaz um caminho ascensional, que tem início no internato, passa pela conquista da posição de deputado e chega à indicação do alto posto de Ministro de Estado.” (Levin, 2005, p. 27).

Em contrapartida, André mora no sótão da casa de Botafogo, de onde sai sempre pelos fundos, para não ser notado pelas pessoas de bem que frequentavam a casa do amigo, que agora, muito preocupado com sua reputação e de olho na carreira política, paulatinamente, vai dedicando menos tempo ao Coruja, que já estava tornando-se um estorvo para sua ascensão social.

No dia da nomeação de Teobaldo a ministro, a casa está repleta de gente, e André se aproxima e acompanha a festa de longe, pelas vozes, pelas cortinas brancas, pelo tilintar das porcelas, percebe que aquele lugar não é para ele. “E foi com a garganta cerrada por um punho de ferro que o mísero desceu lentamente a escada, arrastando de degrau em degrau o seu pé aleijado pelo tiro. (Azevedo, 1963, p. 334).

Depois da internação de Picuinha, André, que se via na obrigação moral de ajudar dona Margarida e Inezinha, aceita o convite para ocupar um quartinho na casa das duas mulheres e toma para si toda a responsabilidade da casa.

O corpo, combalido pelo excesso de trabalho e pelo manquejar, tornava-o ainda mais grotesco. A maledicença de dona Margarida e suas vizinhas logo fizeram do inofensivo professor um terrível monstro, tão feio de alma quanto de corpo. Um corpo maltrapilho que manquejava pela cidade em busca de trabalho para sustentar a si e a prole de Inezinha.

André torna-se ainda mais casmurro e resmungão, sobretudo quando Teobaldo lhe diz sutilmente que era melhor que ele não fosse mais ao solar, iria ele à casa de dona Margarida quando quisesse ver o amigo.

O que de fato ocorre uma vez, quando chega a prometer a André um trabalho e a publicação do compêndio de História do Brasil. Pela primeira vez André lhe pede algo: um trabalho qualquer na biblioteca. Mais uma promessa que Teobaldo jamais cumprirá.

A crise existencial finalmente acomete Teobaldo, que, do alto dos seus 40 anos, conclui nada ter feito, pois todos os seus talentos foram colocados a serviço apenas de sua excessiva vaidade. Essa situação é bem representada pela imagem de um espelho partido, como tão bem demonstra o narrador na seguinte passagem:

Seu ideal era um espelho, onde só a sua imagem se refletia; quebrado esse espelho, ele não tinha coragem de encarar os pedaços, porque em cada um via ainda, e só, a sua figura, mas tão reduzida e tão mesquinha que, em vez de lhe causar orgulho como outrora, causava-lhe agora terríveis dissabores. (Azevedo, 1963, p. 167).

Nesses fragmentos de espelho, o que Teobaldo vê com melancolia amarga é o esfacelamento de uma vida inteira dedicada apenas aos ímpetos da vaidade. Essa tomada de consciência tardia deflagra uma crise moral que acaba levando-o à negação niilista da vida e do mundo e, conseqüentemente, à morte prematura.

No caso dele, toda a realidade é aniquilada, porque nada além da vaidade guiava seu ser excessivamente vaidoso. Como bem conclui o próprio personagem nas páginas finais do romance: “Ser tão pouco, quanto tanto se ambiciona; ambicionar tanto e ter certeza de nunca ir além da própria pequenez, é muito mais doloroso, é muito mais cruel do que ficar eternamente sucumbido ao peso da primeira ilusão!” (Azevedo, 1963, p. 347.)

Em contrapartida, as ilusões de André mal conseguiam sair do esboço. E para entender isso, basta recapitular os espaços ocupados por ele ao longo do romance: nasce em uma espelunca em algum rincão de Minas Gerais; é criado por um padrego que lhe oferece o catre mais duro da casa; é esquecido pelo diretor em uma saleta já no primeiro dia no orfanato, e só se faz lembrado quando dorme e ronca; trava amizade com Teobaldo em uma situação

de cárcere escolar; ocupa o quarto menor e menos confortável quando é inquilino de dona Ernestina; vive modestamente em um sótão, quando vai habitar com Teobaldo e Branca; e, como se não bastassem todas essas situações de exclusão, nas quais a ocupação do espaço sinaliza, sobretudo, uma inadequação tanto econômica quanto social, quando vai morar com os de sua classe, na casa de dona Margarida, ocupa um quatinho sujo e desconfortável.

A situação social de André e Teobaldo os diferencia e, em certa medida, contribui para a definição de suas personalidades. O filho do barão de Palmar paulatinamente torna-se um medalhão e a situação de favoritismo entre os dois não é unilateral, mas ambivalente. Nessa relação, o mais beneficiado acaba sendo Teobaldo e essa exploração se dá não apenas do ponto de vista monetário, mas também intelectual.

Durante anos, André tinha uma ideia fixa dominante escrever a História do Brasil: “obra esta a que ele se escravizara desde os seus vinte anos e da qual nunca se distraía investigando sempre, inalteravelmente, com a calma e paciência de um sábio velho que se dedica ao trabalho só pelo prazer de trabalhar, sem a menor preocupação de elogio ou glória”. (Azevedo, 1963, p. 289).

Cabe assinalar ainda que André era um homem livre. No entanto, não é por acaso que o narrador usa o verbo escravizar para se referir à dedicação visceral do Coruja à escrita dessa obra interminável. É como se, ao usar esse verbo, o narrador já deixasse indicada a usurpação intelectual que se dará um pouco adiante.

Nos capítulos finais do romance, acompanhamos a maneira inescrupulosa como Teobaldo se apropria das notas escritas pelo amigo, publicando-as sob pseudônimo, não sem antes imprimir nelas certa “forma literária”:

As conscienciosas notas de André, floreadas pelas lantejoulas da retórica do outro, converteram-se no objeto da curiosidade pública.

Foi um verdadeiro sucesso; o jornal que as publicou viu a sua tiragem aumentada e os artigos, uma vez colecionados em volume, deram várias edições. Daí nasceu o prestígio de Teobaldo entre os homens

públicos do seu tempo, que desde então começaram a respeitá-lo, se bem que o habilidoso jamais declarasse positivamente ser o autor dos célebres artigos. (Azevedo, 1963, p. 291).

A linguagem pragmática usada por André é substituída por outra, floreada e retórica. Ou seja, os dados para construir a História do Brasil, coligidos pelo árduo trabalho intelectual de André, foram modificados pelas mãos aristocráticas de Teobaldo, que imprimiram neles os floreios necessários para que fossem aceitos pela opinião pública.

Diante do olhar sempre indignado de Branca, Teobaldo jamais assumirá publicamente a autoria dos textos, mas, graças à maneira pouco clara como fala sobre o assunto quando perguntado a respeito, acaba sendo considerado o autor das publicações. André tampouco o desmente, a despeito das insistências de Branca nesse sentido.

O capital econômico de Teobaldo foi solapado em várias situações, mas o capital simbólico de que é investido, graças à formação que tivera, como sua maneira aristocrática de se portar socialmente, contribuíram para sua ascensão política e social. Contudo, a coroação disso vem justamente com a publicação desses artigos inspirados nas notas de André.

No ensaio “As ideias fora do lugar”, Roberto Schwarz declara que, cada um a sua maneira, os escritores brasileiros do século XIX deixaram refletir em suas obras o hábito do favor como uma mediação quase universal, baseando nele sua interpretação do Brasil. Isso, em certa medida, criava um acordo tácito entre as partes:

No momento da prestação e da contraprestação – particularmente o instante-chave do reconhecimento recíproco – a nenhuma das partes interessa denunciar a outra, tendo embora a todo instante os elementos necessários para fazê-lo. Esta cumplicidade sempre renovada tem continuidades sociais mais profundas, que lhe dão peso de classe: no contexto brasileiro, o

favor assegurava às duas partes, em especial à mais fraca, de que nenhuma era escrava. (Schwarz, 2008, p. 11)

Essa situação paradoxal, tão bem expressa por Schwarz, talvez explique por que Teobaldo se apropria com certa naturalidade do trabalho intelectual de André; homem livre, pertencente a uma classe social economicamente desfavorecida, que, desde a infância, estabelecera com o amigo uma relação pautada na subserviência.

Considerações finais

Como vimos no decorrer desta análise, a flauta e seu tocador ocupam os espaços simbolicamente menos importantes na narrativa: o pátio da escola, a chácara, o cárcere escolar, os jardins das fazendas do pai de Teobaldo. O único momento em que o instrumento é tocado em espaço valorizado socialmente é quando André tenta distrair Branca, mas seu objetivo não é alcançado.

Em contrapartida, o espaço ocupado pelo piano na trama é privilegiado, tanto espacialmente, pois tem lugar de destaque nas casas onde Teobaldo mora, como simbolicamente, pois é usado como marca da posição social privilegiada do filho do barão dentro do romance.

Se estamos de acordo que a arte tem função importante nos processos formativos, para André a proximidade com a música deu-se ao acaso e seu aprendizado ocorreu de maneira fortuita, pelas mãos de um homem que pouco entendia da matéria. Já no caso de Teobaldo, saber música, e sobretudo música clássica, fazia parte da formação aristocrática por ele recebida desde a infância. Ainda que essa manifestação artística não seja usada em compartilhamento estético com o coletivo, mas apenas para seduzir as mulheres que farão parte de sua educação sentimental. Como vimos, além de tocar para Branca durante o namoro e primeiros anos de casamento, o piano é citado com frequência durante o

processo de sedução de d. Ernestina, proprietária da casa onde os rapazes moraram nos primeiros anos na Corte.

Se por um lado, a música praticada por André e o Caixa d'óculos era considerada um ruído, e as músicas populares tocadas pelo funcionário da escola só podiam ser executadas no pátio e na chácara; em contrapartida, o piano ocupava lugar de destaque nas salas da aristocracia e em torno dele aconteciam as reuniões sociais. Como bem aponta José Miguel Wisnik:

Tradicionalmente, um dos nós da questão na música esteve na separação, levada a efeito pelos grupos dominantes, entre a música “boa” e a música “má”, entre a música considerada elevada e harmoniosa, por um lado, e a música considerada degradante, nociva e “ruidosa”, por outro. Na verdade, isso se deve a que a própria idéia de harmonia, que é tão musical, aplique-se desde longa data à esfera social e política, para representar a imagem de uma sociedade cujas tensões e diferenças estejam compostas e resolvidas. Do ponto de vista dominante, a contestação e a diferença aparecem como “ruídos”, como cacófatos sociais, como dissonâncias a serem recuperadas segundo um código ideológico no qual muitas vezes a música oficial figura como sendo a demonstração “natural”. (Wisnik, 2006, p.115).

Indo mais além, não apenas o instrumento do qual André tirava melodias populares era repudiado, como ele próprio, em diferentes situações, é excluído como um “cacófato social”.

A despeito da derrocada moral no final da trama, Teobaldo sempre ocupa os espaços reservados à aristocracia rural a qual pertencia, tanto no que diz respeito ao *locus* real como ao simbólico. Por outro lado, no caso de André, a impossibilidade de firmar-se como pessoa nos três projetos por ele estabelecido não se concretizam. Não casou-se, não comprou a escola, onde colocaria em prática suas revolucionárias ideias pedagógicas, e tampouco publicou o livro sobre a História do Brasil. Esses três elementos, que

podem ser vistos simbolicamente como o espaço da casa (família), o espaço do trabalho (escola) e o espaço da produção simbólica (livro) não foram conquistados, porque André os abandonou, ou procrastinou, até que não pudessem mais ser realizados.

Podemos então afirmar que simbolicamente o espaço ocupado pela flauta dentro do romance desde as primeiras páginas, relegada aos espaços externos e desprestigiados socialmente, sinalizam o lugar que a personagem André também ocupará em toda a trama. Em contrapartida, o fato de o piano ser destaque nos ambientes frequentados por Teobaldo indica também a posição social privilegiada, desfrutada por ele, um filho da aristocracia rural, dentro da narrativa.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, M. *Pequena História da Música*. São Paulo : Martins, 1977.
- AZEVEDO, A. *O Coruja*. São Paulo: Martins, 1963.
- LEVIN, O. M. (Org.). *Aluísio Azevedo. Ficção Completa*, vols. I e II. Rio de Janeiro Aguilar, 2005.
- SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2008.
- WISNIK, J. M. Algumas questões de música e política no Brasil. In: *Cultura Brasileira: Temas e situações*. Org. Alfredo Bosi. São Paulo: Ática 2006.

A IDEIA DE VERDADE NA FOTOGRAFIA DO SÉCULO XIX: OS TEXTOS DE A ARTE PHOTOGRAPHICA

*Francisca Ferreira Michelin**

Resumo: A partir do texto de uma novela escrita no século XVIII e citada em uma revista do século XIX, *A Arte Photographica*, o estudo observa que a antiga obra de ficção antecipa em mais de um século um dos primeiros processos fotográficos, só possível de ter sido inventado em meados do século XIX. Sugere-se que a predição inspirada pela novela possa residir na presença de uma ideia que atravessou os séculos em questão. No campo da história das ideias, emprega-se o uso que Baumer (1990) faz do “cientismo” e do realismo no pensamento europeu para propor a ideia de *veridicus* visual, aclarando, por meio deste o desejo de uma representação do mundo feita pela máquina.

Palavras-chave: Fotografia, História das ideias, Cientismo, Realismo fotográfico.

Abstract: From the novel written in the eighteenth century and mentioned in a magazine of the nineteenth century, “*A Arte Photographica*”, the study notes that the ancient fiction anticipates for over a century one of the earliest photographic processes that could only have been invented in the mid-nineteenth century. It is suggested that the prediction that inspired this novel may reside in the presence of an idea that crossed these centuries. In the field of history of ideas is employed the use that Baumer (1990) makes of the “scientism” and realism in European thought to propose the idea of visual *veridicus*, clarifying through of a representation of the world made by the machine.

Keywords: Photography, History of ideas, Scientism, Photographic realism.

* Professora efetiva do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. Doutora em História PUCRS.

Introdução

Uma antecipação literária. É assim que a historiadora Marie-Loup Sougez (2001) dá início ao primeiro capítulo do seu compêndio sobre a história da fotografia. Diz a autora: “a imaginação se antecipa a qualquer descoberta científica” (p.16). E, após preambular o fato, classificando-o como ficção científica, apresenta o conteúdo da novela do médico e escritor francês Tiphaigne de la Roche, que viveu entre 1729 e 1774. Dentre as várias obras escritas por ele, Sougez cita esta: os relatos de um viajante de nome Giphantie que visita e se aventura por lugares delirantes, nos quais a imaginação do autor fantasia possibilidades.

A surpresa expressada por Sougez (2001) não é superlativa: o conteúdo da novela ainda surpreende e provoca curiosidade sobre o fato de que uma invenção como a fotografia pudesse ter sido aludida um século antes da sua ocorrência. Foi tal possibilidade o que se buscou verificar neste ensaio, bem como o que estaria por trás da motivação que levou Tiphaigne de la Roche a inserir na sua novela uma descrição tão semelhante aos processos fotográficos do século XIX. Sugere-se que tenha sido a vigência de uma ideia, forte, antiga e compartilhada, de que se poderia fixar a aparência das coisas, com tamanha exatidão que a própria realidade pareceria, de tal maneira, duplicada. Advoga-se que o advento do pensamento científico moderno colaborou para isso. E, na continuidade, espera-se ver como se comporta essa ideia por meio das matérias publicadas na revista portuguesa *A Arte Photographica* que, apesar de ter durado apenas 23 números mensais, conseguiu ilustrar o pensamento vigente sobre os avanços, os desalinhos e, sobretudo, o uso das técnicas empregadas para obter imagens fotográficas nas duas últimas décadas do século XIX. Por conseguinte, este periódico de vida curta apresenta-se, na atualidade, como um compêndio hábil em esboçar o que vinha a ser a ideia de fotografia durante um período no qual algumas técnicas já estavam consolidadas e muitas de suas aplicações já se garantiam no então mercado das imagens.

Na já citada obra de Sougez, a autora destaca na novela *de Tiphaigne de la Roche* o trecho que narra o momento em que o protagonista encontra, nos desertos ao norte da Guiné, um jardim inexplicável. A sua visita ao lugar é acompanhada pelo governante, que lhe mostra e explica as peculiaridades fantásticas do jardim, dentre elas, um subterrâneo no qual há paisagens que parecem ser reais. Então, o governante explica que “os espíritos elementares”, os habitantes autóctones do jardim, precários na arte da pintura, estavam buscando, por meio dos conhecimentos físicos da natureza, fixar as imagens fugazes que a luz refletida por todos os corpos forma sobre as superfícies polidas. Assim, os espíritos elaboraram um líquido viscoso e delicado com o qual cobriam as telas de pintura, colocando-as, neste estado, imediatamente, na frente da cena que desejavam pintar. Após breve tempo, a tela era retirada e guardada em lugar escuro por uma hora até que a emulsão secasse. Na tela seca, o que se via era exatamente o que diante dela se havia encontrado uma hora antes, com todas as minúcias da realidade, ali fixado para além do presente. Debalde tão prodigioso sucesso, o invento ocupava a atenção dos espíritos elementares que discutiam os aspectos físicos da matéria viscosa, tanto na sua preparação como na sua utilização.

A curiosa passagem dessa novela, destacada por Sougez (2001), evidentemente para além da curiosidade, propõe a reflexão sobre a possibilidade de alguns dos inventos científicos terem sido, antes da ciência, imaginados como alegoria. Já se sabe sobre isso, de modo que em tal aspecto não se encontra qualquer novidade.

O curioso é que, já no século XIX, essa parte da novela do médico francês era conhecida e causava interesse. Na revista *A Arte Photographica*, publicada na cidade do Porto, Portugal, nos anos de 1884 e 1885¹, houve uma matéria em que a novela é comentada. Na seção intitulada *A Legenda da Photographia*, o cronista, que não

¹ A edição que se empregou neste texto é o fac-símile publicado pelo Centro Português de Fotografia em 2001, em dois volumes correspondendo, respectivamente, aos anos de 1884 e 1885. A linguagem das citações diretas foi atualizada para o português contemporâneo pela autora.

se identifica, comenta a disputa pela primazia do invento entre ingleses e franceses, apresentando, com ironia, a preocupação de alguns em encontrar uma autoria em passado remoto. E após um prelúdio prolixo, entabula o histórico das pequenas e grandes descobertas no campo da física e da química que redundaram nas primeiras técnicas fotográficas, para só depois, mencionar a rara literatura, sob esse início:

Em todas as épocas surgem estranhos espíritos, cuja razão quase perturbada parece antever o futuro, através de fantásticas alucinações. Cyrano de Bergerac tinha adivinhado os balões um século antes de Montgolfier e, em 1760, Tiphaine² de la Roche, num livro singular que mandou imprimir em Cherburgo, sob o título anagramático de Giphancia, contando de um modo burlesco as suas visões, as suas crenças ou os seus conhecimentos, descreve os processos fotográficos, há pouco descobertos, tais como são hoje praticados, em uma passagem muito curiosa para que nos dispensemos de a reproduzir (p. 219)

Comparando o texto da revista com o de Sougez (2001), tem-se no mais antigo o local de publicação da novela, bem como o ano exato. O cronista é preciso e detalhado na descrição, reproduzindo o seguinte parágrafo da obra citada, no qual o gênio elementar conduz o viajante, que aporta no lugar após perder-se em uma tempestade, pelo castelo e cercanias plenos de surpresas e segredos. Assim, explica o gênio:

[...] os quadros de luz refletidos dos diferentes corpos fazem quadros e pintam os corpos sobre todas as superfícies polidas, sobre a retina, por exemplo, sobre a água, sobre os espelhos. Os espíritos elementares tentaram fixar essas imagens passageiras, compuseram uma matéria muito sutil, muito viscosa e muito rápida

² Foi mantido o erro de grafia que constava na Revista: foi suprimido o g do nome do médico.

em secar e em endurecer, com a qual um quadro é feito num abrir e fechar de olhos. Estendem essa matéria sobre um pedaço de tela e apresentam-na aos objetos que se pretende pintar. O primeiro efeito da tela é o mesmo do espelho, veem-se nela todos os corpos próximos ou afastados, de que a luz pode trazer a imagem. Mas o que o espelho não poderia fazer, a tela, graças à camada viscosa retém a imagem dos objetos. O espelho mostra-nos fielmente os objetos, mas não conserva nenhum. As nossas telas não os reproduzem menos fielmente e conservam-nos todos. (p.217)

Com essa primeira explicação, a personagem de Tiphaigne antecipa em 100 anos a invenção. Na continuidade, surpreende ainda mais o leitor do presente ao descrever a qualidade das imagens “pintadas”:

Uma hora depois a camada está seca e temos um quadro tanto mais precioso quanto é certo que nenhuma arte lhe poderá imitar a verdade e que o tempo de nenhum modo o pode estragar. Nós vamos à fonte mais pura, ao próprio corpo da luz, tirar as cores que os pintores extraem das diversas substâncias que o tempo nunca deixa de alterar. A precisão do desenho, a variedade da expressão, o traço mais ou menos, sorte, a variação nos tons, a regra da perspectiva, tudo, tudo isso nós abandonamos à natureza que, com essa marcha segura que nada desmente, traça sobre as nossas telas imagens que se impõem e nos fazem duvidar a razão se o que chamamos realidade não são outras espécies de fantasmas que se nos apresentam aos olhos, aos ouvidos, ao tato, a todos os sentidos ao mesmo tempo. (idem)

O cronista, motivado pela tremenda semelhança entre as pinturas dos gênios elementares e o processo do colódio (úmido ou seco), conjectura possibilidades para explicar a antevisão do escritor:

Não teria Tiphaine de la Roche, tão erudito em coisas maravilhosas, lido no Livro dos Metaes, publicado em 1566 pelo alquimista Fabricio, que toda a camada produzida por uma lente sobre uma camada de prata córnea (cloreto de prata) nela se fixavam em preto as parte iluminadas, em cinzento as de meias tintas e em branco as sombras e não será do mesmo fenômeno que fala um alfarrábio de que faz menção Jovard, o sábio de Bruxelas e que trazido do alemão há trezentos anos, trata muito claramente da fotografia? Para encontrar nesses sonhos e nesses fatos entrevistados pelos alquimistas, investigações seriamente científicas para a fixação da imagem, é necessário chegar até Charles e Wedgwood. (p.221)

Ao buscar as referências que poderiam ter sugerido o invento ainda não inventado à imaginação de Tiphaigne, o cronista conclui que as possibilidades efetivas de obter uma imagem em câmara escura, sobre superfície fotossensível e fixada para além do momento da sua obtenção era fato que só seria possível no século posterior ao do escritor.

Não é difícil entender o tamanho da curiosidade que a antevisão do médico escritor causou nos fotógrafos dos anos oitocentos. Em meados da década de 1880 os processos fotográficos para obtenção de negativos ainda eram feitos com a dispersão de líquido viscoso contendo a substância fotossensível sobre uma chapa de vidro e, se fosse colódio úmido, a exposição deveria ocorrer imediatamente. A compreensão da fotografia como extensão da realidade era amplamente aceita, como atestam as palavras de Goudmann na seção *Apontamentos para a Fotografia Instantânea*, do primeiro número da *A Arte Photographica*: “A fotografia não mente nunca, assim como o espelho plano, e se por acaso vemos em certas paisagens, torres ou chaminés que se abraçam com amoroso amplexo, temos de acusar o operador que não soube servir-se dos aparelhos.” (p.2).

Assim, o que se pretende analisar não é a relação entre as fontes que publicaram o comentário da novela de Thipaigne, tampouco se auspícia encontrar algum sentido lógico para explicar

a ocorrência dessa novela naquele distante século. Deseja-se, apenas, refletir sobre a ideia de fotografia como imanência de um desejo de realidade que se pode guardar para além do tempo imediato.

A fotografia no futuro: uma ideia do passado

O escritor francês do qual fala esse texto, Charles-François Tiphaigne de la Roche, escreveu muitas novelas em meados do século XVIII, algumas que conspurcam inspiração no fantástico. Entretanto, não compete falar de singularidade no contexto em que viveu. Hábil na criação de conjunturas delirantes revela altas expectativas para o futuro transformadas, na literatura, em circunstâncias de encontro com o mágico. Sua literatura sugere a antecipação de invenções diversas e a novela *Giphantie*, publicada em francês e traduzida para o inglês³, é decisivamente marcada pela previsão de inventos.

No entanto, isso não parece ser uma excepcionalidade. O escritor inglês Brian Stableford lançou em 2007 uma coletânea na qual traduziu nove contos franceses, publicados entre 1768 e 1902, considerados proto ficção científica e, dentre os quais, se destacam algumas previsões como o transplante de coração e o raio laser. Outros temas lançados ao futuro indicam, pelo contrário, especulações literárias sem qualquer antevisão dos caminhos da ciência e dos inventos. Portanto, as especulações sobre as relações entre ciência e ficção, expressadas não só na literatura, constituem um campo de pesquisa cujo principal recorte temporal estende-se do século XIX ao presente, largo período de tempo que foi marcado, sobretudo, pelas intensas mudanças promovidas nas sociedades em decorrência das revoluções industriais e seus resultados.

³ A tradução para o inglês, realizada no ano seguinte ao seu lançamento na França, mudou, ligeiramente, o título: *Giphantia*, alterando o anagrama proposto pelo autor. Essa versão também incluiu uma nota explicativa.

Visto desse modo, naturaliza-se o efeito de Giphantie, sem precisar explicá-lo. Tampouco sente-se, diante desta naturalização, motivo para investigar a origem de tal previsão de uma forma de registro do mundo que iria, determinantemente, mudar a percepção visual do homem ocidental e inaugurar uma forma de documento ainda hoje surpreendente sob muitos aspectos. Todavia, permanece a curiosidade sobre a publicação do texto na *Arte Photographica* que expressava, então, a visão do século XIX sobre a fotografia e vivia, justamente, o momento inicial do estarrecimento conceitual de um mundo (ressalta-se: parte do ocidente) impactado pelos inventos.

A ideia de fotografia naquele momento tinha contornos muito claros: tratava-se de um conjunto de técnicas que avançava conforme problemas específicos eram solucionados. Para a maioria dos fotógrafos que vendiam os seus serviços produzindo fotografias, fotografar bem era obter uma matriz negativa com contraste suficiente para ser copiada em positivo, que gerassem positivos nítidos e com bom contraste e nuances entre as áreas escuras e claras.

Se, em parte, os problemas já não eram os mesmos da sua origem, a promessa de um mundo representado como se fosse a visão obtida em um espelho mágico, que não esvanecesse o que diante dele se colocava, ainda estava por se cumprir. A prática da fotografia era árdua. As expectativas, os quereres e a concretude do que se conseguia não se coadunavam em resultados plenos, na maioria das vezes, nem mesmo eram obtidos resultados satisfatórios. Com frequência, mesmo quando os procedimentos técnicos eram rigorosos, os imprevistos das reações químicas e a falta de domínio sobre os componentes e materiais empregados, resultavam em imagens de pouca ou nenhuma acuidade visual ou, ainda, em imagens deléveis, que desapareciam em curto espaço de tempo. Para a maioria dos fotógrafos a preocupação com o seu produto fotográfico não é que este durasse algumas décadas, mas alguns meses, de modo que os clientes fossem atendidos em suas expectativas mínimas.

Pode ser que em tal situação, os visionários do futuro da fotografia valessem em menor grau do que os que a visionaram

no passado. Sobre isso, uma crônica publicada na edição nº7 da *Arte Photographica* pode ser representativa da visão de uma fotografia que não sugere o devaneio, tão apenas, mas parece estar impregnada, naquele momento, de especulações inexatas, que transitavam entre o despropósito e o equívoco.

A crônica, publicada nessa e desdobrada na edição nº11, chamou-se *A Photographia do Futuro* e relatava com ironia o caso de um fotógrafo amador, de lugar não nominado, mas, segundo o autor, de “um cantinho de uma das nossas províncias” que possuía uma imaginação sensível comparável à “sensibilidade das chapas gelatinadas de Wainwright” (p.201). O início da crônica já indica o tom irônico com que é o contado o caso que, verdadeiro ou não (provavelmente), traduz alguns aspectos do pensamento da época. Dentre as excentricidades do fotógrafo, estava a de especular o que seria o futuro da fotografia: “Qual o papel que lhe estava destinado? A que ponto poderia subir sua importância com relação às ciências, às artes e à indústria?” (idem). Então o cronista conta a visita feita ao fotógrafo de avançada idade e imaginação

Penetramos em seu laboratório com o religioso respeito com que se penetra em uma velha e silenciosa catedral e sentíamos-nos pequenos ao perpassar por entre seus frascos enormes, que tomavam para nós as extraordinárias proporções de gigantescas colunas góticas. Esta disposição do nosso espírito tinha a sua origem no entusiasmo e profundo respeito com que o nosso amigo nos falava da *grande arte, da única arte*. [...] (p. 202)

Os visitantes foram conduzidos pelo velho fotógrafo até uma sala onde anunciou que apenas ele entrava, salvo naquele dia, quando abria exceção por reconhecer que a *Photographia Moderna*⁴ tinha seus olhos colocados no futuro da grande arte. Então mostrou um frasco com um líquido que anunciou ser capaz de

⁴ Nome da editora de *A Arte Photographica*, portanto, deduz-se que o cronista seja um dos editores e que os visitantes também o eram.

fazer fotografias instantâneas, explicando o processo que consistia em colocar um pouco de líquido na palma da mão, esfregando-as até que secasse. Depois, com uma bofetada na face do retratado, obtinha-se a imagem, que vinha a ser processada como uma placa isocromática. O articulista informa que os visitantes declinaram do convite para experimentar o processo.

Outros processos da mesma natureza fantasiosa foram apresentados, chegando-se no curiosíssimo processo do chapéu, que o velho fotógrafo assim explicou: “Um sujeito vai pela rua, quer fotografar outro e só tem que o cumprimentar tirando o chapéu. Nesta ocasião carrega com o dedo neste pequeno botãozinho que existe na aba e dá-lhe a pose que quiser.” (p.204). O relato desdobra-se elencando aspectos burlescos do discurso extravagante do anfitrião e, finalmente, encerra-se com outra visita, agora ao “Hospital dos Alienados” para o qual foi recolhido, posteriormente, o imaginoso fotógrafo, cada vez mais delirante.

Em capítulo posterior, a revista deu continuidade à crônica na forma de uma carta, dirigida a um dos visitantes daquela ocasião pelo fotógrafo asilado. A carta foi publicada sob o título de “Reclamação Justa” e escrita com o mesmo tom jocoso da crônica antecedente, faz saber sua autoria: o velho fotógrafo inventor. A reclamação do autor dizia respeito a um roubo de invento do qual seria ele a vítima. Contava que descobrira o roubo em um número do *Bulletin de la Société Française de Photographie*, publicado em novembro de 1884. Nessa publicação anunciava-se que um homem de nome Mendoza apresentou à sociedade o “chapéu fotográfico”. O satírico desenrolar da carta parece não ter tido outro fim além do divertimento dos leitores. Toda a história, bem como o personagem possivelmente inventado por um dos articulistas da revista, alimenta, no entanto, a ideia de que o futuro da fotografia poderia ser tão improvável quanto insonhável. Naquele momento, entre processos que se sucediam ou coexistiam, as tentativas em resolver os problemas da técnica ocasionalmente geravam experiências bufas, sobre as quais uma mente razoavelmente criativa poderia encontrar inspiração para o cômico. Resta saber se

alguém, naquele *fin de siècle*, imaginou as possibilidades que estão disponíveis a tantos hoje.

Invenções, inventores e ciência

E se a fotografia acompanhava a ciência, como fruto dela e como especial agente colaborativo, também aí se desenhavam os conflitos. Em seção intitulada *Curiosidades Photographicas*, com subtítulo *Uma palavra à propósito da propriedade das obras photographicas*, o articulista narra um caso específico ocorrido durante seção da Academia de Ciências⁵ para exemplificar o limite entre criador e criatura, ou seja, a autonomia que a imagem fotográfica tem em si, que se afasta da mão humana que a fez, permitindo que se dilua a autoria. Conta o autor que o fisiologista Duchenne, de Boulogne, apresentou um álbum de fotografia

[...] no qual ele se propunha a revelar pela análise elétrica e com o auxílio da fotografia as diferentes expressões dos sentimentos que se traduzem na fisionomia pela contração muscular, os movimentos, as linhas, as rugas do rosto, provocando por meio de correntes elétricas a contração dos músculos da face, de modo a obriga-los a falar a linguagem das paixões e dos sentimentos representando pela fotografia cada uma dessas diversas contrações e, por conseguinte das diferentes fisionomias. (p. 177)

O comentarista destaca a originalidade e importância do estudo deste cientista, que o futuro viria a conhecer como tendo sido o pioneiro da neurofisiologia, aludindo que tal investigação não importava “[...] somente à fisiologia, mas, em que as artes plásticas encontrarão ensinamentos preciosos e novos” (idem). No entanto, a questão dramática que o escritor sobressai é que:

⁵ O artigo, pelas referências descritas, trata-se de tradução de algum texto em francês. Portanto, a Academia a qual o autor refere-se deve ser a Francesa.

[...] o Doutor Duchenne, caindo na asneira de empregar a fotografia, esses tipos que tanta observação lhe custaram, tantos ensaios pacientes, não lhe pertencem de modo algum. Pouco importa que a Academia de Ciências não lhe fure os seus aplausos e o reconheça por inventor da ideia, o primeiro mercador de imagens em procura de uma excentricidade explorável pode toma-los, publica-los aos milhares de exemplares e privar, assim, o eminente doutor do fruto do seu gênio, do seu trabalho e das suas despesas. (idem)

O comentarista admitia haver particularidade no caso “[...] no qual a intervenção do aparelho fotográfico não passa de um acidente” (idem) porque o fato de relevo é o invento do médico e o resultado que obtém na contração dos músculos dos seus pacientes. No entanto, reconhece e defende que sem o trabalho do fotógrafo não haveria a imagem tal como é, porque o sucesso da compreensão do resultado de suas manobras científicas só pode ser apreendido na medida em que o fotógrafo inventa a pose, controla o lugar onde a luz incide, opera e seleciona os aspectos do ambiente empregando sua imaginação.

Ora, inscreve-se nesse exemplo a ideia de uma imagem que se apresenta tão independente do seu realizador que o faz sumir, ainda que as qualidades que se preponderem venham do esforço daquele que maneja o aparelho e a cena. A negação da autoria reforça ou retoma a proposição da natureza representando a si mesma, como havia proposto Talbot ao nomear seu processo de “desenhos fotogênicos” ou desenhos feitos pela luz. Embora a preocupação do articulista seja discutir e fundamentar a necessidade de reconhecimento da autoria da imagem fotográfica, o seu discurso revela os contornos difusos de um meio eivado do desejo de ser uma ferramenta para a apresentação da realidade em caráter absoluto, ou seja, para a apresentação do real verdadeiro. Como aprender o real sem perdê-lo? Como mantê-lo tangível quando dele é suprimido volume, massa, cor, sabor? Como afirmá-lo concreto se apenas o é para os olhos? Trata-se, portanto, de

reconhecer a possibilidade de uma imagem conceito, um *veredicus* (o que diz a verdade) sobre o mundo.

O surgimento e fixação da fotografia como invento, produto mercadológico e meio de representação deu-se no Século do Devir que, segundo o historiador Franklin Le Van Baumer (1990) viu na ascensão do historicismo o método de enraizamento das suas convicções. O autor advoga que o significado da história naquele período não se restringia à finalidade em compreender o passado ou em encontrar nele as anterioridades do presente, todavia inscrevia-se como “a ciência do devir” (p.21). Nas palavras do autor, a história tinha se tornado o “idioma em que quase tudo era explicado”, linguagem que se suportava e afirmava o sentido de evolução inscrito em um ambiente de mudanças. E a história parecia ser, na sua circunstancial condição de “rainha das ciências”, o sustentáculo do pensamento europeu oitocentista, que fez desse o “século europeu por excelência”. Tal sentimento, que alinhava as diferentes nações sob a ideia de ser europeu (e que declinaria em direção ao fim com o advento da Primeira Guerra Mundial), encontrava razões para confirmar o pressuposto de que a força criativa, essência do novo, era um distintivo europeu.

Assim, quando no somatório das décadas já se fazia possível dizer, senão o que foi, ao menos o que era o Século Maravilhoso, Baumer (idem) esclarece que:

Maravilhoso, certamente, mas incrivelmente desordenado também, graças em parte à própria ideia de evolução que ele [Alfred Russel Wallace] e Darwin, simultaneamente, defenderam; e graças também ao fato de se terem habituado a viver num mundo de perpétua evolução ou ‘devir’; e também ao crescente aumento das ideias que Arnold citou, e ao crescente ‘criticismo’, não só da velha cultura da Europa, mas também da nova que, desde a época de Newton, parecia ser, para muitos, a principal esperança do mundo. O século XIX, por mais maravilhoso que seja, foi na verdade, o Século do Devir. (p.22)

Porém, não é o devir que explica os procedimentos racionais e racionalizados norteadores do pensamento europeu oitocentista. O que esclarece tal ocorrência é uma confluência de fatores dos quais destacamos, para analisar a fotografia enquanto fenômeno da ideia, o “cientismo”, entendido, segundo o argumento de Baumer, como o vestígio supremo do culto da ciência, que se afirma entre os anos de 1820 e 1880, com nuances que se estendem até o final do século. O autor o define como uma “disposição romântica” que buscava explicar o mundo e todas as manifestações que nele se dão, por meio da ciência. E, embora essa fosse uma atitude remanescente do Iluminismo, naquela altura a ciência passava a ser empregada, enquanto conceito, como uma ferramenta para lidar com fatos socialmente invasivos, inéditos e conflitantes, tais como as novas formas de trabalho, de convívio social, de organização da vida nas cidades, de poder, entre outras. E no âmbito dessas circunstâncias, em parte operacionais, é que a ciência triunfa com “[...] sua habilidade para alargar as fronteiras do conhecimento e reduzir o mundo a leis gerais” (p.63). É por meio do “cientismo” que o propósito em se chegar ao conhecimento verdadeiro impõe-se. E é na transversalidade do uso desse conhecimento que o pensamento, científico ou não, passa a buscar e eleger os mecanismos de apreensão da realidade, para firmá-la e racionalizá-la em preceitos verdadeiros.

A emergência da máquina correspondia e alimentava a expectativa de uma ferramenta superior que consagrava à época industrial a supremacia inaudita do homem sobre a natureza. Os inventos e os inventores distinguiam-se no horizonte assertivo da tecnologia como um benefício, participando, igualmente, do pensamento oitocentista que, no seu todo, encontraria conclusão derradeira no advento do Grande Conflito. Porém, nos densos anos do Século do Devir, dos quais aqueles da década de 1880 foram exemplares sob diversos aspectos, a máquina vinha a ser o resultado da convergência entre técnica, tecnologia e ciência e, de tal modo, fazia-se matéria e corpo da fronteira superada do conhecimento. A máquina adjetivava com valor a ação, o fato e quem a punha a funcionar. No entanto, tanta certeza afirmativa,

camuflava, sobretudo, a desordem, que o fim de século traduziria em incerteza.

É neste ponto que se retoma a novela de Tiphaigne de la Roche, citada em uma revista fotográfica dos anos de 1880 pela admirável coincidência entre o que narra a história e a técnica de registro do colódio⁶, que era, à época, o recurso mais frequente para a obtenção de fotografias. Coloca-se em discussão se por trás da surpresa do articulista, que trata a história como prenúncio de invento e ciência, não se insinua uma ideia, filha da fronteira entre esses dois mundos os quais Baumer nomina de ‘neo-iluminista’ e ‘*fin-de-siècle*’, agentes etéreos do pensamento europeu do século XIX.

A ideia de *veridicus* visual

A fotografia é uma invenção europeia, no entanto, não porque a França abraçou a invenção de Daguerre, generosamente oferecendo-a ao mundo e sim porque, inerente ao pensamento europeu oitocentista, uma ideia nutria o desejo da representação feita pela máquina. Aqui se denomina tal ideia de *veridicus* visual.

Neste prólogo do fim, faz-se bem perguntar e responder o que se entende por fotografia. Não é tão simples defini-la como já o foi no século passado. No presente em que se escreve esse texto, o processo dominante pelo qual a maioria das pessoas obtém fotografias em quase nada é comparável ao que se empregava

⁶ Embora tanto na obra de Sougez como na *A Arte Photographica* encontre-se definição para o processo do Colódio, o Dicionário Visual de Fotografia, publicado pela editora Blume de Barcelona, em 2010, é sintético e preciso ao esclarecer que esta emulsão, proposta em 1847 pelo escultor Frederick Scott Archer solucionou parte das dificuldades técnicas oferecidas pelo daguerreotipo e calótipo, processos que acabaram sendo suplantados pelo colódio. A principal qualidade desta emulsão (mistura de nitrato de celulose, éter sulfúrico e álcool etílico) era sua aderência, em especial ao vidro, razão pela qual gerou matrizes negativas melhores quanto à definição da imagem.

há poucas décadas. No entanto, ainda aplica-se o vocábulo fotografia pensando-se sobre uma imagem tornada essência, quase naturalizada, tão grande é o reconhecimento que se faz dela e que não semelha distinto daquele que se fazia com o processo anterior. Parece que o processo, para o senso comum, dilui-se diante do resultado. Porém, por quase 160 anos, a palavra fotografia referiu-se a uma imagem obtida por ação da luz sobre material fotossensível processado quimicamente. Considerava-se essa imagem, dada a sua natureza essencial, uma forma de representação ambivalente, que tanto poderia ser o registro objetivo de determinada visão do mundo quanto o produto de uma negociação entre fotógrafo e máquina. Em ocasiões diversas, essas posições foram antagônicas ou evidenciaram a diacronia entre os usos da fotografia e os momentos nos quais tais usos eram interpretados.

A resposta mais adequada a este estudo encontra-se no texto do historiador Michel Frizot (1998, p.11) que se coíbe em tratar desse meio na sua superfície para entendê-lo como resultante de ações de diferentes campos: influências, afinidades, referências, determinações sociais, convenções de interpretação e, também, do determinismo tecnológico. Compreender a fotografia dentro de tal trama de afluências é optar por dar-lhe a condição de um objeto arqueológico que pode ser entendido não pelas diversas camadas de tempo que o envolvem, mas, sim, pelo conjunto de fatores que tanto o fizeram existir como o relegaram ao sepultamento. Então, como diz Frizot (idem) não se deve julgar a fotografia pelo que ela representa e sim o que ela representa em si própria e esse julgamento opera-se quando tal objeto é reencontrado, trazido à superfície novamente e cercado pela aura da promessa de novos sentidos.

Neste trabalho, a abordagem que se faz à fotografia é de significado: o que era a ideia de fotografia no século XIX e o sentido que a novela do escritor francês proporcionou ao aludir que essa ideia poderia existir antes do fato.

Apesar do sucesso que a invenção de Daguerre fez na América, a fotografia era, oficialmente, um invento europeu. O número de países na Europa que concorria com essa comunidade

fotográfica oitocentista era grande e pode ser vislumbrado na lista dos *Jornaes Photographicos* que a revista estudada apresenta no seu primeiro número, separados por países: são sete publicações na França, nove na Inglaterra, uma na Dinamarca, duas na Holanda, uma na Itália, sete na Alemanha, uma na Rússia e aquela que lista como única em Portugal. A essa listagem se somam os anuários que acrescentam mais um país europeu: Áustria e uma referência à “America Ingleza”. Ainda na mesma seção, a revista faz uma longa listagem de quatro páginas e meia dos livros em francês, que se dividem em tratados e cursos de processos específicos, além dos textos teóricos e históricos sobre fotografia. Ao longo dos demais números da revista, outros títulos tanto das publicações periódicas quanto de livros, vão sendo apresentados. Ou seja, a listagem que a revista consegue expor não é conclusiva e, talvez, nem tenha sido exaustiva, mas contribui para desenhar a abrangência que os praticantes da fotografia tinham, naquele momento, nesse conjunto de países vizinhos que se entendiam como europeus.

A fotografia, como ideia, afluiu a partir dos anos de 1870 ao pensamento europeu em um período que Baumer (1990, v.2, p. 62-63) denomina Neo-iluminista. Como invento, como prática e como discurso, este inédito meio de representação coadunava-se com o culto da ciência e alinhava-se afirmativamente com a nova escola da pintura que se tornou conhecida com o nome de Realismo. Tanto na fotografia como na pintura realista a imagem se constituía sobre e a partir do concreto: aquilo que era real e existente. Não se poderia fotografar algo que não existia fisicamente à frente da câmera, assim como o pintor realista só representava as coisas tangíveis e reais. O pensamento neo-iluminista rechaçava o apriorismo por considerar que o conhecimento *a priori* fundava-se na lógica errônea que admitia o convencional, a tradição, e até mesmo, o arbitrário. A rejeição ao indeterminado, inerente a essa forma de pensamento, encontrava na concretude do tangível, da experiência testada e da ciência experimental a sua afirmação e a possibilidade de compreender, pelo método, a ordenação e previsibilidade do mundo. Sob esse aspecto, tanto a fotografia como a pintura realista

poderiam ser entendidas, naquele momento, como atitudes diante da natureza, das quais o resultado era uma imagem.

No entanto, aquilo que carecia à pintura era o que determinava a fotografia: a máquina. Na fotografia, a câmera era o fato gerador, o mecanismo responsável pelo registro, pela visão clara da natureza sem intervenção humana. Era esse o elemento que distinguia e afirmava a fotografia: o meio sem o homem. Evidentemente, era uma ideia, não um fato. Todo o processo fotográfico dos anos oitocentos dependia, intensamente, e na maioria das ocasiões, exclusivamente, da ação humana. Só nos últimos anos do século surgiria a promessa do “você aperta o botão, nós fazemos o resto”, lançada como slogan da Kodak na publicidade das primeiras câmeras portáteis para público amador. O investimento vultoso da empresa norte-americana anunciava uma revolução no uso da fotografia que, em termos práticos, levaria alguns anos do século XX para atingir resultados definidores tanto do produto de mercado como do uso social. Assim, nos anos dos quais se fala, a câmera era uma máquina que se operava como uma ferramenta. Em vão o fato não alimentasse a expectativa, a ideia sustentava-se.

Em síntese, o juízo era de que se poderia produzir a verdade a propósito do mundo sobre suportes permanentes, duradouros e assertivos.

O invento dos gênios de Tiphaigne de la Roche, chamado na novela apenas de quadros, reporta a ideia de uma natureza que se faz representar com a mesma acuidade visual do reflexo: nada a mais, nada a menos do que de fato é. Tal abordagem da natureza pode ser depreendida na obra *Systmea Naturae* de Lineua, escrita e publicada em 1735, da qual Baumer (1990, v.1, p.232) reproduz a frase em que o cientista diz que “A terra é como um espelho no qual o Céu se mostra a si próprio, tal como o homem se reflete nas águas claras”. Lineau foi um biólogo atento ao mundo invisível aos olhos que o microscópio revelava e que, segundo Baumer acreditava na permanência das espécies e de tudo o que a natureza apresentava. Há, portanto, dois aspectos associados na teoria deste cientista, que conquistou a atenção do público: há uma

verdade imutável na natureza e ela pode se revelar pela visão. E, ainda que no momento seguinte, esta teoria perdesse campo para o transformismo, adeptos de grande corporatura, como Voltaire, iriam atualizá-la, ao menos para recusar a hipótese de que o movimento era intrínseco à matéria.

A imutabilidade inscrevia-se, segundo Baumer, em uma ordem que o pensamento do século XVIII desejava sustentar: a ordem eterna das coisas. Enquanto outras teorias surgiam promulgando e refutando hipóteses antagônicas, instalou-se um conflito que o autor observa, em especial, na última década desse século com as publicações de trabalhos notoriamente transformistas de Erasmus Darwin, James Hutton, Pierre Laplace, encerrando com o impactante pronunciamento de Lamarck sobre a evolução. Enquanto isso, “apenas alguns anos antes, o grande Lineau símbolo da fixidez da natureza, fora homenageado com um cortejo fúnebre digno de um rei, e tanto Buffon como Kant tinham se declarado contra o transformismo” (1990, v.1, p. 242).

Tiphaigne de la Roche escreveu sua novela no momento em que o mundo intelectual europeu debatia-se entre teorias conservadoras e revolucionárias. A desordem que iria atravessar o pensamento dos anos oitocentos insinuava-se um século antes, encontrando expressões particulares que surgiam nas ciências, nas artes e na política. Em dado momento, as teorias tanto convergiam como geravam espaços de instabilidade e hiatos no pensamento. Pode ser que a imaginação de um literato intuitivo tenha dado forma a uma ideia que permaneceria até o fato existencial consubstanciar-se.

É possível que antes de Weedgwood, Niépce, Daguerre, Talbot e outros, Tiphaigne tenha percebido que poderia haver um meio de salvar a história da transitoriedade, que tanto se afirmaria como afirmaria ao que referenciava: uma verdade especular, um reflexo permanente do mundo. Mais do que a predição de um processo, os quadros encontrados por Giphantie no reino dos gênios, registravam alegoricamente, a anterioridade de uma ideia, que a fotografia, como processo, meio de representação e resultado, daria corpo: um *veridicus* para ser visto.

Bibliografia

- A ARTE PHOTOGRAPHICA. Revista mensal dos progressos da fotografia e das artes correlativas. Porto: Photographia Moderna, v.1, jan.-dez. 1884. Facsímile. Porto: CPF, 2001.
- _____. Porto: Photographia Moderna, v.2, jan.-nov. 1885. Facsímile. Porto: CPF, 2001.
- BAUMER, F. Le V. *O pensamento europeu moderno*. Séculos XIX e XX. Lisboa: Edições 70, 1990, v.1, v.2.
- FRIZOT, M. The age of light. In FRIZOT, Michael (edit.). *A new history of photography*. Köln: Kölnemann, 1998, p. 9-14.
- STABLEFORD, B. (org.). *News from the moon: Nine french proto-science fiction stories from 1768 to 1902*. London: Black Coat Press, 2007.
- SOUGEZ, M-L. *História da fotografia*. Lisboa: Dinalivro, 2001.

UMA QUESTÃO DE MÉTODO: DESAFIOS DA PESQUISA QUANTITATIVA NA SOCIOLOGIA

*Ana Cristina M. Collares**

Resumo: Esse artigo discute a inserção das metodologias quantitativas nas ciências sociais sob várias perspectivas. De uma perspectiva epistemológica, abordamos a capacidade explicativa dos modelos estatísticos para as ciências humanas ou “soft sciences” e os desafios de combinar teoria e empiria para desvendar os mecanismos da ação social. De uma perspectiva histórica, mencionamos alguns estudos clássicos que se valeram de modelos quantitativos para desenvolver teorias nas ciências sociais, e discutimos o status atual da pesquisa quantitativa na área dada a maior disponibilidade de pacotes computacionais. Do ponto de vista prático, abordamos as dificuldades de se produzir pesquisas de qualidade com dados estatísticos, envolvendo dificuldades na amostragem, coleta e interpretação dos dados, e na validade e confiabilidade dos mesmos. Finalmente, questionamos as diferenças existentes entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa nas ciências sociais, e as possibilidades da pesquisa quantitativa em termos de análise causal e de avaliação de políticas públicas.

Palavras-chave: Métodos em ciências sociais. Técnicas quantitativas de pesquisa. Ensino de metodologia na sociologia.

Abstract: This paper discusses the role of quantitative methodologies in sociological research under several perspectives. From an epistemological point of view it highlights the uses of statistics in humanities or “soft sciences” research, and the challenges to combine theory and empirical work in the search for social mechanisms. From a historical perspective, it presents some classical studies which used quantitative models to develop theories in social sciences, and the current status of social research, as well as issues related to the availability of specialized computational packages. From a practical point of view, the paper discusses issues concerning the production of high quality research with statistical techniques including problems with sampling, collecting and interpreting data, and problems with validity and generalizability of

* Professora da Universidade de Brasília - UnB, no Departamento de Sociologia - SOL.

conclusions. Finally, it presents some of the differences between quantitative and qualitative research to the production of causal analysis and public policy evaluation.

Keywords: Methods in social sciences. Quantitative techniques. Teaching sociological research methods.

“Saiba o homem disso ou não, o alinhamento de seus problemas – como os formula e que prioridade atribui a cada um deles – depende dos métodos, teorias e valores”

Wright Mills¹

As pesquisas utilizando metodologias quantitativas vêm ganhando cada vez mais espaço na sociologia brasileira. A despeito desse fato, ainda há uma deficiência considerável no ensino desses métodos de pesquisa nos cursos de sociologia do país, com algumas exceções. Me apoio para fazer essa afirmativa tanto na minha experiência pessoal quanto na experiência do sociólogo Ignacio Cano, expressa em artigo recente em que ele constata que “as ciências sociais brasileiras privilegiam a teoria em detrimento da pesquisa, promovendo um conhecimento antes erudito do que técnico” (Cano, 2012, p. 111)², e ainda que “dentro da teoria, a primazia absoluta é conferida aos clássicos e à grande teoria social, mais do que a Teorias de Alcance Intermediário (Merton) ou microteorias apropriadas a campos concretos”. A consequência mais imediata dessa realidade, segundo Ignácio Cano, é que essa “predominância da teoria sobre a prática milita contra a importância outorgada ao método no ensino de sociologia” (Cano 2012, p. 112). Com base nesses dois pressupostos - o da crescente presença das metodologias quantitativas na pesquisa sociológica brasileira, e o da endêmica resistência dos acadêmicos dessa disciplina a dar mais espaço ao aprendizado de métodos e técnicas

¹ Mills, W. *A imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

² Há também uma interessante discussão sobre o uso dos métodos quantitativos e qualitativos na ciência política brasileira em Soares, 2005.

de pesquisa nos cursos de sociologia do País³ - pretendo discutir nesse artigo algumas das vantagens, dos desafios e problemas do uso desses métodos no contexto da sociologia, e especificamente no contexto da sociologia brasileira.

A expressão “metodologias quantitativas” representa aqui os métodos de análise que empregam técnicas estatísticas e fazem uso de amostras representativas de determinadas populações. Os dados que alimentam essas pesquisas atualmente são, em geral, coletados ou pelo próprio pesquisador, ou por órgãos públicos e empresas privadas, principalmente em questionários do tipo *survey*⁴ (enquete, sondagem) e armazenados em planilhas eletrônicas. Uma das justificativas do uso de tais metodologias é a maleabilidade que estas proporcionam para responder a questões sociológicas e realizar inferências causais nas ciências humanas ao utilizar grande número de casos e modelos estatísticos que podem ser facilmente calculados pelos softwares específicos, os quais testam hipóteses com sofisticadas equações. As técnicas mais utilizadas nas ciências sociais dentro desses parâmetros são as análises de regressão linear e não linear em todas as suas modalidades. Os pacotes computacionais se desenvolveram enormemente nas últimas décadas, aumentando a velocidade de processamento dos dados, o número de variáveis que pode ser empregado nos modelos e o tamanho das amostras de casos para análise. Isso revolucionou a análise nas ciências sociais, e essa mudança teve consequências positivas e negativas, as quais torna-se imprescindível explicitar para que a crescente presença de tais metodologias no contexto nacional venha a enriquecer, e não a empobrecer, o aprendizado e a prática da pesquisa sociológica no Brasil.

³ Os alunos têm aprendido essas técnicas principalmente em cursos de especialização tais como o curso de métodos quantitativos – MQ que vem sendo oferecido anualmente na UFMG, ou no exterior.

⁴ A pesquisa do tipo *survey* significa “a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário”. (Freitas et al. 2000, p.105)

O método de análise tem sido uma preocupação constante dos sociólogos, e constante foco de discussão acadêmica dentro da sociologia. O cientista social está constantemente refletindo sobre suas metodologias de trabalho, devido à constante necessidade de validar o conhecimento que produz dado o próprio “compromisso da sociologia, já na sua origem, com os problemas sociais que afetam os homens que vivem em sociedade, e que desafiam a imaginação dos pesquisadores”, ou seja, do conflito entre subjetividade e objetividade envolvida na análise de seus objetos (Martins, 2010 p.22). Essa necessidade de validação se dá tanto mais pela diversidade de controvérsias em torno da natureza científica do conhecimento social do que propriamente pelas peculiaridades de seu objeto de análise. As ciências sociais teriam, citando Schwartzman (1971 *apud* Freitas, 2010), “a desagradável inabilidade [...] de se comportar corretamente como as outras ciências”, ou seja, de produzir análises dentro do chamado “paradigma metodológico causal” (Marino, 2012) que é o paradigma canônico da inferência científica. Mas em que consiste esse paradigma canônico e como ele se reflete na pesquisa em sociologia e na validação do conhecimento sociológico?

O sociólogo Arthur Stinchcombe, no livro *Constructing Social Theories* (1968) dá uma descrição do modo de se fazer inferências científicas nas ciências sociais que, segundo ele, “forma a base comum das ciências em geral” (para uma discussão desse modo canônico de inferência científica e sua penetração nas ciências sociais, sugiro a discussão realizada em Freitas e Collares, 2001).⁵

⁵ Ao fazer essa discussão, não estou negando ou negligenciando propositalmente a existência de outras formas de realizar a empresa sociológica tanto do ponto de vista prático como teórico. A discussão sobre os desafios de novas formas de análise sociológica, sobre a sociologia intuitiva, crítica ou baseada em concepções pragmáticas de ciência ou em concepções que fogem aos cânones científicos já tem sido feita de maneira exaustiva. O objetivo desse trabalho é primordialmente chamar a atenção dos pesquisadores em sociologia para os problemas que podem advir tanto de uma ênfase excessiva nas vantagens das metodologias quantitativas quanto da reificação e distinção de abordagens quantitativas e qualitativas como entidades separadas. Assumo

De acordo com Stinchcombe, a construção de teorias científicas requer que o pesquisador tenha em mente os requerimentos lógicos segundo os quais a teoria pode ser testada contra os fatos. A inferência científica, continua ele, começa com um *enunciado teórico*, “um elemento de uma teoria que diz que classe de fenômenos vai se conectar de um certo modo com uma outra classe de fenômenos,” (Stinchcombe, 1968, p. 15). “Desse enunciado teórico nós podemos derivar, por dedução lógica e definições operacionais de conceitos, um *enunciado empírico*.” (1968, p.16) Esse enunciado por fim vai permitir a tradução da teoria em eventos passíveis de ser observados que vão testar se as relações causais ou correlacionais estabelecidas no enunciado teórico são falsas ou se nosso enunciado vai se tornar mais robusto (*credible* em inglês no original), proporcionando um avanço no conhecimento sobre tal ou qual assunto. O método de pesquisa, seja ele qual for, instrumentaliza o teste empírico de teorias e hipóteses (Cano, 2012), e sua explicitação exaustiva constitui ferramenta poderosa no processo de validação da análise no contexto das ciências sociais.

A sociologia se caracteriza por uma multiplicidade de métodos, porém, no presente, podemos dizer que existe uma separação, no discurso e na prática dos cientistas sociais, entre métodos quantitativos e métodos qualitativos de pesquisa. Essa separação constitui um divisor de águas na sociologia, separando sociólogos não apenas pela adesão a determinados métodos, mas também pela associação desses métodos a determinadas teorias e mesmo ideologias (Cano 2012). Nesse trabalho, pretendo discutir alguns dos males que podem surgir do uso indiscriminado de técnicas quantitativas nas ciências sociais. Acredito ser extremamente válido que aprendamos com a experiência de departamentos de sociologia ao redor do mundo onde o ensino e o uso dessas metodologias já estão consolidados. Nesse sentido pretendo também demonstrar que, se por um lado a pesquisa

nesse trabalho a abordagem científica descrita por Stinchcombe (1968) como recurso heurístico para atingir os objetivos propostos, sem renegar a validade de outras formas de produção do conhecimento em sociologia.

quantitativa tem um papel fundamental na prática da inferência científica dentro das ciências sociais, pois possibilita um tratamento sistemático e generalizável do dado empírico e confere robustez às afirmativas feitas por cientistas sociais, por outro lado, essa divisão entre métodos qualitativos e quantitativos é prejudicial à prática da pesquisa nessa disciplina.

Teoria e Empiria

Antes, de falar da distinção entre métodos qualitativos e quantitativos, é imprescindível mencionar uma outra separação, ao meu ver, de caráter ainda mais corrosivo para a sociologia. Trata-se da distinção entre teoria e empiria, que se faz notar em muitos trabalhos sociológicos, sobretudo de pesquisadores iniciantes, mas também em trabalhos de sociólogos experientes. Acontece com alguma frequência em trabalhos na área de sociologia, que o pesquisador ou constrói todo um argumento descritivo com base em dados observados sem que haja uma fundamentação teórica para a observação, ou falha em utilizar a teoria⁶ para orientar a tomada de conclusões sobre os dados observados.

Em geral, e estou ecoando aqui a opinião de Aage Sorensen (1998), a pesquisa sociológica focada no trabalho empírico tem sido pobre em teoria, ao mesmo tempo que não é informativa o suficiente para alimentar o progresso teórico. Faltam não apenas uma ênfase maior na construção de teorias de médio alcance (Merton, 1968), uma prática pouco discutida no ensino da sociologia no Brasil, como menciona Cano (2012), mas também em pesquisas empíricas fundamentadas em enunciados teóricos bem embasados, ou pesquisas capazes de produzir novas teorias. Nos contextos onde o ensino de métodos quantitativos de pesquisa em ciências sociais é consolidado, tais como o contexto americano, essa

⁶ Teoria, nesse caso, entendida como mais do que um simples teste de hipóteses estatístico, ou seja, como uma explicação dos mecanismos ou do sentido que orienta(m) a ação social.

separação entre teoria e empiria vem ocorrendo, sobretudo porque o grande desenvolvimento desses métodos coloca a pesquisa sociológica quase que como um ramo da estatística.

Essa linha de pesquisa com forte ênfase nos modelos estatísticos de análise se concentra muitas vezes nas conclusões retiradas desses modelos, ou seja, na “significância” ou não da relação entre variáveis baseada no teste estatístico de hipóteses, negligenciando a pesquisa dos mecanismos que levam aos processos sociais observados. Sorensen (1998), e faço minhas as suas palavras, afirma que não é possível usar métodos estatísticos para analisar as relações entre as variáveis sem especificar o modelo matemático dessas relações. Porém, muitas das pesquisas sociológicas chamadas quantitativas empregam simples modelos aditivos de regressão que pressupõem relações lineares entre as variáveis. Esses modelos, apesar de simples, ainda assim necessitam da especificação do mecanismo através do qual as variáveis se relacionam, e esse fato muitas vezes escapa ao pesquisador social, especialmente àquele cujo treinamento enfatizou os modelos estatísticos de uma forma dissociada de sua significação teórica e empírica. Esse pesquisador emprega mecanicamente variáveis como sexo, raça e renda familiar como “controles estatísticos” em sua análise, ausentando-se da discussão sobre para que tipo de dados e de relações formuladas teoricamente seus modelos estatísticos são bons instrumentos de teste. Quando o mecanismo explicativo das relações sociais investigadas é fornecido simplesmente pelo modelo estatístico, a teoria se dissocia da evidência (Sorensen, 1998).

A “matematização” da realidade em um sentido mais amplo, ou seja, a formulação de funções matemáticas que definam as relações entre variáveis empíricas com base em alguma teoria sociológica, não é em geral ensinada nos cursos de sociologia, com raras exceções. Muitas vezes o estudante em treinamento e mesmo alguns pesquisadores mais experientes se perdem na especificação do modelo estatístico, de quais variáveis vão usar como “controles” ou variáveis “dependentes”, de qual método de regressão vão empregar, e se esquecem de que o objetivo primordial do modelo

estatístico “p” é submeter algum modelo teórico “q” anteriormente formulado ao teste da observação. Nesse teste, tal como o descreve Stinchcombe (1968), estão previstos a validação ou o falseamento de mecanismos micro ou macro-estruturais construídos pelo pesquisador através de seus enunciados teóricos para explicar os fenômenos sociológicos estudados.

A crescente complexidade dos modelos estatísticos de análise

Um outro problema da ênfase em análises estatísticas, o qual compromete a conexão entre a teoria e a empiria e a busca por mecanismos explicativos da ação e da interação social é a atração que exerce sobre o investigador a existência de modelos de análise estatística cada vez mais complexos. Essa atração chega ao ponto de determinados periódicos se recusarem a publicar artigos extremamente ricos do ponto de vista teórico, mas que “não possuem uma amostra representativa”, ou que “não utilizaram métodos de imputação múltipla para os poucos casos ausentes existentes nos dados” e assim por diante. A questão é que essa crescente atração e mesmo exigência pela complexidade estatística na análise pode comprometer o próprio processo de validação empírica do conhecimento, obrigando o pesquisador a adaptar os dados aos modelos de forma muitas vezes inadequada ao próprio modelo, resultando em perda da capacidade explicativa do mesmo. Os processos sociais são fenômenos complexos. É exatamente por isso que a sociologia procura abstrair determinadas características desses processos buscando simplificá-los para compreender os mecanismos que atuam na sua produção. “A tarefa da teoria é simplificá-los e caracterizá-los em termos de seus elementos essenciais” (Sorensen, 1998, p. 242). Assim, um simples cruzamento de variáveis pode ser suficiente para simplificar os processos sociais facilitando o desenvolvimento de teorias. E muitos sociólogos trabalham com essas técnicas simples tais como a análise descritiva e as tabelas de contingência com excelentes resultados para a validação de seus enunciados teóricos. Modelos estatísticos

complexos devem entrar em cena na investigação apenas após cuidadosa análise exploratória dos dados. Essa exploração inicial pode ser feita usando técnicas tais como o cruzamento de variáveis, a análise de correlação e gráficos de dispersão, pois aí as relações entre as variáveis que vão entrar nos modelos ficam mais claras.

Quando os estudantes de sociologia, especialmente aqueles em treinamento para realizar pesquisas empíricas, partem imediatamente para o uso de modelos estatísticos complexos antes de realizar uma boa exploração dos seus dados, e as análises passam a se limitar a informes sobre a significância estatística e a magnitude de coeficientes de regressão. Isso ocorre frequentemente em cursos de métodos quantitativos quando o entusiasmo pela técnica pode levar o aluno a pular etapas na investigação dos dados. Essa forma de análise se mostra, como já foi dito, pobre em teoria, e não importa nesse caso se a regressão estatística utilizada foi simples, logística ou mesmo hierárquica, se foi usado o método de mínimos quadrados ou o método matricial de cálculo, e assim por diante. O tipo de cálculo utilizado é em geral definido pelo pacote computacional disponível, e os resultados são tomados como conclusões após a obtenção dos coeficientes resultantes do método. As explicações assim obtidas às vezes passam a ser classificadas como “modelos analíticos”, separadas dos “modelos teóricos”, e a teoria fica desvinculada das evidências empíricas (Sorensen, 1998).

Inegavelmente, o desenvolvimento dos modelos e dos pacotes computacionais que os calculam possui inúmeras vantagens para a pesquisa sociológica. Como algumas consequências positivas desse desenvolvimento menciono a crescente facilidade que as pesquisas sociológicas encontram em lidar com um número de dados cada vez maior, a maior velocidade com que os resultados dos modelos de análise são obtidos, a facilidade do uso e a maior confiabilidade dos cálculos, e a combinação de dados de natureza longitudinal, favorecendo a descoberta de padrões sociais. Porém, junto com essas facilidades vêm a primazia do dado e do cálculo sobre o raciocínio sociológico e o uso indiscriminado de modelos estatísticos sem a correta noção do que estes representam, pois são

calculados pelos computadores e o pesquisador perde de vista que tipo de relações esses cálculos estão representando.

As primeiras grandes pesquisas quantitativas se utilizaram de centenas de casos e diversas variáveis, mas nessas pesquisas a metodologia continha implícita a teoria que procurava testar. O Relatório Coleman (1967), por exemplo, utilizou dados sobre milhares de estudantes de escolas americanas, procurando medir o efeito das escolas sobre o desempenho dos alunos através da análise da variância relacionada a testes de proficiência. A análise de variância é um modelo simples que não estipula relações complexas entre variáveis, mas apenas indica que porção da variação de uma variável dependente, nesse caso a proficiência, está conectada à variação de variáveis independentes, como por exemplo o número de livros e computadores existentes em uma escola. Outro exemplo é o uso da análise de trajetórias por Blau e Duncan no livro *The American Occupational Structure* (1967), que praticamente introduziu a análise de regressão nas ciências sociais para muitos pesquisadores (Sorensen, 1998). Porém, nesse caso, apesar de os coeficientes mostrados como resultado da análise serem equivalentes a coeficientes de regressão, a especificação dos mecanismos teóricos estava intrínseca no modelo estatístico. Isso porque na análise de trajetórias os coeficientes de regressão são calculados especificando a maneira como as variáveis se relacionam entre si através de diversas trajetórias, que combinadas formam diversas equações de regressão. Essa maneira de representar o modelo favorece a construção teórica e a especificação dos mecanismos através dos quais algumas variáveis influenciam outras, como se fosse um “mapa causal”. Porém essa é uma técnica atualmente pouco utilizada nas ciências sociais (ela é mais comum nas pesquisas da psicologia social nos Estados Unidos, por exemplo).

A forte ênfase na observação empírica e no estudo das micro-relações sociais, tanto no período entre guerras como no pós-guerra, favoreceu a hegemonia de modelos estatísticos cada vez mais complexos, especialmente na sociologia americana. A existência de bons trabalhos oriundos desse período, ricos no

estabelecimento de mecanismos teóricos ainda que do ponto de vista da micro-sociologia e das teorias de médio alcance (vide os trabalhos quantitativos baseados nas teorias da *desorganização social*, nascidas no contexto da Escola de Chicago descritos em, por exemplo, Becker, 1996) confirma que o estabelecimento de mecanismos teóricos pode ser representado na análise quantitativa de diversas formas, que não necessariamente implicam em complicadas relações multivariadas. Entretanto, conhecer essas técnicas, ainda que o pesquisador opte por não utilizá-las, é um desafio para futuros sociólogos, tanto do ponto de vista de aprimorar e abrir novas possibilidades para o próprio trabalho quando da necessidade de compreender o trabalho de outros. Não podemos cair naquilo que descreve Sorensen como “uma das ironias do treinamento pós-graduado [em sociologia] contemporâneo”, ou seja, “que a teoria algumas vezes se torna um refúgio para estudantes que não sabem ou não gostam de aprender estatística” (Sorensen, 1998, p.242).⁷

Os sociólogos e a análise de políticas públicas

A análise de políticas públicas é um campo da sociologia que muitas vezes envolve o estabelecimento de relações causais. Esse é um grande desafio para a pesquisa quantitativa nas ciências sociais. A ainda corrente escassez de sociólogos proficientes em análises quantitativas no contexto brasileiro acaba afastando da prática um possível e interessante campo de trabalho, no qual a formação geral do sociólogo permitiria a este prestar serviços de excelência. Ignácio Cano, ao mencionar o crescente número de pós-graduações em políticas públicas surgindo no Brasil, afirma que esses novos diplomas tiveram que ser criados porque não foi possível abordar essa questão de dentro dos departamentos

⁷ Do inglês no original: “One of the ironies of contemporary graduate training is that theory sometimes becomes the refuge for students who are unable or unwilling to learn statistics”.

de sociologia. Assim, continua ele, “se por um lado essas novas graduações são um triunfo para os que pretendemos modificar o paradigma convencional [das Ciências Sociais no Brasil], por outro acabam confirmando indiretamente a ideia de que um especialista em políticas públicas *não é* um cientista social”. (Cano, 2012 p.114)

O “efeito” de uma variável sobre outra não necessariamente significa uma relação causal entre as duas variáveis, muito menos diz algo a respeito da direção dessa causalidade. Apesar de que a análise de trajetórias, por exemplo, indica uma direção causal para os efeitos, e nas análises de regressão existem as variáveis “dependentes” e “independentes”, esta direção dos efeitos dada pelos modelos estatísticos é antes uma especulação teórica do que um teste empírico da direção de causalidade. O suporte teórico torna-se especialmente importante aqui, para orientar o investigador na definição de quais são essas variáveis dependentes e independentes. A despeito da relevância de tais análises, muitos cientistas acreditam que o uso de experimentos controlados é a única maneira segura de estabelecer relações causais, e os cientistas sociais ao redor do mundo não fogem a esse padrão. Recente relatório americano sobre as pesquisas educacionais envolvendo grande número de cientistas sociais (Schneider et al. 2007) concluiu que o experimento controlado é praticamente o único meio seguro de obter relações causais, e na falta deste os chamados *quasi-experiments* ou quase-experimentos, que são as técnicas usadas no manejo de dados observacionais, em geral baseados em uma amostra populacional, que permitem a comparação entre diferentes “tratamentos”. Estes últimos devem ser usados com cautela, afirmam os autores, pois incorrem em vários riscos que podem trazer imprecisão aos resultados. Nas ciências sociais, experimentos controlados são ainda muito mais complicados de se realizar do que nas ciências exatas. Em primeiro lugar, as questões éticas são muito complexas. Por exemplo, ao analisar a implementação de um método que poderia ajudar escolas públicas, como escolher aquelas que receberão a implementação do método ou “tratamento” e aquelas que receberão o “placebo”, ou seja, o grupo de controle? Como evitar chamado efeito “*spill over*”

(grosso modo, “derramamento”), ou seja, que alguns professores da instituição recebendo o tratamento contem aos professores de instituições que estão no grupo de controle sobre o novo método, fazendo com que algo deste seja usado nas escolas de controle “derramando” o tratamento e comprometendo os resultados do experimento? Outro problema sério que pode surgir em um experimento social é o atrito, ou seja, aqueles participantes que aderem inicialmente ao projeto e depois o abandonam. Como, dado esse atrito, avaliar o “antes” e o “depois” de um experimento se o grupo inicial não é o mesmo do final? Finalmente, vale observar que para ter poder suficiente de detectar um efeito, muitas vezes um experimento tem que contar com grande número de casos (o cálculo do número de casos necessários para detectar um efeito é chamado de força ou *power* da análise). Isso às vezes encarece o procedimento de tal maneira que torna quase proibitivo planejar experimentos sociais.

Uma das alternativas ao experimento controlado é analisar os chamados “experimentos naturais”. Por exemplo, a loteria usada para selecionar alunos em algumas *charter schools*⁸ nos Estados Unidos, ou a que ocorre em algumas escolas públicas no Brasil, sorteando os candidatos ao invés de instituir uma prova de seleção. Nesse caso supõe-se que os alunos que não ganham o sorteio, mas participaram do mesmo têm características semelhantes aos que foram sorteados, e podem servir como grupo de controle tal qual se os participantes do experimento tivessem sido sorteados aleatoriamente para entrar nos grupos de tratamento e controle. Esse tipo de situação constitui o que se chama de experimento natural, e oferece grandes oportunidades para a análise causal. Ainda assim, esses experimentos naturais são raros. Existem outros métodos que buscam simular os efeitos obtidos com experimentos, como a análise de escores de propensão (*propensity scores*), o uso do design de descontinuidade de regressão (*regression discontinuity design*), o uso de variáveis instrumentais, entre outros

⁸ Um tipo de escola americana que recebe dinheiro público, mas tem mais flexibilidade na administração do que as escolas públicas tradicionais.

(para esse tipo de técnicas ver, por exemplo, Scheider et al. 2007). Porém, é necessária muita cautela com as conclusões derivadas de todos esses métodos, pois experimentos sociais não podem ser reproduzidos da mesma forma que nas ciências exatas, e os fatores contextuais em torno do experimento podem causar desvios nos resultados com muito mais frequência do que nas ciências naturais devido à imprevisibilidade do fator humano.

Com o que foi dito acima, os analistas de políticas públicas (entre eles os sociólogos) se vêm sujeitos a lidar com dados criados “*ex-post*”, ou seja, depois da implementação das políticas, e muitas vezes produzidos sem o objetivo específico de favorecer a análise destas. Esses dados poderão ser então analisados com métodos que incluem as análises de regressão, e podem até mesmo oferecer boas respostas sobre os efeitos de políticas públicas, especialmente se a amostragem foi bem feita. Porém um bom conhecimento das técnicas de análise causal, dos quase-experimentos e das demais técnicas de análise quantitativa são imprescindíveis para tirar o melhor proveito dos dados disponíveis. Investigações nessa linha auxiliam não apenas na análise de políticas públicas, mas em diversas outras questões sociológicas.

Vale repetir que métodos de análise empírica não experimentais e as técnicas estatísticas conectadas a eles⁹ possuem uma série de limitações que, se não levadas em conta, podem levar a uma supervalorização das conclusões oferecidas pelos mesmos. Minimizar os problemas e levar em conta as limitações das técnicas são importantes desafios das análises quantitativas na sociologia, que dependem de um bom treinamento nesse tipo de análise. A seguir discorro brevemente sobre algumas dessas limitações.

⁹ Ignacio Cano diferencia entre métodos e técnicas afirmando que esses conceitos são muitas vezes usados como sinônimos mas podem ser diferenciados, sendo o conceito de método mais ligado à epistemologia, e por consequência mais abrangente. “Métodos seriam estratégias de produção de conhecimento científico, incluindo a geração e a validação de teorias. Técnicas seriam formas padronizadas de coleta e análise de dados, com a mesma finalidade, a de produzir conhecimento válido.” (2012, p.107)

A qualidade dos dados na análise quantitativa

Uma das limitações do uso de metodologias quantitativas em sociologia é a representação de conceitos teóricos através de dados empíricos estatisticamente manipuláveis, ou seja, a instrumentalização da teoria. Conceitos teóricos tais como *capital social* e *capital cultural*, por exemplo, encontraram diversas formas de representação na pesquisa quantitativa, mas é praticamente impossível definir se o dado está representando adequadamente o conceito desejado ou não. Para se ter uma ideia, o conceito de capital cultural já foi operacionalizado de inúmeras maneiras, tais como “conhecimento da alta cultura” (DiMaggio e Useem 1978), ou “currículo de escolas de elite” (Cookson e Persell 1985), ou “alcance educacional” (Robinson e Garnier 1985), ou ainda “capacidade de realizar tarefas de modo culturalmente aceitável” (Gouldner 1979)¹⁰. Outros conceitos muito usados em pesquisas sociais e que são de difícil representação empírica são os conceitos subjetivos tais como autoestima, anomia, autodeterminação, entre outros, que acabam por fazer parte da “heterogeneidade não-mensurável” do modelo, e cujos desvios ou vieses são colocados no coeficiente do “erro” da equação de regressão. Diversos métodos de controle dessa heterogeneidade existem na pesquisa quantitativa, tais como o modelo de Heckman (1979), os modelos de classes latentes, o método de mínimos quadrados em dois estágios etc., mas nenhum deles teria a capacidade de eliminar completamente o viés causado pela impossibilidade de medir determinada variável importante para a teoria que está sendo testada.

Ainda nesse tópico, vale alguns outros exemplos que demonstram a dificuldade de operacionalizar ou mensurar variáveis utilizadas nas ciências sociais. Por exemplo, esquemas de classificação de sentimentos e opiniões de entrevistados, tais

¹⁰ Lareau e Weininger (1985) discutiram a operacionalização na pesquisa quantitativa do conceito de capital cultural, citando estes e outros artigos que fizeram pesquisas empíricas utilizando o conceito de capital cultural, e realizando uma interessante crítica sobre o conteúdo contido em cada conceito em oposição ao conceito teórico derivado de Pierre Bourdieu.

como a classificação de uma opinião segundo a escala *Likert*¹¹, são escolhas de certo modo arbitrárias, que devem ser bem justificadas para fazer sentido para outros que não o próprio pesquisador. Um outro exemplo de transformação de uma variável que pode ocorrer de maneira arbitrária é a definição do ponto de corte para transformar uma variável contínua ou uma variável com muitas categorias em uma variável *dummy*¹². Se esse ponto de corte não estiver bem justificado na pesquisa, e outros possíveis pontos de corte não forem testados, a mesma variável pode produzir resultados muito diferentes dependendo de como foi “cortada”.

A necessidade de se obter uma amostragem adequada para a análise, do ponto de vista da representatividade da população em estudo, é outro fator limitador da pesquisa quantitativa. De uma boa amostragem depende a confiabilidade e a validade dos dados, bem como que tipo de conclusões que podemos tirar da análise destes e que tipo de métodos podemos usar. Por exemplo, os modelos hierárquicos de regressão, ou modelos de multinível são frequentemente utilizados pelos pesquisadores em qualquer tipo de amostra, sendo que o ideal é que esses modelos sejam utilizados apenas quando a amostragem foi feita de modo estratificado pelo nível de “aninhamento” (*nesting*) do modelo. Assim, quando usamos um modelo de multinível para analisar alunos dentro de escolas, ou empresas dentro de municípios, primeiro temos que amostrar as escolas, ou os municípios, e dentro destes amostrar alunos e ou empresas que sejam representativos de cada escola/município amostrado. Quando apenas os alunos e as empresas são amostrados, utilizar um segundo nível de análise (escolas, municípios) em geral não é adequado, pois o risco de os alunos/empresas não serem representativos de cada escola/município é grande, comprometendo a análise.¹³

¹¹ Escala psicométrica muito usada em questionários de pesquisas de opinião, possuindo em geral 5 pontos.

¹² Uma variável binária cujos valores são 0 ou 1.

¹³ Para saber mais sobre os modelos hierárquicos ou de multinível, sugiro a leitura de Raudenbush and Bryk (2002) e, em português, Natis (2001).

A estratificação da amostra tem que ser levada em conta não só nesta, mas em diversos outros tipos de análise. A amostra da *Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios* – PNAD (IBGE) – , por exemplo, possui vários níveis de estratificação (estado, região metropolitana, etc.), e nos anos mais recentes os bancos de dados da PNAD disponibilizados aos pesquisadores possuem variáveis que permitem levar essa estratificação em conta nas análises de regressão para evitar ou reduzir vieses na análise, especialmente quando são usados alguns tipos de pesos. Existem modelos estatísticos que levam em conta o perfil amostral dos dados e possibilitam o uso dessas variáveis para corrigir possíveis desvios nas previsões derivadas desses dados¹⁴. Finalmente, o uso de pesos também tem que ser levado em conta de acordo com a amostra, para garantir a generalização dos resultados para uma determinada população.

Um problema também comum na construção de amostras representativas é a omissão dos entrevistados em fornecer determinadas informações tais como a renda pessoal, gerando grande número de casos ausentes e enviesando a amostragem no que se refere à variável renda. Vieses podem ocorrer também devido à existência de grupos que ficam excluídos da amostra por omissão de informações (*underreporting*). Por exemplo, estudos sociológicos sobre violência e pequenos crimes podem usar como fonte de dados o registro dos crimes nas delegacias, porém a maioria dos crimes menores ocorridos em uma população não são registrados pelas vítimas, prejudicando o cálculo de representatividade da amostra (ver, por exemplo, Myers, 1980, e Pinto e Ribeiro, 2008). Conclusões retiradas desses dados podem ser enviesadas pelo desconhecimento das reais taxas de crime em uma população. Uma melhor maneira de pesquisar a criminalidade ou a violência então poderia ser com o uso das pesquisas de vitimização, que

¹⁴ Ver, para uma descrição dessas variáveis na PNAD, o trabalho de Silva, P. L. N. *et al.*, 2002.

entrevistam os indivíduos diretamente calculando as proporções de ocorrência de determinados crimes na população.¹⁵

Independente da técnica de amostragem, a maneira como o dado é coletado também pode interferir na informação que ele está transmitindo. Em geral, os pesquisadores lidam com dados de “segunda mão”, ou seja, coletados por outros, ou realizadas por centros de pesquisa onde vários grupos de pesquisadores são responsáveis por diferentes partes de um questionário. Grandes bases de dados com amostras representativas são muito caros e trabalhosos e dificilmente são produzidas por pesquisadores isolados. Como exemplos desses dados de segunda mão podemos citar o Censo demográfico e as pesquisas periódicas como as *Pesquisas Nacionais por Amostragem Domiciliar* (PNADs), feitos pelo IBGE no Brasil, ou surveys menores como a Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PRMBH), realizada por vários grupos de pesquisa da UFMG, etc. (Aguiar, 2007) Nesse caso, informações mais subjetivas a respeito da interação entre o informante, o entrevistador e o assunto abordado, do tipo “quanto tempo o informante demorou para responder à questão?”, “houve hesitação na resposta?” etc., acabam se perdendo, a não ser que se planeje capturar esses aspectos da entrevista de antemão, como foi feito na mencionada PRMBH (Simões e Pereira, 2007). Mesmo quando a coleta dos dados é feita pela mesma pessoa que vai analisá-los, muitas vezes essas nuances não são levadas em consideração. Existem algumas técnicas que podem ser utilizadas em questionários de survey que buscam captar algumas particularidades ou subjetividades do respondente, tais como a utilização de *probes* ou questões que são colocadas logo depois de determinada resposta ao questionário a fim de testar com mais profundidade o conhecimento do respondente a respeito do que foi perguntado. As questões em um questionário podem ser manipuladas pelo pesquisador de diversas formas no momento da

¹⁵ Entre 2010 e 2012 foi realizada a primeira pesquisa nacional de vitimização no Brasil, cujo sumário executivo pode ser lido em: http://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Sumario_SENASP_final.pdf

aplicação a fim de obter respostas mais exatas, como por exemplo modificando o enunciado das questões, alterando o número de categorias a serem selecionadas ou introduzindo categorias intermediárias tais como “nem um nem outro”, etc. Certas perguntas também lidam com assuntos “sensíveis” e vão ser mais confiáveis se o questionário for anônimo, por exemplo. Saber que o dado, seja ele primário ou secundário, não é uma entidade neutra mas está sujeito a todos esses tipos de variações e interferências, e procurar reduzir o impacto dos fatores não controlados (subjetividade do respondente, condições de entrevista, contexto de aplicação, comportamento do aplicador etc.) nas informações selecionadas para uma pesquisa são desafios da pesquisa quantitativa.¹⁶

A escolha do método de pesquisa

A concatenação entre a teoria e a evidência empírica está intrinsecamente ligada à escolha do método de análise em qualquer pesquisa, e o uso adequado desse método responde por grande parte da qualidade do trabalho. Em termos das técnicas quantitativas, com as facilidades computacionais modernas o pesquisador vai ser quase sempre tentado a assumir relações lineares entre todas as variáveis utilizadas na pesquisa, e “normalizar”¹⁷ ou transformar de alguma outra forma as variáveis que não possuem uma distribuição padrão para garantir essa linearidade. As técnicas de regressão múltipla do tipo “stepwise” são as mais frequentemente adotadas. Estas operam em geral com o pesquisador adicionando à equação de regressão todas as variáveis de “controle” ou variáveis independentes possíveis e

¹⁶ Ver Pereira e Simões (2010) e Simões e Pereira (2007) para uma discussão a respeito da subjetividade do respondente e outros fatores que podem causar vies nas respostas dadas a questionários de pesquisas tipo *survey*.

¹⁷ Transformar uma variável de tal modo que sua distribuição se assemelhe à da curva normal, por exemplo, tomando o logaritmo natural de uma distribuição de renda.

eliminando paulatinamente aquelas que não são “significativas”. Esse tipo de procedimento é um dos maiores responsáveis pela total separação entre a pesquisa empírica e a teoria. O pesquisador simplesmente não se debruça sobre os dados com uma hipótese teórica dos mecanismos de relacionamento entre as variáveis, mas assume que todas as relações são lineares (ou possuem alguma outra forma esperada, tal como na análise logística de variáveis-resposta binárias) e espera que a equação de regressão, com seus testes de significância, lhe forneça a teoria. Teoria, então, passa a se traduzir em mera explicação dos resultados “significantes”, ou seja, daqueles coeficientes com um valor alpha menor do que 0,05. Até mesmo a magnitude dos coeficientes gerados fica em segundo plano, quando na maior parte das vezes essa magnitude é muito mais importante do que a “significância”.

Ao escolher técnicas quantitativas para uma análise sociológica, é importantíssimo não cair nessa situação descrita acima, mas realizar boas análises exploratórias antes de optar por um modelo X ou Y, tendo em conta que as relações entre as variáveis construídas a partir de dados observados são bastante influenciadas pela forma da distribuição de cada uma em separado, e das distribuições conjuntas das mesmas. De uma maneira geral, antes da escolha de uma técnica estatística para analisar os dados, vale levar em consideração os seguintes passos, na ordem em que são mencionados: a) a hipótese que está sendo investigada; b) qual a teoria que está por detrás dessa hipótese e que fornece uma explicação para ela; c) que tipo de informações os dados que tenho em mãos podem me oferecer; d) de que forma eles foram coletados (e.g. amostragem representativa ou não, estratificada ou não, questionários anônimos ou não, quem foram os aplicadores, contexto da aplicação etc.); e) as distribuições de cada variável; f) as distribuições conjuntas dos pares de variáveis e as distribuições da variável dependente com as demais; g) que mecanismos a teoria introduz para relacionar os “controles” ou variáveis independentes que escolho colocar no modelo com a variável dependente. Por fim, como já foi dito, vale a pena realizar uma boa análise exploratória dos dados com métodos não paramétricos,

correlações e cruzamento de variáveis entre outros, para conhecê-los bem antes de entrar com a análise paramétrica.

A pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa: uma cisão necessária?

Muitas vezes parece haver uma cisão nas ciências sociais, não apenas no Brasil, mas em todos os Países que desenvolvem pesquisas sociológicas, entre os pesquisadores “quantitativos” e os “qualitativos”. Inúmeras discussões foram e continuam sendo feitas em torno dessa divisão, tanto do ponto de vista epistemológico quanto do ponto de vista da própria definição da prática sociológica (ver, por exemplo, Cook e Reichardt 1979). Desse modo, não pretendo me aprofundar muito nos meandros dessa discussão, mas apenas oferecer alguns subsídios para a reflexão. De grosso modo, a cisão entre os pesquisadores “qualitativos” e os “quantitativos” acaba se traduzindo numa divisão entre aqueles que “gostam de matemática e estatística” e aqueles que não gostam, e leva a muitos preconceitos e rotulações, cindindo pesquisadores até mesmo do ponto de vista das correntes teóricas que uns e outros escolhem seguir e, conseqüentemente, dos objetos de investigação selecionados. Seria essa uma cisão realmente necessária?

É importante ter em conta que as fronteiras que dividem a pesquisa quantitativa da qualitativa não são precisas. Alguns pesquisadores colocam essa distinção até mesmo entre pesquisas que fazem o uso de dados contínuos ou categóricos. Muitos distinguem entre as pesquisas que usam técnicas estatísticas e aquelas que optam por técnicas etnográficas tais como “entrevistas não estruturadas”, “análise de discurso” e “observação participante”. Existem ainda aqueles que chamam de quantitativa qualquer investigação que usa de métodos de contagem de eventos (ver a introdução de Hardy and Bryman (2009) para uma discussão sobre essas definições). Assim, se as classificações são muitas, elas são também no mínimo muito imprecisas, e as delimitações de fronteiras mostram-se profundamente elásticas. Se por um lado

uma análise de discurso pode contar, tabular e classificar o uso de determinadas palavras, e uma etnografia pode também fazer uso de contagens como, por exemplo, enunciando a proporção de pessoas que possuem uma certa opinião em uma comunidade, por outro lado a realidade social é sempre multifacetada, e a quantidade de informação disponível tem que ser filtrada para análise em ambos os tipos de pesquisa. Tanto pesquisadores que se vêm como quantitativos como aqueles que se classificam como qualitativos realizam algum tipo de “redução” dos dados disponíveis a fim de empreender suas análises, o que implica em escolhas subjetivas. Concluindo, embora exista uma distinção entre metodologias qualitativas e quantitativas de pesquisa em ciências sociais, existe também uma grande zona intermediária em que as técnicas classificadas dentro de uma ou outra corrente metodológica se fundem possibilitando um conhecimento mais profundo dos objetos de pesquisa. Como indagam Hardy e Bryman (2009, p.2), “o fato de que um pesquisador calcula um coeficiente de correlação ou baseia uma conclusão em diferenças na contagem de eventos de repente atira sua pesquisa no campo quantitativo? Será que isso importa, desde que os procedimentos sejam sistemáticos e as conclusões bem fundamentadas?”¹⁸

Considerações Finais

Todos os “tipos” (a palavra “tipo” tomada entre aspas para tentar justamente evitar a rotulação) de pesquisa sociológica estão em busca de desvendar os mecanismos que podem responder a determinadas questões sobre a sociedade. Embora a maneira de apresentar o problema a ser pesquisado possa diferir, os objetivos são similares. Qualquer “tipo” de pesquisa também se volta para

¹⁸ Em inglês no original: “Does the fact that a researcher calculates a correlation coefficient or bases a conclusion on differences in the counts of events suddenly toss the research into the quantitative camp? Does it matter, so long as the procedures are systematic and the conclusions are sound?”

a literatura prévia no tema de análise buscando eliminar questões ou qualificar o objeto de análise de forma a produzir material original e relevante. Essa revisão bibliográfica não deve se afastar de nenhuma fonte devido ao desconhecimento pelo pesquisador do método de análise desta, sob pena de se perder informação relevante ou se repetir análises já consolidadas.

As metodologias ditas quantitativas possuem algumas vantagens em relação à validação do conhecimento que produzem em referência aos cânones científicos. Não é sem razão que Émile Durkheim as empregou magistralmente em sua obra *O Suicídio*¹⁹ (2000). Elas são mais dependentes das ferramentas de análise, proporcionando maior objetividade, e a importante questão do erro amostral se define com muito mais precisão na análise quantitativa. De fato, a pesquisa quantitativa já foi definida como “uma sistemática administração do erro”, tanto na amostragem/coleta quanto na análise dos dados (Hardy e Bryman 2009). Embora a abordagem quantitativa não consiga dirimir os desvios entre a amostra e a população em estudo, ela permite definir qual a probabilidade de ocorrência de determinados eventos e quais as possibilidades de confirmar uma hipótese como verdadeira sendo ela falsa. Por outro lado, as nuances da subjetividade do objeto de pesquisa nas ciências sociais, e a compreensão do sentido da ação social, podem ser muito bem captados com um conhecimento mais aprofundado desse objeto, tal como ocorre nas metodologias qualitativas.

Enfim, o principal desafio da pesquisa quantitativa em ciências sociais, a meu ver, é realizar uma pesquisa sistemática e consciente de modo a administrar o erro estatístico deixando as conclusões claras em termos de probabilidades. Deve levar em consideração para isso desde as técnicas de amostragem, coleta e classificação dos dados, os métodos estatísticos de análise, os

¹⁹ O que não significa que as conclusões obtidas por Durkheim estivessem corretas. Significa apenas que a metodologia estava exposta tão claramente que torna fácil a validação ou a refutação das conclusões (ver a crítica às análises quantitativas realizadas em *O Suicídio* por Poppel e Day, 1996).

resultados relevantes para as conclusões a que chega o pesquisador, até e principalmente os mecanismos sociais que estão por detrás da questão investigada, e da escolha do método de investigação (pois essa escolha muitas vezes implica em assumir implicitamente determinados mecanismos sociais).

Esse desafio pode ser estendido igualmente à pesquisa qualitativa. Acredito que seria um erro, nesse momento em que cresce a demanda pelo ensino de metodologias de pesquisa em ciências sociais nas universidades brasileiras, permitir aos alunos a escolha entre as cadeiras de “métodos quantitativos” e “métodos qualitativos” de pesquisa. Ambas deveriam ser obrigatórias, pois o estudante de sociologia deve apreender os métodos de pesquisa como possíveis instrumentos do conhecimento que auxiliam na descoberta dos mecanismos que regem a ação social. Nesse sentido, uma visão mais abrangente possibilitará sem dúvida uma escolha mais informada dos seus métodos de análise, juntamente com um melhor entendimento da literatura prévia a respeito do objeto pesquisado, gerando trabalhos científicos de maior qualidade e originalidade.

Referências

- AGUIAR, Neusa (org). *Desigualdades Sociais, redes de sociabilidade e participação política*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2007
- BLAU, P., and DUNCAN, O. *The American Occupational Structure*. New York, Wiley Books, 1967.
- BECKER, H. A escola de chicao. *Mana* vol.2 no.2 Rio de Janeiro Oct. 1996
- CANO, I. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, no 31, set./dez. 2012, p. 94-119
- COOK, T., REICHARDT, C. *Qualitative and quantitative methods in evaluation research*. Beverly Hills: Sage, 2012.

- COLEMAN, Equality of Educational Opportunity ("*The Coleman Report*"), 1966.
- COOKSON, P. and PERSELL, C. *Preparing for Power*. New York, Basic, 1985.
- Di MAGGIO, P. e USEEM, M. "The Arts in cultural Reproduction" In: *Cultural and Economic Reproduction in Education*. London: Routledge & Kegan Paul, 1982.
- DURKHEIM, E. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FREITAS, R. S. de e COLLARES, A. *O modus tollens*, o holismo de Duhem-Quine e as ciências sociais. In: *Dados*, vol.44, no.2, 2001.
- FREITAS, R. S. de. A produção de pesquisa sociológica. In: *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: sociologia*. Martins, C. B e Martins, H. H. T. S. (Coordenadores). São Paulo: ANPOCS, p. 53-78, 2010.
- FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCOI, A. Z., MOSCAROLA, J. O método de pesquisa survey. In: *Revista de Administração*, São Paulo, v.35, n.3, p. 105-112, julh/set 2000.
- GOULDNER, A. *The Future of Intellectuals or the Rise of the New Class*. New York: Seabury, 1979.
- HARDY, M. e BRYMAN, A. *The handbook of Data Analysis*. Sage Publications, 2009.
- HECKMAN, J. Sample selection bias as a specification error. In: *Econometrica. Journal of the Econometric Society* (47): pp.153-161, 1979.
- LAREAU, A., & WEININGER, E. Cultural Capital in Educational Research: A Critical Assessment. In: *Theory and Society*, 567-606, 2003.

- MARINO, J. Fundamentos do 'Paradigma Metodológico Causal' nas Ciências Sociais. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, no 31, set./dez, p. 20-50, 2012.
- MARTINS, C. *O que é Sociologia*. 28ª ed. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1982.
- MARTINS, H. H. T. S. A sociologia como campo científico. In: *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: sociologia*. Martins, C. B e Martins, H. H. T. S. (Coordenadores). São Paulo: ANPOCS, p.13-23, 2010.
- MERTON, R. K., *Social Theory and Social Structure*, Free Press, 1968.
- MYERS, S. L. Why are crimes underreported? What is the crime rate? Does it really matter? *Social Science Quarterly*, Vol. 61 n.1, junho, 1980. Pp.23-43.
- NATIS, L. Modelos Lineares Hierárquicos. *Estudos em Avaliação Educacional* n.23, jan-jun, 2001.
- PEREIRA, M. A. M. e SIMÕES, S. A entrevista de survey como interação social: Atitudes e posição na estrutura social dos respondentes como fatores explicativos da susceptibilidade aos efeitos nas respostas. 2 v., enc.: Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.
- PINTO, A. S. e RIBEIRO, L. M. L. (Orgs.) *A análise criminal e o planejamento operacional*. Coleção Instituto de Segurança Pública. Vol. 1, Rio de Janeiro, 2008.
- POPPEL, F. e DAY, L. A Test of Durkheim's Theory of Suicide – without Committing the 'Ecological Fallacy'. In: *American Sociological Review*, nº 61, pp. 500-507, 1996.
- RAUDENBUSH, S. W. e BRYK, A. *Hierarchical Linear Models: applications and data analysis methods*. SAGE, 2002.

- ROBINSON, R. and GARNIER, M. Class Reproduction Among Men and Women in France. In: *American Journal of Sociology* 91: 250-280, 1985.
- SCHNEIDER, B. et al. *Estimating Causal Effects using experimental and observational designs*. Washington, D. C.: American Educational Research Association, 2007.
- SILVA, P. L. N.; Carneiro, P. D. G.; Franca, L. M. Análise estatística de dados da PNAD: incorporando a estrutura do plano amostral. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(4):659-670, 2002.
- SIMÕES, S. e PEREIRA, M. A. M. A arte e a ciência de fazer perguntas. Aspectos cognitivos da metodologia de survey e a construção do questionário. In: Aguiar, Neuma (org). *Desigualdades Sociais, redes de sociabilidade e participação política*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2007.
- SOARES, G. A. D. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*. n.48, 2005, p. 27-52.
- SORENSEN, A. Theoretical mechanisms and the empirical study of social processes. In: HEDSTRÖM, P. and SWEDBERG, R. *Social Mechanisms: An Analytical Approach to Social Theory*. Cambridge University Press, 1998.
- STINCHCOMBE, A. *Constructing Social Theories*. Harcourt, Brace & World, 1968.

OS MÉTODOS MISTOS E A INTERDISCIPLINARIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: PRAGMATISMO OU PLURALISMO PARADIGMÁTICO?

*Roberto Donato da Silva Júnior**
*e Álvaro de Oliveira D'Antona ***

Resumo: O artigo testa se a interdisciplinaridade nas ciências sociais associa-se a métodos particulares em artigos científicos. Partindo da hipótese de afinidade entre interdisciplinaridade e métodos mistos, nós buscamos os 30 artigos em ciências sociais mais citados no ISI-Web of Science (1990/2013) com o termo 'mixed methods'. Nós não encontramos menções à palavra "interdisciplinarity" ou a outras similares em tais artigos, o que nos leva a analisar os motivos da não correspondência entre os termos.

Palavras-chave: ciências sociais; interdisciplinaridade; métodos mistos; pragmatismo; pluralismo.

Keywords: The paper tests whether interdisciplinarity is associated with particular methods in the social sciences. Assuming association between interdisciplinarity and mixed methods, we searched the 30 most cited social sciences' papers on ISI-Web of Science (1990/2013) using the term 'mixed methods'. We found no references to the word "interdisciplinary" or to other similar words in such papers, which leads us to analyze the reasons for the mismatch between the terms.

Abstract: interdisciplinarity; mixed methods; pragmatism; pluralism; social sciences.

* Cientista Social, Doutor em Ambiente e Sociedade (NEPAM/UNICAMP) e Professor do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CCHSA) da PUC-Campinas. E-mail roberto.junior@puc-campinas.edu.br

** Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA-Unicamp) e do Programa de Pós-graduação de Demografia (IFCH-Unicamp) E-mail: alvaro.dantona@fca.unicamp

Introdução

Mesmo que o método não seja suficiente para definir uma disciplina, determinadas formas de coleta e tratamento de dados são imediatamente associáveis a disciplinas específicas das ciências sociais (por exemplo, a etnografia e a antropologia; a coleta censitária e a demografia). Assim, se há um possível encontro entre escopo disciplinar e especificidade metodológica, é presumível que estudos interdisciplinares estejam afinados a aplicação de métodos mistos (*mixed methods*). Um olhar mais atento à produção bibliográfica sobre *mixed methods* e interdisciplinaridade confirma a hipótese?

No artigo, nos perguntamos se a interdisciplinaridade nas ciências sociais – representadas aqui pela demografia, sociologia e antropologia – está relacionada à aplicação de métodos particulares de forma combinada. Partimos de duas grandes discussões não necessariamente tratadas conjuntamente pela bibliografia: i) a interdisciplinaridade como uma necessidade para dar conta de problemas complexos da modernidade tardia, como os apresentados pelas questões ambientais; ii) os métodos mistos como uma forma privilegiada de integração/complementação de formas ‘típicas’ de coleta e tratamento de dados.

Para a análise, consideramos artigos publicados em revistas indexadas no ISI-Web of Science entre 1990-2013 na área de ciências sociais. Inicialmente foram selecionados os trinta artigos mais citados nos quais o termo ‘mixed methods’ figura no título ou em tópicos. Nestes, procuramos aqueles que continham os termos “interdisciplinary”, “interdisciplinarity”, “multidisciplinarity” e “multidisciplinar”. A intenção foi evidenciar o tipo de relação que esses artigos propunham para os termos. Não foi encontrado um único artigo que se refira explicitamente aos termos, indicando que não há uma relação automática entre experiências de mixed methods e práticas de interdisciplinaridade, apesar de reconhecidos esforços nesse sentido (Johnson e Onwuegbuzie, 2004). Como explicar essa lacuna?

Assim, recorremos a duas inserções teóricas paralelas: primeiro, a investigação sobre os rumos da interdisciplinaridade nas ciências sociais – demografia, antropologia e sociologia – de modo a captar o nexos epistemológico que permita compreender certo alheamento de exercícios de interdisciplinaridade à combinação metodológica; segundo, a prospecção das formas potenciais de combinações de métodos que possibilitem a redefinição dos contornos da interdisciplinaridade comumente exercida.

O primeiro exercício, constituído de uma inserção mais geral sobre as ciências sociais e das análises precedentes (Silva Junior, 2012; Silva Junior e D'Antona, 2012; Silva Junior e Ferreira, 2013) circunscritas à questão da interdisciplinaridade na sociologia, antropologia e demografia sobre sustentabilidade demonstra que, de forma geral, as propostas de interdisciplinaridade se constituem por um processo aqui denominado de “interdisciplinaridade disciplinar”, ou seja, diferentes perspectivas científicas tendem ao “diálogo” quando compartilham os mesmos pressupostos epistemológicos, possibilitando o não enfrentamento de estranhamentos discursivos, temáticos e teórico-metodológicos. Essa continuidade epistêmica operacionaliza um modelo de análise possível de interações sem abrir mão, contudo, de certa homogeneidade de apreensão empírica, formulação conceitual e destilação teórico-metodológica. Promove-se, assim, um processo interdisciplinar sem romper a dinâmica disciplinar que constituem as diferentes ciências.

O segundo exercício explora a capacidade dos métodos mistos em mediar formas prospectivas diferenciadas, seja de perspectivas quali-quantitativa, da relação entre análise documental e etnográfica ou entre diferentes noções de espacialidade (desenhos e mapas), no contexto da preocupação de um campo metodológico institucionalizado. Assim, evidencia-se a capacidade dos métodos mistos em cobrir lacunas analíticas normalmente existentes em empreendimentos metodológicos únicos.

Se, por um lado, encontramos uma “interdisciplinaridade disciplinar” e, por outro, métodos mistos orientados para os interstícios, um esforço de aproximação entre os dois temas podem

ser fundamental para redefinição das relações entre ciências, construindo-se, assim, os caminhos para uma interdisciplinaridade de “confronto e enfrentamento” entre perspectivas científicas que se mantêm tradicionalmente distantes. Sob essa orientação, talvez, o inevitável encontro entre ciências sociais e naturais no escopo das questões ambientais pode ser aprofundado sem a reprodução de perspectivas antagônicas, mas complementares, que temem ou advogam a redução de uma dimensão à outra.

O ponto de partida

Essa pesquisa busca discutir os possíveis debates sobre interdisciplinaridade realizados em artigos sobre métodos mistos. Através do sítio ISI – Web of Science, realizou-se uma pesquisa sobre os trinta artigos mais citados, por título e tópicos, entre 2009 e 2013, nas seguintes áreas: “anthropology”, “social issues”, “social sciences other topics”, “sociology”, “demography”. Dos trinta artigos encontrados, foi realizado um segundo nível de pesquisa, no qual foram “buscados” os termos: “interdisciplinarity”, “interdisciplinary” e “multidisciplinarity” e “multidisciplinary”.

O resultado dessa prospecção é que em nenhum dos artigos foram encontrados os termos da busca. Bem entendido, isso não significa que nos textos iniciativas e produtos interdisciplinares não estivessem contemplados. Mas, antes, que não existem nesses artigos a problematização da relação entre disciplinaridade e interdisciplinaridade. Qual seria a razão do não encontro entre a problemática interdisciplinar e o campo dos métodos mistos? Quais seriam os dilemas enfrentados pelas abordagens interdisciplinares e como uma aproximação as iniciativas de combinação metodológica poderiam contribuir para resolução dessas limitações? Por outro lado, se interdisciplinaridade não é uma questão, quais são problemas enfrentados por autores que se dedicam a refletir sobre métodos mistos como um campo institucionalizado, no que se refere às necessidades que leva à busca de procedimentos combinatórios? A aproximação ao debate

sobre interdisciplinaridade contribuiria, de alguma forma, com essas questões?

No que se segue, o artigo busca abordar essas questões, de modo que suas possíveis respostas possam orientar pesquisas mais sistemáticas sobre a relação entre disciplinaridade e métodos combinados, tanto do ponto de vista socioepistemológico – ou seja, partir da relação entre sociologia da ciência e epistemologia – quanto do ponto de vista da aplicação de métodos mistos com uma expressão de experiências efetivas sobre interdisciplinaridade. Nossa hipótese é de que essas possibilidades podem contribuir para enriquecer o escopo no qual as questões ambientais são atualmente pensadas.

Interdisciplinaridades e ciências sociais

Encontrar uma origem para o termo interdisciplinaridade é tarefa pouco frutífera, mas, seguramente, sua emergência só faz sentido nos quadros de formação do cientificismo do século XIX, onde a estrutura científica disciplinar se institucionaliza. Se, sob a perspectiva contemporânea, o encontro entre disciplinaridades é frequentemente encarado como uma solução para as consequências desastrosas da hiperespecialização, talvez seja pertinente ressaltar o caráter formativo que a interseção interdisciplinar desempenhou para a própria emergência das especializações científicas. Vide a original articulação entre filosofia hegeliana, teoria socialista e economia clássica promovida por Marx; a adoção do conceito de afinidades eletivas, emprestado à química e à filosofia (Howe, 1978), empreendida por Weber para a formação da sociologia compreensiva; e a interdisciplinaridade autoevidente da “fisiologia social” durkheimiana (Durkheim, 1972). Do mesmo modo, pode-se observar o princípio da população de Malthus fundar a demografia a partir de uma derivação de pensamento econômico produzido pelo autor.

Assim, a contemporânea noção integrativa (transdisciplinaridade) ou colaborativa (interdisciplinaridade)

entre ciências (Klein, 1990) que se firma e se difunde no pós-guerra, pode ser compreendida não como um efeito da saturação do aspecto tecnocientífico da modernidade, mas, antes, como um elemento constitutivo da ambivalência própria do pensamento científico. Teríamos assim, uma incessante dinâmica de interação entre disciplinaridade e interdisciplinaridade no bojo da configuração epistêmica científica. Desse modo, parece lícito conceber que de uma interdisciplinaridade formativa, que fecunda disciplinaridades, emerge uma interdisciplinaridade reflexiva, que busca enfrentar os dilemas provocados pelas consequências dos processos de especialização científica e sua limitada potencialidade em lidar com essas derivações.

O ponto de inflexão entre essas duas interdisciplinaridades encontra-se na década de 1940, tendo como “ritual de passagem” as “Conferências Macy”, uma série de encontros entre reconhecidos intelectuais da época – envolvendo matemáticos, físicos, antropólogos, biólogos e outros – que tinham por objetivo fundar uma ciência da mente, naquele momento, denominada de cibernética. De forma geral, o fracasso (Dupuy, 1996; Heims, 1991) da iniciativa não impediu que novos sentidos de colaboração entre experts de diferentes matizes tomasse fôlego, pois no impulso de experimentar um exercício de interdisciplinaridade formativa, os cientistas ali reunidos tinham na sua frente um dilema propriamente motivador das formas de interdisciplinaridade reflexiva: o enfrentamento do complexo, do furtivo e do teimosamente indeterminável pelos processos de purificação científica. Como resultado, ao invés de uma única ciência da mente, das Conferências Macy surgiu uma configuração de disciplinas, denominadas, de forma geral de ciências cognitivas (Dupuy, 1996). As decorrências para as ciências sociais foram as mais diversas: a aventura interdisciplinar da ecologia da mente batesoniana (Bateson, 1972), o fundamento disciplinar do estruturalismo levi-straussiano (Lévi-Strauss, 1985) e o projeto transdisciplinar da complexidade moriniana (Morin, 1973).

Assim, a interdisciplinaridade reflexiva, como trânsito entre temas e orientações teórico-metodológicas institucionalizadas

em disciplinas, ganha impulso por ser considerada uma ferramenta eficaz para entendimento de problemas considerados complexos. Como compreender os híbridos socioambientais, as novas configurações sociotécnicas ou o descentramento das identidades? A profusão, não somente nas ciências sociais, de estudos autodeclarados interdisciplinares, não seguiu um método ou orientação teórica comum (Klein, 1990). No interior das ciências sociais, a antropologia tem se apresentado como protagonista das tentativas de superação não somente das fronteiras entre ciências, mas também entre os campos ontológicos edificados pela modernidade, em especial, as relações entre “natureza e sociedade”. Essa tentativa se apresenta tanto entre as tendências ecológico-culturais (Moran, 1994) – no qual o conceito de adaptação tem papel central como elemento articulador –, quanto em perspectivas sociossimbólicas, tendo o conceito de rede (Latour, 1994), trama (Ingold, 2011) ou esquemas de práxis (Descola, 2001) como princípio norteador das tentativas de integração. A sociologia, por seu turno, não está indiferente às perspectivas de interdisciplinaridade. Beck (2010), por exemplo, propõe o abandono da hiperespecialização nas ciências pela especialização nos contextos, no qual as diferentes perspectivas científicas dialoguem pelo princípio da aprendizagem em torno dos problemas apresentados pela dinâmica amalgamada dos riscos contemporâneos.

Se a conceituação aqui proposta – de uma interdisciplinaridade formativa e outra reflexiva – é pertinente, cabe, então, indagar: a interdisciplinaridade reflexiva tem sido bem sucedida em sua pretensão em solucionar as restrições demonstrada pela disciplinaridade diante de problemas complexos?

Em pesquisas que buscam apreender o caráter híbrido e interdisciplinar das propostas contemporâneas de sustentabilidade que cobre ecologia, sociologia, antropologia e demografia (Silva Junior, 2012; Silva Junior e D'Antona, 2012; Silva Junior e Ferreira, 2013, Silva Junior, 2013), temos percebido um processo de polarização das demandas de interdisciplinaridade em dois grandes polos epistêmicos: ecológico e sociológico.

O primeiro traz para sua esfera, fundamentalmente, a economia e demografia. Isso significa que os processos de interdisciplinaridade entre essas disciplinas se estruturam a partir de programa teórico-conceitual e semântico definido pela ecologia. Entre ecologia e economia, por exemplo, existe um caráter de continuidade, na medida em que operam no mesmo “registro” epistemológico. Suas categorias analíticas se relacionam sem maiores disparidades conceituais e sem grandes campos de conflituosidade discursiva. Esse caráter de continuidade se expressa nos conceitos de “estrutura” e “função” ecológica, relacionados respectivamente com os conceitos de “bens” e “serviços” econômicos. Do mesmo modo, a articulação entre “ecossistema” e “capital natural”, assim como entre “paisagem” e “cenário”, encontram-se amplas possibilidades de diálogo interdisciplinar (Silva Junior e Ferreira, 2013). No caso da demografia, evidenciou-se a ausência de um esquema teórico-metodológico próprio, sendo suas propostas de sustentabilidade constituídas a partir de um campo de análise estruturado pela ecologia, a partir da hegemonia do conceito de “capacidade de suporte” como forma de tratamento das interações entre população e ambiente, assim como a persistência da perspectiva neomalthusiana centrada no volume populacional como risco socioambiental predominante (Silva Junior e D’Antona, 2012).

O segundo polo, sociológico, trata das relações entre sociologia e antropologia como campos de convergência do debate sobre sustentabilidade. Isso se refere principalmente à antropologia, que tende a incorporar contextos urbanos e tecnocientíficos – dimensões tradicionalmente tratadas pela sociologia – dentro do seu espectro de abordagem. Essa incorporação impulsiona um diálogo entre teoria social e abordagens antropológicas interessadas na problemática ontológica de interações entre “natureza” e “cultura” (Silva Junior, 2013). Quanto à perspectiva sociológica sobre sustentabilidade, ela se apresenta como a mais disciplinar dentre as aqui apresentadas. Isso se deve à situação de ela se encontra (ainda) em um período de maturação de arcabouço teórico próprio quanto às questões ambientais. No entanto, o uso do conceito de

“rede” em artigos sociológicos sobre sustentabilidade demonstra uma aproximação silenciosa à perspectiva mais contemporânea da antropologia.

Esses elementos possibilitam compreender os processos interdisciplinares envolvidos em questões de sustentabilidade a partir de certa homogeneidade de apreensão empírica, formulação conceitual e destilação teórico-metodológica. Ou seja, emerge daí um processo interdisciplinar sem romper a dinâmica disciplinar que as constituem. A partir do compartilhamento de pressupostos epistemológicos, perspectivas científicas encontram amplas possibilidades de “diálogo” sem necessariamente mergulhar em processos de superação de estranhamentos discursivos, temáticos e teórico-metodológicos. É nesse sentido que os dois polos aqui problematizados parecem apontar para uma espécie de “interdisciplinaridade disciplinar”, pois essas diferentes perspectivas científicas tendem ao “diálogo” quando compartilham os mesmos pressupostos epistemológicos, possibilitando, assim, o não enfrentamento de estranhamentos discursivos, temáticos e teórico-metodológicos.

A interdisciplinaridade disciplinar apresenta-se como a mediação entre o modelo formativo e reflexivo de diálogo entre diferentes ciências. Ela não se configura como formativa, pois não almeja processos de purificação de fenômenos, estando orientada para resguardar a caráter complexo dos eventos. Contudo, ela busca cumprir o “dever” de enfrentamento reflexivo dos dilemas da especialização sem romper totalmente as barreiras da disciplinaridade. Esse segundo aspecto é especialmente problemático, pois, ao limitar processos interdisciplinares ao diálogo entre “iguais”, dimensões importantes de fenômenos complexos ficam em segundo plano em seus constructos de interpretação científica. Esse é o caso da relação entre ecologia e economia quando se debruçam sobre temas de sustentabilidade. A recorrente preocupação, entre elas, quanto aos temas sociais envolvidos nos dilemas ambientais não sem converte, no entanto, em interesse e aproximação aos temas sociológicos (Silva Junior e Ferreira, 2013).

Como, então, ultrapassar as barreiras apresentadas pela interdisciplinaridade disciplinar? De que modo poderíamos construir uma interdisciplinaridade de confronto e do estranhamento para, assim, dedicar-se às descontinuidades e lacunas de entendimento sobre a complexidade dos eventos? Teriam os métodos mistos uma contribuição às limitações enfrentadas pela interdisciplinaridade?

Métodos mistos para a interdisciplinaridade?

A expressão métodos mistos, mais comumente pronunciada em inglês – mixed methods – ou ainda Mixed Methods Research, se caracteriza como um modo de pesquisa presente em áreas de saúde, educação, psicologia, ciências sociais e ciências sociais aplicadas em que métodos quantitativos e qualitativos são articulados, combinados. O termo bastante empregado em publicações internacionais, mas não no Brasil, onde existe a preferência para um uso não institucionalizado sobre a conjunção “quali-quantitativo”. Para vários autores, como em Tashakkori e Teddlie (2003) e em Johnson, Onwuegbuzie e Turner (2007), os métodos mistos não se apresentam como uma aproximação localizada entre diferentes metodologias, mas como um terceiro paradigma de pesquisa institucionalizado pela articulação entre o “primeiro”, o quantitativo e o “segundo”, o qualitativo.

Essa busca pelo status de “campo” científico pode ser observado numa quantidade significativa de publicações como periódicos (como, por exemplo, *Journal of Mixed Methods Research*, *Field Methods*, *Quality and Quantity*, *International Journal of Multiple Research Approaches*, dentre outros) e manuais (Tashakkori e Teddlie, 2003). Uma pesquisa ampla com o termo “mixed methods” no sítio ISI-Web of Science, com busca por título e tema, capturou, em junho de 2013, 4029 artigos, tendo suas primeiras publicações no ano de 1978 (Belytschko et al., 1978; Canuto, 1978). No interior das ciências sociais foram publicados, no mesmo sítio, 460 artigos, com o estudo pioneiro publicado em 1993 (Russek e Weinberg, 1993).

Essa quantidade significativa de trabalhos acadêmicos demonstra a capacidade de se abordar, não apenas a aplicação da estratégia combinada de métodos aos mais variados objetos científicos, como também, a reflexão sistemática sobre as formas de aplicação de métodos combinados, assim como as implicações de seus resultados no confronto com perspectivas unidimensionais.

Dessa diversidade, Greene, Caracelli e Graham (1989), identificam cinco de tipos fundamentais de aplicação de métodos combinados: triangulação, onde se busca, através de diferentes estratégias de pesquisa, uma convergência de resultados; complementaridade, procedimento de confirmação dos resultados de um método por outro; desenvolvimento, quando os resultados de uma pesquisa potencializam ou abrem novas frentes de pesquisa; iniciação, quando o uso de diferentes métodos é derivado da exploração de contradições e paradoxos resultantes da aplicação de um dado método; e, expansão, quando métodos mistos são utilizados para se abranger diferentes aspectos de um tema de pesquisa, adquirindo, assim, uma configuração metodológica. A profusão de iniciativas métodos mistos tem levado, em paralelo, à emergência de tentativas de sistematização epistemológica dessas iniciativas, como evidencia Creswell e Plano Clark (2011). Essas tentativas demonstram um anseio de se fomentar a edificação de um campo científico capaz de conduzir, para além de uma prática fortuita em grupos de pesquisa, a resultados de pesquisa cada vez mais significativos. A despeito da forma que assumem, nelas predomina o caráter pragmático como se pode verificar em Onwuegbuzie e Turner (2007) no sentido de que as várias perspectivas de combinação são utilizadas mais em função dos resultados que ela potencialmente oferece do que uma adoção prévia do pesquisador em relação a esta ou aquela forma de articulação metodológica. Assim, a combinação entre métodos de pesquisa quantitativa e de métodos de pesquisa qualitativa é geralmente vista como forma de balancear os pontos fortes de tais métodos, compensando suas fraquezas de tal modo a produzir melhores dados e melhores análises (Axinn & Pearce, 2006).

Contudo, a perspectiva pragmática, utilitária, não está isenta às críticas, sobretudo por parte das ciências sociais. Teddlie e Tashakkori (2012) defendem a existência de um conjunto de características centrais ao campo (ecletismo, pluralismo diversidade e continuidade), o que possibilitaria compreender os métodos mistos como terreno de convivência entre paradigmas diferentes. Corroborar com essa perspectiva a defesa de Mertens (2010) à perspectiva da divergência como motivação para articulação entre métodos. Do mesmo modo, pensar o pragmatismo como uma base filosófica comum onde diferentes métodos podem se encontrar, reduz a possibilidade de confronto entre perspectivas filosóficas/epistemológicas diferenciadas e mesmos contrastantes (Biesta, 2010).

Do ponto de vista das ciências sociais, o uso de métodos combinados parece preceder o seu reconhecimento como forma conceitual (Pearce, 2012). Presente desde os clássicos, como por exemplo, Marx (1990), em sua articulação entre análise de documentos e ‘participação’ para entendimento da França de 1848, ou Malinowski (1976) em sua combinação de observação direta e coleta de dados estatísticos para análise da sociedade trabiandesa, os métodos mistos parecem coadunar com visão weberiana de que a sociologia – e, por extensão, as ciências sociais – se configura pela sobreposição de posturas metodológicas compreensivas e explicativas diante dos fenômenos sociais (Weber, 1996). Esse posicionamento apresenta reflexo na contemporaneidade através, por exemplo, da teoria da estruturação (Giddens, 1984) em sua tentativa de articular “agência” e “estrutura” social. A demografia, por sua vez, principalmente em sua vertente socio-demográfica, tem apresentado uma profícua produção em torno das diferentes possibilidades metodológicas de articulação entre volume e distribuição ou entre uso e ocupação do solo (Hogan, 2007; Liverman, 1998; D’Antona *et al.* 2008).

Assim, podemos reconhecer, entre os propositores dos métodos mistos como um campo institucionalizado, uma tensão acerca do “chão” epistemológico no qual a abordagem deve ser edificada: o pragmatismo unificador ou pluralismo filosófico?

Se a primeira prescinde da diversidade epistemológica e teórica, conferindo aos métodos certo descolamento de suas origens conceituais em prol da adequação ao fenômeno a ser apropriado, a segunda compreende métodos mistos como uma grande encruzilha epistêmica, no qual a complexidade deve ser enfrentada da forma mais ampla possível, admitindo-se, assim, uma multiplicidade de perspectivas. Ambas procuram possibilitar aos “mixed methods” o status de “terceiro campo” metodológico. Porém, se a primeira aponta para uma conformação à institucionalidade disciplinar, por não colocar em xeque a constituição disciplinar de onde se originam pesquisas combinadas, a segunda abre-se a tentativa colocar diferentes culturas epistêmicas (em suas práticas, orientações conceituais e concepções teóricas) (Knorr-Cetina, 1999) em diálogo.

Considerações finais

A partir das questões levantadas nos dois exercícios aqui apresentados, como podemos responder as questões que animaram esse artigo? Vimos, por um lado, que disciplinaridade e interdisciplinaridade constituem tanto a tensão produtora do projeto racionalizador moderno quanto às consequências desse projeto na contemporaneidade. Classificamos, na forma de um recurso heurístico provisório, essa tensão por duas perspectivas distintas: interdisciplinaridade formativa e interdisciplinaridade reflexiva. Do mesmo modo, desenvolvemos uma reflexão acerca dos limites da interdisciplinaridade reflexiva, ainda atada, talvez, pela lógica da interdisciplinaridade formativa: um diálogo que ocorre apenas entre os que comungam do mesmo registro epistemológico, gerando assim, uma continuidade colaborativa ou uma “interdisciplinaridade disciplinar”. Esta última, nas situações anteriormente analisadas, limitou iniciativas de interdisciplinaridade em zonas e áreas de atuação cinzentas, instaladas nos interstícios de fenômenos híbridos.

Por outro lado, observou-se que o debate epistemológico sobre métodos combinados se configura com tentativa de constituição de um corpus conceitual que possibilite a definição de uma terceira dimensão metodológica, para além da quantitativa e da qualitativa. Esse ponto pacífico entre a maioria dos estudiosos do tema está na superfície de um debate subjacente, de fundo, que se refere à base filosófica. Nesse sentido, há um debate entre uma perspectiva pragmática – na qual os estilos de aplicação devem ser ordenados segundo os interesses imediatos de enfrentamento científico aos fenômenos que se pretende apreender – e a perspectiva do pluralismo paradigmático e epistemológico, no qual se advoga no somente a “convergência”, mas também, a “divergência” entre construções teórico-metodológicas diferenciadas que possam acompanhar os processos de combinação metodológica. Essa última perspectiva abre a possibilidade dos processos de aplicação se constituir em fio condutor para o contraste perspectivado em diferentes perspectivas epistêmicas.

Se, por um lado, configura-se uma “interdisciplinaridade disciplinar” e, por outro, uma combinação metodológica pluralista orientada para os interstícios, o estreitamento entre as perspectivas podem contribuir de forma interessante para uma interdisciplinaridade de “confronto e enfrentamento” entre ciências que se mantêm tradicionalmente distantes. Ou seja, um possível caminho para o estabelecimento de uma interdisciplinaridade reflexiva, adequada à apreensão da complexidade, pode se efetivar a partir da busca entre a convivência de diferentes métodos e seus correspondentes arcabouços teórico-metodológicos, a partir de uma postura de aprendizado mútuo entre diferentes ciências naqueles aspectos onde uma dada disciplinaridade não apreende. Para além de uma interdisciplinaridade que busca afinidades eletivas (Weber, 1996) que, no limite, converge para o aparecimento de novas disciplinaridades, os métodos mistos podem contribuir para uma interdisciplinaridade orientada para as “discrepâncias eletivas”, onde o ponto de partida para o “diálogo” é o estranhamento.

Referências

- AXINN, W. G.; PEARCE, L. D. *Mixed method data collection strategies*. New York: Cambridge University Press. 2006.
- BATESON, G. *Steps to Ecology of Mind: Collected Essays in: Anthropology, Psychiatry, Evolution, and Epistemology*. Nova Iorque: Ballantine Books. 1972.
- BECK, U. *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BELYTSCHKO, T.; YEN, H. J.; MULLEN, R. Mixed methods for time integration. *Computer Methods in Applied Mechanics and Engineering*, v. 17-8, n. FEB, p. 259-275, 1978.
- BIESTA, G. J. J. Pragmatism and the philosophical foundations of mixed methods research. In A. TASHAKKORI & C. TEDDLIE (eds), *Handbook of mixed methods in social and behavioral research*. Thousand Oaks, CA: Sage. 2010.
- CANUTO, C. Eigenvalue approximations by mixed methods. *Rairo-Analyse Numerique-Numerical Analysis*, v. 12, n. 1, p. 27-50, 1978.
- D'ANTONA, A. O. *et al.* Collecting Sketch Maps to understand property land use and land cover in large surveys. *Field Methods*, v. 20, p. 66-84, 2008.
- DESCOLA, P.; PÁLSSON, G. "Introducción", In: DESCOLA, P. e PÁLSSON, G. (Coord). *Naturaleza e Sociedad. Perspectivas Antropológicas*. México: Siglo Veintiuno Editores. 2001.
- DUPUY, J.-P. *Na origem das ciências cognitivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- DURKHEIM, E. *Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1972.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo. Martins Fontes, 1984.

- GREENE, J. C.; CARACELLI, V. J.; GRAHAM, W. F. Toward a Conceptual Framework for Mixed-method Evaluation Designs. In: *Educational Evaluation and Policy Analysis*, Vol 11, No. 3, pp 255-274. 1989.
- HEIMS, S. J. *The Cybernetics Group*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1991.
- HOGAN D. J. (Org.). *Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro*. Campinas: Nepo/Unfpa, 2007.
- HOWE, R. Max Weber's elective affinities: Sociology within the bounds of pure reason. *American Journal of Sociology*, n. 84, 1978.
- INGOLD, T. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. Oxford: Routledge, 2011.
- JOHNSON, B.; ONWUEGBUZIE, A.; TURNER, L. Toward a definition of mixed methods research. *Journal of Mixed Methods Research*. 1 (2), 112-133. 2007.
- JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A. J. Mixed methods research: A research paradigm whose time has come. In: *Educational Researcher*, 33(7), 14-26. 2004.
- KLEIN, J. T. *Interdisciplinarity: History, Theory, and Practice*. Detroit: Wayne State University Press, 1990.
- KNORR-CETINA, K. *Epistemic Cultures: How the Sciences Make Knowledge*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.
- LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. RJ: Editora 34. 1994.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. Tempo Brasileiro, RJ, 1985.
- LIVERMAN, D. et al. *People and Pixels: Linking Remote Sensing and Social Science*. Washington, D. C.: National Academy Press, 1998.

- MALINOWSKI, B. *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MARX, K. *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo. Edições Mandacaru. 1990.
- MORAN, E.F. *Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- MORIN, E. *O Paradigma Perdido: a natureza humana*. Portugal, Publicações Europa-América, 1973.
- PEARCE, L. D. Mixed Methods Inquiry in Sociology. In: *American Behavioral Scientist American Behavioral Scientist*, 56(6), 829–848. 2012.
- PLANO CLARK, V. L. *Designing and conducting mixed methods research* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage. 2011.
- SILVA JÚNIOR, R. D. ; DANTONA, A. O. As propostas de sustentabilidade em demografia uma análise sobre a relação entre especialização científica e fenômenos híbridos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 28, 2012, Águas de Lindoia. *Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Águas de Lindoia: ABEP. 2012.
- SILVA JÚNIOR, R. D. Sustentabilidade, um tema híbrido sob olhares purificados uma análise sociológica sobre a produção científica na ecologia e sociologia. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 36., 2012, Águas de Lindoia. *Anais do 36º. Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Águas de Lindoia: ANPOCS, 2012.
- SILVA JUNIOR, R.; FERREIRA, L. C. Sustentabilidade na era das conferências sobre meio ambiente e desenvolvimento - um olhar para ecologia e economia. *Ambiente e Sociedade*. São Paulo, v. 16, n. 1, mar. 2013.

TASHAKKORI, A. TEDDLIE, C. (Eds.), *Handbook of mixed methods in social & behavioral research*. Thousand Oaks, CA: Sage. 2003

TEDDLIE C.; TASHAKKORI, A. Common "Core" Characteristics of Mixed Methods Research. *American Behavioral Scientist*. 56(6) 774 –788. 2012.

Bibliografia Pesquisada:

BAZELEY, P. Integrating Data Analyses in Mixed Methods Research. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 3, n. 3, p. 203-207, Jul 2009. ISSN 1558-6898. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000267197100001 >.

BELL, R. A. et al. Encouraging patients with depressive symptoms to seek care: A mixed methods approach to message development. *Patient Education and Counseling*, v. 78, n. 2, p. 198-205, Feb 2010. ISSN 0738-3991. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000275010300012 >.

BERNARDI, L.; KEIM, S.; VON DER LIPPE, H. Social Influences on Fertility A Comparative Mixed Methods Study in Eastern and Western Germany. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 1, n. 1, p. 23-47, Jan 2007. ISSN 1558-6898. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000208042100003 >.

BROTTO, L. A. et al. Asexuality: A Mixed-Methods Approach. *Archives of Sexual Behavior*, v. 39, n. 3, p. 599-618, Jun 2010. ISSN 0004-0002. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000276739400006 >.

CASTRO, F. G. et al. A Methodology for Conducting Integrative Mixed Methods Research and Data Analyses. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 4, n. 4, p. 342-360, Oct 2010. ISSN 1558-6898. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000282037000005 >.

COLLINS, K. M. T.; ONWUEGBUZIE, A. J.; JIAO, Q. G. A Mixed Methods Investigation of Mixed Methods Sampling Designs

in Social and Health Science Research. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 1, n. 3, p. 267-294, Jul 2007. ISSN 1558-6898. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000208042300005 >.

CRESWELL, J. W. Mapping the Field of Mixed Methods Research. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 3, n. 2, p. 95-108, Apr 2009. ISSN 1558-6898. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000264377500001 >.

CRESWELL, J. W.; TASHAKKORI, A. Developing Publishable Mixed Methods Manuscripts. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 1, n. 2, p. 107-111, Apr 2007a. ISSN 1558-6898. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000208042200001 >.

CRESWELL, J. W.; TASHAKKORI, A. Differing Perspectives on Mixed Methods Research. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 1, n. 4, p. 303-308, Oct 2007b. ISSN 1558-6898. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000208042400001 >.

DELLINGER, A. B.; LEECH, N. L. Toward a Unified Validation Framework in Mixed Methods Research. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 1, n. 4, p. 309-332, Oct 2007. ISSN 1558-6898. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000208042400002 >.

DENSCOMBE, M. Communities of practice - A research paradigm for the mixed methods approach. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 2, n. 3, p. 270-283, Jul 2008. ISSN 1558-6898. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000259070200005 >.

DENZIN, N. K. Moments, Mixed Methods, and Paradigm Dialogs. *Qualitative Inquiry*, v. 16, n. 6, p. 419-427, Jul 2010. ISSN 1077-8004. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000278278100002 >.

FEILZER, M. Y. Doing Mixed Methods Research Pragmatically: Implications for the Rediscovery of Pragmatism as a Research Paradigm. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 4, n. 1, p. 6-16, Jan 2010. ISSN 1558-6898. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000273149100002 >.

- GREENE, J. C. Is mixed methods social inquiry a distinctive methodology? *Journal of Mixed Methods Research*, v. 2, n. 1, p. 7-22, Jan 2008. ISSN 1558-6898. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000259069600002 >.
- IVANKOVA, N. V.; CRESWELL, J. W.; STICK, S. L. Using mixed-methods sequential explanatory design: From theory to practice. *Field Methods*, v. 18, n. 1, p. 3-20, Feb 2006. ISSN 1525-822X. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000242853100001 >.
- JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A. J.; TURNER, L. A. Toward a Definition of Mixed Methods Research. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 1, n. 2, p. 112-133, Apr 2007. ISSN 1558-6898. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000208042200002 >.
- LEECH, N. L.; ONWUEGBUZIE, A. J. A typology of mixed methods research designs. *Quality & Quantity*, v. 43, n. 2, p. 265-275, Mar 2009. ISSN 0033-5177. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000262652900008 >.
- LI, X. et al. The Effect of Online Information Search on Image Development Insights from a Mixed-Methods Study. *Journal of Travel Research*, v. 48, n. 1, p. 45-57, Aug 2009. ISSN 0047-2875. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000268025900004 >.
- MERTENS, D. M. Transformative Paradigm Mixed Methods and Social Justice. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 1, n. 3, p. 212-225, Jul 2007. ISSN 1558-6898. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000208042300002 >.
- MISTRY, R. S. et al. Expanding the family economic stress model: Insights from a mixed-methods approach. *Journal of Marriage and Family*, v. 70, n. 1, p. 196-209, Feb 2008. ISSN 0022-2445. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000253314900015 >.
- MUSTANSKI, B.; LYONS, T.; GARCIA, S. C. Internet Use and Sexual Health of Young Men Who Have Sex with Men: A Mixed-Methods Study. *Archives of Sexual Behavior*, v. 40, n. 2, p. 289-300, Apr 2011. ISSN 0004-0002. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000289795500012 >.

- NASTASI, B. K. et al. Mixed Methods in Intervention Research Theory to Adaptation. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 1, n. 2, p. 164-182, Apr 2007. ISSN 1558-6898. Disponível em: <Go to ISI>://WOS:000208042200005 >.
- O'CATHAIN, A. Mixed Methods Research in the Health Sciences A Quiet Revolution. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 3, n. 1, p. 3-6, Jan 2009. ISSN 1558-6898. Disponível em: <Go to ISI>://WOS:000261492500001 >.
- O'CATHAIN, A.; MURPHY, E.; NICHOLL, J. Integration and Publications as Indicators of "Yield" From Mixed Methods Studies. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 1, n. 2, p. 147-163, Apr 2007. ISSN 1558-6898. Disponível em: <Go to ISI>://WOS:000208042200004 >.
- SALE, J. E. M.; LOHFELD, L. H.; BRAZIL, K. Revisiting the quantitative-qualitative debate: Implications for mixed-methods research. *Quality & Quantity*, v. 36, n. 1, p. 43-53, Feb 2002. ISSN 0033-5177. Disponível em: <Go to ISI>://WOS:000174570600003 >.
- TASHAKKORI, A.; CRESWELL, J. W. Exploring the Nature of Research Questions in Mixed Methods Research. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 1, n. 3, p. 207-211, Jul 2007a. ISSN 1558-6898. Disponível em: <Go to ISI>://WOS:000208042300001 >.
- TASHAKKORI, A.; CRESWELL, J. W. The New Era of Mixed Methods. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 1, n. 1, p. 3-7, Jan 2007b. ISSN 1558-6898. Disponível em: <Go to ISI>://WOS:000208042100001 >.
- TEDDLIE, C.; YU, F. Mixed Methods Sampling A Typology With Examples. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 1, n. 1, p. 77-100, Jan 2007. ISSN 1558-6898. Disponível em: <Go to ISI>://WOS:000208042100005 >.
- TROCHIM, W. M. et al. The evaluation of large research initiatives - A participatory integrative mixed-methods

approach. *American Journal of Evaluation*, v. 29, n. 1, p. 8-28, Mar 2008. ISSN 1098-2140. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000253203200001 >.

WOOLLEY, C. M. Meeting the Mixed Methods Challenge of Integration in a Sociological Study of Structure and Agency. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 3, n. 1, p. 7-25, Jan 2009. ISSN 1558-6898. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000261492500002 >.

DESAFIOS METODOLÓGICOS DA INCORPORAÇÃO DE FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS PARA ANÁLISES QUALITATIVAS

*Glaucia Santos Marcondes**

Resumo: Os avanços na tecnologia de informática têm alterado as condições de produção e divulgação do conhecimento científico. Dentro das Ciências Sociais, redes de sociabilidade virtuais, *blogs* e outras formas de comunicação via internet se unem às iconografias, vídeos, áudios, diários, registros manuscritos entre outros documentos e materiais comumente analisados pelos pesquisadores. Tanto a incorporação dessas novas formas documentais quanto de ferramentas como programas de computador que auxiliam no armazenamento, organização e análise desses materiais tem desafiado os pesquisadores a alterar não apenas a maneira de trabalho, mas igualmente a desenvolver renovados olhares críticos sobre técnicas e métodos de análise, independente da adoção de uma perspectiva quantitativa ou qualitativa. Como qualquer inovação científica, seja ou não tecnológica, desperta desconfiças, resistências e empolgações, renovando com novas e velhas inquietações não somente a discussão mais restrita sobre métodos e técnicas, como também epistemológica. Esse artigo buscará particularmente refletir sobre a utilização de softwares desenvolvidos para a análise de dados qualitativos, visando destacar os principais pontos de resistências e inovações que esse tipo de tecnologia tem suscitado no debate sobre metodologias de pesquisa nas áreas das Ciências Sociais.

Palavras-chave: Metodologia, pesquisa qualitativa, CAQDAS.

Abstract: Advances in computer technology have changed the production and dissemination of scientific knowledge. Increasingly, social networks sites, blogs and other forms of internet communication become materials for qualitative research in the Social Sciences as well as the traditional iconography, video, audio, diaries,

* Doutora em Demografia. Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Capes (PNPD/CAPES) junto ao Programa de Pós-Graduação em Demografia do IFCH/Unicamp.

handwritten records and other documents. The incorporation of these new document types and computer programs that assist in storing, organizing and analyzing these sources has forced researchers to change the way they work and the knowledge about techniques and analysis methods, to conduct quantitative or qualitative research. Like any scientific innovation, whether technological or not, arouses suspicion, resistance and expectations, renewing with new and old concerns not only the narrower discussion on methods and techniques, as well as epistemologically. This article aims to reflect on the use of computer software for qualitative data analysis (CAQDAS), aiming to highlight the points of resistance and innovations that this type of technology has raised in the discussion of research methodologies in the areas of Social Sciences.

Keywords: Methodology, qualitative research, CAQDAS.

As mudanças provocadas pela ampla disseminação de tecnologias computacionais na produção e divulgação do conhecimento científico são inegáveis. No entanto, ainda está muito longe de se esgotar a necessidade de reflexões críticas a respeito dos impactos que essas tecnologias têm e ainda terão sobre os modos de se pensar e fazer ciência nos tempos atuais (Santos 2001; Baumgarten, Teixeira, Lima, 2007; Dwyer, 2005; Silva, 1998). Para abordar essa questão, esse artigo reflete particularmente sobre o uso de programas de computadores que visam auxiliar na produção de análises qualitativas nas áreas das Ciências Sociais. Mesmo que de forma breve, destacar-se-á os principais pontos do debate metodológico acerca da incorporação desse tipo de ferramental nas pesquisas de cunho qualitativo, associadas a um *modus operandis* que privilegia o envolvimento direto, a imersão e o olhar contextualizado e integral do pesquisador com relação as suas fontes de pesquisa.

Os debates metodológicos são imprescindíveis para o desenvolvimento do conhecimento científico por colocarem em evidência as formas pelas quais o entendimento sobre o real é construído, identificando que tipo e de que maneiras eventos ou fenômenos dessa realidade têm sido sistematicamente observados, descritos e analisados. Não apenas isso, mas também, fazendo questionamentos sobre o papel que o pesquisador exerce na

construção desse conhecimento. Essa discussão adquire particular complexidade quando o objeto do conhecimento é a própria sociedade.

Dado o caráter multidimensional, relacional, de grande complexidade e imprevisibilidade da vida social, os pressupostos que informam o paradigma científico positivista – objetividade, regularidade, linearidade, redução, tendência à estabilidade – que fundamenta o desenvolvimento da ciência moderna, calcada nas ciências naturais, implicaria um tipo de apreensão reducionista, sincrônica e inadequada da vida social. Se o mundo social é entendido como resultado de uma construção com significados e símbolos, ou seja, é um artefato humano, sua compreensão demanda justamente pelo exame dessa construção e dos seus significados. (Baumgarten, Teixeira, Lima, 2007) Dessa maneira, as preocupações que mobilizam os cientistas sociais não dizem respeito à busca por formulações de leis generalizantes, mas dos significados das ações sociais (Goldenberg, 2004). Essa ideia fundamenta o paradigma compreensivo, que dá forma às metodologias qualitativas, associadas a arcabouços teóricos que procuram lidar com as subjetividades, os significados, símbolos e linguagens construídos e partilhados socialmente (Goldenberg, 2004; Marcondes, 2010). Informados por esses paradigmas, estratégias de quantificação ou de qualificação do material empírico são colocadas comumente não apenas como diferentes, mas como opostas, e até mesmo excludentes, gerando discussões do tipo: métodos qualitativos *versus* métodos quantitativos (Marcondes, 2010; Fazito, 2009).

Contemporaneamente, as questões que cercam esse debate se renovam com a incorporação das chamadas “metodologias informacionais” (Baumgarten, Teixeira, Lima, 2007; Santos, 2001; Teixeira e Becker, 2001; Dwyer, 2004) que dizem respeito aos usos e impactos das tecnologias de informação e comunicação na produção do conhecimento científico¹. Particularmente na

¹ Baltar e Baltar (2010) consideram equivocada a utilização do termo “metodologias informacionais” por implicitamente levar a suposição de

Sociologia, a discussão procura avançar na reflexão das relações entre produção de conhecimento e sociedade da informação (Baumgarten, Teixeira, Lima, 2007; Santos, 2001; Teixeira e Becker, 2001).

Assim, ao se observar esse conjunto de questões sobre teorias, métodos e técnicas no interior das Ciências Sociais, com frequência a utilização de programas de computador para análise de dados está associada a pesquisas de cunho quantitativo (Guizzo, Krzimirski, Oliveira, 2003). Os pacotes estatísticos (SPSS, STATA, SAS) que permitem o manuseio e tratamento analítico de bancos de dados numéricos e categóricos são bem conhecidos². E não raro ainda fazem pesquisadores iniciantes e iniciados perderem noites de sono até se familiarizarem com os recursos oferecidos por esses. Quando o assunto se volta para pesquisas com abordagens qualitativas, que se caracterizam por dados não numéricos, discursivos e estruturados de forma não rígida, os programas de computador existentes para tratamento analítico desse tipo de material não são tão populares, mesmo diante do crescente número de usuários e maior sofisticação de recursos alcançados por esses programas ao longo da última década. (Lage, 2011). Basta um breve exame dos manuais de metodologia de pesquisa qualitativa para obtermos orientações em detalhe sobre planejamento, execução e interações em campo; técnicas de abordagem, entrevista e observação; tipos de dados e métodos de

que os usos de técnicas de informática constituiriam um novo “campo do saber”, quando na verdade o que existem são apenas programas, recursos ou ferramentas de informática que se inserem nas práticas de ensino e pesquisa.

² Vale destacar também o interesse crescente por Programas de Georeferenciamento – ArcGIS, Spring, AutoCAD, MapInfo, Terra View, entre outros... - que se aliam ao processo de análise de dados quantitativos, possibilitando explorar formas alternativas de visualização e aprofundamento dos resultados de pesquisa.

análises. Raramente se encontra informações detalhadas sobre o uso de pacotes computacionais³.

Muito embora os chamados *Computer Aided Qualitative Data Analysis Software* (CAQDAS)⁴ tenham começado a circular entre cientistas sociais britânicos e americanos nos anos de 1980, no Brasil os primeiros relatos de pesquisa utilizando esse tipo de ferramenta surgem apenas na segunda metade da década de 1990. Da divulgação e incorporação desses programas no campo das Ciências Sociais, destacadamente na Sociologia, emergem tanto desconfianças⁵ quanto empolgadas expectativas (Teixeira e Becker, 2001; Moreira, 2007; Lage, 2011), que têm alimentado novas e velhas inquietações não somente no que se refere aos métodos e

³ Na maioria dos casos os manuais estão em língua inglesa, ver alguns exemplos: BAUER, Martin W.; GASKEL, Georg (eds.). *Qualitative Researching with text, image and sound*. London: Sage Publications, 2000. SILVERMAN, David. *Doing qualitative research*. London: Sage Publications, 2009.

⁴ Trata-se de um conjunto de programas de computador voltados para auxiliar análises qualitativas. The Ethnographic, Atlas/Ti, NVivo, HyperResearch, MaxQda e WebQDA estão entre os mais utilizados nas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Os pesquisadores britânicos Ray Lee e Nigel Fielding apresentaram o termo CAQDAS em 1989, em uma Conferência sobre Métodos de Pesquisa na Universidade de Surrey (UK), que desde 1994 abriga o *CAQDAS Networking Project* que fornece informações, treinamento e troca de experiências entre pesquisadores usuários desse tipo de programa computacional. Para maiores informações ver: <http://www.surrey.ac.uk/sociology/research/researchcentres/caqdas/about/index.htm>

⁵ Nos tempos, não tão distantes assim, em que os computadores pessoais e as rotinas informatizadas não eram tão comuns, muitos pesquisadores experientes não tinham familiaridade com essa nova linguagem e o principal referencial de gerenciamento informatizado de dados eram bancos de dados quantitativos. Dessa forma, muitos viam com reserva que o uso de programas de computador acabasse impondo uma lógica quantitativa no gerenciamento de dados qualitativos. Tal situação é improvável na medida em que os CAQDAS foram pensados levando em consideração justamente as especificidades e demandas das análises qualitativas (Baumgarten, Teixeira, Lima, 2007; Santos, 2001).

técnicas em si, como também suas implicações epistemológicas (Santos 2001; Silva, 1998). Afinal, as metodologias informacionais estariam imprimindo “um novo padrão de trabalho científico que revoluciona, porque altera, inverte e supera as modalidades vigentes de explicação sociológica” (Santos, 2000, p.129).

Sem fórmulas mágicas: os contras e os prós

Nesse debate, os receios emergem da percepção de que os procedimentos informatizados poderiam provocar um engessamento do pesquisador, em alguma medida inibindo sua criatividade metodológica. Acerca dessa desconfiança dois pontos se destacam. O primeiro diz respeito à própria estrutura de um programa de computador, que é construído com base num conjunto de possibilidades para absorver, organizar e manusear informações. As demandas que orientaram os programadores na elaboração do produto não necessariamente correspondem às dos pesquisadores. Em alguns casos haveria de se adaptar as fontes à estrutura do *software*, adequando a um modelo de organização pré-estabelecido. Dessa forma, há uma percepção de que os pesquisadores deixariam de dedicar tempo e esforços em avaliações iniciais do material coletado para prontamente prepará-lo nos moldes exigido pelo programa escolhido (Silva, 1998; Lage, 2011).

A questão é relevante porque a forma como se organiza o material de pesquisa também produz efeitos sob a análise. Em versões antigas, os programas só aceitavam importação de arquivos em formato de texto (.txt) ou *Rich Text Format* (.rtf) que não permitiam formatações como parágrafos, notas, marcadores, entre outras. Exigia um esforço prévio de conversão bem cansativo e demorado, não sendo tão vantajoso em relação ao trabalho tradicional de organização e análise feito manualmente. Dessa maneira, a estrutura de um programa de computador pode significar uma camisa de força e levar a achados restritos, até mesmo

induzidos ou ser uma lanterna a lançar luz para a exploração mais livre, flexível, dos conteúdos a serem analisados.

Dessa desconfiança decorre um segundo receio que é o de tornar o manuseio e, em consequência, a análise um conjunto de procedimentos padronizados e realizados mecanicamente. Isso pode vir a ser real se o programa de computador for entendido enquanto um fim e não um meio para a análise. Faz-se necessário a clareza de que se trata de uma ferramenta que se insere em um processo de trabalho que abriga vários níveis de tratamento das fontes. Um programa de computador pode facilitar e/ou agilizar algumas etapas, produzir menos papel, permitir organizar e relacionar grandes volumes e tipos variados de materiais, mas por si só não cria teorizações (Moreira, 2007; MacMillan, 2005; Azevedo, 1998; Baltar e Baltar, 2010; Lage, 2011).

Assim, o principal receio é pela adoção de uma novidade tecnológica sem a devida reflexão se ela realmente serve aos propósitos da pesquisa. De fato, seria pertinente a pergunta: seria um ferramental para ser usado por qualquer tipo de análise qualitativa? (MacMillan, 2005)

Os relatos de experiências de pesquisa que adotaram algum tipo de CAQDAS, ou até mesmo compararam programas diferentes, apresentam avaliações positivas sobre o armazenamento e as possibilidades de interação com materiais e documentos diversificados. Destaca-se a flexibilidade para operar todas as ações que se fariam manualmente, mas com a vantagem de poder articular um número maior de informações. Mas também se ressalta que é preciso ter clareza sobre o método de análise que se pretende realizar (análise do discurso; análise de conteúdo; análise interpretativa; geração de teoria...), assim como, proceder a uma boa avaliação de qual programa melhor servirá para realizar a estratégia de análise definida previamente. (MacMillan, 2005; Saillard, 2011; Macgilchrist e Van Hout, 2011; Silver e Patashick, 2011)

Vários autores discorrem que embora a estrutura da grande maioria desses programas seja semelhante, algumas rotinas ou procedimentos podem se mostrar mais fáceis, operacional ou

visualmente, em um determinado programa do que em outros (MacMillan, 2005; Moreira, 2007; Saillard, 2011; Macgilchrist e Van Hout, 2011; Silver e Patashick, 2011). Essa escolha não é considerada trivial, porque esbarra na falta de conhecimento em profundidade dessas ferramentas. Atualmente há disponível no mercado uma variabilidade não desprezível de programas e muito poucos usuários experientes. O que significa que invariavelmente, pesquisadores e equipes de pesquisa somente irão perceber os problemas reais durante o processo. Dessa maneira, investir no conhecimento prévio das vantagens e desvantagens de cada programa pode evitar frustrações e desgastes por trabalho desnecessário (Moreira, 2007; Saillard, 2011). E igualmente pode evitar o risco de adquirir uma bazuca para dar conta de um passarinho!

Os recursos desse ferramental, por outro lado, também alimentam expectativas muitas vezes equivocadas de encurtamento do tempo e dos esforços exigidos para uma análise qualitativa. Fazer com ajuda de um computador o trabalho que antes era feito manualmente com canetas coloridas, recortes e colagens, separando em pastas ou plásticos etiquetados segundo temas e categorias de análise, inegavelmente proporciona melhores condições para organizar, fragmentar e agregar em um único lugar – o seu computador pessoal – uma diversidade de tipos de materiais em análise. Como também facilita as idas e vindas entre suas partes e o todo. O que pode imprimir maior versatilidade e agilidade ao processo de análise. Contudo, o tempo dispendido e o trabalho exigido dependem da experiência de pesquisa, das habilidades e conhecimentos em informática dos pesquisadores envolvidos no processo (Baumgarten, Teixeira, Lima, 2007; Lage, 2011). O trabalho de se debruçar sobre o material continua sendo do mesmo tipo, apenas que passa a ser mediado por um computador. E que conforme o grau de familiaridade que se tem do programa que será utilizado pode exigir um investimento maior de tempo para aprender a direcionar os recursos do *software* para o tipo de tratamento que se quer dar aos dados (Lage, 2011; Baumgarten, Teixeira, Lima, 2007; Guizzo, Krzimirski e Oliveira, 2003). Não

raro desperta frustrações a constatação de que ter disponível um programa de computador para auxiliar a análise de dados não significa ter em mãos um oráculo que magicamente resolve todos os problemas de pesquisa (Baumgarten, Teixeira, Lima, 2007).

O princípio da codificação: entre as partes e o todo

Os programas criados para auxiliar análises qualitativas majoritariamente se baseiam no processo de codificação do material empírico. Criar códigos ou categorizações é parte integrante de grande parte dos modos de operacionalização de uma análise de fontes. Não há fórmula única para tal processo. Cada autor, movido por seus objetivos de pesquisa e arcabouços teóricos elabora um tipo de sistematização para criar e conceituar as categorias que utilizará ao longo do processo de refinamento da análise. Esse trabalho é muitas vezes iniciado no plano analítico esboçado ainda na metodologia do projeto e passará por inúmeras reelaborações ao longo da execução da pesquisa.

Os pressupostos teórico-metodológicos que orientam a lógica operacional dos CAQDAS é a *grounded theory*⁶, que implica em uma metodologia de identificação e definição de categorias analíticas mediante intensa e constante avaliação dos dados com a finalidade de gerar formulações teóricas substantivas. Trata-se de uma ação continuada de leitura, codificação, avaliação das informações trabalhadas e conclusões a partir dos dados categorizados, que por sua vez, dá início a um novo aprofundamento da leitura, codificação, avaliação e de resultados e assim por diante, em um ciclo que se repete até a consideração de que a análise adquiriu consistência e refinamento teórico (Moreira, 2007). Porém, quando esse processo é realizado sem uma sistemática reflexão crítica, o ato de codificar e recuperar informações pode se transformar em

⁶ A Grounded theory se baseia nas elaborações dos sociólogos americanos Barney Glaser e Anselm Strauss que significa “descobrir uma teoria a partir dos fatos”. (Moreira, 2007; Azevedo, 1998)

trabalho apenas descritivo, mecânico, volumoso⁷ e desprovido de uma interpretação substantiva dos dados. Novamente, é preciso lembrar que analisar dados vai muito além da sua codificação. (Moreira, 2007; MacMillan, 2005; Azevedo, 1998) Trata-se, como ressalta Santos (2001), de um processo em que se faz necessário exercitar a vigilância epistemológica: na atenção aos dados relevantes para a apreensão do objeto científico; na aplicação de um sistema para investigar e interpretar e na constante avaliação crítica desses procedimentos.

Inicialmente vários dos programas de tipo CAQDAS realizavam apenas procedimentos de codificação e busca, auxiliando na realização de fragmentações das fontes assim como igualmente facilitava a recuperação dos dados já categorizados e agregados. Como se tratam de *softwares* desenvolvidos a partir da interação contínua entre usuários, especialistas e programadores, muitas das limitações iniciais foram eliminadas e a cada nova versão outros recursos e demandas foram incorporados, imprimindo maior flexibilidade para o gerenciamento de dados qualitativos diversos (textos, vídeos, áudios e imagens). Grande parte da geração atual desses programas permite ampliar os horizontes da análise através de recursos que possibilitam estabelecer relações entre descritores ou fragmentações, gerar memorandos com anotações sobre conteúdos codificados, suas possíveis associações com outras fontes ou com elaborações teóricas (Fielding e Lee, 2002; Guizzo, Krzimirski e Oliveira, 2003).

A fragmentação provocada pela codificação que retaliaria o material deslocando-o do seu contexto e prejudicando a análise do todo, integra grande parte das críticas aos programas, contudo, em vários deles a totalidade não se perde, na medida em que preservam o material armazenado em sua versão integral, podendo ser recuperado em qualquer fase do trabalho. Por

⁷ Em algumas situações a codificação pode se tornar um trabalho obsessivo de categorizar tudo gerando uma quantidade excessiva e desnecessária de fragmentações e categorias sem sentido. (Moreira, 2007; MacMillan, 2005; Lage, 2011)

exemplo, entrevistas realizadas no campo podem ser armazenadas enquanto áudio e texto transcrito. Em alguns programas quando o material é codificado, subarquivos são gerados com fragmentos que remetem as categorias. Ao trabalhar com esses subarquivos com fragmentos do material, se despertar alguma dúvida no pesquisador ou equipe de pesquisa que precise avaliar um contexto mais amplo, o documento original pode ser aberto simultaneamente para averiguações. A qualquer momento se pode fazer esse tipo de retomada do contexto mais geral. Como faríamos se estivéssemos analisando manualmente fitas cassetes e transcrições em papel.

Alguns autores (Lage, 2011; Guizzo, Krzimirski e Oliveira, 2003; MacMillian, 2005; Teixeira e Becker, 2001) destacam essa questão, fornecendo exemplos bem concretos de estratégias e recursos via CAQDAS que podem dar uma clara ideia dos que se pode explorar de cada tipo de fonte na abordagem de temas diversos.

Um horizonte de.... desafios

Ao longo da última década impressiona o número de procedimentos e linguagens incorporados a cada nova versão dos programas mais populares (NVivo, MAXqda; Atlas/ti)⁸. Grande parte das atualizações acompanha as rápidas mudanças na linguagem da comunicação e das relações sociais mediadas pela informatização. Passa pela transformação visual, que se aproxima de programas com os quais já estamos bem familiarizados (em ambiente Windows) – facilitando o aprendizado e o domínio – até a importação de arquivos de texto, áudio, vídeo e outras mídias de qualquer extensão – que podem ser incorporadas internamente ou acessadas externamente (outros locais do computador ou na internet, por exemplo). Outro ponto que também merece destaque

⁸ Em 2012, a QSR International que desenvolve o programa NVivo lançou sua versão número 10, disponível também em português pela primeira vez.

são as possibilidades de combinação de estratégias metodológicas como aliar CAQDAS com Programas de Georeferenciamento (Fielding e Cisneros-Puebla, 2009) ou construção de análises quali quanti. Para tais mudanças, a manutenção de uma intensa interlocução entre desenvolvedores, pesquisadores especialistas e usuários em geral tem sido considerada fundamental. A condução de fóruns especializados de discussões na internet e o incentivo a publicações com relatos de experiências são algumas das estratégias para a divulgação dessas ferramentas. Contudo, ainda se concentram nos centros de pesquisa europeus e norte-americanos.

Redes de sociabilidade virtuais, *blogs* e outras formas de comunicação via internet se unem às iconografias, vídeos, áudios, diários, registros manuscritos entre outros documentos e materiais comumente analisados nas pesquisas qualitativas. Tanto a incorporação dessas novas fontes documentais quanto programas de computador que auxiliem no armazenamento, organização e análise desses materiais tem desafiado os pesquisadores a alterar não apenas a maneira de trabalho, mas igualmente a desenvolver renovados olhares críticos sobre técnicas e métodos de análise, independente da adoção de uma perspectiva quantitativa ou qualitativa.

Estariamos experimentando, segundo Santos (2001), uma inconclusa atualização do *novo espírito científico*, no qual a lógica interpretativa tem sido revolucionada pela multidimensionalidade permitida pelas ferramentas computacionais. Tanto no que diz respeito às fontes de pesquisa, ao tratamento analítico e apresentação dos resultados. Por essa razão, esse autor considera que ao contrário de inibir, as ferramentas computacionais podem aumentar a ousadia da imaginação sociológica no processo de construção do conhecimento.

Em suma, como bem destacam Teixeira e Becker (2001) e Baltar e Baltar (2010), programas de computador não podem ser vistos como oráculos de respostas prontas, seja para tratamento quantitativo ou qualitativo, são ferramentas que não prescindem do pesquisador. Afinal, as hipóteses, a criatividade, o olhar é

sempre de quem realiza a pesquisa, que é quem igualmente definirá aquilo que deve ser examinado, agrupado, desmembrado, evidenciado e/ou omitido.

O desafio maior parece ser mais o da aprendizagem e domínio de novos *modus operandis* que propicie o desenvolvimento de abordagens que aproximem teoria e tratamento informacional. No entanto, deve advir de uma prática de ensino e pesquisa alimentada não apenas na pós-graduação, mas igualmente ao longo da formação das novas gerações de cientistas sociais, estimulando a renovação dos processos de aprendizagem e investigação.

Bibliografia

- AZEVEDO, J. Programas de computadores para análises de dados qualitativos. In: ESTEVES, A; AZEVEDO, J. (eds.). In: *Metodologias qualitativas para as Ciências Sociais*, Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1998, pp. 149-155.
- BALTAR, R; BALTAR, C. S. A defasagem das ciências sociais no uso de recursos de informática para o ensino e a pesquisa no Brasil. In: *La Educación - Revista Digital (OEA)*, v. 144, n. 2, 2010.
- BAUMGARTEN, M; TEIXEIRA, A. N.; LIMA, G. Sociedade e conhecimento: novas tecnologias e desafios para a produção de conhecimento nas Ciências Sociais. In: *Sociedade e Estado*, v.22, n. 2, maio-ago, 2007; pp.401-433.
- DWYER, T. As tecnologias de informação: morte ou vida para as ciências humanas? In: *Sociologias*, n. 12, jul/dez. 2004, pp. 328-346.
- FAZITO, D. Análises qualitativas na Demografia: um exercício de autocrítica dos fundamentos e práticas no campo demográfico. In: MIRANDA-RIBEIRO, Paula; SIMÃO, Andrea B. (orgs.)

Qualificando os números: estudos sobre saúde sexual e reprodutiva no Brasil. ABEP: UNFPA, Belo Horizonte, 2009, pp. 23-38.

FIELDING, N. G.; LEE, R, M. New patterns in the adoption and use of qualitative software. In: *Field Methods*, n. 14, 2002, pp.197-216.

_____.; CISNEROS-PUEBLA, C. A. CAQDAS-GIS Convergence. Toward a New Integrated Mixed Method Research Practice? In: *Journal of Mixed Methods Research* vol. 3, n. 4, oct, 2009, pp. 349-370.

GOLDENBERG, M. *A Arte de Pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2004. 8ª edição.

GUIZZO, B. S.; KRZIMINSKI, C. O.; OLIVEIRA, D. L. L. C. O software QSR NVivo 2.0 na análise qualitativa de dados: ferramentas para a pesquisa em ciências humanas e saúde. In: *Revista Gaúcha de Enfermagem*, vol. 24, n.1, 2003, pp.53-60.

LAGE, M. C. Utilização do software NVivo em pesquisa qualitativa: uma experiência em EaD. In: *Educação Temática Digital*, v.12, número especial, 2011, pp.198-226.

MACGILCHRIST, F; VAN HOUT, T. Ethnographic Discourse Analysis and Social Science. *Forum Qualitative Research*, v.12, n.1, 2011.

MACMILLAN, K. More than just coding? Evaluating CAQDAS in a discourse analysis of news texts. *Forum Qualitative Research*, v.6, n.3, 2005.

MARCONDES, G. S. O que um diário de campo tem a dizer sobre um questionário estruturado? Reflexões de uma experiência de estudo sobre grupos domésticos em Salvador, Bahia. In: CONGRESO DE ALAP, 4, 2010, Habana. Anales... Rio de Janeiro: Asociación Latinoamericana de Población, 2010.

- MOREIRA, D. A. O uso de programas de computador na análise qualitativa: oportunidades, vantagens e desvantagens. *Revista de Negócios*, v.12, n.2, abr-jun, 2007, pp. 56-58.
- SAILLARD, E. K. Systematic Versus Interpretive Analysis with two CAQDAS Packages: NVivo and MAXQDA. *Forum Qualitative Research*, v.12, n.1, 2011.
- SANTOS, J. V. T. As possibilidades das metodologias informacionais nas práticas sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do Século XXI. In: *Sociologias*, n.5, jan-jun, 2001, pp. 116-146.
- SILVA, E. A. Bancos de dados e pesquisa qualitativa em História: reflexões acerca de uma experiência. *Revista de História Regional*, vol. 3, n.2, 1998, pp. 167-176.
- SILVER, C. PATASHNICK, J. Finding Fidelity: Advancing Audiovisual Analysis Using Software. *Forum Qualitative Research*, v.12, n.1, 2011.
- SOUZA, F. N.; COSTA, A. P.; MOREIRA, A. Questionamento no Processo de Análise de Dados Qualitativos com apoio do software WebQDA. In: *EduSer. Revista de Educação, Inovação em Educação com TIC*. v. 3, n. 1, 2011, pp. 19-30.
- TEIXEIRA, A. N.; BECKER, F. Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS. In: *Sociologias*, n.5, jan-jun, 2001, pp. 94-113.

POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO DA ANÁLISE DE ENTROPIA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E NA DEMOGRAFIA

*Joice Melo Vieira**

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar o conceito de entropia e os princípios de cálculo mais elementares utilizados na aplicação da técnica de análise de entropia para estudantes e pesquisadores pouco familiarizados com métodos quantitativos. Procuramos ilustrar o ensaio sugerindo situações em que esta técnica pode ser útil. Em um primeiro exemplo, utilizamos a análise de entropia para descrever transformações de status ao longo do curso de vida. Em um segundo exemplo, a técnica é utilizada para apreender a crescente heterogeneidade dos arranjos familiares entre 1970 e 2010 no Brasil. Dependendo do fenômeno a ser retratado, a análise de entropia descreve o grau de heterogeneidade, desordem ou desigualdade existente em um determinado sistema. Trata-se fundamentalmente de uma técnica de decomposição que permite retratar o quanto um todo se encontra fragmentado.

Palavras-chave: entropia; metodologia; curso de vida; família.

Abstract: The objective of this paper is to present the concept of entropy and the most elementary principles of calculation used in the application of entropy analysis for students and researchers unfamiliar with quantitative methods. We seek to illustrate situations where this technique can be useful. In a first example, we used the entropy analysis to describe changes of status across the life course. In a second example, the technique is used to capture the increasing diversity of family arrangements between 1970 and 2010 in Brazil. Depending on the phenomenon being depicted, the entropy analysis describes the degree of heterogeneity, disorder and inequality in a given system. It is essentially a decomposition technique that allows portray as a whole is fragmented.

Keywords: entropy; methodology; life course; family.

* Professora do Departamento de Demografia (IFCH) e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (Nepo/Unicamp). E-mail: jmvieira@nepo.unicamp.br

O objetivo deste trabalho é apresentar o conceito de entropia e os princípios de cálculo mais elementares utilizados na aplicação da técnica de análise de entropia para estudantes e pesquisadores pouco familiarizados com métodos quantitativos. Procuraremos ilustrar o ensaio sugerindo situações em esta técnica pode ser útil.

À primeira vista, para estudiosos ainda pouco familiarizados com os métodos quantitativos, pode parecer estranho que um conceito como o de entropia, originalmente desenvolvido por físicos, possa ser aplicado às ciências sociais e à demografia. Entretanto, como buscaremos demonstrar, a aplicação da técnica de análise de entropia permite mensurar a evolução de processos sociais extremamente complexos, de maneira relativamente simples e sintética. A palavra entropia – do grego *en* = em; *trope* = transformação – significa a rigor *algo em transformação* (Colovan, 2004, p 14).

No campo de estudos dos fenômenos físicos, mais precisamente aqueles dedicados à termodinâmica – onde o conceito foi primeiramente empregado – a entropia é uma forma de mensurar a transformação da matéria. O fato de uma determinada matéria assumir uma forma mais ou menos ordenada, seja esta matéria viva ou inerte, depende do grau de agitação térmica de seus componentes e de sua complexidade estrutural e funcional. A entropia é a “grandeza que exprime exatamente o número de microestados correspondentes a um determinado estado de um sistema material” (Tronconi et al. 1991). Quanto maior o grau de agitação térmica e quanto mais segmentado for o todo que constitui a matéria, maior será a entropia.

Por vezes, a entropia é considerada uma medida de “desordem” de um sistema, sendo a análise de entropia até mesmo uma forma de mensurar e descrever o caos. Hipoteticamente, quando um sistema atinge sua entropia máxima, é porque atingiu o seu grau máximo de agitação e segmentação ou fragmentação interna. Isto é entendido como uma situação condizente com o caos. Uma visão equivocada do caos o associa à completa ausência de ordem, quando o caos na verdade é a expressão de que o sistema se comporta de maneira totalmente aleatória e,

portanto, imprevisível (Paiva, 2001). A própria aleatoriedade pode ser interpretada como uma norma. Em um contexto de caos, duas partículas extremamente similares podem se comportar de modo inteiramente distinto, por conseguinte, é impossível antecipar resultados, pois todos os desfechos possíveis possuem a mesma probabilidade de ocorrer.

Do ponto de vista matemático, a análise de entropia é uma técnica de decomposição. Dito de maneira muito singela, dada uma totalidade, procura-se desvendar as componentes do todo. Como dizia Theil (1972), as técnicas de decomposição se ocupam em esmiuçar as partes que compõem o todo, sendo a entropia uma medida de quão segmentado está este todo, do quanto ele se encontra dividido internamente. Neste sentido, a entropia é também uma medida de heterogeneidade. Para uns, maior heterogeneidade representa intensa transformação, para outros a desordem ou mesmo o caos. Mas um ponto que cremos ser consensual é que: quanto maior a entropia, maior a complexidade de um fenômeno.

A difusão do conceito e da técnica de análise de entropia para áreas tão diversas como a Economia e as Ciências da Informação, ocorreu em grande parte devido aos esforços de Henri Theil. O índice de Theil, amplamente utilizado na Economia, tem por fundamento a análise de entropia, onde uma grande heterogeneidade na distribuição da renda é expressão de desigualdade. Quanto maior o índice de Theil, maior a desigualdade de renda em uma sociedade (Akita, 2000; Barros et al., 2006; Araújo, Salvato e Souza, 2008).

Em 1972, Theil, então professor na Universidade de Chicago, editou o livro “Statistical Decomposition Analysis with Applications in the Social and Administrative Sciences”. Deve-se destacar que após a Segunda Guerra Mundial as técnicas estatísticas e matemáticas aplicadas às ciências sociais estavam em franca expansão. No período em que Theil edita este livro os métodos quantitativos já haviam se firmado como um importante “aparato das ciências sociais e administrativas modernas”, nas palavras do próprio autor. Como ele próprio explica no prefácio do livro, o objetivo desta obra era romper as barreiras das diferentes áreas

do conhecimento, reunindo trabalhos teóricos e empíricos que discutem técnicas de decomposição passíveis de serem utilizadas na Economia, Sociologia, Ciência Política e Administração. A ideia era apresentar o potencial dos métodos quantitativos evidenciando que, se bem utilizados, eles poderíamos nos oferecer novas perspectivas sobre questões sociais candentes.

A maioria dos trabalhos que utiliza a análise de entropia está redigida em inglês e raramente eles descrevem passo a passo as etapas de cálculo de uma maneira compreensível para cientistas sociais com pouca familiaridade com métodos quantitativos. Mas podemos dizer que, em Ciências Sociais, sempre que for pertinente sabermos o quanto uma distribuição se encontra segmentada internamente ou, quando estivermos diante de uma comparação entre vários grupos e for útil sabermos qual deles é mais heterogêneo, é possível que estejamos diante de uma situação em que a análise de entropia poderia ser aplicada. A seguir, apresentaremos duas situações em que empregamos a análise de entropia.

Análise de entropia aplicada à descrição do curso de vida

Boa parte da teoria sobre o curso da vida se fundamenta de uma forma ou outra nos conceitos-chave de trajetória e transições. Enquanto o conceito de trajetória dá conta da dinâmica de longa duração do curso da vida (é o próprio desenrolar da linha da vida dos indivíduos), o conceito de transição dá conta de períodos de guinadas ou ajustes nesta trajetória. Transições são períodos mais curtos e circunscritos no tempo, mas nem por isso menos importantes. Transições sinalizam o fim e o início de etapas de uma trajetória (Macmillan, 2005).

De acordo com Macmillan (2005, p. 4), o principal eixo do debate atual deriva de evidências de que o curso de vida estruturado, fundado em um conjunto normativo de etapas ordenadas em um contínuo, cede espaço a “conformações novas e potencialmente problemáticas”. Isto se verifica na descompressão

dos marcos da vida adulta (por exemplo, maior espaçamento temporal entre a saída da casa dos pais e o casamento); aumento da sobreposição dos papéis sociais (estudar e trabalhar ou aposentar-se e não se retirar completamente do mercado de trabalho); aumento da reversibilidade e instabilidade dos papéis sociais (o filho que retorna à casa paterna depois de ter tido a experiência de viver só ou em união conjugal) e desarticulação dos diferentes papéis que se tornam difíceis de conciliar ao longo das trajetórias individuais no decorrer da vida (sobretudo, as tensões entre vida familiar e profissional).

A técnica de análise de entropia mostra-se robusta para descrever transições no curso de vida. Isto porque pode ser usada como uma medida sintética do grau de heterogeneidade encontrado na distribuição dos indivíduos em múltiplas combinações de status (escolar, produtivo, residencial, marital e parental) nas diferentes idades ao longo do curso de vida.

Imaginemos uma situação hipotética onde todas as crianças de 10 anos de idade moram com os pais, estudam, não trabalham, não estão envolvidas em uniões conjugais ainda e obviamente ainda não tem filhos. Se todas as crianças estão nesta combinação de status, a entropia será algo muito próximo de zero, ou seja, muito próximo da total homogeneidade. À medida que as crianças crescem, parte delas começa a transitar para combinações de status diferentes desta, logo o índice de entropia aumenta. Em outras palavras, não há um perfil necessariamente hegemônico, vão surgindo outras combinações de status de forma que o perfil dos adolescentes é mais heterogêneo que aquele das crianças: adolescentes que trabalham, estudam e moram com os pais; adolescentes que trabalham, não estudam, têm filhos e já não moram com os pais, etc. Em certa fase da vida, boa parte das pessoas assumem posições muito similares novamente: muitas delas serão pais e mães, elas estarão unidas, já não estudarão e estarão inseridas no mercado de trabalho. Nesta fase, a entropia (heterogeneidade dos perfis a determinada idade) diminuirá ou se estabilizará porque já não haverá muitas pessoas mudando de status. Desta forma, a entropia pode descrever o curso de vida,

identificando na trajetória de uma coorte real ou sintética¹, as fases de mudanças de status mais intensas, isto é, os momentos de transição.

Para exemplificar isto, utilizamos os dados dos censos demográficos de 1970 e 2000 retratando o caso específico do Estado de São Paulo. Trata-se de dois momentos bastante distintos da história socioeconômica e demográfica brasileira. Uma particularidade do censo de 1970 em relação aos demais censos realizados no Brasil é o fato de ter sido levado a cabo em plena ditadura militar, em meio ao “milagre econômico” e à intensificação das migrações internas, sendo por isso mesmo uma poderosa radiografia de uma sociedade sob o impacto do êxodo rural, da concentração populacional nos grandes centros urbanos, acompanhada pelo fenômeno da favelização. Um país que se maravilhava com as possibilidades abertas pela modernização, mas que também já evidenciava marcas de tensões sociais produzidas pelo acirramento das desigualdades e da pobreza que estavam longe de serem aplacadas pelo crescimento econômico e desenvolvimento que se colocavam em marcha.

O censo de 2000 retrata um país que ainda padece de graves problemas sociais. Porém o cenário é outro, marcado pela consolidação do regime democrático e pela maior abertura e dependência da economia nacional em relação aos reveses da globalização. Essas linhas contextuais gerais distintas em 1970 e 2000 podem coincidir com formas diferentes de organizar e vivenciar o curso de vida, mais ou menos padronizadas, segundo as alternativas e constrangimentos de cada período.

¹ Chamamos de coorte um conjunto de pessoas que vivenciam um mesmo evento em um mesmo período do tempo. Por exemplo, a coorte de nascimento de 1980, se refere ao conjunto de pessoas que nasceram naquele ano. Uma coorte hipotética ou sintética é um constructo abstrato em que assumimos que uma coorte assumirá no futuro o mesmo comportamento verificado nos diferentes grupos etários observados em um ponto circunscrito no tempo. Consiste em assumir que daqui a 50 anos, as crianças que estão com 10 anos hoje irão se comportar como as pessoas que tem 60 anos atualmente.

Vamos supor que estejamos interessados em descrever o processo de transição para a vida adulta de mulheres segundo a renda domiciliar per capita: as mulheres que se encontravam no primeiro quintil de renda domiciliar per capita foram consideradas de baixa renda e aquelas que se encontravam no quinto quintil, foram consideradas de alta renda. Para este exemplo vamos nos ater à faixa etária 13 a 44 anos, com o objetivo de melhor captar o momento em que começam a transitar da posição exclusiva de estudante para a de estudante-trabalhador e trabalhador; de filho para chefe de domicílio; de solteiro para cônjuge e também no caso das mulheres para as quais há informação sobre número de filhos, considerar ainda a transição para a maternidade.

Para realizar o cálculo da entropia, usaremos como *input* a distribuição das pessoas em cada idade simples segundo todas as combinações de respostas binárias possíveis considerando os status indicados no Quadro I:

Quadro I - Apropriação de quesitos censitários para fins de análise combinatória

Status na transição para a vida adulta	Quesitos do Censo 1970	Quesitos do Censo 2000
Status educacional Estudante <i>versus</i> não-estudante (indicativo de término, interrupção ou abandono da formação escolar)	16 – Frequenta escola? () Sim () Não	4.29 – Frequenta escola ou creche? () 1 - sim, rede particular () 2 - sim, rede pública () 3 - não, já frequentou () 4 - nunca frequentou
Status ocupacional Trabalhador (membro da PEA) <i>versus</i> não-trabalhador (indicativo de dependência econômica)	22 – Se não trabalha, nem procura trabalho, qual a ocupação ou situação que tem e considera principal? () afazeres domésticos () estudante () aposentado () vive de renda () doente ou inválido () detento () sem ocupação () trabalha ou procura trabalho.	4.39 – Na semana..., trabalhou em alguma atividade remunerada? 4.40 – Na semana..., tinha algum trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado? 4.41 – Na semana..., ajudou, sem remuneração, no trabalho exercido por pessoa conta-própria ou empregadora, moradora do domicílio, ou como aprendiz ou estagiário? 4.42 – Na semana..., ajudou, sem remuneração, no trabalho exercido por pessoa moradora do domicílio empregada em atividade de cultivo, extração vegetal, criação de animais, caça, pesca ou garimpo? 4.43 – Na semana..., trabalhou em atividade de cultivo, extração vegetal, criação de animais, caça ou pesca, destinados à alimentação de pessoas moradoras no domicílio? 4.55 – No período de 30 de junho a 29 de julho, tomou alguma providência para conseguir trabalho?
Status residencial Dependência <i>versus</i> autonomia residencial (se o jovem ocupa a posição de responsável pelo domicílio ou de cônjuge do responsável)	4 – Parentesco ou relação com o chefe. () 1. chefe () 2. cônjuge () 3. filho () 4. pais ou sogros () 5. genro ou nora () 6. neto () 7. outro parente () 8. empregado () 9. individual (em domicílio coletivo)	4.02 – Qual é a relação com a pessoa responsável pelo domicílio? () 01. pessoa responsável () 02. cônjuge, Companheiro(a) () 03. filho(a), enteado(a) () 04. pai, mãe, sogro(a) () 05. neto(a), bisneto(a) () 06. irmão, irmã () 07. outro parente () 08. agregado () 09. pensionista () 10. empregado(a) doméstico(a) () 11. parente do(a) empregado(a) doméstico(a) () 12. individual em domicílio coletivo

Status conjugal Esteve/está em união versus nunca esteve unido(a)	19 – Se vive em companhia de cônjuge – esposa(o), companheira(o), etc. – indicar a natureza da união. () 1. casamento civil e religioso () 2. só casamento civil () 3. só casamento religioso () 4. Outra Se não vive em companhia de cônjuge – esposa(o), companheira(o), etc. – indicar se é: () 5. solteiro () 6. separado () 7. Desquitado () 8. Divorciado () 9. Viúvo	4.37 – Qual é (era) a natureza da última união? () 1. casamento civil e religioso () 2. só casamento civil () 3. só casamento religioso () 4. união consensual () Nunca viveu
Status parental Iniciou a constituição de prole <i>versus</i> nunca teve filhos	29 – Quantos filhos nascidos vivos teve, até a data do censo?	4.62 – Quantos(as) filhos(as) nascidos(as) vivos(as) teve até 31 de julho de 2000?

Fonte: IBGE - Questionários dos Censos demográficos de 1970 e 2000.
Elaboração própria.

A técnica proposta consiste em calcular índices de entropia a partir de combinações de status (se estudante, trabalhador, chefe de domicílio, cônjuge) por idade específica assumindo os dados do censo como compondo uma coorte sintética (Fussell, 2006). Assim, o primeiro passo é identificar as variáveis que representarão os status pertinentes para o estudo da transição para a vida adulta e transformá-las em variáveis *dummy* (dicotômicas):

Do ponto de vista de seu potencial explicativo, a técnica serve para medir diferenças no *timing* da transição para a vida adulta ao longo do tempo, pela comparação de duas ou mais coortes sintéticas tomadas de uma sequência de levantamentos censitários ou de apenas dois censos que retratam momentos históricos distintos. Além disso, viabiliza a comparação do processo de transição para a vida adulta (ou de outras transições) entre subgrupos de

uma mesma coorte sintética mediante a exploração de clivagens fundadas no sexo, na situação de domicílio (rural ou urbano), na renda, na cor/raça entre outras segmentações que as informações dos censos envolvidos na análise permitirem.

Todo o raciocínio baseia-se na utilização do índice de entropia geral de Theil (1972):

Fórmula 1

$$E = \sum_{x=1}^S p_s \log\left(\frac{1}{p_s}\right)$$

Onde, S indica uma determinada combinação de status a uma idade x e p_s é a proporção da população desta idade na combinação de status S . O cálculo da entropia é obtido pelo produto da proporção da população da idade x na combinação de status considerada pelo log natural da probabilidade inversa dessa mesma proporção. A somatória de todas as medidas assim construídas considerando cada combinação de status possível para a população de uma dada idade específica resulta em um número, o índice de entropia geral, que indica o grau de heterogeneidade das combinações de status àquela determinada idade (Billari, 2001; Fussell, 2006).

A amplitude do índice de entropia geral varia de 0, quando há perfeita homogeneidade (ou seja, todos os indivíduos estariam concentrados em uma única combinação de status) até a entropia máxima (máxima heterogeneidade, situação na qual haveria exatamente o mesmo número de indivíduos em cada uma das combinações de status possíveis). O valor numérico da entropia máxima depende de quantos status estão sendo combinados, já que no cálculo da entropia máxima é preciso conhecer o número total de combinações de status possíveis:

Fórmula 2

$$E_{\max} = C_s * \{(1/C_s) * \ln [1/(1/ C_s)]\}$$

Sendo, $E_{\max}$ a entropia máxima e C_s o número total de combinações de status possíveis.

Para que o índice de entropia se torne uma grandeza de mais fácil compreensão, Fussell (2006) sugere que ele seja transformado em uma porcentagem da entropia máxima.

Quanto mais próximo de 100% (entropia máxima), maior é a dispersão dos indivíduos em diferentes combinações de status. Inversamente, quanto mais próximo de zero, mais os indivíduos estão concentrados em algumas poucas combinações de status, havendo, por conseguinte, uma estrutura mais rígida de papéis assumidos por grande parte das pessoas àquela idade.

Calculando-se os índices de entropia por idade específica conforme foi descrito acima e, a partir desses resultados, construindo um gráfico simples de linhas, é possível identificar as idades em que o processo de transição para a vida adulta se intensifica bem como quando atinge o seu ápice.

O recurso gráfico permite visualizar que, partindo de idades mais próximas à infância (quando a maioria das pessoas está concentrada em uma combinação de status bem característica: a de estudante, que não trabalha, é na maioria das vezes dependente de um dos pais ou de ambos, nunca teve uma experiência conjugal e não tem filho), os índices de entropia são sempre mais baixos. À medida que a idade avança e as pessoas mudam de status assumindo novos papéis sociais, os índices de entropia começam a aumentar até alcançar um clímax, que caracteriza as idades nas quais há maior heterogeneidade de combinações de status, o que evidencia uma maior efervescência de transformações que fazem parte da própria condição juvenil. Ou seja, a passagem de uma coorte à vida adulta se expressa quando boa parcela das

pessoas escapa da combinação típica da figura do estudante-filho-dependente, exercendo funções inerentes ao universo adulto.

Analogamente, idades nas quais o índice de entropia cai ou relativamente estabiliza-se, podem ser consideradas como o fim do período de transição, pois se subentende que a tendência é de nova concentração em uma combinação de status dominante, a de trabalhador, com domicílio independente da família de origem e que já constituiu sua própria família.

Com os dados do censo, podemos obter informações sobre cinco status (escolar, produtivo, residencial, marital e parental), logo, a entropia máxima será:

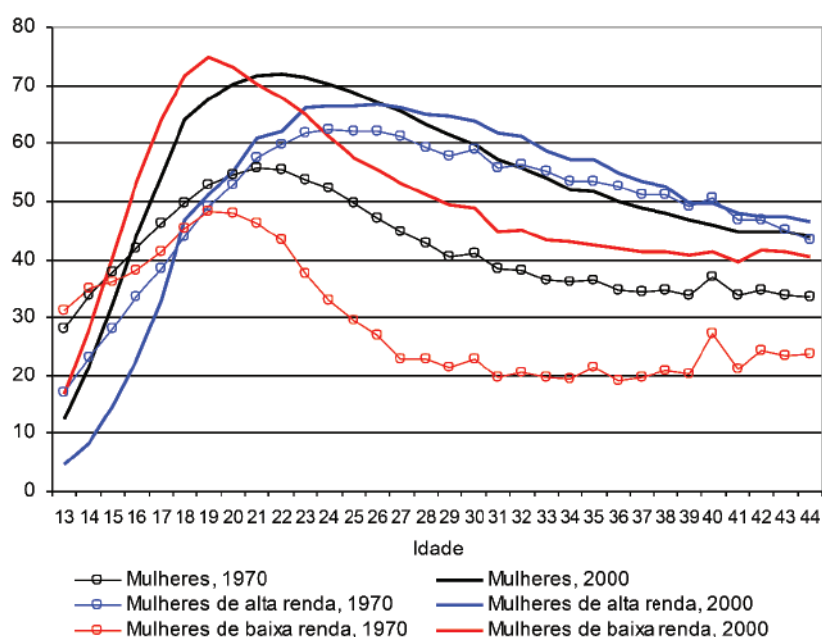
$$\text{Max Ex} = 32 * \{(1/32) * \ln [1/(1/32)]\} = 3,466$$

Deve estar claro que temos 32 combinações de status possíveis porque estamos lidando com variáveis binárias, há apenas duas opções (sim/não) e 5 status. Portanto:

$$2^5 = 32$$

Considerando o acima exposto, obtemos a seguinte representação gráfica:

Gráfico 1 – Índice de entropia segundo a renda domiciliar per capita para mulheres paulistas, 1970 e 2000



Fonte: IBGE, microdados dos Censos Demográficos de 1970 e 2000. Elaboração própria.

Como podemos interpretar o gráfico acima? Como era esperado, a heterogeneidade de combinações de status é menor nas primeiras idades, dado as meninas tenderiam a se enquadrar mais na posição de estudante, dependente, solteira e sem filhos. Seja em 1970 ou em 2000, a heterogeneidade é maior entre as meninas de baixa renda posto que elas escapam mais deste perfil idealizado de estudante dependente, solteira e sem filhos. O ápice de heterogeneidade é atingido primeiro pelas meninas de baixa renda seja em 1970, seja em 2000, posto que elas assumem papéis adultos mais precocemente: o ápice da curva que descreve o grau

de heterogeneidade ao longo do curso de vida de mulheres de baixa renda se dá ao redor dos 19-20 anos, enquanto entre as mulheres de alta renda ocorre entre 23-24 anos. Após os 19 anos em 1970 e depois dos 22 anos em 2000, ocorrem inversões e o curso de vida das mulheres de baixa renda dá mostras de ser menos heterogêneo que aquele das mulheres de alta renda (as linhas vermelhas e azuis se cruzam e o índice de entropia passa a ser menor entre as mulheres de baixa renda se comparado às aquelas de alta renda). Em síntese, no início da adolescência notamos que as mulheres de alta renda estão concentradas em umas poucas combinações dos 5 status considerados, se aproximam mais do padrão ideal de uma adolescência protegida pela família e dedicada aos estudos. Mas passado o período de mais intensa mudança de status representado pelos ápices das curvas do Gráfico 1, as mulheres de alta renda passam a ter perfis menos padronizados do que as mulheres de baixa renda. Aspectos mais detalhados da interpretação deste tipo de gráfico podem ser encontrados em (Fussell, 2005; Vieira, 2008 e Vieira e Miret, 2010).

A grande vantagem da análise de entropia é que permite retratar e interpretar distribuições muito complexas. O Gráfico 1 na verdade condensa em cada linha a informação de uma tabela de 32 linhas (combinações de status) x 32 colunas (idade de 13-44 anos). Um gráfico como este com 6 linhas sintetiza a informação de 6 tabelas de 32 linhas x 32 colunas, tabelas que dificilmente poderiam ser apresentadas em um artigo acadêmico.

Análise de entropia aplicada à mensuração da pluralidade de formas de família

Vejamos um segundo exemplo de aplicação da análise de entropia. Diversos estudos no Brasil e no exterior têm documentando ao longo das últimas décadas a emergência de uma pluralidade de formas de família. Menciona-se frequentemente na mídia e na academia a crescente multiplicidade do ambiente de criação de filhos. Cada vez mais crianças crescem em lares que não

se enquadram nos moldes da família nuclear. Lares monoparentais ou compostos por mais de duas gerações, ou que assimilam parentes colaterais, convivem lado a lado com a sacralizada tríade pai-mãe-filhos.

O objetivo deste tópico é mensurar o quanto a família brasileira se tornou mais heterogênea entre 1970 e 2010. Neste caso a análise de entropia é aplicada para medir a heterogeneidade das estruturas familiares ao longo de 1970-2010 segundo grupo etário das pessoas. O objetivo deste experimento é perceber como se comporta a distribuição das pessoas nos distintos arranjos familiares com o avançar da idade. Quanto mais próximo de zero, mais homogêneo é o ambiente familiar, por conseguinte, quanto maior o índice de entropia, maior o grau de heterogeneidade encontrado nas configurações familiares.

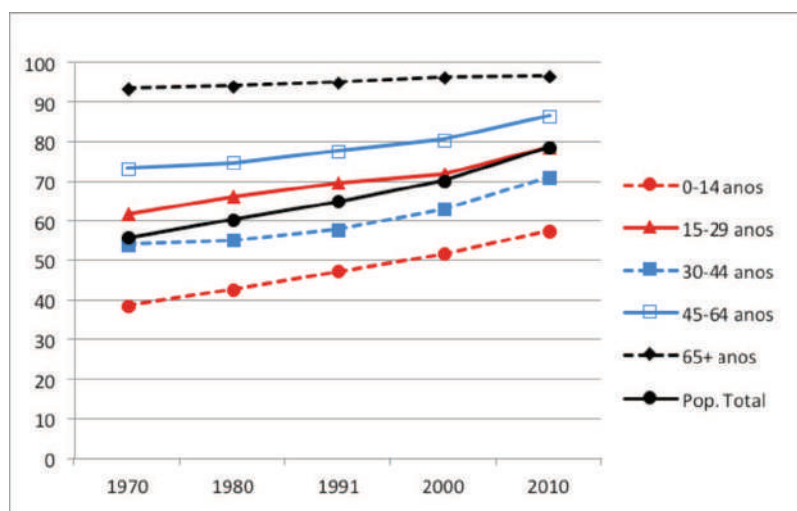
Dito de outra forma, o índice de entropia mede o quanto os indivíduos estão dispersos nas diferentes categorias de arranjo familiar. Quanto mais dispersos em diferentes possibilidades de arranjos, mais heterogêneo é o ambiente familiar em que as pessoas se encontram. Neste exemplo consideramos oito tipos de arranjos domiciliares: 1) domicílio unipessoal; 2) casal sem filhos; 3) casal sem filhos e com parentes; 4) casal com filhos; 5) monoparental; 6) biparental com parentes; 7) monoparental com parentes e 8) outros.

O cálculo do índice é efetuado considerando exatamente a fórmula 1 indicada anteriormente. Entretanto, agora S indica uma determinada categoria de arranjo familiar, x é o grupo social em análise (grupo etário, cor, quintil de renda domiciliar per capita, etc.) e P_s é a proporção de indivíduos do grupo social em análise na categoria de arranjo familiar S em um determinado ano. Assim, se todos os indivíduos estiverem concentrados em uma única categoria de arranjo familiar, o valor da entropia será igual a zero.

Como neste exemplo estamos considerando oito categorias de arranjo familiar, a entropia máxima será dada por $E = 8 * \{(1/8) * \ln [1/(1/8)]\} = 2,079$. Em uma situação hipotética em que caso fosse possível encontrar exatamente o mesmo número de pessoas em cada uma das oito categorias de arranjo familiar, esta realidade

seria sintetizada pela entropia máxima 2,079. Como valores que variam entre 0 e 2,079 não são de muito fácil apreensão e leitura, transformamos os índices de entropia de cada grupo social em uma porcentagem da entropia máxima. Por isso nossos indicadores de grau de heterogeneidade (os índices de entropia), variam de zero a cem.

Gráfico 2 – Brasil, 1970-2010: Evolução do grau de heterogeneidade das configurações familiares de acordo com o grupo etário



Fonte: IBGE, microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria.

O Gráfico 2 permite notar que de fato os arranjos familiares se tornaram em geral mais heterogêneos entre 1970 e 2010, sendo este comportamento mais acentuado para o grupo etário de 0-14 anos. A heterogeneidade dos arranjos familiares em que as pessoas se encontram tende a aumentar com o avançar da idade. Especialmente para os grupos etários de 45-64 anos e 65+ anos a heterogeneidade dos arranjos domiciliares é muito elevada ao

longo de toda a série história aqui contemplada. Sobretudo no grupo 65+ anos, os índices de entropia estão muito próximos da entropia máxima, sinalizando que as pessoas neste grupo etário estão dispersas pelos mais variados arranjos familiares. Considerando exclusivamente o critério etário, os indivíduos de 65+ anos têm praticamente as mesmas chances de residir nos diferentes arranjos familiares.

O Gráfico 2 tal como foi construído tem o poder de sintetizar em cada linha que o compõe a informação de uma tabela 8 x 5 (distribuição de cada um dos grupos etários considerados segundo uma tabela que contemple nas linhas os 8 arranjos familiares e nas colunas cada um dos 5 censos aqui considerados).

Observações Finais

A análise de entropia pode ser aplicada às mais diferentes temáticas de pesquisa em Ciências Sociais e Demografia, sempre que estivermos interessados em capturar o grau de heterogeneidade ou fragmentação interna de grupos sociais (grupos etários, de renda, raça/cor, etc.). Com esta técnica é possível apreender microestados que compõe um estado qualquer.

O poder de síntese de informação também não é desprezível. Em apenas um gráfico, podemos condensar várias tabelas com numerosas células, cujo volume de informação inviabilizaria a apresentação delas em um artigo acadêmico ou dificultaria até mesmo sua interpretação.

Referências Bibliográficas

AKITA, T. Decomposing Regional Income Inequality using Two-Stage, Nested Theil Decomposition Method. In: *Working Paper* Nº 2. June 2000.

- ARAÚJO, J.R; SALVATO M.A. e SOUZA, P.F.L. Decomposição do índice de Theil-T em disparidades regionais, entre gêneros, raciais e educacionais: uma análise da desigualdade de renda na região sul. Trabalho apresentado no XI Encontro de Economia da Região Sul. Curitiba: ANPEC, 26 e 27 de junho de 2008.
- BARROS et al. A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. In *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Coautoria de Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyseu. Brasília, DF: IPEA, 2006-2007.
- BILLARI, F. The analysis of early life courses: complex descriptions of the transition to adulthood. In: *Journal of Population Research*, v.18, Issue 2, p. 119-42, 2001.
- COVOLAN, S.C.T. *O conceito de entropia num curso destinado ao Ensino Médio a partir de concepções prévias dos estudantes e da História da Ciência*. Campinas, 2004. 112p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- FUSSELL, E. Measuring the early adult life course in Mexico: an application of the entropy index. In: MACMILLAN, R. (ed.). In: MACMILLAN, R. (ed.). *The structure of life course: Standardized? Individualized? Differentiated?*. Minneapolis: University of Minnesota, 2005. p.91-122. (Advances in life course research, vol. 9).
- _____. Structuring the Transition to Adulthood: An Entropy Analysis of the Early Life Course in the United States, 1880 to 2000. In: MEETING PAA 2006, session 7, Los Angeles, 2006. *Annals Population Association of America: 2006 Annual Meeting*.
- MACMILLAN, R. The structure of the life course: classic issues and current controversies. In: MACMILLAN, R. (ed.). *The structure of life course: Standardized? Individualized? Differentiated?*. Minneapolis: University of Minnesota, 2005. p.3-24. (Advances in life course research, vol. 9).

- PAIVA, W.P. A teoria do caos e as organizações. *Caderno de Pesquisa em Administração*, São Paulo, v. 08, nº 2, abril/junho 2001.
- THEIL, H. *Statistical Decomposition Analysis: with Applications in the Social and Administrative Sciences*. Amsterdam/London: North-Holland Publishing Company, 1972.
- TRONCONI, P.A., VALOTA, R., AGOSTINELLI, M. RAMPI, F. *Energia, Entropia, Economia*. Editora Macroedizioni, Poggio, 1991.
- VIEIRA, J. M. Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada entre 1970 e 2000. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 25, p. 27-48, 2008.
- VIEIRA, J. M.; MIRET, P. Transición a la vida adulta en España: una comparación en el tiempo y en el territorio utilizando el análisis de entropía. In: *Revista Española de Investigaciones Sociológicas* (REIS), v. 131, p. 75-

TEORIA SOCIOLÓGICA E METODOLOGIA: APONTAMENTOS ACERCA DE ALGUMAS CONTROVÉRSIAS¹

Sergio B. F. Tavolaro*

Resumo: Desde longa data, recai sobre a *teoria social/sociológica* certo ceticismo quanto à legitimidade desta constituir-se como subárea independente no interior da sociologia. O motivo talvez com maior frequência alegado seja o de que o reconhecimento de sua autonomia investigativa implicaria chamar de científico um tipo de atividade em profundo descompasso com os princípios orientadores da própria ciência. O presente artigo pretende avançar dois argumentos interrelacionados: 1) algumas das desconfianças que a sociologia dirige à *teoria social/sociológica* guardam semelhanças em relação às suspeitas que outras áreas do conhecimento endereçam à própria sociologia; seja em razão de sua pretensa abstração (caso da *teoria sociológica*), seja em virtude da ausência de integração teórica e metodológica, a sociologia é muitas vezes acusada de adotar procedimentos pouco rigorosos, razão suficiente de sua incapacidade para desvendar a realidade empírica de maneira sistemática, racional e objetiva; 2) vários dos procedimentos empregados em subáreas consolidadas da sociologia são, na verdade, passíveis de serem encontrados entre os praticantes da *teoria sociológica*: sob essa rubrica, observa-se uma ampla agenda de pesquisas cuja execução envolve a adoção de métodos e técnicas de coleta de dados compartilhados por outras subáreas da sociologia.

Palavras-chave: teoria sociológica; metodologia; técnicas de pesquisa.

* Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Bolsista de Produtividade 2 do CNPq.

¹ O presente artigo é uma versão ampliada e aprofundada da palestra “Especificidades do trabalho de pesquisa em teoria social e pensamento sociológico”, ministrada em agosto de 2012, na disciplina “Metodologia e Técnicas de Pesquisa”, no IFCH/Unicamp. Agradeço a Roberto L. Carmo e Joice M. Vieira (Demografia/IFCH) pelo convite.

Abstract: There is a deep-seated skepticism that hangs over sociology regarding the legitimacy of *social/sociological theory* to become a self-referred subfield. The main concern is that by endorsing such a claim one assumes as scientific a particular modality of knowledge that falls-short of complying with key scientific guiding principles. The present article sets forth two interrelated arguments that challenge this common sensical perception: 1) Some of the suspicions that fall over *social/sociological theory* are similar to those that “hard sciences” projects on sociology, namely, its supposed inability to produce objective, rational and methodical knowledge about reality; 2) Most of the procedures deployed in well-institutionalized research fields of sociology are no different from those commonly used by practitioners of *social/sociological theory*. Rather than peculiar, this area’s wide and diverse research agenda involves the use of methods and data collection techniques that are shared by other empirical research fields in sociology.

Keywords: sociological theory; methodology; data collection techniques.

I

Teoria social/sociológica: nobre atividade intelectual, reservada a um grupo seleto de cientistas sociais, cuja notória experiência e lugar de destaque em prestigiosas instituições de pesquisa autorizam seu exercício? Ou, ao invés disso, filha ilegítima da sociologia, eterna postulante a um lugar ao sol entre os já institucionalizados campos de atuação científica? Independentemente da conclusão a que se chegue, essa oposição é por si só sugestiva do sentimento acerca de sua condição especial. Via de regra, argumenta-se que o formalismo e o nível de abstração em que operam seus praticantes são acentuados em demasia, o que em larga medida responderia por suas especificidades – e também pela natureza de suas limitações. Note-se que, desde longa data, recai sobre a *teoria social/sociológica* certo ceticismo, quando não uma profunda e declarada suspeita, quanto à legitimidade desta constituir-se como subárea independente e auto-referenciada no interior da sociologia². Não

² Conforme pretendo argumentar, *universalismo, comunismo, desinteresse e ceticismo organizado*, os termos do “ethos da ciência” tal qual codificados por Robert Merton (1969), não parecem explicar de maneira suficiente o porquê de tais suspeitas em relação à *teoria social/sociológica* terem se traduzido, em

por acaso, o motivo talvez mais frequentemente alegado para essa desconfiança seja o de que reconhecer sua autonomia investigativa implicaria chamar de científico um tipo de atividade em profundo descompasso com os princípios orientadores da própria ciência. Ora, se um dos aspectos distintivos do discurso científico em relação a outras formas de conhecimento é justamente a noção de que o “real” é o “árbitro” de todo e qualquer intento de reivindicação da verdade (Bourdieu, 2004, p. 69)³, como qualificar de científica uma modalidade de inteligência cujo compromisso com a realidade empírica é – em virtude de suas pretensas especificidades – apenas e tão-somente tênue? Dito de outro modo: se seus objetos por excelência são conceitos, concebidos como construções mentais elaboradas mais por meio de operações lógicas do que através do árduo e tortuoso enfrentamento com a “realidade empírica dos fatos”, o que haveria de científico nos procedimentos adotados por seus praticantes?⁴ Essa ênfase nas dimensões lógica e discursiva,

diferentes contextos e situações, em níveis variados de obstáculo institucional ao seu reconhecimento. A meu ver, além do peso condicionante de eventos extra-científicos (sociais, políticos, econômicos, etc.), o teor e os meandros das disputas e conflitos que entrecortam e constituem a própria comunidade autorizada a legitimar ou esconjurar seus postulantes, nos termos sugeridos por Bourdieu (2004), têm boa dose de responsabilidade sobre tais obstáculos.

³ Nesse espírito, ainda que adote uma postura cautelosa ao vislumbrar a “verdade objetiva” apenas como uma “idéia reguladora”, Karl Popper sustenta que “Denominamos ‘verdadeira’ uma proposição, se ela corresponde aos fatos, ou se as coisas são como as descritas pela proposição (...)” (Popper, 1979, pp. 27-28). É claro que esta, como muitas outras concepções a respeito da ciência e de sua relação com a “realidade empírica”, não é consensual.

⁴ Ressoando tal concepção, Robert Merton (1969, pp. 653-654) afirma que “A meta institucional da ciência é a ampliação dos conhecimentos comprovados”. Conforme o autor, alcançar esse objetivo demanda conjugar “congruência lógica” com “prova empírica”. Nessa mesma direção, Karl Popper (1979, pp. 16) sustenta que “O método das ciências sociais, como aquele das ciências naturais, consiste em experimentar possíveis soluções para certos problemas”, sendo que “cada problema surge da descoberta de que algo não está em ordem com nosso suposto conhecimento; ou, examinando logicamente, da

em detrimento do plano empírico, não seria razão mais do que suficiente para desqualificá-la como subárea da sociologia?

Formulada com graus variados de sofisticação, essa objeção ao seu *status* científico comumente obscurece a diversidade de programas de investigação sob a rubrica teoria *social/sociológica*. Assim vislumbrada, perde-se de vista a enormidade de temas e preocupações, bem como de procedimentos adotados no interior de sua órbita de atuação. Conforme pretendo argumentar no presente artigo, na realidade (mesmo que nem sempre tão claramente concreta) dos fatos, tal variedade traduz-se num escopo não menos diverso de escolhas metodológicas e de técnicas de pesquisa⁵. Para sustentar esse argumento, o artigo lançará mão de algumas obras de fôlego, bem como da produção dos grupos de trabalho de teoria *social/sociológica* consolidada no âmbito da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Há mais de uma década, *papers* e comunicações apresentados em seus encontros periódicos têm se mostrado ilustrativos não só da variedade de interesses e agendas de trabalho como também dos procedimentos, perspectivas metodológicas e técnicas de coleta de dados. Algo análogo pode ser dito acerca de inúmeros trabalhos que conquistaram lugar de destaque entre os praticantes dessa subárea.

Mas, para além desse exercício analítico-descritivo, visitarei discussões clássicas e contemporâneas no campo da sociologia do

descoberta de uma contradição interna entre nosso suposto conhecimento e os fatos; ou (...) da descoberta de uma contradição aparente entre nosso suposto conhecimento e os supostos fatos" (pp. 14-15).

⁵ Nunca é demais lembrar que, a despeito de com alguma frequência serem empregados de maneira intercambiável, *métodos* e *técnicas de pesquisa* referem-se a coisas distintas. De acordo com Ignácio Cano (2012, p. 107), enquanto os métodos são "estratégias de produção de conhecimento científico, incluindo a geração e a validação de teorias" – portanto, mais abrangentes e próximos à epistemologia –, as técnicas são "formas padronizadas de coleta e análise de dados".

conhecimento com o propósito de ilustrar e caracterizar algumas das polêmicas e controvérsias que circundam essa questão. Bem sabemos que parte expressiva das preocupações desse campo versa sobre as fontes, os condicionantes, a dinâmica interna, tanto quanto as eventuais implicações sociais do conhecimento científico (Bloor, 2009). Acredito que a consideração desses aspectos pode auxiliar a diluir alguns estigmas que, conforme sublinhei há pouco, frequentemente recaem sobre a teoria *social/sociológica*⁶. Pode, ademais, revelar sua proximidade e parentesco de primeiro grau com outros campos científicos (tanto no âmbito das ciências sociais quanto naquele de suas irmãs “duras”). Eis o que pretendo argumentar: por um lado, algumas das desconfianças que a sociologia dirige à teoria *social/sociológica* guardam semelhanças em relação às suspeitas que outras áreas do conhecimento endereçam à própria sociologia. Refiro-me, nesse primeiro aspecto, a críticas quanto ao teor da relação entre o(s) discurso(s) elaborado(s) pela sociologia e a realidade social referida: seja em razão de sua alardeada abstração (caso da *teoria sociológica*), seja em virtude da ausência de integração teórica e metodológica, a sociologia é muitas vezes acusada de adotar procedimentos pouco rigorosos, os quais a incapacitariam a desvendar a “realidade objetiva através do recurso a um método que nos permita sair para *fora* da mente” (Comissão Gulbenkian, 1996, p. 26) – traço tradicional e canonicamente tomado por distintivo e essencial ao empreendimento científico (Mann, 1979)⁷. Por outro lado, quero

⁶ Conforme conclama Pierre Bourdieu (2004, p. 4), se a sociologia convida outras ciências a se debruçarem sobre suas bases sociais, ela mesma não pode se isentar desse “chamado à reflexividade”. Por sinal, a *reflexividade* é (ao lado da *causalidade*, da *imparcialidade* e da *simetria*) um dos quatro princípios do “programa forte” da sociologia do conhecimento formulado por David Bloor (2009).

⁷ Nessa direção, Peter Mann diz-nos que “A meta da ciência é atingir objetividade, imparcialidade e observação despreconcebida (...)” (Mann, 1979, p. 38). De acordo com sua aceção bastante convencional, as seguintes etapas devem ser observadas com vistas ao conhecimento objetivo da realidade: 1) Indagação inicial (pré-científica); 2) Estabelecimento de relações entre a ideia

também argumentar que vários dos procedimentos empregados em subáreas consolidadas da sociologia são, na verdade, passíveis de serem encontrados nos trabalhos de *teoria social/sociológica*⁸: conforme sugeri acima, sob essa rubrica, observa-se uma ampla agenda de pesquisas cuja execução envolve a adoção de métodos e técnicas de coleta de dados compartilhados por outras subáreas da sociologia.

II

Abstração e formalismo são sinais inequívocos do divórcio entre a *teoria social/sociológica* e a realidade? Se assim é, o que dela se poderia e se deveria esperar? A bem da verdade, objeções em relação a tal nível de abstração (pretensamente excessivo) no qual seus praticantes insistiriam em permanecer⁹ remontam os

inicial (indagação) e as teorias previamente formuladas acerca do assunto; 3) Formulação e definição de hipóteses de trabalho cujo exame mostre-se exequível; 4) Coleta de dados; 5) Análise dos dados reunidos; 6) Apresentação dos resultados; 7) Realimentação da teoria (Mann, 1979, pp. 50-60).

⁸ Sobre os procedimentos próprios à pesquisa sociológica, David Bloor faz reivindicação ainda mais radical para o caso da sociologia do conhecimento. Segundo o autor, “A busca por leis e teorias na sociologia do conhecimento é absolutamente idêntica em relação aos procedimentos à de qualquer outra ciência. Significa que os seguintes passos devem estar presentes. Investigações empíricas localizarão eventos típicos e recorrentes. Tais investigações poderão, elas próprias, ter sido suscitadas por alguma teoria anterior, pela violação de uma expectativa tácita ou por necessidades práticas. Deve-se, em seguida, inventar uma teoria que explique a regularidade” (Bloor, 2009, p. 41).

⁹ Para uma crítica vigorosa, radical e muito bem fundamentada ao que chama de “fetichismo do conceito” associado à centralidade imputada à “teoria social” na investigação do social, ver o trabalho de Luís de Gusmão (2012). Para o autor, a compreensão e a explicação da experiência social têm muito a se beneficiar do “conhecimento do senso comum” (popular e erudito) desvinculado dos “conceitos, expressos num jargão técnico, oferecidos pela moderna teoria social” (Gusmão, 2012, p. 48).

primórdios da sociologia do conhecimento. Em sua obra angular *Ideologia e Utopia* (1929), Karl Mannheim tece uma crítica contumaz ao que chama de concepções idealistas do conhecimento, as quais tenderiam a conceber o saber como um “ato puramente teórico”. Segundo o autor, o pano de fundo dessa concepção seria o ideal filosófico de uma “vida contemplativa”, para a qual a pureza do conhecimento somente poderia ser alcançada se este fosse “puramente teórico”. Para Mannheim, não se tratava de mero acidente nem sinal de maior sofisticação o fato de certas teorias oferecerem maior resistência à “concretude”. O ponto-chave estava em reconhecer a existência de processos sociais subjacentes à produção do conhecimento. Tais processos, determinantes da posição social do pensador, seriam também responsáveis por sua maior ou menor propensão à abstração. Nesse exato sentido, conforme Mannheim, “a abordagem a um problema, o nível no qual o problema acaba sendo formulado e o estágio de abstração e concretude que se espera alcançar, são todos da mesma maneira vinculados à existência social” (Mannheim, 1936, p.278). Ora, para Mannheim, “os próprios princípios, à luz dos quais o conhecimento será criticado, são eles mesmos social e historicamente condicionados” (Mannheim, 1936, pp. 288-289). Dessa feita, toda e qualquer reivindicação de objetividade cognitiva deveria dobrar-se a essa condição inescapável, mesmo se e quando a pretensão prioritária fosse construir categorias formais dotadas de grau mais elevado de abstração: ainda assim, a “determinação situacional do pensamento” mostrar-se-ia uma condição incontornável.

Poucos anos depois, o manifesto crítico de Max Horkheimer (1937) acentuaria ainda mais as desconfianças expressas por Mannheim. Em tom de absoluta reprovação, Horkheimer apresenta a “teoria tradicional” como “a soma total de proposições sobre um objeto”, todas elas fortemente vinculadas entre si. Um dos problemas centrais denunciados por Horkheimer era que nos sistemas teóricos formulados sob essa concepção tradicional (positivista), “todas as partes deveriam interconectar-se completamente e sem fricção”, num todo harmônico ausente de contradições (Horkheimer, 1972, p. 190). Assim concebida, ao invés

de fazer valer sua promessa de tornar a realidade transparente, a teoria contribuiria para projetar sobre ela um manto ainda mais espesso. Presos em operações lógico-dedutivas e incapazes de perceberem os processos histórico-sociais condicionantes de suas próprias atividades cognitivas, os cientistas não fariam outra coisa senão reificar suas edificações conceituais bem como a realidade social ao seu redor. Ora, para Horkheimer, não havia dúvidas de que, à sua época, “as várias escolas de sociologia possuem uma concepção de teoria idêntica [a essa] e que é a mesma que [a concepção de] teoria nas ciências naturais” (Horkheimer, 1972, p. 191).

O cenário acadêmico norte-americano de meados do século XX, marcado pela publicação da influente obra *The social system* (1951), de Talcott Parsons, seria palco de novas avaliações acerca do papel da *teoria social/sociológica*. Para muitos dos críticos de Parsons, ao invés de estabelecer-se em um campo de investigação autônomo e auto-referenciado, seria-lhe mais proveitoso fornecer ferramentas que auxiliassem os esforços empíricos de compreensão e explicação dos fenômenos sociais. Acusações a respeito da aridez conceitual dos principais trabalhos de Parsons, de seu excessivo formalismo tanto quanto de sua pretensa desconexão de qualquer feixe tangível da realidade social¹⁰ serviram de mote para reflexões mais abrangentes. Velhas questões voltaram à tona, dentre elas o *status* científico da narrativa sociológica, suas eventuais especificidades, o alcance esperado de suas predições, os procedimentos investigativos que lhe cabiam, o teor da relação teoria/empíria bem como de sua mais adequada dosagem. As ponderações e críticas desferidas por Wright Mills (1959/1967) àquilo que denomina de “grand theory” são exemplares das

¹⁰ Vale lembrar que no parágrafo inicial do primeiro capítulo de *The social system*, Parsons salienta expressamente que o foco de sua obra recaía sobre a formulação de um esquema teórico; tratar-se-ia, pois, de “um trabalho teórico em um sentido estrito”. Ademais, adverte que o tratamento sistemático dos usos empíricos de sua proposta seria empreendido separadamente (Parsons, 1964, p. 3).

preocupações então em voga. Mills argumentava que uma das principais fragilidades dos praticantes da “grand theory” decorria de sua escolha inicial: para ele, ao permanecerem num nível muito elevado de generalidades, suas elaborações demonstravam significativa dificuldade para lidar com os problemas em seus contextos históricos e estruturais. Daí, segundo o autor, o notável irrealismo dos trabalhos com orientação teórica e, não menos preocupante, o caráter aparentemente arbitrário de suas infundáveis distinções – incapazes, a um só tempo, de ampliar nosso horizonte de compreensão e de tornar nossa experiência algo verdadeiramente perceptível (Mills, 1967, p. 33). Por todas essas razões, para Wright Mills, *The social system* passava longe do tipo de realização esperado das ciências sociais: caso típico de “fetichismo do conceito”, tomava-se por universal um modelo de ordem social que não passava de fabricação mental. Ora, na visão de Mills, esforços conceituais sistemáticos deveriam ser “apenas um momento formal no interior do trabalho da ciência social” (Mills, 1967, p. 48). Por isso, a seu ver, seria indispensável que o pesquisador estivesse a todo momento ciente e em controle dos níveis de abstração de seu trabalho.

Postura não menos crítica à ambição por um “sistema total de teoria sociológica” já havia sido assumida por Robert Merton (1967a) pouco antes da publicação de *The social system*¹¹. Em seus argumentos em favor de “teorias de médio alcance”, advertia que, àquela altura, a sociologia dispunha de “muitos conceitos mas poucas teorias confirmadas; muitos pontos de vista, mas poucos teoremas, muitas ‘abordagens’ mas poucos resultados” (Merton, 1967a, p. 52). Daí o quadro de “balcanização da sociologia” em inúmeras escolas, cada qual “governada por seu próprio sistema teórico” (Merton, 1967a, p. 51). O tom de lamento e reprovação era indisfarçável: para Merton, as ditas “teorias gerais de sistemas sociais” mostravam-se demasiadamente remotas em relação a

¹¹ Merton informa-nos que sua proposta foi inicialmente elaborada em resposta a um *paper* apresentado por Parsons no encontro da *American Sociological Association*, em 1947 (Merton, 1967a, p. 39).

classes específicas de comportamentos sociais. A seu ver, essa “balcanização” e proliferação de teorias abrangentes adivinha de três mal-entendidos: primeiramente, o equívoco segundo o qual seria possível desenvolver sistemas de pensamento antes mesmo de se acumular uma massa significativa de observações; em segundo lugar, o pressuposto de que as diferentes áreas do conhecimento possuíam o mesmo grau de maturidade; e, por fim, a ideia de que o sinal de sucesso de um campo científico seria sua capacidade para produzir um sistema teórico abrangente (Merton, 1969a, pp.46-48).

Tudo isso indicava a Merton (1967a) a necessidade de algumas mudanças de ênfase em benefício do aprimoramento da própria sociologia. Não se tratava de abrir mão de todo e qualquer esforço de teorização. No entanto, as ambições teóricas deveriam ser recalibradas e redimensionadas: à sociologia parecia-lhe mais adequado construir “teorias de alcance médio”, isto é, formulações intermediárias entre, de um lado, hipóteses de trabalho com menor escopo e, de outro, esforços mais abrangentes que ambicionassem apreender todas as uniformidades comportamentais, organizacionais e de mudanças sociais. É óbvio que tal proposta se apoiava em uma concepção bastante específica acerca do lugar da teoria no empreendimento sociológico: sua função prioritária deveria ser “guiar a investigação empírica”. Portanto, ao invés de dispersar suas energias na construção de sistemas teóricos abstratos e generalizantes, a sociologia colheria frutos mais vindouros caso se ativesse ao desenvolvimento de “teorias especiais aplicáveis a leques conceituais limitados”¹².

Deveríamos dar-nos por satisfeitos com essas objeções e advertências desde longa data dirigidas à *teoria social/sociológica*? Essa não é a minha posição. Conforme sugeri na introdução deste artigo, trata-se de uma imagem que pouca justiça faz à amplitude

¹² Tais como “teorias do comportamento desviante, das conseqüências não antecipadas da ação propositiva, da percepção social, de grupos de referência, do controle social, da interdependência de instituições sociais (...)” (Merton, 1967a, p. 51).

programática encontrada sob essa rubrica. Na verdade, parece-me que muitas das desconfiças em relação à cientificidade dessa subárea são as mesmas que, de tempos em tempos, assombram a própria sociologia: não é incomum aludir-se às fragilidades e limitações do discurso sociológico amplamente considerado, as quais se sobressairiam tão logo seus procedimentos e resultados fossem cotejados com aqueles empregados e alcançados por outras áreas científicas supostamente “mais consolidadas e bem sucedidas” em suas realizações. A meu ver, somente poderemos diluir desconfiças dessa natureza caso alguns mal-entendidos a respeito dos procedimentos adotados na pesquisa em *teoria social/sociológica* sejam esclarecidos. Deixe-me, pois, considerar o perfil dessa produção – inclusive no cenário brasileiro.

III

Se é verdade que no contexto acadêmico internacional a *teoria social/sociológica* enfrentou resistências institucionais para ver-se reconhecida como uma subárea autônoma, os percalços parecem ter sido ainda maiores no Brasil. Fato é que a partir de meados do século XX, preocupações de natureza empírica tornaram-se preponderantes nas ciências sociais brasileiras. Não é de estranhar, pois, que sua longa tradição de pesquisa em teoria e pensamento social, outrora traduzida em uma produção rica e variada (Silva, 2012), apenas tardiamente logrou alcançar lastro institucional nos mais prestigiados fóruns científicos do país. Conforme observa Josué P. Silva (2012), enquanto um grupo de pensamento social conseguiu estabelecer-se na primeira metade dos anos 1980¹³, somente em 1997 foi criado um seminário temático no 21º Encontro da ANPOCS sob a denominação de *Teoria Social*. Quais as razões desse hiato institucional? Certamente muitas poderiam ser elencadas – dentre elas o tratamento difuso de sua

¹³ Os anais do 8º Encontro da ANPOCS, ocorrido em 1984, registram o GT 29 “Pensamento Social no Brasil”.

agenda por outros grupos temáticos. Mas entendo que as reflexões de Pierre Bourdieu acerca das disputas que perfazem a dinâmica científica apontam para uma dimensão decisiva¹⁴. Em lugar da imagem da ciência como o espaço por excelência da colaboração desinteressada, parece mais promissor abordá-la como “um universo de competição pelo ‘monopólio do manuseio legítimo’ de bens científicos, em outras palavras e mais precisamente, do método correto, dos achados corretos, da definição correta a respeito dos fins, dos objetos e dos métodos da ciência” (Bourdieu, 2004, p. 45). A meu ver, este é um condicionante de primeira linha nos tortuosos processos da institucionalização disciplinar (e de suas inúmeras subáreas). É sugestivo, pois, que para muitos do passado e do presente, “fazer teoria” é um luxo a que “sociedades periféricas como a brasileira” não poderiam entregar-se¹⁵, seja em virtude de sua imaturidade acadêmica e institucional, seja em função da urgência de certas “questões sociais mais concretas”, estas sim merecedoras de todas as atenções, energias e recursos científicos¹⁶.

¹⁴ Bem sabemos que, para Bourdieu, “cada disciplina (como um campo) é definida por um nomos particular”, isto é, “um princípio de construção de realidade objetiva irreduzível àquele de outra disciplina” (Bourdieu, 2004, p. 51). Tal concepção, vale ressaltar, não se ampara na concepção mertoniana de “comunidade científica”; ao contrário disso, dentre os aspectos da construção e definição disciplinar incansavelmente investigados por Bourdieu estão as relações de poder que permeiam o campo científico e as disputas em seu interior pela posse assimétrica de capital científico. Ora, de acordo com o autor, “Falar de um campo implica romper com a ideia de que os cientistas formam um grupo unificado, ou mesmo homogêneo” (Bourdieu, 2004, p. 45).

¹⁵ Em *A redução sociológica* (1958), ao tratar dos ajustes conceituais e metodológicos julgados necessários à investigação da realidade brasileira, Alberto Guerreiro Ramos sustenta que “nos países periféricos, a ideia e a prática da redução sociológica somente podem ocorrer ao cientista social que tenha adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto” (Ramos, 1996, p. 105).

¹⁶ Refletindo sobre essa institucionalização algo “tardia”, Silva (2012, p. 15) tece o seguinte comentário: “É como se teorizar fosse tarefa dos sociólogos

Mas, afinal de contas, qual a agenda de reflexão observada sob a rubrica teoria social/sociológica? Desde pronto, Desde pronto, é patente a ausência de consenso quanto aos limites e alcance precisos dessa subárea (Gusmão, 2012, p. 35, nota 9)¹⁷. Não menos impressionante é a variedade de temas e focos de atenção

dos países do chamado Primeiro Mundo, melhor equipados com recursos materiais e humanos; em países subdesenvolvidos (...) a tarefa seria aplicar (...) aquelas teorias elaboradas lá fora como paradigmas para guiar a solução de problemas nas pesquisas empíricas”. Em convergência com essa opinião, o cuidadoso levantamento e análise da produção de artigos na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS) realizado por Sérgio Costa leva-o a sustentar que “os sociólogos brasileiros assumem resignadamente uma posição subordinada na geopolítica mundial do conhecimento sociológico, limitando-se a aplicar teorias e técnicas de investigação surgidas na Europa e Estados Unidos” (Costa, 2010, p. 45).

¹⁷ Para Sérgio Costa (2010) *teoria social* diz respeito àquelas formulações que buscam responder a três questões fundamentais: a) O que é ação social? b) O que é ordem social? c) O que define a mudança social? Segundo o autor, esse parâmetro permite distinguir “teorias sociais” de “diagnósticos de época”: estes últimos, devotados a temas e épocas específicos, se abstêm de formular “postulados gerais”, além de não demonstrarem compromissos com métodos científicos; de outro modo, a “elaboração de uma teoria social (...) requer o uso sistematizado de informações para chegar a generalizações” (Costa, 2010, pp. 34-35). Anthony Giddens (1986), por seu turno, sugere haver uma distinção entre *teoria social* e *teoria sociológica*: a primeira delas lidaria com questões relacionadas à natureza da ação humana e do agente, bem como com suas interações e vínculos institucionais; já a “sociologia” e, por conseguinte a “teoria sociológica” se debruçariam de maneira mais específica sobre fenômenos peculiares às sociedades modernas. Note-se que embora para Giddens (1986, p. XVII) há teoremas e conceitos que se referem prioritariamente ao mundo industrializado, ainda assim não seria possível pensar em uma “teoria sociológica” destacada dos conceitos e preocupações mais gerais da “teoria social”. De fato, as agendas de reflexão investigadas no presente artigo mostram que as fronteiras entre “teoria social” e “teoria sociológica”, bem como entre ambas e o “pensamento social”, são bastante fluidas e porosas.

abrigada sob essa designação¹⁸. Com efeito, já à sua época, Merton sugeria que a expressão “teoria sociológica” era empregada para se referir “aos produtos de muitas atividades relacionadas ainda que distintas” (Merton, 1967b, p. 140). Essas diferentes atividades compreendiam: 1) metodologia; 2) orientações sociológicas gerais; 3) análise de conceitos sociológicos; 4) interpretações sociológicas *post factum*; 5) generalizações empíricas na sociologia; 6) teoria sociológica (Merton, 1967b). Mais recentemente, num trabalho que se propôs compreender como a produção sociológica brasileira tem discutido a teoria social¹⁹, Sérgio Costa (2010) afirma ter identificado “três formas de apresentação”: a) a primeira delas diz respeito a “contribuições que comentam uma dimensão ou aspecto específico da obra de um teórico clássico ou contemporâneo”; b) a segunda compreende “estudos bibliográficos da literatura disponível num campo teórico específico (...) ou sobre determinado conceito”; c) a terceira modalidade envolve tentativas de “construir um marco analítico para estudar questões empíricas relacionadas com o Brasil ou a América Latina” (Costa, 2010, pp.37-38). Josué P. da Silva (2012, p. 17), por sua vez, sustenta que os trabalhos apresentados nas reuniões do grupo de *Teoria Social* nos encontros da ANPOCS e da SBS refletem um programa diversificado, compreendendo “desde estudos metateóricos e metodológicos até os estudos dedicados a temas específicos, desde que se desse um tratamento

¹⁸ A título de ilustração, em 2004, a programação do seminário temático *Da modernidade global às modernidades múltiplas: descentrando a teoria social* (28º Encontro da ANPOCS) compreendia as seguintes propostas: “Para uma teoria crítica da experiência social” (G. Cohn); “Repensando ‘sociedade’: teoria versus diagnóstico” (J.P. Silva); “Quem tem o direito ao uso do ‘véu’ na sociedade brasileira?” (C. Pinto); “Teoria crítica e esfera pública: usos na América latina” (L. Avritzer e S. Costa); “Possibilidade e multiplicidade do social em Alberto Guerreiro Ramos” (A. Azevedo e R. Albernaz); “Descentrando os Estados Unidos nos estudos sobre negritude no Brasil” (P. Pinho) e “Gilberto Freyre e a articulação dos níveis micro e macro na sociologia” (J. Ratton Jr. e J. Moraes), dentre outras.

¹⁹ A minuciosa pesquisa de Costa (2010) envolveu a análise de artigos publicados na RBCS entre 1986 e 2010.

teórico”²⁰. Ademais, observa o autor, muitos dos temas tratados mantiveram-se “próximos da pesquisa empírica”. Ao refinar ainda mais seu esforço de classificação, Silva (2012, p. 17) identifica dois grupos principais: em primeiro lugar, “estudos voltados para a apropriação crítica de teorias clássicas e contemporâneas originalmente elaboradas na Europa e na América do Norte”, por sua vez subdivididos em três tipos: a) ênfase na obra de algum autor clássico ou contemporâneo; b) enfoque em um autor, corrente teórica ou grupo associado de autores para a investigação de um dado tema ou conceito; c) estudos que visam “construir uma nova teoria”, amparados em diferentes autores e propostas. Já o segundo grupo, caracterizado pelo “estudo teórico de temas ou problemas específicos, mas que também fazem parte de uma agenda internacional” compreende: a) trabalhos que buscam traçar diagnósticos da sociedade contemporânea – abordando temas como modernidade, modernização, globalização, cosmopolitismo, etc.; b) reflexões com alcance mais modesto, voltadas a problemas específicos – nas quais aparecem categorias tais quais sociedade civil, cidadania, identidade, esfera pública, reflexividade, etc. (Silva, 2012, p. 18).

À luz das questões aqui contempladas, e bem informado por esses exercícios prévios de tipificação e análise, proponho uma classificação ligeiramente diversa. Diante dos objetivos precípuos deste artigo, destaco três orientações específicas de reflexão e pesquisa encontradas nas comunicações dos grupos de trabalho de “Teoria social ou sociológica” dos encontros e congressos da

²⁰ A programação do GT “Para onde vai a Teoria Social contemporânea?” (33º Encontro da ANPOCS) é igualmente ilustrativa dessa diversidade de preocupações: “Ernesto Laclau, Jürgen Habermas e Axel Honneth: da teoria social à filosofia política?” (L. Rodrigues); “Solidariedade entre estranhos” (F. Vanderberghe); “Em face do sofrimento alheio” (G. Peters); “A sociologia e a abordagem teórica sobre o crime como profissão” (M. Neres); “Regras do jogo X Regras morais: para uma teoria sociológica do ‘fair play’ ” (S. Brito, J. Moraes e T. Barreto) foram algumas das comunicações naquela ocasião.

ANPOCS e da SBS²¹ : a) a primeira dessas orientações eu chamaria de *construção de teoria*: nesse caso, a ênfase predominante direciona-se à elaboração de conceitos e à formulação de proposições (gerais e específicas) com vistas à compreensão e explicação de aspectos da realidade social; b) a segunda orientação eu denominaria de *pensamento social*: nesse caso, a ênfase recai sobre a investigação de certas figuras, sobre suas vidas e obras, com atenção especial comumente devotada aos processos de formulação de suas ideias e interpretações da realidade social, aos impactos destas sobre a realidade, além do exame das condições sociais (políticas, culturais, econômicas, institucionais, dentre outras) envolvidas na sua produção; c) por fim, observa-se uma orientação que eu chamaria de *história e análise dos conceitos e ideias*: aqui, a preocupação prioritária dirige-se à consideração das trajetórias, continuidades e rupturas de certos conceitos, noções e ideias, observados em diferentes obras e contextos intelectuais. Cabe reconhecer que essas orientações distintas não são, em hipótese alguma, mutuamente excludentes. Na prática das pesquisas, elas muitas vezes são combinadas e articuladas, de maneiras e com pesos diversos, conforme os propósitos e objetivos almejados. Essas ênfases variadas via de regra refletem-se em um quadro metodológico igualmente amplo, acompanhado por escolhas não menos distintas de técnicas de coletas de dados.

Os trabalhos “Sociologia, redes e sociedades de fluxo” (L. Girardi Jr., SBS 2011), “Los procesos de socialización en la sociedad postmoderna: hacia una teoría de las hiperbolizaciones

²¹ Um detalhe talvez revelador da própria diversidade da agenda de pesquisa: os grupos de trabalho e seminários temáticos de *teoria social/teoria sociológica* ganharam diferentes designações nos encontros da ANPOCS e congressos da SBS desde sua institucionalização a partir da segunda metade dos anos 1990: “Teoria social” (ANPOCS, 1997), “Teoria sociológica” (SBS, 2005, 2009, 2011), “Da modernidade global às modernidades múltiplas: descentrando a teoria social” (ANPOCS, 2004), “Teoria social e a multiplicidade da modernidade” (ANPOCS, 2005), “O pluralismo na teoria contemporânea” (ANPOCS, 2010) foram algumas das denominações adotadas por seus organizadores.

intoxicantes” (M. Ruiz, SBS, 2009), “Ação, relevância e interpretação subjetiva” (H. Santos, ANPOCS, 2011) e “Teoria sociológica e movimentos sociais: contribuições a partir do caso brasileiro” (M. Rosa, SBS, 2005) ilustram a primeira das orientações. Deixe-me considerar uma obra de fôlego para destilar alguns dos procedimentos envolvidos neste caso. Em *The constitution of society* (*A constituição da sociedade*), de Anthony Giddens (1986), é inegável que o esforço de formulação de conceitos, noções e proposições conduz o autor a operar em um nível elevado de abstração. Ainda assim, boa parte dos procedimentos empregados em nada difere daqueles adotados em pesquisas com orientação empírica; à imagem das etapas sugeridas por David Bloor (2009, p. 41)²², pode-se dizer que o trabalho cumpre com rigor os seguintes passos: identificação de preocupações e questões recorrentes no seio da teoria social, suscitada pela revisão e análise atentas de elaborações prévias; a percepção de que certas expectativas teóricas não foram cumpridas, acompanhada do sentimento de que novas formulações são necessárias com vistas à compreensão mais aprofundada dos fenômenos sociais. Além disso, o problema central em torno do qual toda a investigação se organiza – a relação estrutura/ação – é expressamente delineado pelo autor, bem como o objetivo que norteia as novas formulações – qual seja, a superação do “dualismo” que Giddens afirma existir entre abordagens que enfatizam a dimensão estrutural da realidade social e aquelas que se dedicam prioritariamente à agência humana.

Para alcançar essas metas, Giddens toma uma série de passos igualmente padronizados: em primeiro lugar, propõe hipóteses de trabalho que orientam a elaboração de algumas de suas proposições (gerais e específicas)²³; em segundo lugar, seleciona um conjunto

²² Ver nota de rodapé nº 9 deste artigo.

²³ Eis algumas das hipóteses do autor: a) as condutas sociais são cronicamente reproduzidas ao longo do tempo e do espaço; b) não existe ação humana que não seja posicionada no tempo e no espaço; c) as estruturas são constrangedoras ao mesmo tempo em que capacitadoras das ações; d) as estruturas são, em boa medida, mais internas do que externas às atividades dos indivíduos.

de abordagens e teorias com as quais dialoga (fenomenologia, interacionismo simbólico, etnometodologia, genealogia do poder, geografia tempo-espacial) com vistas à construção de sua própria proposta teórica; em terceiro lugar, embora seu esforço de validação ocorra num plano predominantemente lógico-dedutivo (coerência lógica e persuasão argumentativa mostram-se essenciais), ainda assim há inúmeras remissões a situações concretas; os dados empíricos reunidos permitem-lhe não só recalibrar as hipóteses iniciais como também sustentar suas generalizações conclusivas. Tal procedimento pode ser identificado, por exemplo, quando sugere que a perpetuação das estruturas sociais depende de sua rotinização no tempo e no espaço (Giddens, 1986, p.114) ou mesmo nas passagens em que investiga os meandros da vida cotidiana e as estratégias adotadas pelos indivíduos para lidar com constrangimentos morais e expectativas de comportamento em situações rotineiras (Giddens, 1986, pp. 127-129). Algo análogo pode ser observado no tratamento que confere às especificidades estruturais dos sistemas sociais modernos em contraste com sistemas pré-modernos, incluindo os diferentes tipos de conexão tempo/espço observados num e noutro contextos (Giddens, 1986, pp. 165-168). Em todos esses casos, lá estão as remissões a situações concretas, amparando reflexões e formulações mais ou menos gerais e abstratas.

Procedimentos similares podem ser observados na orientação que denomino de *pensamento social*. Os seguintes *papers* e comunicações são-lhe representativos: “Ernesto Laclau, Jürgen Habermas e Axel Honneth: da teoria social à filosofia política?” (L. Rodrigues, ANPOCS, 2009), “Corporeidade e intersubjetividade: Hans Joas, Thomas Csordas e a nova teoria da ação” (C. Almeida, SBS, 2011), Jon Elster e o neo-institucionalismo” (F. Albernaz, SBS, 2005) e “Durkheim, a política e o Estado” (M. Oliveira, SBS, 2009). Nesses casos, ao invés de se priorizar a elaboração de conceitos e noções abstratas, os objetivos e as problemáticas tratadas são: as trajetórias de autores, intérpretes e artistas – incluindo suas redes de sociabilidade –, seus itinerários intelectuais, bem como os processos de produção de suas obras; examina-se, também, suas ideias, além

das noções e concepções exemplares de uma dada época. Ademais, devota-se atenção aos procedimentos de divulgação e recepção das obras, inclusive seus impactos e efeitos políticos, simbólicos e culturais; por fim, analisa-se as convergências e divergências entre obras e autores no campo intelectual. Condizente com esse programa, os objetos de estudo passam a ser: intérpretes da realidade social, autores das ciências sociais, escritores e artistas; suas obras, bem como as instituições (acadêmicas, culturais, artísticas, etc.) que se mostraram significativas para sua formação e para a criação de seus trabalhos; por fim, os vários movimentos, correntes e escolas de pensamento.

Do ponto de vista metodológico, percebe-se nessa segunda orientação de pesquisa dois tipos de abordagens gerais, às vezes combinadas em proporções e pesos variados: a) uma “textualista”, cujo foco de investigação e análise é interno ao texto/obra; nesse caso, maior energia é dirigida à interpretação e análise das ideias, argumentos, noções e conceitos embutidos nas obras; b) noutra abordagem, a “contextualista”, enfoca-se prioritariamente as condições sociais (políticas, culturais, econômicas, institucionais, simbólicas, etc.) de produção das obras (Skinner, 1988; Schwarcz e Botelho, 2011). Note-se que aqui, ao lado de questões de natureza teórica, emprega-se técnicas de coletas de dados bastante comuns entre trabalhos com orientação empírica: a) pesquisa documental (cartas pessoais, jornais de época, documentos oficiais); b) análise minuciosa de diferentes edições de obras e manuscritos; c) declarações pessoais de testemunhas dos autores investigados (por meio de entrevistas e de história oral); d) a fortuna crítica das obras estudadas (sua recepção por diferentes públicos). Essas técnicas de coleta de dados são entremeadas por outros procedimentos metodológicos padrões (Mann, 1979): após a identificação do problema, há esforços de definição do recorte da pesquisa (delimitação temporal, escolha da abrangência da produção a ser investigada, etc.), mapeamento do debate intelectual, formulação de questões e elaboração de hipóteses orientadoras.

Um exemplo primoroso desse segundo tipo de orientação de pesquisa pode ser encontrado no livro *Gilberto Freyre: Um*

vitoriano dos trópicos (2005), de Maria Lúcia Pallares-Burke. O objetivo da autora é compreender os caminhos que desaguiariam na elaboração da mais célebre obra de Freyre, *Casa-Grande & Senzala*. Para cumprir essa meta, Pallares-Burke investiga a trajetória pessoal do autor, suas redes de sociabilidade (familiares, amigos, professores, políticos, editores, homens públicos, etc.), as instituições frequentadas por Freyre em diferentes momentos de sua vida, as obras que leu (científicas e literárias), além das ideias que circulavam em distintas etapas de sua formação e nas várias instituições por que passou. As fontes de dados e informações analisadas pela autora também são diversas: cartas pessoais (por ex. Pallares-Burke, 2005, pp. 174-175), boletins escolares e universitários (Pallares-Burke, 2005, pp. 68-69), obras da biblioteca pessoal do autor, além de anotações de Freyre em diários pessoais, cadernos e margens de livros (Pallares-Burke, 2005: 183); sua atuação jornalística (Pallares-Burke, 2005, pp. 234-235); a produção acadêmica do autor, incluindo várias edições de seus livros a fim de identificar as mudanças textuais realizadas pelo próprio Freyre (Pallares-Burke, 2005, p. 270); além de resenhas, comentários e análises de suas obras, em diferentes momentos, com o propósito de avaliar sua recepção pelos diferentes tipos de público e os impactos dessas leituras sobre o próprio autor.

Por fim, podem ser citados como ilustrativos da orientação de pesquisa e reflexão aqui denominada de *história e análise de conceitos e ideias* os seguintes *papers* e comunicações: “O trabalho na discussão sobre bem-estar e reconhecimento” (E. Sobotka, ANPOCS, 2009), “A ascensão das categorias neutras na cultura sociológica contemporânea” (L. Guerra, SBS, 2005), “Constituição e reconfiguração da sociologia da ciência: as abordagens de Merton, Bloor e Latour” (R. Baptista, SBS, 2009) e “Nem pragmatismo lingüístico nem luta por reconhecimento: intervenções de Paul Ricoeur ao debate entre Habermas e Honneth” (A. Ribeiro, ANPOCS, 2010). Nesse caso, sobressai-se o interesse pela investigação, compreensão, análise, comparação e reconstrução da trajetória de conceitos, noções e ideias que aparecem em obras específicas, no decorrer da produção de determinados autores, ou

em contextos intelectuais distintos. Por vezes, atenção é dedicada prioritariamente à obra (uma dada proposta teórica, interpretativa, ou conceito) de um único autor com vistas à identificação de sua gênese, suas transformações e/ou diferentes manifestações. Em outras ocasiões, lança-se mão de comparações entre dois ou mais autores, duas ou mais obras, teorias ou conceitos e noções, de modo a compreender acepções singulares, eventuais convergências e especificidades, além de possíveis implicações intelectuais ou mesmo sociais.

Também neste caso, a abordagem “textualista” e a perspectiva “contextualista”, combinadas em proporções e pesos variados, apresentam-se como alternativas metodológicas ao pesquisador. Tal qual nos dois tipos anteriores de pesquisa, obras exemplares desta terceira orientação não deixam de observar cada uma das etapas canônicas da investigação científica: definição do problema, formulação de questões orientadoras, mapeamento do debate, elaboração de hipóteses, investigação e análise do objeto, teste das hipóteses, etc. Vale dizer, a preeminência de preocupações de natureza teórica, aliada à ênfase na dimensão lógico-discursiva, não necessariamente dispensam a atenção metodológica na coleta e análise de dados: no caso da abordagem “textualista”, há o cuidado com a reunião das obras e documentos a serem analisados, sua originalidade, edições posteriores (e eventuais modificações), acuidade e rigor das traduções dos trabalhos contemplados, condições de publicação e difusão, interpretações de comentadores, dentre outros aspectos; na perspectiva “contextualista”, nota-se a preocupação com a coleta de informações e dados empíricos relevantes à compreensão do sentido atribuído às noções e conceitos, de modo a esclarecer as circunstâncias e diferentes tipos de condicionamento (institucionais, intelectuais, , políticos, culturais, econômicos, etc.) da produção das ideias, interpretações e teorias examinadas.

Um caso exemplar desse terceiro tipo de orientação de pesquisa é encontrado no livro *Kritik der macht (A crítica do poder)*, de Axel Honneth (1997). O objetivo expresso é clarificar e compreender as novas abordagens da chamada “teoria social crítica”. O caminho

escolhido para se alcançar essa meta é a reconstrução histórica do “movimento do pensamento” que nos leva desde os ensaios iniciais de Max Horkheimer, passando pela filosofia da história de Theodor Adorno, até as teorias de Michel Foucault e Jürgen Habermas (Honneth, 1997, p. XI). Uma das hipóteses centrais que orientam a investigação é a de que as reflexões de Foucault e de Habermas apresentam soluções às aporias do pensamento de Horkheimer e Adorno. Para examinar suas hipóteses e chegar aos objetivos estabelecidos, Honneth reconstrói e examina algumas ideias e conceitos chave formulados por esses pensadores: a) a noção de dialética do esclarecimento, elaborada por Horkheimer e Adorno; b) a teoria do poder, trabalhada por Michel Foucault; c) a teoria da sociedade, proposta por Jürgen Habermas. Além da sistemática consideração da fortuna crítica em torno dessas questões (por ex., Honneth, 1997, p. XXII-XXVIII), Honneth realiza criteriosas análises das modulações que permeiam as várias obras dos autores investigados (por ex., Honneth, 1997, p., 32-56).

Saliento uma vez mais que essa classificação compartimentarizada de orientações de pesquisa tem finalidade apenas heurística. Conforme já adverti, na prática investigativa, os interesses e objetivos com frequência se imiscuem, conduzindo o pesquisador não só a articular diferentes perspectivas metodológicas como também a empregar técnicas de coleta de dados as mais variadas.

Feitas essas breves considerações acerca da agenda de pesquisa da subárea *teoria social/sociológica* e das técnicas e procedimentos de investigação adotados em suas distintas orientações, quero agora dedicar atenção a algumas das controvérsias que circundam sua indissociável pluralidade metodológica. Qual a implicação dessa variedade de abordagens para o *status* da sociologia em relação às outras áreas do conhecimento científico? O que isso pode nos dizer a respeito da alegada singularidade da *teoria social/sociológica*?

IV

Num típico manual de metodologia científica voltado à sociologia, Peter Mann diz-nos que “[s]e conseguimos concordar que um certo *método* é indicativo da ciência, podemos então concordar em chamar um estudo de científico se for utilizado esse método” (Mann, 1979, p. 22). Ora, se parcela importante das desconfianças que recaem sobre a *teoria social/sociológica* vincula-se a seu pretenso divórcio em relação à realidade – cujas expressões maiores seriam, por um lado, seu exacerbado nível de formalismo e abstração e, por outro, seu alegado descompromisso metodológico –, estariam as pesquisas sociológicas com orientação empírica resguardas dessas mesmas acusações? Existiria um referencial teórico e metodológico compartilhado, com alcance e profundidade suficientes a ponto de permitir aos praticantes da sociologia aterem-se predominantemente ao plano “empírico-factual” em seus esforços de validação do conhecimento?

Não parece ser esta a opinião predominante na literatura. Em vez de fenômeno excepcional restrito a momentos de crise aguda, fala-se que a notável variedade de abordagens e perspectivas – motivo de lamento e preocupação por Robert Merton (1967a) – é uma característica que acompanha a sociologia desde sempre (Ianni, 1990)²⁴. Negar esse quadro ou pretender simplificá-lo de maneira artificial seria uma atitude estéril. Para complicar um pouco mais a situação, é forçoso reconhecer que tal condição cobra um preço elevado à reputação gozada pela sociologia (e também pelas demais ciências sociais) diante de outras grandes áreas científicas. Não raro, essa expressiva pluralidade teórico-metodológica é tomada como sinal de fragilidade e imaturidade, o que acaba por realçar a imagem de se tratar de um campo do

²⁴ Ignácio Cano, por exemplo, observa que enquanto nas faculdades de ciências naturais “não costumam existir disciplinas específicas sobre o método”, de outro modo, é “justamente o espírito atormentado das ciências sociais e a luta entre escolas ou paradigmas rivais que têm alimentado o interesse no método e intensificado as disputas em torno dele” (Cano, 2012, pp. 106-107).

conhecimento que não tem e talvez jamais terá rigor equivalente ao das chamadas “ciências duras”²⁵. Como explicar essa indisfarçável variedade de abordagens?

A interpretação de Jeffrey Alexander (1987) proporciona alguns *insights* valiosos. Para ele, uma das manifestações da especificidade das ciências sociais em relação às naturais seria o fato de que certos autores e obras perpetuam-se como referências-chave não só como parte fundamental de sua história intelectual, mas também para empreendimentos investigativos atuais. Ou seja, nas ciências sociais, formulações teóricas e investigações com orientação empírica jamais deixariam de dialogar com obras e autores que gozam do prestigioso *status* de “clássicos”. Qual a razão da resiliência desses “clássicos” e, em contrapartida, de sua quase-ausência nas ciências naturais? Traços peculiares a um e outro tipo de empreendimento responderiam por essa cisão. Em primeiro lugar, diz-nos J. Alexander (1987), haveria entre as ciências naturais maior acordo em torno daquilo que denomina de “compromissos generalizados”, responsáveis por informar e orientar as diferentes etapas da atividade científica. Esse acordo se traduziria em maior integração teórica. Por sua vez, tal convergência teórica se desdobraria em um nível também elevado de convergência conceitual e, por conseguinte, em expressiva clareza em relação aos “referentes empíricos” (ou seja, acerca do que é a “realidade” e de quais fenômenos merecem a atenção científica).

Somados esses aspectos, todos eles indicativos de uma expressiva integração epistemológica e metodológica, para o autor não surpreende que as ciências naturais devam a maior parcela de suas energias para atividades de investigação empírica *stricto sensu*. Isso não nos autorizaria afirmar que preocupações de cunho epistemológico – isto é, problemas de ordem não-empírica

²⁵ Apesar de ser esta uma questão epistemológica crucial, escapa aos objetivos deste artigo realizar uma reconstrução e análise do debate crítico entre o monismo metodológico e as ciências sociais. Para uma ilustrativa apreciação da questão, recomendo os trabalhos de Gusmão (2012) e Cano (2012).

– inexistem nessas ciências. No entanto, sustenta Alexander, seus praticantes somente se voltariam com maior intensidade a questões dessa ordem em momentos marcados por desacordo agudo acerca dos pressupostos últimos que informam suas práticas científicas. Por tudo isso, a validade do conhecimento produzido nas ciências naturais tenderia a se dar predominantemente em um plano “empírico-factual”.

Na avaliação de J. Alexander, algo muito diverso ocorreria nas ciências sociais. Conforme observei há pouco, para o autor, é indissociável a presença dos “clássicos” no cotidiano de cientistas sociais, seja em reflexões de natureza teórico-epistemológica, seja em empreendimentos com orientação prioritariamente empírica. E quais as razões disso? A principal delas seria justamente a inexistência daquele mesmo nível de acordo observado nas ciências naturais: não há consensos de natureza epistemológica e metateórica. Em decorrência da ausência de integração teórica, também inexistiriam convergências conceituais expressivas. E na falta dessas convergências conceituais, não haveria entendimento claro quanto aos referentes empíricos dos conceitos. Por fim, vinculada à ausência de acordos amplos e duradouros em torno dos referentes empíricos dos conceitos, observar-se-ia, na mesma proporção, divergências em relação a quais objetos, temas e questões seriam merecedores da atenção das ciências sociais. Ou seja, no limite extremo, não haveria consenso nem mesmo em relação a algo absolutamente elementar: o que é a “realidade social” e o que nela deve ser investigado (O problema da ordem social? A natureza da ação social? As interações simbólicas? A moralidade? Os movimentos sociais? O estado? Os conflitos sociais? As relações entre as classes sociais?).

Ora, para J. Alexander, tais ausências de integração teórico-epistemológica, de convergência conceitual e de acordos quanto aos referentes empíricos devem-se a algo também tomado por singular às ciências sociais: na medida em que seus objetos imiscuem-se com os valores dos cientistas, as dimensões descritivas e avaliativas revelam-se, no limite, inseparáveis. Ao fim e ao cabo, ao invés de raras e excepcionais, as discordâncias

nas ciências sociais seriam inevitavelmente “endêmicas”. Daí a profusão de abordagens e perspectivas teóricas observada em seu seio, desdobrada na sedimentação de inúmeras “escolas de pensamento”, de orientações metodológicas bem como de agendas de investigação e reflexão: funcionalismo(s), estruturalismo(s), fenomenologia(s), materialismo(s) histórico(s), interacionismo(s) simbólico(s), etnometodologia, teoria(s) crítica(s), teoria(s) de sistema, escolha(s) racional(is), e tantas outras perspectivas que reivindicam para si *status* diferenciado, com maior ou menor sucesso de reconhecimento acadêmico e institucional (Ianni, 1990).

Talvez para a surpresa de muitos, J. Alexander (1987) sustenta que esse quadro diversificado não implica a impossibilidade de se alcançar objetividade nas ciências sociais e tampouco de se acumular conhecimento. Não obstante, em contraste com as ciências da natureza – nas quais, conforme indiquei, a validação dos achados ocorreria predominantemente no plano “empírico-factual” –, nas sociais tais processos se dariam em boa medida num plano “lógico-discursivo”, mesmo entre as atividades com orientação empírica. Isso significa que, nas ciências sociais, as disputas em torno da validação do conhecimento envolvem outros tipos de dispositivos: os discursos amparam-se mais em procedimentos lógico-argumentativos do que nos resultados de experiências; dessa feita, a legitimidade dos discursos depende mais da força persuasiva dos argumentos apresentados, e menos de sua capacidade preditiva. O sucesso da persuasão argumentativa, por sua vez, escora-se em uma gama de aspectos destacados da realidade empírica: coerência lógica, associada à expansividade de escopo pretendida, à relevância valorativa do empreendimento investigativo, ao seu *insight* interpretativo, à sua força retórica e, até mesmo, à beleza e textura do argumento.

Daí, segundo J. Alexander, as funções que os clássicos são chamados a cumprir nesse cenário marcadamente fragmentado e perpassado por discordâncias: por um lado, na ausência de “consensos de fundo”, de integração teórico-epistemológica e de acordos duradouros e abrangentes em relação a quais referentes empíricos e temas devem ser abordados, os clássicos operariam

como “redutores de complexidade”; ou seja, obras e figuras tomadas como “clássicas” ajudariam a definir campos fenomênicos merecedores de atenção. Por outro lado, também na falta desses acordos, obras e autores “clássicos” auxiliariam a definir os contornos discursivos, conceituais e epistemológicos dentro dos quais (ou por meio dos quais) convergências e discordâncias são destrinchadas.

Ora, essas controvérsias sugerem que traços muitas vezes tidos por exclusivos à *teoria social/sociológica* na realidade são compartilhados pelas demais subáreas das ciências sociais. Estaríamos, assim, muito distantes da imagem projetada por Thomas Kuhn (1975) a respeito da dinâmica científica: no caso das ciências sociais, tudo indica que os “paradigmas”²⁶ não se sucedem uns aos outros. Ao invés disso, conforme sugere Roberto C. Oliveira, prevalece a convivência entre eles, perfazendo um quadro “onde todos *valem* à sua maneira (própria de conhecer), à condição de não se desconhecem uns aos outros”, numa incontornável relação de tensão (Oliveira, 1988, p. 22-23).

Seja como for, deixada como está, essa discussão mantém intocada a imagem do divórcio entre as ciências sociais e as naturais. Por um lado, reforça-se a noção de que é nas “ciências duras” que de fato encontramos procedimentos científicos *tout court*, graças aos quais seria possível alcançar um conhecimento objetivo e desinteressado da realidade. Por outro lado, em virtude da peculiaridade de seu próprio objeto, a sociologia (à imagem e semelhança de suas demais irmãs “moles”) ver-se-ia a todo o momento assombrada por interesses e procedimentos estranhos à ciência, nefastos à apreensão objetiva dos fenômenos sociais.

²⁶ Thomas Kuhn (1975, p. 13) entende por *paradigmas* “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. O autor refere-se às “revoluções científicas” como sendo “episódios de desenvolvimento não-cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior” (Kuhn, 1975, p. 125).

Trocando em miúdos, a inexistência de unidade conceitual bem como a ausência de convergência analítica e metodológica observada na esteira dessa multiplicidade de abordagens – condição comumente tida como peculiar às “ciências moles” – jamais deixariam de representar ameaças ao acúmulo de conhecimento e, na mesma medida, ao seu total descolamento em relação aos saberes superficiais e anedóticos do senso comum. A princípio, então, essa multiplicidade teórico-metodológica aparece como um desalento às reivindicações do *status* de ciência feitas em favor do(s) discurso(s) sociológico(s): inexistência de integração teórica, desordem conceitual, multiplicidade de abordagens metodológicas redundariam em grau irrisório de confirmação de proposições e, por conseguinte, em pouca cumulatividade de resultados de pesquisa (Freitas, 2010, p. 70)²⁷ – todos esses aspectos confirmariam a inequívoca vulnerabilidade científica da sociologia. Seriam esses traços exclusivos às ciências sociais?

A meu ver, não há como diluir a imagem de excepcionalidade atribuída à *teoria social/sociológica* sem que se questione a própria ideia da existência de diferenças irreconciliáveis entre as ciências “moles” e as “duras”. Nessa direção, há três desafios a tal ideia que gostaria de mencionar. O primeiro deles envolve a relação entre conhecimento e interesse: trata-se de argumentar que as ciências sociais não são as únicas sujeitas a pressões (ou condicionamentos) de “fatores externos” ou “extra-científicos” (políticos, econômicos, culturais, institucionais, etc.); assim sendo, somos incentivados a contemplar essa relação de uma maneira mais complexa e matizada para melhor compreendermos os processos de formulação da agenda científica bem como as escolhas metodológicas envolvidas. O segundo desafio envolve a questão dos acordos epistemológicos prévios ao contato com a realidade empírica: trata-se de dizer que “discordâncias de fundo”, traduzidas inclusive em conflitos acerca dos referentes empíricos, também não são exclusivas às ciências

²⁷ Todos esses problemas e questões são contemplados por Renan Freitas (2010), onde pode-se encontrar um vigoroso desafio a tal diagnóstico pouco animador.

sociais. Por fim, a questão das regras e padrões de comportamento que orientam a produção de conhecimento: trata-se de mostrar que ao invés de excepcionais ou residuais, procedimentos e práticas extra-científicos são igualmente adotados pelos praticantes das ciências naturais nas várias etapas da pesquisa.

Quanto à primeira problematização, é sugestivo que o próprio Thomas Kuhn tenha reconhecido a relevância de fenômenos extra-científicos nas mudanças paradigmáticas: embora admita o silêncio de sua mais celebrada obra quanto ao “papel do avanço tecnológico ou das condições sociais, econômicas e intelectuais externas no desenvolvimento das ciências”, salienta que “não é preciso ir além de Copérnico e do calendário para descobrir que as condições externas podem ajudar a transformar uma simples anomalia numa fonte de crise aguda” (Kuhn, 1975, p. 15). Essa situação traz às claras as complexas relações entre interesse e conhecimento. Ao refutar a cisão entre “teoria” e “realidade” alimentada pelo que denomina de “auto-entendimento positivista da ciência”, Habermas (1972) fala-nos de três tipos diferentes de interesse, cada um dos quais vinculado a uma modalidade específica de investigação e a regras lógico-metodológicas distintas: nas “ciências empírico-analíticas”, prevalecem interesses técnico-cognitivos, os quais almejam aprofundar o controle técnico sobre o objeto estudado; no caso das “ciências histórico-hermenêuticas”, o tipo de interesse predominante é a expansão do entendimento intersubjetivo entre o cientista e seu objeto; por fim, entre as chamadas “ciências sociais críticas”, a meta orientadora é a emancipação de relações de dependência, ou seja, a liberação dos sujeitos de sua dependência frente a poderes que os oprimem. Ou seja, independentemente da regra lógico-metodológica prevalecente (experiência controlada, interpretação textual ou auto-reflexão), não existiria a possibilidade de uma “atitude teórica” neutra, livre da influência dos “interesses naturais da vida”.

No que diz respeito à questão dos “desacordos de fundo”, parecem-me ilustrativas algumas das críticas que Renan Freitas (2010) dirige a J. Alexander. Remetendo-se a um caso exemplar na biologia, Freitas (2010, p. 56) sustenta que “essa ciência, não

menos que a Sociologia, é marcada por discordâncias ‘endêmicas’ a respeito de concepções teóricas absolutamente fundamentais”, como aquelas em torno do conceito de “espécie” (diga-se de passagem, central desde o advento do pensamento evolutivo). Num outro registro, o autor lança mão de pesquisas realizadas nas últimas quatro ou cinco décadas na área de estrutura de classes e mobilidade social para mostrar que “discordâncias endêmicas”, quaisquer que sejam suas profundidades, “não comprometem necessariamente a unidade ou continuidade de uma ciência, nem tampouco o avanço do conhecimento científico”, desde que as possibilidades de “aprendizado mútuo” mantenham-se vivas (Freitas, 2010, p. 57). Ou seja, por um lado, a pluralidade teórico-metodológica encontrada nas ciências sociais não é um obstáculo necessário e incontornável ao acúmulo de conhecimento; por outro, “[a]o contrário do que se supõe, discordâncias de tal natureza [teóricas e/ou empíricas] (...) não são peculiares às Ciências Sociais” (Freitas, 2010, p.56).

Há um terceiro tipo de problematização àquela ideia que postula a existência de um hiato insuperável entre as ciências sociais e as naturais também rico em implicações. Quero abordá-lo à luz das polêmicas teses levantadas por Bruno Latour e Steve Woolgar (1986). De início, é preciso sublinhar que para esses autores, “a atividade científica é somente uma arena social na qual o conhecimento é construído” (Latour and Woolgar, 1986, p. 31). Essa ideia aparentemente despretensiosa prenuncia um ousado desafio: as condutas e modalidades de comportamento que permeiam a rotina laboratorial não demonstram ter o grau de peculiaridade imaginado pelos próprios cientistas; se assim fosse, seria forçoso aceitar que suas atividades seguem regras especiais, distintas de outras práticas científicas e sociais. Mas não é isso o que se observaria: os cientistas de laboratório encontram-se envolvidos em esforços rotineiros para produzir ordem e plausibilidade em meio a uma massa confusa e desordenada de informações e dados. Ocorre que práticas com frequência tomadas por lógicas e coerentes são, na verdade, marcadamente contingentes, desordenadas e *ad hoc*. Isso significa que “[a]s circunstâncias da

descoberta e o processo de troca informal são ambos cruciais ao processo produtivo: são aquilo que permite a existência da ciência” (Latour and Woolgar, 1986, p. 252). Aliás, para os autores, não é sobre a “natureza” ou a fatos pré-existentes que a atividade científica se debruça; de outro modo, a atividade científica é “uma luta hostil para *construir* a realidade”, sendo o laboratório “o local de trabalho e o conjunto de forças produtivas que torna possível a construção” (Latour and Woolgar, 1986: 243). Ou seja, não é para a “realidade” que o cientista se orienta, mas para as *operações* que visam a produção de ordem em meio a um conjunto caótico de dados e observações.

Ainda segundo essa perspectiva, tais operações de construção da realidade não são consumadas por uma comunidade científica unida em torno de interesses compartilhados. Elas têm lugar em um “campo agonístico” no qual a “realidade” não é a causa de acordos, mas “a *conseqüência* do ajuste de uma disputa”. Ademais, o sucesso ou insucesso das operações dos cientistas não resulta da combinação entre coerência lógica e comprovação empírica; ao invés disso, a construção da ordem depende de fatores tão prosaicos e improváveis quanto o número de pessoas que constituem o campo agonístico, as personalidades de seus autores, seus vínculos institucionais, aquilo que está em jogo nas disputas, os estilos adotados nos artigos, bem como a capacidade que os cientistas demonstram ter para persuadir os outros de que os custos envolvidos na adoção de concepções alternativas da realidade são consideravelmente elevados. Ao fim e ao cabo, conforme Latour e Woolgar (1986: 237), “[a]s negociações sobre o que conta como uma prova ou o que constitui um bom teste não são mais ou menos desordenadas do que qualquer discussão entre advogados ou políticos”. Não por acaso, os autores acham “difícil manter que existe qualquer diferença fundamental entre os métodos da ciência ‘dura’ e da ciência ‘mole’ ” (Latour and Woolgar, 1986: 256).

Que conclusões podem ser tiradas à luz dessas controvérsias? Admitindo-se que as proximidades entre a *teoria social/sociológica* e as demais subáreas da sociologia (tanto quanto entre a sociologia

e outras áreas do conhecimento científico) são maiores do que muitas vezes se afirma, como explicar os obstáculos interpostos à sua plena institucionalização e reconhecimento acadêmico?

V

Afirmar que um dado campo científico goza de autonomia implica dizer, no entendimento de Pierre Bourdieu, que ele dispõe de grau de liberdade suficiente para desenvolver sua própria “necessidade”, isto é, para estabelecer os termos de sua própria lógica. Há, no entanto, dois aspectos importantes que qualificam tal autonomia: em primeiro lugar, longe de ser algo dado desde e para sempre, essa autonomia é uma “conquista histórica” que precisa ser continuamente renovada; em segundo lugar, por mais acentuada que se mostre, tal autonomia adquirida jamais deixará de ser relativa: há e sempre haverá “pressões externas” sobre ela, constrangimentos provenientes do “universo social” (Bourdieu, 2004, p. 47). Ocorre que quanto mais elevado o nível de independência relativa de um dado campo científico, mais específicas, rigorosas e internamente controladas são as condições de entrada impostas aos seus postulantes e iniciantes. Dessa feita, ao mesmo tempo que a ciência (bem como seus inúmeros subcampos) pode ser vista como uma espécie de microcosmo marcado por disputas pela hegemonia do “uso legítimo de bens científicos”, seria inexato tomá-la como um mero palco da “guerra de todos contra todos” (Bourdieu, 2004, p. 46). Ao invés disso, condição *sine qua non* para que a ciência torne-se um espaço autônomo e relativamente resguardado de seu entorno social é o fato de que “os cientistas possuem coisas em comum as quais por um lado os unem e por outro os separaram” (Bourdieu, 2004, p. 46). Por paradoxal que pareça, é justamente esse “algo em comum” que os torna “unidos pelas lutas que os dividem” (Bourdieu, 2004), pois compartilham um conjunto de disposições – além de certo “sentido do jogo” (*illusio*) – que os leva a consentir as mesmas regras que os subjugam e os constroem.

Tudo isso nos leva a admitir que procedimentos de inclusão e exclusão são fatores constitutivos e corriqueiros na dinâmica científica: há um conjunto bastante complexo de práticas e dispositivos por meio do qual a atividade científica é internamente regulada e, ao mesmo tempo, delimitada frente a outras modalidades de conhecimento²⁸. Ora, normas e procedimentos de investigação são eles mesmos parte e parcela fundamental da linguagem científica, sendo sua aprendizagem e observância condição indispensável ao reconhecimento daqueles que reivindicam “fazer ciência” bem como das disciplinas e subáreas que pretendem “produzir conhecimento científico”. Mas o significado do que exatamente vem a ser esses procedimentos e normas não é algo dado desde e para sempre. A ideia segundo a qual a “realidade objetiva” é o “árbitro do conhecimento científico” nada mais é que um suposto bastante geral (ou, para empregar os termos de Bourdieu, um “postulado ontológico”) que pouco (ou quase nada) diz acerca de quais as maneiras legítimas por meio das quais pode-se apreender objetivamente esta “realidade”. É óbvio, portanto, que a determinação dos métodos e técnicas tidos como indispensáveis a todo e qualquer empreendimento que se pretende científico é ela mesma parte essencial dos conflitos e embates constitutivos da atividade científica.

Que fique bem claro: não se trata de atribuir arbitrariedade ou aleatoriedade à definição dos procedimentos científicos. O fator “acaso” é constrangido (jamais eliminado em sua completude) por uma série de ordenamentos, dois dos quais gostaria de mencionar: em primeiro lugar, referências epistemológicas delimitam não só o universo de investigação mas também as maneiras de abordá-lo; e é fundamental lembrar que tais “regras epistemológicas são

²⁸ Michel Foucault fala-nos da existência de “procedimentos de controle e de delimitação do discurso”, sejam eles externos (“sistemas de exclusão”) ou internos (“princípios de classificação, de ordenação, de distribuição”). A disciplina seria “um princípio de controle da produção do discurso” na exata medida em que “fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (Foucault, 2005, p. 36).

convenções estabelecidas” (Bourdieu, 2004, p. 83), ou seja, são uma “necessidade” socialmente cristalizada por meio de acordos e disputas; por outro, práticas de investigação previamente adotadas acabam por destilar métodos e técnicas mais eficientes e, em contrapartida, sugerem o descarte daqueles que ao longo de inúmeras experiências (tentativas e erros) produziram resultados pouco satisfatórios (julgados, é certo, à luz daquelas mesmas regras epistemológicas socialmente estabelecidas). Não por acaso, conforme procurei salientar, a maior parte dos procedimentos, métodos e técnicas de investigação empregada pela sociologia (e, em várias ocasiões, também por outras áreas institucionalizadas da ciência) é igualmente utilizada pelos praticantes da *teoria social/sociológica*. Dessa feita, é pouco plausível que o maior peso de questões de natureza teórica bem como a preeminência do plano lógico-discursivo sejam necessariamente responsáveis por fazer dessa subárea um ofício intelectual de fato singular – a ponto de torná-lo uma modalidade de conhecimento diversa da ciência. Trata-se, sim, de admitir que a dimensão agonística responde por boa dose dos obstáculos institucionais e desconfianças projetados sobre a *teoria social/sociológica*.

Referências

- ALEXANDER, J. “The centrality of the classics”. In: GIDDENS, A. and TURNER, J. (eds). *Social theory today*. Stanford: Stanford University Press. 1987.
- ANPOCS. *Anais dos Encontros anuais*, 1997 a 2012.
- BLOOR, D. *Conhecimento e imaginário social*. São Paulo: Editora UNESP [1976]. 2009.
- BOURDIEU, P. *Science of science and reflexivity*. Chicago: The University of Chicago Press. 2004.
- CANO, I. “Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil”. *Sociologias*, 14 (31): 94-119. 2012.

- COMISSÃO GULBENKIAN. *Para abrir as ciências sociais*. São Paulo: Cortez Editora. 1996.
- COSTA, S. “Teoria por adição”. In: MARTINS, C. B. e MARTINS, H. (orgs). *Horizonte das ciências sociais no Brasil: Sociologia*. São Paulo: ANPOCS. 2010.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola [1971]. 2005.
- FREITAS, R. S. (2010). “A produção de pesquisa sociológica”. In: MARTINS, C. B. e MARTINS, H. (orgs). *Horizonte das ciências sociais no Brasil: Sociologia*. São Paulo: ANPOCS. 2010.
- GIDDENS, A. *The constitution of society: Outline of the theory of structuration*. Berkeley: University of California Press [1984]. 1986.
- GUSMÃO, L. de. *O fetichismo do conceito: Limites do conhecimento teórico na investigação social*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora. 2012.
- HABERMAS, J. “Knowledge and human interest: A general perspective”. In: *Knowledge and Human Interests*. Bonton: Beacon Press. 1972.
- HONNETH, A. *The critique of power: Reflective stages in a critical social theory*. Cambridge: The MIT Press [1985]. 1997.
- HORKHEIMER, M. “Traditional and critical theory”. In: HORKHEIMER, M. *Critical Theory: selected essays*. New York: The Seabury Press [1937]. 1972.
- IANNI, O. “A crise de paradigmas na sociologia”. *Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 20. Campinas: IFCH/Unicamp. 1990.
- KUHN, T. *Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1975.

- LATOUR, B. and WOOLGAR, S. *Laboratory Life: The construction of scientific facts*. Princeton: Princeton University Press [1979].1986.
- MANN, P. *Métodos de investigação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores [1968]. 1979.
- MANNHEIM, K. *Ideology and Utopia: An introduction to the sociology of knowledge*. New York: A Harvest/HBJ Book [1929]. 1936.
- MERTON, R. "On the sociological theories of the middle range". In: *On theoretical sociology: five essays, old and new*. New York: A Free Press[1949]. 1967a.
- _____. "The bearing of sociological theory on empirical research". In: *On theoretical sociology: five essays, old and new*. New York: A Free Press. 1967b.
- _____. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Palo: Editora MestreJou [1949]. 1969.
- MILLS, C. W. *The sociological imagination*. London: Oxford University Press [1959]. 1967.
- OLIVEIRA, R. C. de. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1988.
- PALLARES-BURKE, M. L. *Gilberto Freyre: Um vitoriano dos trópicos*. São Paulo: Editora UNESP. 2005.
- PARSONS, T. *The social system*. London: The Free Press [1951]. 1964.
- POPPER, K. *Lógica das ciências sociais*. Brasília: Ed. UnB/Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1979.
- RAMOS, A. G. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ [1958]. 1996.
- SCHWARCZ, L. e BOTELHO, A. "Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma". In: *Lua Nova*, 82: 11-16. 2011.

SKINNER, Q. "Meaning and understanding in the history of ideas". In TULLY, J. and SKINNER, Q. *Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press. 1988.

SBS. *Anais dos congressos bienais*, 2005 a 2011.

SILVA, J. P. "Teoria social no Brasil: balanço preliminar de uma experiência recente". In: SILVA, J. (org). *Sociologia crítica no Brasil*. São Paulo: Annablume Editora. 2012.

APRESENTAÇÃO

As metodologias, técnicas, e instrumentos de pesquisa no âmbito das Ciências Sociais constituem o principal interesse desse número especial da Revista Idéias. O Dossiê surge de uma demanda nascida no Curso de *Metodologia e Técnicas de Pesquisa*, disciplina oferecida aos alunos da Graduação em Ciências Sociais na Unicamp, e ministrada pelos Professores do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas desde o segundo semestre de 2006. Foram responsáveis pela disciplina desde então os Profs. José Marcos Cunha, Rosana Baeninger, Roberto do Carmo e Joice Vieira. Esse dossiê representa um primeiro esforço no sentido de compilar e sistematizar alguns dos principais temas que foram levantados pelo conjunto de alunos que realizaram a disciplina e por professores que foram convidados a colaborar com a disciplina ministrando palestras sobre temas específicos. A proposta do dossiê surgiu a partir de uma dessas palestras, realizadas pelo Prof. Sergio Tavolaro, da UnB, que com uma aula inspiradora levou os alunos a refletirem sobre a importância das discussões teóricas na constituição das ciências sociais. Esta aula é a origem do primeiro dos cinco artigos que compõem o dossiê e tem como título *Teoria sociológica e metodologia: apontamentos acerca de algumas controvérsias*, do Prof. Dr. Sergio Tavolaro, nos apresenta a maneira como o debate metodológico tem sido realizado no âmbito da teoria sociológica. Já a Profa. Dra. Joice Viera Melo, em *“Possibilidades de aplicação da análise de entropia nas ciências sociais e na demografia”* nos apresenta a aplicação do método de entropia na análise social, para exemplificar tal técnica a autora utiliza-se dos estudos sobre curso de vida e família, demonstrando assim as amplas possibilidades de tal técnica.

A pesquisadora Dra. Gláucia S. Marcondes, no ensaio *“Desafios metodológicos da incorporação de ferramentas computacionais para análises qualitativas”*, trás à baila a complexidade enfrentada pelos pesquisadores focados na pesquisa qualitativa quando se aventuram na utilização de ferramentas computacionais, tendo

assim que desenvolverem novos olhares sobre seus objetos e sobre as maneiras pelas quais fazem pesquisa. Em *“Os métodos mistos e a interdisciplinaridade nas ciências sociais: pragmatismo ou pluralismo paradigmático?”* do Prof. Dr. Roberto Donato da Silva Júnior e do Prof. Dr. Álvaro de Oliveira D’Antona, os autores investigam a partir de 30 artigos em ciências sociais mais citados no ISI-Web of Science (1990/2013), se interdisciplinaridade nas ciências sociais, está calcada em métodos mistos. Por fim, apresentamos nesse debate o artigo da Profa. Dra. Ana Cristina Collares, intitulado: *“Uma questão de método: Desafios da pesquisa quantitativa na sociologia”* a autora nos convida a leitura do debate atual da sobre a incorporação dos métodos quantitativos cada vez mais presentes nas pesquisas sociológicas, questionando sobre seus usos e a produção de legitimidade científica frente aos percalços das possibilidades dos erros estatísticos.

Além do dossiê sobre metodologia essa edição também conta com uma seção livre contendo quatro artigos. O primeiro deles de Francisca F. Michelon, intitulado *A ideia de verdade na fotografia do século XIX: Os textos de a Arte Photographica*, nos apresenta uma primorosa análise sobre o surgimento da fotografia na Europa e a constituição de novos paradigmas a partir da imagem. Já Maria Vianna em *Entre a flauta e o piano: A música e a ocupação espacial na obra o coruja, de Aluísio Azevedo*, ao percorrer a obra *“O Coruja”* publicado no final do século XIX por Aluísio Azevedo retrata os dramas vivenciados pelos personagens entorno de suas condições sociais a partir da relação com a música.

Caio Prado, em *Economia e Política no debate sobre o fenômeno do Bonapartismo*, discute a partir das polêmicas interpretativas surgidas em torno da obra *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*, de Karl Marx, as condições para o surgimento do Bonapartismo, na França no século XIX. Já Alisson Eugênio, em *“Os relatos de Luiz Antônio de Oliveira Mendes sobre a saúde da população escrava: do tráfico na África ao cativeiro no Brasil”*, nos oferece uma minuciosa leitura feita a partir do texto *“Memórias sobre os escravos e tráfico de escravatura entre a costa da África e o Brasil”* de Luis A. de O. Mendes, de 1793, publicado somente em 1813, sobre as condições

sanitárias que acometiam os escravos desde o tráfico até o cativeiro no Brasil, o autor ao nos oferecer essa análise demonstra o custo humano e social dos processos de escravidão.

Nossa seção de resenhas nos trás a discussão dos importantes livros: *Introdução à pesquisa qualitativa*, 2009, de Uwe Flick, por Igor Cavallini Johansen, que complementa a proposta do Dossiê, e do livro *O mal ronda a terra: Um tratado sobre as insatisfações do presente* de Tony Judt de 2011. No que se refere à Seção Tradução, nesse número da Idéias, somos levados por Henrique B. Pasti, a conhecer o primoroso texto de George Simmel, *Da essência da cultura* de 1908, em que esse importante sociólogo Alemão nos apresenta o embate entre cultura e natureza.

Na Seção Entrevista fomos presenteados com uma Entrevista com o Prof. Dr. Francisco de Oliveira, importante sociólogo brasileiro, que nos apresentou em mais de uma hora de entrevista as suas insatisfações com a política e os rumos da sociedade brasileira. Nessa edição também contamos e com uma Seção Especial, intitulada “Aula”, um espaço que a Idéias cria, no âmbito de suas edições, para que possamos publicar registros de conferências proferidas por nossos professores, neste número contamos com a Aula Inaugural do Curso de Pós-graduação em Sociologia da Unicamp, proferida pela Profa. Dra. Elide Rugai Bastos em 2013, sobre a construção do pensamento sociológico brasileiro e os desafios da carreira de sociólogos na contemporaneidade.

Por fim, agradecemos ao conjunto de pareceristas externos que nos ajudaram na avaliação dos artigos aqui publicados, e todos os autores que nos confiaram suas reflexões.

Os editores